

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDT

DISSERTAÇÃO

**Desenvolvimento Regional e Estrutura Produtiva:
Um Estudo Sobre a Região do Médio Paraíba (RJ)**

Bianca Louzada Xavier Vasconcellos

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISPLINAR
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDT**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ESTRUTURA PRODUTIVA:
UM ESTUDO SOBRE A REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA (RJ)**

BIANCA LOUZADA XAVIER VASCONCELLOS

Sob a Orientação do Professor
Dr. Robson Dias da Silva

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas, Área de Concentração em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Nova Iguaçu, RJ
Abril, 2016

338.9
V331
T

Vasconcellos, Bianca Louzada Xavier, 1988-
Desenvolvimento regional e estrutura produtiva : um estudo sobre a região do
Médio Paraíba (RJ)

/Bianca Louzada Xavier Vasconcellos. – 2016.

185 f. : il.

Orientador: Robson Dias da Silva, 1976-
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.
Bibliografia: f. 165-177.

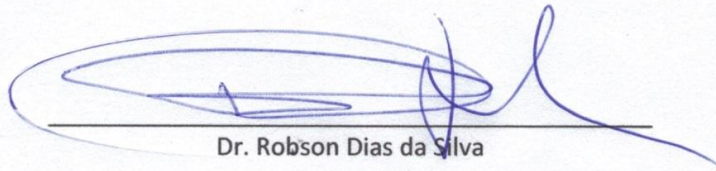
1. Desenvolvimento regional - Paraíba do Sul,
Rio, Vale - Teses. I. Silva, Robson Dias da, 1976-.
II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

BIANCA LOUZADA XAVIER VASCONCELLOS

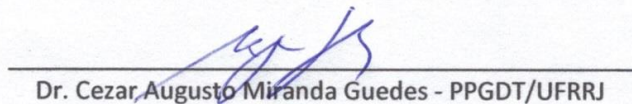
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/04/2016

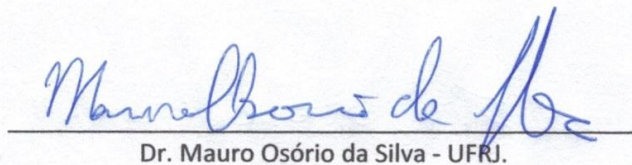


Dr. Robson Dias da Silva

(Orientador)



Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes - PPGDT/UFRRJ



Dr. Mauro Osório da Silva - UFRJ.

RESUMO

VASCONCELLOS, Bianca Louzada Xavier. **Desenvolvimento Regional e Estrutura Produtiva: Um Estudo Sobre a Região do Médio Paraíba (RJ)**. 2016. 185 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Políticas Públicas). Instituto Multidisciplinar, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2016.

Este trabalho procura contribuir para o melhor entendimento sobre a estrutura produtiva da região do Médio Paraíba-RJ e suas implicações para o desenvolvimento urbano-regional a partir da década de 1990. O início da constituição do polo industrial na região remota a década de 1940, quando a Companhia Siderúrgica Nacional foi instalada no município de Volta Redonda. Dessa forma, o desenvolvimento da região sempre esteve atrelado à expansão do industrial e suas configurações, por isso, mudanças nesse setor afetaram e afetam diretamente a região. A indústria se apresenta como parte importante da economia, de um país ou região, ela pode contribuir ao crescimento econômico, independência industrial, geração de emprego, agregação de valor, proliferação tecnológica, entre outros. A partir da década de 1990 o Estado passou a ser incumbido da tarefa de potencializar os investimentos privados, principalmente nas esferas estaduais e municipais. Essa nova fase apresentou intensa desestatização das empresas e abertura comercial. Nessa perspectiva, a região do Médio Paraíba-RJ passou a observar um novo ciclo de investimentos muitos dos quais ligados a setores de “ponta”, assim como o setor automobilístico, e que cresceram em meio às políticas nacionais e estaduais de abertura comercial e incentivos locais à instalação. A região do Médio Paraíba-RJ tem vivenciado a inserção de indústrias multinacionais, principalmente do setor automotivo, com dinâmica pautada no modelo de produção flexível. Assim sendo, este trabalho procura investigar de acordo com as políticas adotadas pelos governos locais (municípios e estado) se houve, de fato, uma mudança na estrutura produtiva, além de setorial. E como essa mudança pode impactar o Médio Paraíba-RJ para promoção do desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: Indústria; Desenvolvimento Regional; Reestruturação Produtiva; Médio Paraíba-RJ.

ABSTRACT

VASCONCELLOS, Bianca Louzada Xavier. **Regional Development and Productive Structure: a Study on Médio Paraíba (RJ)**. 2016. 185 p. Dissertation (Master in Territorial Development and Public Policy). Multidisciplinary Institute, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2015.

This study aims to analyze the relationship between productive structure and urban-regional development by studying industrial changes over last decades on Medio Paraíba region located in Rio de Janeiro state southern portion. Having been an important manufacturing hub since the time Companhia Siderurgica Nacional was installed in Volta Redonda City, Medio Paraíba regional and urban development has been connected to Brazilian productive changes. As known, manufacturing plays an important role in economic system specially in term of regional and urban development by contributing to economic growth, job market and technological spillovers. Starting late 1990s, Brazilian government has acting in order to help private investment boosting, specially focusing subnational levels. That new “pattern” was marked by privatization and deeper trade liberalization. In this perspective, Médio Paraíba has became a place for a new cycle of investments most of them in intensive technology chains as automotive and steeling. This cycle could be done by a new setting of public policies under localism theories like “fiscal war”. Nevertheless, that new investments was headed by multinational industries, especially the automotive sector, based on flexible production model. In addition, this work studies how local governments (municipalities and state) faced that new investments and if them represents, *de facto*, a productive structure transformation measured industrial profile (diversified or specialized).

Keywords: Industry; Regional development; Productive Changes, Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu esposo pela paciência, amor e companheirismo dedicado a mim, em todos os momentos. Sua ajuda e compreensão foram imprescindíveis para que este trabalho fosse concluído.

Agradeço minha família: minha mãe Rosa, irmãs Joyce e Jhuly, irmão Junior e minhas queridas e lindas sobrinhas Alice e Maria, meus sogros Ana e Henrique, pela estrutura e harmonia familiar. O apoio e a confiança depositados em mim foi um fator estimulante para que a preocupação em alguns momentos se dissipasse.

Agradeço, imensamente, ao meu orientador Dr. Robson Dias, pelo compartilhamento do conhecimento, instrução na descoberta de novos caminhos, pela presença constante, paciência infinita, e amizade.

A todos os meus colegas de turma, em especial: Daniel, amigo e companheiro de trajeto, fundamental nesse processo; Leo; Adri; Douglas; Lined; PH; Mi; Sarmento; e Karlinha que estiveram mais próximos, sempre ajudando, acrescentando, compartilhando ideias, retirando dúvidas e dando muitas risadas. Pessoas especiais que ajudaram nesses dois anos de trabalho.

Agradeço a todos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT-UFRRJ), à coordenadora Lúcia e ao Fernando pela ajuda e disponibilidade, aos professores pelo compartilhar do conhecimento.

(...) todas as coisas cooperam para o bem
daqueles que amam a Deus...

Romanos 8:28

Aquele que tem os meus mandamentos e
os guarda esse é o que me ama; e aquele
que me ama será amado de meu Pai, e eu
o amarei, e me manifestarei a ele.

João 14:21

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Evolução do mercado siderúrgico brasileiro – 1952-73	20
Figura 2: Brasil - Evolução dos índices de participação da indústria de transformação no valor adicionado total e da ocupação da indústria de transformação na ocupação total 1950 a 1994	35
Figura 3: Evolução da produção teórica acerca desenvolvimento regional	64
Figura 4: Políticas públicas e políticas governamentais	78
Figura 5: Partes e trajetória de uma cadeia global de valor	87
Figura 6: Resende e Barra Mansa final do século XIX	91
Figura 7: Construção da Companhia Siderúrgica Nacional – fundição (1942).....	92
Figura 8: Plano Geral da CSN e da vila operária.....	93
Figura 9: O município de Volta Redonda e a CSN ao fundo, após sua emancipação	94
Figura 10: Regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro	103
Figura 11: Médio Paraíba Fluminense	104
Figura 12: Produção de veículos por unidade da Federação 1990 e 2010.....	105
Figura 13: Fábricas: Volkswagen (à esquerda); PSA Peugeot (à direita).	108
Figura 14: Produção e Exportação da MAN Latin América (Volkswagen) 1994-2010	110
Figura 15: Produção e Exportação da Peugeot entre 2001-2010.....	112
Figura 16: Cadeia da indústria siderúrgica	120
Figura 17: PIB dos municípios do estado do RJ em 2013	122
Figura 18: Valor Adicionado (VA) da indústria nos municípios do estado do RJ em 2013 ..	124
Figura 19: Participação da Indústria de Transformação nas regiões do estado do Rio de Janeiro	126
Figura 20: Informações que compõem o IFDM	128
Figura 21: IFDM de cada município do MP-RJ	129
Figura 22: Exportações de Barra do Piraí, por setores (2000-2014)	135
Figura 23: Complexidade do produto das exportações, Barra do Piraí- 2014 (Espaço de Produtos).....	136
Figura 24: Exportações de Barra Mansa, por setores (2000-2014)	137
Figura 25: Complexidade do produto das exportações, Barra Mansa - 2014 (Espaço de Produtos).....	138
Figura 26: Exportações de Itatiaia, por setores (2000-2014).....	139
Figura 27: Complexidade do produto das exportações, Itatiaia - 2014 (Espaço de Produtos)	140
Figura 28: Exportações de Piraí, por setores (2000-2014)	141
Figura 29: Complexidade do produto das exportações, Piraí - 2014 (Espaço de Produtos) ..	141
Figura 30: Exportações de Porto Real, por setores (2000-2014).....	143
Figura 31: Complexidade do produto das exportações, Porto Real - 2014 (Espaço de Produtos).....	143
Figura 32: Exportações de Resende, por setores (2000-2014)	145
Figura 33: Complexidade do produto das exportações, Resende - 2014 (Espaço de Produtos)	145

Figura 34: Exportações de Valença, por setores (2000-2014).....	147
Figura 35: Complexidade do produto das exportações, Valença - 2014 (Espaço de Produtos)	147
Figura 36: Exportações de Volta Redonda, por setores (2000-2014).....	148
Figura 37: Complexidade do produto das exportações, Volta Redonda - 2014 (Espaço de Produtos).....	149

GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação dos setores no valor adicionado (1929 – 1947)	14
Gráfico 2: Balanço de Pagamentos: Brasil 1970-1994 (US\$ Bilhões).....	29
Gráfico 3: Setores da economia na composição do Valor Adicionado (%) (1994 -2010)	43
Gráfico 4: Produção e exportação do setor automobilístico no Brasil entre 1994-2010	57
Gráfico 5: Pessoal ocupado por setor no estado do RJ e na região do MP-RJ	118
Gráfico 6: Trajetória Valor Adicionado dos setores da economia no MP-RJ (1999-2010) ...	118
Gráfico 7: PIB per capita das regiões do estado do RJ (1999-2013).....	123
Gráfico 8: Principais cidades do MP-RJ no emprego na indústria de transformação e ERJ. Participação do emprego da indústria de transformação no emprego total	130
Gráfico 9: Principais cidades do MP-RJ no emprego no comércio e ERJ. Participação do emprego no comércio no emprego total	131
Gráfico 10: Principais cidades do MP-RJ no emprego na agropecuária e ERJ. Participação do emprego na agropecuária no emprego total.....	131
Gráfico 11: Balança Comercial do MP-RJ entre 2000 e 2014 (em milhões de dólares).....	150

TABELAS

Tabela 1: Estrutura Produtiva da indústria de transformação no Brasil participação segundo o valor bruto da produção – 1920	11
Tabela 2: População Economicamente Ativa, 1920-1940 (em milhares de pessoas).	18
Tabela 3: Estimativas da população urbana.....	18
Tabela 4: Participação dos setores da economia antes e após o Plano de Metas (1955-1960).21	
Tabela 5: Crescimento da Indústria de Transformação (em %)	24
Tabela 6: Taxas de crescimento da indústria entre 1973-1979 (em%).....	26
Tabela 7: População brasileira (1950-1980).....	26
Tabela 8: Taxa de inflação entre 1995 – 2010, de acordo com índices da FGV (IGP-DI) e IBGE (IPCA) em %.	40
Tabela 9: Variação (Δ) anual do Produto Interno Bruto (PIB) e dos setores da economia (1996-2010). [continua]	41
Tabela 10: Evolução dos setores da economia e do PIB (base 1995 = 100) [continua]	42
Tabela 11: Evolução da produção física industrial, por categoria de uso (base 1994 = 100) ..	45
Tabela 12: Exportações e Importações brasileiras, valores correntes – 1995-2010 (Em 1.000.000 R\$)	46
Tabela 13: Taxa de desemprego (%) e média anual do salário mínimo real.	48

Tabela 14: Evolução da atividade industrial em municípios selecionados – 1954/55	95
Tabela 15: Indústrias e características dos municípios do Médio Paraíba-RJ	119
Tabela 16: Participação no PIB estadual e estrutura setorial, municípios e MP-RJ (2013) ...	124
Tabela 17: Participação regional no PIB fluminense em 2013.....	125
Tabela 18: População e Urbanização dos municípios e MP-RJ	127
Tabela 19: Investimentos programados entre 2010-2013.....	132
Tabela 20: Previsão de investimentos no Médio Paraíba (horizonte 2014 – 2016)	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	América na Área de Livre Comércio das Américas
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANFAVEA	Associação Nacional dos veículos automotores
BaCen	Banco Central do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BC	Balança Comercial
BP	Balanco de Pagamentos
CDI	Conselho de Desenvolvimento Industrial
CIDE	Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CEPERJ	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
ERJ	Estado do Rio de Janeiro
EUA	Estados Unidos da América
FBKF	Formação Bruta De Capital Fixo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
IEDI	Instituto de Estudos para o desenvolvimento industrial
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
II GM	Segunda Guerra Mundial
II PND	Segundo Plano Nacional De Desenvolvimento
JK	Juscelino Kubitschek
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MP-RJ	Médio Paraíba – Rio de Janeiro
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
P&D	Pesquisa E Desenvolvimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PCI	Complexidade do Produto Industrial
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PND	Plano Nacional de Desestatização
PSI	Processo De Substituição De Importação
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCA	Vantagem Comparativa Revelada
URP	Unidade De Reajuste De Preços
URV	Unidade Real de Valor
VA	Valor Adicionado

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xii
INTRODUÇÃO.....	5
I. INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO: APOGEU E CRISE	9
1.1. Industrialização e Urbanização Brasileira em Perspectiva.....	9
1.1.1. Industrialização brasileira: Desenvolvimento Industrial e urbanização.	11
1.1.2. Década perdida, Neoliberalismo e Consenso de Washington.	28
1.2. O contexto macroeconômico brasileiro a partir de 1995	39
1.2.1. FHC: estabilização monetária e sua inclinação ao neoliberalismo	50
1.2.2. Lula: Mudanças sociais e a continuidade das políticas macroeconômicas	58
II. APONTAMENTOS TEÓRICOS	63
2.1. Desenvolvimento Urbano e Regional.....	63
2.2. Política Pública: Definições e Conceitos.....	77
2.3. Guerra Fiscal	79
2.4. Desindustrialização e Especialização	82
2.5. Cadeias Globais de Valor	86
III. MÉDIO PARAÍBA-RJ: FORMAÇÃO ECONÔMICA E MUDANÇAS PRODUTIVAS	90
3.1. MP-RJ: Da agropecuária à região industrializada	90
3.2. Mudanças institucional e produtiva na Região do Médio Paraíba -RJ.....	96
3.3. Transformações produtivas no Médio Paraíba-RJ	101
3.3.1. Em direção a uma nova estrutura produtiva: período FHC	106
3.3.2. Incentivos e investimentos nos anos do governo Lula	114
IV. TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ESTRUTURA PRODUTIVA NO MÉDIO PARAÍBA-RJ: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA.....	122

4.1.	Análise dos dados socioeconômicos da região	122
4.1.1.	Produto interno Bruto e setores da economia	122
4.1.2.	População, emprego e Investimento no MP-RJ	127
4.2.	Apontamentos sobre o grau de complexidade das exportações do MP-RJ	133
4.2.1.	Municípios do Médio Paraíba-RJ	134
4.2.2.	Observações sobre a Região do Médio Paraíba-RJ	150
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	ANEXO 1	158
	ANEXO 2	161
	REFERÊNCIAS	164

INTRODUÇÃO

Até a década de 1930, a região que hoje compreende o atual Médio Paraíba-RJ¹ (MP-RJ) apresentava características rurais, embora a existência de pequenas unidades industriais, era o setor agrícola que se destacava. De modo geral, a relevância industrial para a economia do território referente ao atual estado do Rio de Janeiro era ínfima. Pode-se afirmar que a região era notada basicamente pela produção de cana-de-açúcar, café e produção de leite. As mudanças começaram a partir dos investimentos estabelecidos pelo Estado no setor siderúrgico, devido ao esgotamento da economia ancorada na produção cafeeira e em meio a acontecimentos tais como a Grande Depressão de 1929 e a II Grande Guerra. O objetivo econômico nacional passou ser o desenvolvimento interno da indústria, e isso só seria viável com a implantação de indústrias de base, que era entendido como caminho prioritário para a promoção do crescimento e desenvolvimento do país.

As limitações impostas pelo contexto de crise internacional e do enfraquecimento das exportações cafeeiras se apresentam como justificativa para mudanças substanciais na política econômica. De acordo com Mello (1991), o avanço do setor industrial (a partir de 1929) não significava que não havia indústrias no país, mas apresentou uma aceleração acentuada do crescimento do setor, ou seja, início do período entendido como efetiva industrialização da economia brasileira. Ainda que algumas indústrias já tivessem sido instaladas no país em anos anteriores, sua importância era muito pequena, fato demonstrado pela alta taxa de manufaturados importados pelo país. O crescimento industrial do período anterior a 1929 não se traduzia em efetivo esforço de industrialização, considerando que o setor principal na dinâmica de acumulação da economia nacional era o agroexportador, e não a indústria em si, se autodeterminando em termos de demanda.

A formação da estrutura produtiva do MP-RJ inicia-se *pari passu* com o período de industrialização, financiado e impulsionado pelo Estado, a partir da década de 1940, no governo de Getúlio Vargas. Segundo Lopes (2004) se estabelecia uma nova ordem produtiva que envolveria questões econômicas, políticas e sociais e teriam forte cunho nacionalista. Essas características ficaram evidentes no MP-RJ com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), maior empresa de siderurgia da América Latina (AL) criada em

¹ É composta por doze cidades (Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda), com população aproximada de 805.304 habitantes, ocupando uma área de 5.679,524 Km². (www.cidades.ibge.org.br).

9 de abril de 1941. Assim, a chamada “questão do aço”, se materializaria, em termos territoriais, no Médio Paraíba fluminense.

Nesse contexto, o MP-RJ teve sua história marcada pela instalação da CSN seguindo os passos e a retórica da indústria nacional do governo varguista, na década de 1940. A CSN foi o motor econômico na atração de empresas (ainda representa grande importância econômica para a cidade e região), mão de obra e investimentos para a região, a siderúrgica foi a protagonista do MP-RJ. A história da companhia se mistura e aponta com a história do desenvolvimento industrial do país, até a década de 1980 seguiu um curso nacional-desenvolvimentista com altos e baixos. A partir de então iniciou-se vários desafios no âmbito nacional, devido à inquietação econômica internacional, os efeitos danosos do aumento nos preços do petróleo ainda refletindo na economia global. O preço do barril do petróleo chegou a aumentar em 400% em cinco meses em 1973, acarretando desestabilização das economias centrais e periféricas. Nesse período, emergiu um novo paradigma político-econômico internacional com a intenção de voltar ao caminho do crescimento e desenvolvimento econômico que foi assistido durante o “milagre econômico”. O neoliberalismo apresentado formalmente pelo Consenso de Washington² trouxe consigo a principal ideia, que norteou o fim da década de 1980 e toda a década de 1990, de que o Estado deveria deixar que o “mercado” regulasse a economia. Para isso, deveria adotar medidas como: abertura comercial, desestatização, desregulamentação financeira etc. Diante disso, o país seguiu a cartilha privatizando e buscando ampliar a desestatização das empresas através de planos e ações do governo. O desmantelamento e falta de continuidade nos investimentos por parte do Estado já apresentavam o início do fim do ciclo nacional-desenvolvimentista na região do MP-RJ e apontava para profundas mudanças.

Além da turbulência internacional, o Brasil vinha de um momento intrincado econômico e político, desde o início da década de 1980. A Redemocratização em 1985 foi o primeiro passo para a mudança política sendo sequenciada pela eleição direta em 1989 depois de trinta anos de Ditadura Militar. A economia por sua vez, padecia com as altas taxas de

² Segundo Fiori "Um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado, hoje, pelo FMI e pelo Bird em mais de 60 países de todo mundo. Estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais operadas, em alguns casos, como em boa parte da África (começando pela Somália, no início dos anos 80), diretamente pelos próprios técnicos daqueles Bancos; em outros, como por exemplo, na Bolívia, Polônia e mesmo na Rússia, até bem pouco tempo atrás, com a ajuda de economistas universitários norte-americanos; e, finalmente em países com corpos burocráticos mais estruturados, pelo que Williamson apelidou de *technopols*: economistas capazes de somar ao perfeito manejo do seu *mainstream* (evidentemente neoclássico e ortodoxo) a capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda política do consenso, como é ou foi o caso, por exemplo, de Aspe e Salinas no México; de Cavallo, na Argentina; de Yegor Gaidar, na Rússia; de Lee Teng-hui, em Taiwan; Manmohan Singh, na Índia; ou mesmo Turgut Ozal, na Turquia; e, a despeito de tudo, Zélia e Kandir no Brasil" (FIORI, 1997, p.12):

inflação e estagnação econômica. Nesse ponto, a indústria nacional amargava os efeitos da abertura comercial e as novas ideologias políticas. As mudanças iniciaram a partir de 1994, com a estabilização monetária, necessária para que o país se voltasse às estratégias de crescimento.

Nesse quadro político, internacional e conjuntura macroeconômica que se encontrava o país, dava-se início a reestruturação do setor industrial que afetou e mudou drasticamente a estrutura produtiva, o foco voltou-se para as vantagens do desenvolvimento do “local”.

O papel do Estado nos novos paradigmas de desenvolvimento regional/local [Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, 1993 e 1996] tem-se baseado fortemente no resultado de processos e de dinâmicas econômico-sociais determinados por comportamentos dos atores, dos agentes e das instituições locais. Há um amplo consenso em relação à ideia de que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, na medida em que estão mais bem situados em termos de proximidade com relação aos usuários finais dos bens e serviços. (AMARAL FILHO, 2001, p. 269)

Até então, o Estado tinha atuação direta, se posicionando dentro dos projetos econômicos e de desenvolvimento do país. Embora já estivesse em curso há duas décadas em outros países desenvolvidos – como na Inglaterra e EUA – apenas na década de 1990 iniciou-se efetivamente tal processo em território nacional. Os conceitos relacionados ao “global”, “mundialização”, “internacionalização”, “deslocalização”, “escala local”, “competitividade internacional”, entre outros, ganhou notabilidade na alocação do processo produtivo. Nesse sentido, as interações escalares ganharam liberdade e acessibilidade, não ficando restritas apenas as diretrizes de âmbito nacional. De acordo com Brandão (2012), o pensamento dominante passou a argumentar sobre o fim das escalas intermediárias, ou seja, a ligação direta entre o local e o global no debate para o desenvolvimento regional, local e urbano. Essa facilidade se apresenta com a ajuda das tecnologias que estão em corrente transformação e ampliando os horizontes através das redes (financeiras, tecnológicas, espaciais etc.). Dessa forma, a partir dos anos de 1990 o Estado deixou de agir diretamente na elaboração de políticas de desenvolvimento regional, dando mais autonomia aos estados e municípios por meio de políticas locais como: subsídios, concessões e incentivos locais via mercado, o que acarretou uma verdadeira “guerra” entre lugares, conhecido como guerra fiscal.

Há indícios de mudanças na estrutura produtiva da região a partir dos anos de 1990 quando observou-se dois pontos principais: a privatização da CSN (1993) e alocação de empresas multinacionais do setor automobilístico, sendo a primeira delas a Volkswagen

(1996), na cidade de Resende. Essas alterações se caracterizaram pelo processo de reestruturação produtiva, ou seja, “reestruturação das grandes empresas verticalizadas e rígidas, transformadas em organizações mais flexíveis e articuladas em redes, formando cadeias produtivas globais, afetando as relações de trabalho e as localidades onde estão instaladas. (RAMALHO e SANTANA, 2006 p. 11)” observou-se assim um novo padrão de produção. Nesse sentido, deu-se início a uma nova fase no setor industrial da região. Essa fase foi marcada, principalmente, pela privatização e modernização da CSN e a chegada de investimentos no setor automobilístico. Dessa forma, a estrutura da região passou por modificações, não apenas pela nova lógica de produção, mas também pela alocação de novas plantas de empresas multinacionais em um novo setor industrial, que a região não detinha anteriormente. Acredita-se que essa modificação estrutural incentivou o desenvolvimento econômico regional. Alguns índices apontam para uma melhoria na qualidade de vida da sociedade. Os benefícios trazidos com essa nova dinâmica industrial podem ser visto no: aumento dos postos de trabalho; surgimento de empresas prestadoras de serviço; oferta de cursos profissionalizantes; melhorias na saúde, educação e nível de renda.

Este trabalho busca analisar e entender em que medida estas mudanças observadas na estrutura produtiva do Médio Paraíba-RJ foram resultantes das mudanças da política econômica nacional pós anos 1990. Observando como ocorreu o processo de formação econômica e regional no Médio Paraíba-RJ, buscando ressaltar as diferentes trajetórias municipais. Assim, apontar as teorias e os conceitos acerca do desenvolvimento regional que tratem das estruturas produtivas, do desenvolvimento regional e o caminho para alcançar um novo modelo de produção. Através dos dados socioeconômicos, avaliar o desempenho da região, comparando-a com as demais regiões do estado. Enquanto, que a partir da complexidade do produto exportado, como as mudanças econômicas têm impactado a sociedade. E nesse contexto, entender se a região tem evoluído em direção ao desenvolvimento sólido e de longo prazo.

I. INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO: APOGEU E CRISE

1.1. Industrialização e Urbanização Brasileira em Perspectiva

Embora o surgimento de algumas indústrias no Brasil venha do século XIX, em suas últimas décadas, tendo continuidade ao longo da República Velha, foi na década de 1930 que se observou-se um salto, um verdadeiro processo de industrialização. Antes, o setor agroexportador, em especial o café, era o grande responsável por prover capital para instalação de indústrias. Em função da crise do setor agrícola, em meio à grande depressão a internacional, houve forte estímulo à ampliação da atividade industrial, orientada primeiramente para as necessidades de consumo interno, com ênfase na diversificação industrial, importação de tecnologia e implantação de grandes indústrias. Assim, deu-se início ao Processo de Substituição de Importações (PSI), onde o país passou paulatinamente a produzir parte do que antes era provido via importações. Dessa forma, ficou a cargo da indústria a liderança do crescimento e dinâmica econômica.

O período de 1929 a 1979 se apresenta com fortes ideais de ruptura, progresso, industrialização e desenvolvimento. De acordo com Lopes (2004) havia emergência de uma sociedade urbano-industrial, necessária ao modo de produção capitalista. Vale dizer que não se trata, necessariamente, do rompimento com a história agrícola do país, mas esse setor já demonstrava suas limitações frente à crise internacional de 1929. O progresso era visto no setor industrial dotado de tecnologia e novos horizontes para a economia. A industrialização se tornou caminho imprescindível para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico e político nacional.

Nesse período, houve avanços nas políticas voltadas para o bem-estar social (*Welfare State*³), visto, principalmente nos países desenvolvidos⁴. No Brasil havia “gargalos” econômicos que dificultavam o crescimento e desenvolvimento do país, correspondendo aos pontos de estrangulamento da economia, Vargas se volta à adoção de políticas pró-crescimento e desenvolvimento econômico e, que em alguma medida ocasionou alguma melhoria da condição de vida dos trabalhadores urbanos.

³ Welfare State é entendido como a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população. (MEDEIROS, 2001, p. 6).

⁴ Nesse trabalho não se afirma que tenha ocorrido um “Estado de Bem-estar social” no Brasil. No Brasil observou-se melhoria na qualidade de vida do trabalhador urbano, a partir da promulgação da CLT.

Mesmo após o período Vargas o país continuou sua ênfase industrialista. Nos anos de 1950, por exemplo, assistiu a maciços investimentos realizados pelo presidente Juscelino Kubitschek no bojo do Plano de Metas. O slogan “50 anos em 5”, não deixava dúvidas sobre a grandiosidade das obras e objetivos que o plano abarcava.

Em 1964, em meio às tensões políticas ocorreu o Golpe Militar, embora os anos iniciais tenham sido de dificuldade econômica, com aumento na taxa de inflação e o perdas no balanço de pagamentos (BP), logo o país entrou em um bom ritmo de crescimento, que não acontecia apenas internamente, mas pôde ser visto em vários países. A diminuição da inflação, crescimento do produto interno e equilíbrio no BP fez com que o período entre 1968 e 1973 ficasse conhecido como “milagre econômico”.

As tensões econômicas se fortaleceram com o “primeiro choque do petróleo”, quando a Organização dos Países Importadores de Petróleo (OPEP) aumentaram os preços abruptamente e pôs fim ao vigoroso ritmo de crescimento global. A alternativa adotada pelo então presidente Geisel foi o de continuar com os grandes investimentos, principalmente em setores que eram tidos como “pontos de estrangulamento”. O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi concebido como um grandioso projeto e requeria vultoso investimento. Visava setores estratégicos, principalmente energia e telecomunicações. Embora tenha atrasado algumas obras, esse programa teve vital importância nos anos subsequentes, seus efeitos foram sentidos apenas na década seguinte.

Nessa época, a urbanização brasileira se acelerou devido à atração de mão-de-obra para as indústrias que começaram a se instalar. A busca por uma melhor qualidade de vida e a melhora dos padrões de consumo ajudaram nessa migração. Embora tenha sido um fenômeno que ocorreu em quase todo o mundo, se deu de forma diferente entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. No Brasil, por exemplo, não foi contemplado o planejamento das cidades. A urbanização no Brasil teve seu início na década de 1950 quando 36% da população residiam em áreas consideradas urbanas. A falta de planificação e o enorme número de pessoas que se deslocaram para as cidades, em curto período de tempo não permitiu que as autoridades dessem conta de investir em infraestrutura, educação, saneamento básico, saúde etc. O que levou a segregação espacial e social visto no crescimento exponencial das favelas.

1.1.1. Industrialização brasileira: Desenvolvimento Industrial e urbanização.

Assim como mencionado, a atividade industrial brasileira iniciou-se ainda no século XIX, de forma discreta. No início do século seguinte, o setor agroexportador foi importante, o responsável por financiar, até certo ponto a implantação de indústrias. Piquet (1998) discorre que o capital direcionado para indústria no início do século XX provinha da economia cafeeira, dos excedentes acumulados por grandes empresários ligados a agroexportação. A força do setor alimentício no Brasil, fez com que esse ramo industrial recebesse inicialmente mais investimentos. Porém, assim como o início industrial de outros países na Europa, o Brasil apostou no setor têxtil, nesse período as indústrias eram pequenas, algumas utilizavam mão de obra escrava e os equipamentos eram primitivos.

Tabela 1: Estrutura Produtiva da indústria de transformação no Brasil participação segundo o valor bruto da produção – 1920

Indústrias alimentícias	31%
Indústria Têxtil	26%
Bebidas e Cigarros	6%
Metalurgia e mecânica	5%
Indústria Química	2%

Fonte: (PIQUET, 1998, p. 15)

Cabe esclarecer que nesse período, as exportações do setor agrícola desempenhavam a atividade “chave” da economia. Segundo Lopes (2004) essas exportações significavam o único componente de crescimento autônomo da renda, sendo este o setor dinâmico da economia. Outro ponto referente ao início industrial foi à abundância e baixo custo da mão de obra vinda do setor agrícola, mesmo sem qualificação necessária, Piquet (1998) relata que a abundância o baixo custo eram fatores muito favoráveis.

O aprofundamento do desenvolvimento industrial brasileiro começou a ser observado a partir dos anos de 1930. Até então, de acordo com Lacerda (2002) o desenvolvimento capitalista foi esporádico, pois o latifúndio dominava as relações econômicas. A Grande Depressão⁵, desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque promoveu um

⁵ Ver capítulo 2, SOUZA (2009).

“efeito dominó” de perdas por todo o mundo. A vulnerabilidade econômica brasileira na época, centrada na exportação agrícola apresenta as limitações dos alicerces econômicos.

Getúlio Vargas assume o governo em novembro de 1930 em um contexto de grave crise internacional. Entre 1931-1932 as importações caíram para um terço do que era em 1928 enquanto as exportações caíram pela metade. O governo passou a tomar medidas mais contundentes para “estancar” as perdas que a crise gerava, uma delas foi à política cambial, que deixou a cargo do Banco do Brasil (BB) e estabeleceu prioridades e regras cambiais no mercado de divisas, além disso, permitiu desvalorização do mil-réis, que perdeu mais da metade do seu valor frente ao dólar em apenas um ano, essas intervenções do governo foram até 1934. Esse já era o “início do fim” da tradicional prática cafeeira que apresentava limitações quando observada no longo prazo. “A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agroexportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano industrial.” (OLIVEIRA, 1981, p14).

A crise de 1929 também apontou para a necessidade do desenvolvimento industrial de uma perspectiva interna. Quando houve a diminuição da capacidade de importar ficou evidente imprescindibilidade de produzir internamente.

(...) o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10%, e já em 1933 recupera o nível de 1929. (FURTADO, 2000 p. 210).

Simultaneamente, ao crescimento industrial foi possível observar o processo de urbanização, que foi atrelado às transformações sociais de deslocamento de parte da população dos espaços rurais, incorporou-se à economia urbana-industrial. A inserção no mercado de trabalho capitalista e a busca por melhores condições de vida e mobilidade social, que implicou em um movimento migratório para os centros urbanos, e se desenrolaram no espaço da cidade ou tem nela sua base principal. Nesse contexto, o quantitativo de mão de obra se expandiu favorecendo o setor industrial.

Ianni (1977) ressalta que a Revolução de 1930 representou um rompimento político, econômico, social e cultural com a oligarquia presente nas décadas anteriores. A partir da década de 1930 observaram-se mudanças no cenário político, a estrutura política oligárquica predominante foi aos poucos perdendo espaço para o capitalismo burguês. Este fato foi visto na introdução da legislação trabalhista consolidando assim, a força sindical, o que levou a atuação política e social dos assalariados. Para conter os pontos de “estrangulamento” na

economia foram necessárias medidas imediatas, tanto no âmbito econômico como no político. Dessa forma, Ianni (1977) ressalva que as decisões foram sendo tomadas de acordo com os problemas e dilemas que surgiam. No que tange ao lado econômico os problemas eram de natureza estrutural e conjuntural. Mesmo com mudanças no trato com a oligarquia, principalmente a cafeeira, foi de extrema importância o incentivo ao setor exportador para tornar viáveis as medidas pró-industrialização. O autor elucida que no discurso de Getúlio Vargas em 1931, ele deixa claro que apoia a ideia de reorganização dos mercados de capital e força de trabalho sem deixar o mercado se autorregular sozinho. Para isso entre 1930-45, o governo criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos.

(...) a política operária do governo brasileiro nos anos 1930-45 vinculou o sindicato ao aparelho estatal, como elemento básico das estruturas de dominação (política) e apropriação (econômica) vigentes na época. Essa era uma das manifestações mais importantes da presença do Estado no sistema econômico do País. (IANNI, 1997, p. 42).

As mudanças políticas, a partir da Revolução de 1930, não foram completas e definitivas. Naquele momento houve avanço e retrocesso, Ianni (1977) aponta para as mudanças que as Constituições da época apresentavam. Enquanto as Constituições de 1891 e 1926 foram influenciadas pela doutrina liberal, quando observado a questão da democracia e as relações de poder entre Estado e economia, a Constituição de 1934 adotou princípios nacionalistas. No período da Segunda Guerra Mundial foi interessante para o setor privado que o Estado estivesse à frente das decisões políticas que envolviam a economia, principalmente no que tange aos efeitos da guerra tendo sido o principal a queda nas exportações. Foi nesse contexto, de guerra e dificuldade econômica, que iniciou-se a ideologia da prática e planejamento governamental no país.

Enquanto isso, os países desenvolvidos mudaram o foco no pós-guerra, favoreceu e melhorou a condição de vida da sociedade. Essas políticas se tornaram metas, por isso, a instituição do “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*) demonstrou a ordem social. Este representou um grupo ou conjunto de políticas sociais arquitetadas, concebidas e implementadas pelo Estado. “O Estado do Bem-Estar Social assumiu funções estratégicas de enfrentamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, e o meio de realização dessas funções foram às políticas de proteção social.” (CARVALHO 2010, p. 13).

O Brasil, por sua vez, buscou através do nacionalismo, necessidade estrutural e base produtiva, a tomada de decisões que foram de encontro, a princípio as necessidades

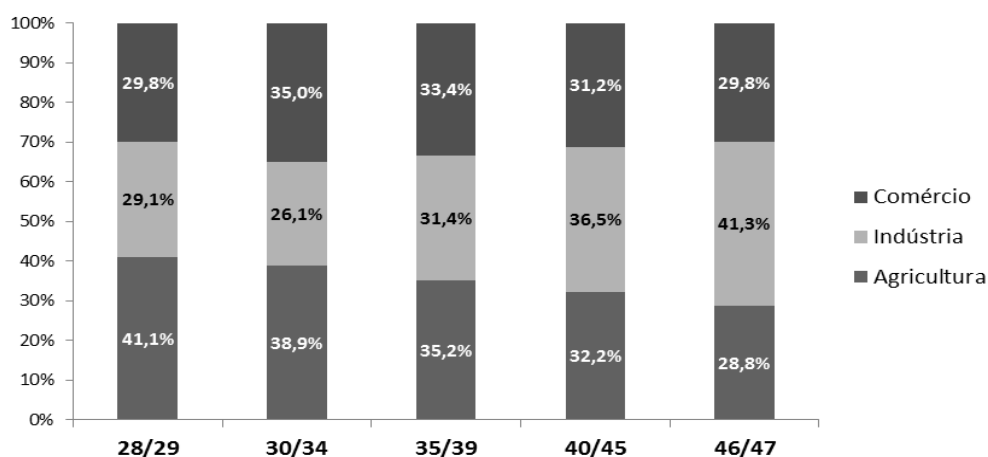
econômicas e que levou a algum ganho social, principalmente no ambiente urbano, ao mesmo tempo ajudou a atravessar o momento de crise internacional. A agroexportação se apresentou com intensa fragilidade no nosso sistema econômico e na estrutura do país para superar crises e revelou a situação de dependência econômica externa. Nesse contexto, Vargas governou e tomou medidas para superar as incapacidades do sistema econômico e não necessariamente visando o Bem-Estar Social.

Pouco a pouco, o nacionalismo econômico revelou-se como uma manifestação da ideia de desenvolvimento, industrialização e independência, em face dos interesses econômicos dos países dominantes. A ideia de economia nacional implicava na nacionalização das decisões sobre política econômica. (IANNI, 1977, p. 69).

A partir de 1933 a economia brasileira começou a demonstrar sinais de recuperação. O setor industrial começou a se despontar, entre 1933 a 1939 cresceu em média 11,2% a.a., a agricultura apresentava algo próximo a 2%, enquanto a economia cresceu em média 6,5% a.a. Naquele período o setor alimentício, têxtil e de bebidas representava entre 70% e 80% do valor adicionado industrial. Segundo Lacerda (2002) inicialmente não foi necessário à importação de máquinas e equipamentos, pois poderia ser utilizar a capacidade ociosa que existia. Posteriormente, seria imprescindível a compra de máquinas e equipamentos, uma forma viável foram os equipamentos usados de fábricas fechadas devido à crise.

O Gráfico 1 apresenta os setores da economia na composição do valor adicionado. A indústria aparece com aumento significativo de participação entre 1929 a 1947. Esse gráfico ilustra o momento e esforço do para alçar à economia a novos patamares.

Gráfico 1: Participação dos setores no valor adicionado (1929 – 1947)



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizado por Haddad (1978)

Embora o governo de Vargas tenha tomado às rédeas da questão industrial a partir de 1929, este foi apenas o início. A adoção da concepção de que a industrialização seria o caminho que deveria ser seguido para o progresso continuou nos governos seguintes. A concepção da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) de que os países agroexportadores perdiam frente aos industrializados devido às vantagens comparativas, levou o economista Raul Prebisch a questionar os modelos econômicos adotados pelos países centrais. O comércio internacional sempre foi fonte de renda e preocupação, vide o balanço de pagamentos. A necessidade de industrialização por meio da substituição de importações era considerada a forma mais rápida de diminuir as incongruências entre os países centrais e os periféricos.

A proposta de Furtado apresenta uma teoria com caráter multiplicador no conjunto do sistema econômico visando à produção industrial interna, o que contribui para solidificar a ideia do Processo de Substituição de Importações (PSI). O principal ponto teórico da corrente cepalina aponta a pequena rentabilidade dos produtos agroexportáveis no longo prazo pelas economias latino-americanas, frente aos produtos manufaturados dos países centrais. A principal crítica de Prebisch (1949) está pautada nas vantagens comparativas, a qual expõe que os ganhos do comércio internacional seriam divididos equitativamente entre os países. Para o autor a industrialização seria a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico aos países latino-americanos periféricos e a de que esse crescimento traria implícita uma tendência ao desequilíbrio externo, ou seja, a deterioração dos termos de troca⁶. Dessa forma, os países da América Latina tinham perdas contínuas devido à deterioração dos termos de troca. Prebisch (1949) descarta a validade das teorias sobre a divisão internacional do trabalho. As perdas observadas pela AL desde o final do século XIX, devido o atraso tecnológico e a persistência em produzir apenas agroexportáveis, ou seja, o autor afirma que os preços dos produtos primários vêm se deteriorando há muito tempo em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros.

Es cierto que el razonamiento acerca de las ventajas económicas de la división internacional del trabajo es de una validez teórica inobjetable. Pero suele olvidarse que se basa sobre una premisa terminantemente contradicha por los hechos. Según esta premisa, el fruto del progreso técnico tiende a

⁶ A tendência à deterioração dos termos de troca se constituiria por conta da diferença na elasticidade-renda das importações do centro (inelástica) e da periferia (elástica). Assim, quando ocorreram incrementos de renda, as importações dos países centrais cresceram relativamente menos do que as importações dos países da periferia. (CARDOSO, 2012, p.25).

repartirse parejamente entre toda la colectividad, ya sea por la baja de los precios o por el alza equivalente de los ingresos. Mediante el intercambio internacional, los países de producción primaria obtienen su parte en aquel fruto. No necesitan, pues, industrializarse. Antes bien, su menor eficiencia les haría perder irremisiblemente las ventajas clásicas del intercambio. (PREBISCH, 1949, p. 296).

Outra questão levantada pelo autor seria o quanto e o que importar ou produzir internamente. Vale observar que, para que fossem alcançados resultados satisfatórios relativos a melhoras no padrão de vida do conjunto da população, far-se-ia necessário que, além da transformação da estrutura produtiva, ocorresse uma profunda transformação social. Sem isso, os benefícios das transformações produtivas seriam absorvidos apenas pelas elites. O saldo desse processo foi à rápida ascensão da indústria brasileira, esta passou a ser o componente dinâmico da economia, uma vertente que rompe com a lógica agroexportadora e se volta ao desenvolvimento interno.

O conceito de substituição de importações além de significar o início da produção interna de um bem antes importado, denota também uma mudança qualitativa na pauta de importações do país. Conforme aumenta a produção interna de bens de consumo anteriormente importados, aumenta também a importação de capital e de bens intermediários necessários para essa produção. (LACERDA 2002, p. 73).

Nesse trecho, observa-se que a industrialização por substituição de importações não é completa, já que o setor de bens de capital e bens intermediários era, em grande parte, importado. Por isso, esse período apresenta algumas limitações que segundo Mello (1982) se estende até o governo de JK, o autor denominou esse período de “industrialização restringida”, ou seja, as bases técnicas e financeiras necessárias para que fossem implantados os alicerces industriais que permitiria o crescimento da capacidade produtiva juntamente com a demanda.

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas foi responsável por um novo golpe de Estado e instalou-se um período ditatorial conhecido como Estado Novo, que se estendeu até 1945. Dessa forma, o governo federal concentrou a maioria das decisões políticas e econômicas, viabilizando assim grandes projetos industriais, ilustrados pelas estatais que foram criadas naquela época. Dentre as mais importantes, Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945). Assim sendo, Lacerda (2002) apresenta a tentativa do Estado de assumir o papel de protagonista para o desenvolvimento industrial do país.

Nesse período, observou-se também a implantação de agências do governo encarregadas de atender as necessidades da regulação da economia. Um marco para a história econômica do país foi o estabelecimento da legislação trabalhista, o que foi fator chave para organização do mercado de trabalho urbano. Em 1943 foi estabelecida a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), está se fez pela junção de uma série de medidas adotadas a partir da década de 1930, visando estabelecer os direitos dos trabalhadores urbanos.

Os novos direitos trabalhistas foram instituídos, em regra, por decretos e decretos-lei expedidos diretamente por Getúlio Vargas, com pouca interferência do Poder Legislativo na sua elaboração ou ratificação. (...) Em 1º de maio de 1943, a CLT foi aprovada pelo Decreto-Lei n. 5452, o qual, entretanto, só restou publicado no Diário Oficial de 9 de agosto, para entrar em vigor três meses depois (em 10.11.43). O atraso na publicação oficial da CLT foi motivado pela necessidade de serem prestados diversos esclarecimentos pelo Presidente da República a ponderações e críticas que lhe foram endereçadas por associações e por um Ministro de Estado. As alterações propostas ao projeto definitivo foram todas rejeitadas. (CEZAR, 2008, p. 15 e 19).

Ianni (1977) relata a instauração das principais medidas: salário mínimo; jornada máxima de oito horas de trabalho; igualdade salarial, sem distinção de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; repouso semanal remunerado; férias anuais remuneradas; proibição de trabalho noturno a menores de 16 anos; proibição de trabalho a menores de 14 anos; assistência médica as trabalhadoras gestantes; carteira profissional; regras jurídicas para sindicatos, federações e confederações etc.

Lacerda (2002) aponta que em países como: Alemanha, Japão e Itália também se industrializaram tardiamente – porém, muito antes do Brasil - e só foi possível devido à intervenção e estimulação por parte do Estado. Diferente da gênese da industrialização ocorrida na Inglaterra e França. Dessa forma, fica claro que a viabilidade para industrialização do país partiria por parte do Estado. Lacerda (2002) observa que no período pós-guerra os mercados emergentes não eram vistos como potenciais pelas empresas multinacionais, por isso, a única alternativa viável seria o estímulo do Governo.

A Segunda Guerra Mundial teve seus desdobramentos entre 1939 e 1945. No período de 1939 a 1942 o autor ressalta a forte queda no crescimento do setor industrial, que atingiu apenas 1,6% a.a. Porém, a queda no crescimento da indústria não significou estagnação no setor, apenas um ritmo menor de crescimento. Destarte, a Segunda Guerra Mundial cooperou para que o Brasil conseguisse importar recursos financeiros suficientes para construir a primeira grande siderúrgica no Brasil, a CSN em Volta Redonda – RJ. Nesse período, o

governo se preocupou em controlar a taxa cambial - a partir de 1937 - que visava, principalmente, conter as importações para equilibrar as contas externas.

No período da Segunda Guerra Mundial, apenas das dificuldades de suprimentos do exterior, ou por isso mesmo, o Governo decidiu entrar no setor da siderurgia dando início ao investimento pioneiro de Volta Redonda, cuja entrada em funcionamento em 1946 constituiu a primeira operação em grande escala na indústria pesada da América Latina. (TAVARES 1972, p. 70).

O período até aqui citado trouxe novas configurações para o mercado de trabalho. As transformações no formato da população economicamente ativa podem ser observadas na seguinte.

Tabela 2: População Economicamente Ativa, 1920-1940 (em milhares de pessoas).

	1920	1940	Δ 1920-1940
Agricultura	6377	9732	52,6%
Indústria	1264	1517	20,0%
Serviços	1509	3412	126,1%
Total	9150	14661	60,2%

Fonte: VILLELA e SUZIGAN, 1973, p. 94, Tabela II.9.

O que chama atenção na Tabela 2 é que houve maior crescimento no setor de serviços quase 130% em 20 anos. Não apenas o crescimento da população economicamente ativa, mas as mudanças de paradigmas da produção nacional também apontam para alterações na população urbana.

Tabela 3: Estimativas da população urbana.

1920	10,70%
1940	31,24%
1950	36,16%

Fonte: OLIVEN 1980, p. 69, Tabela 1.

A Tabela 3 apresenta estimativas da população urbana entre as décadas de 1920 a 1950. Entre a década de 1920 e 1940 observou-se um fluxo intenso de pessoas saindo do campo para a cidade, um aumento de quase 21% da população urbana em duas décadas. A

lógica industrial até a década de 1950 estava profundamente ligada à cidade e a urbanização. Essa migração permeou o imaginário popular na ida para cidade, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Após o fim Segunda Guerra Mundial (1945) o Brasil retoma a democracia, com a eleição do general Eurico Gaspar Dutra. Nesse período os preceitos liberais de Breton Woods⁷ começaram a ser disseminadas. Seguidas crises no balanço de pagamentos que ocorreu após a Segunda Guerra fez com que o liberalismo fosse abandonado e deu lugar ao modelo de desenvolvimento industrial com participação intensa do Estado. Baer (2002) relata que era mantida uma taxa de câmbio sobrevalorizada e algumas medidas para conter as importações de bens de consumo não essenciais. Assim se deu um estímulo à implantação de indústrias para prover esses bens de consumo, e também os produtos duráveis que ainda não eram fabricados no Brasil. “Essa foi basicamente a fase da implantação das indústrias de aparelhos eletrodomésticos e outros artefatos de consumo durável.” (TAVARES 1972, p. 71). Além do controle das importações, controle da taxa de câmbio, ainda pode-se citar o incentivo a indústria nacional com a concessão de crédito via Banco do Brasil.

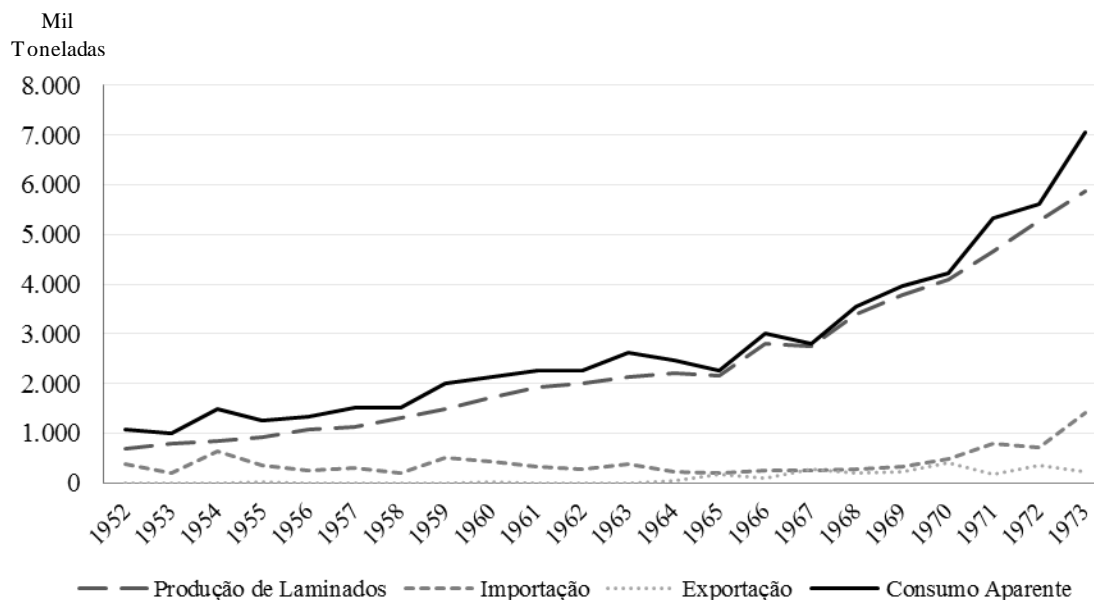
Vargas retorna à presidência em 1951, baseado em uma forte campanha em favor da industrialização e ampliação das leis trabalhistas, voltado para uma estratégia nacional-desenvolvimentista. Nesse período, cabe ressaltar a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (1952), que de acordo com Lacerda (2002) foi fundamental para o financiamento de projetos de infraestrutura de transporte, energia e do setor industrial. Outra conquista da época foi a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com foco na energia. Estas duas se tornaram ícones de um país que se modernizava e se desenvolvia. Além disso, naquele momento foi formada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), estabelecida no governo de Truman nos EUA e que ajudaria na viabilidade econômica para execução de projetos em países emergentes, no caso do Brasil propostos por Vargas, que teriam seu foco na expansão de infraestrutura básica.

No Figura 1 é possível visualizar como a indústria de base recebeu investimentos e cresceu. A siderurgia enquanto indústria necessária como insumo de outros produtos, apresenta exuberante crescimento em sua produção e consumo, uma vez que esse setor alimenta outros setores importantes na economia. Cabe observar a intensa participação do BNDE nessa fase de implantação do parque siderúrgico, em 1963 o setor consumiu 85% dos

⁷ Ver capítulo 3, SOUZA (2009).

recursos do Banco, e entre 1958 e 1967, 58% dos recursos foram destinados a siderurgia, como aponta Andrade e Cunha (2015).

Figura 1: Evolução do mercado siderúrgico brasileiro – 1952-73



Fonte: ANDRADE; CUNHA, 2015.

Em seu governo Vargas encontrou limitações, no cenário político, pois não tinha apoio da burguesia industrial, na acumulação financeira nacional. O Brasil dependia muito de financiamentos externos e também da tecnologia, o que ocasionou transformações limitadas na estrutura produtiva, como aponta Lacerda (2002). Porém, não se podem descartar os avanços que foram fundamentais para os próximos passos da indústria nacional. O fim do governo de Vargas foi marcado por pressões políticas e seu suicídio, sendo assim, o vice-presidente, Café Filho governou entre 1954/1955. Nesse momento os problemas cambiais eram o foco das políticas públicas.

De acordo com Tavares (1972) até 1949 a indústria alimentícia e têxtil detinham 50% de toda produção realizada. Já em 1958 essas duas indústrias representavam 34% da produção nacional. Ocorreu aumento considerável em outros setores industriais, como: mecânico, metalúrgico, material elétrico, transporte e química. Esses passaram a representar a parte mais dinâmica das indústrias. Observou-se que os dez anos posteriores a Segunda Guerra Mundial foram de crescimento do produto interno e maciços investimentos no setor industrial e infraestrutura.

O processo de industrialização durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial ocasionou elevados índices de crescimento econômico. A taxa média de crescimento real anual entre 1947 e 1962 foi superior a 6% e, durante o período mais intenso de industrialização, 1956 e 1962, chegou a 7,8%. Enquanto o produto real aumentou 128% de 1947 a 1961, o produto agrícola real aumentou somente 87%; o produto industrial, entretanto, aumentou 262%. (BAER 2002, p. 83).

Esse processo de industrialização foi viabilizado devido à substituição de importação, conseqüentemente o montante de investimento estava relacionado aos déficits do balanço de pagamentos.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1963) foi de continuidade, abraçou o entusiasmo de um governo democrático-populista, assim como vinha sendo feito desde o final da Segunda Guerra. JK se firmou em um discurso que tirava o Brasil do setor agrário e o levaria ao futuro industrial, urbano. O próprio desenvolvimento tinha como pilar o crescimento e desenvolvimento da indústria. Dessa forma, JK coloca nas Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1955 os alicerces para a aceleração do desenvolvimento econômico, onde seu foco seria alterações profundas na estrutura do país. O presidente via a industrialização como condição necessária para o progresso e esse era o grande objetivo de seu governo. Observando um país populoso e com grande potencial consumidor e dotado de recursos naturais, o Plano de Metas direcionava investimentos ao setor industrial e de infraestrutura.

Tabela 4: Participação dos setores da economia antes e após o Plano de Metas (1955-1960)

	Agropecuária	Indústria	Serviços
1950	24,3%	24,1%	51,6%
1955	23,5%	25,6%	50,9%
1960	17,8%	32,2%	50,0%
1963	16,3%	32,5%	51,2%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de GIAMBIAGI, 2011, p. 30.

A Tabela 4 apresenta os setores da economia e suas participações na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Observa-se considerável mudança no governo de JK em meio ao Programa de Metas. Nota-se um impulso da indústria frente à agropecuária, até 1955 estes dois setores detinham partes semelhantes na formação do PIB. Após o Programa de Metas o quadro muda e a indústria ganha espaço do setor agropecuário, este recua 5,7%.

Em 1950 a indústria de transformação detinha 18,7% do PIB, em 1955 esse valor passou para 20,4%, com a instauração do Programa de Metas, a indústria de transformação

passou em 1960 para 25,6% do PIB. O crescimento do setor industrial frente ao setor agropecuário continuou após a concretização do Programa de Metas, visto os dados do ano de 1963. Enquanto isso, o setor de serviços se manteve próximo aos 50% do PIB. O crescimento desses setores se deveu consideravelmente a vinda de montadoras estrangeiras de automóveis e também do desenvolvimento de fornecedores de autopeças nacional. O crescimento médio do setor industrial nos anos de JK foi de 11,6% a.a. O que superou a própria expansão do PIB que foi de 8,1% a.a.

De modo geral, verificou-se um aumento considerável no peso relativo das indústrias mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, de material de transporte e química, indústrias dinâmicas. O grupo como um todo aumentou a sua participação de 22% em 1949 para 38% em 1958 e 41% em 1961. O contrário se passou com as indústrias tradicionais, de alimentos, bebidas, fumo, couros e peles, têxtil, vestuário, madeira, mobiliário e editorial, cuja participação total passou de 70% em 1949 para 52% em 1958 e 49% e, 1961. (TAVARES 1972, p. 92)

Ianni (1979) ressalta que o Programa de Metas foi um projeto que visava investimentos nas áreas de energia, transporte, indústria de base, alimentação e para educação seria destinado 5% do PIB, com a realização entre 1957-61, seu slogan era “50 anos em 5” apontando para intenso e rápido desenvolvimento do país nesse período. As áreas de energia e transportes receberiam cerca de 70% do orçamento, enquanto que a indústria de base auferiria 22,3% dos investimentos totais. Outro marco no governo de JK foi à transferência da sede do governo e construção de Brasília. Nesse período, destacou-se a importância e relevância dada ao setor automobilístico, onde se fixou as raízes do setor no país.

Após a saída de JK da presidência do país, Jânio Quadros assumiu em janeiro de 1961, por voto popular. Segundo Abreu (1990) em meio a altas taxas de inflações, descontrole das contas do governo e deterioração do balanço de pagamentos, em março de 1961 foi implantado uma reforma no regime cambial, tendo como objetivo desvalorização da taxa de câmbio. Em maio do mesmo ano, o governo conseguiu negociar as dívidas com credores norte-americanos e europeus conseguindo, posteriormente, auferir novos empréstimos. Porém, o cenário político estava se desgastando, o governo brasileiro não apoiava o distanciamento dos EUA em relação a Cuba. Enquanto isso, nossa política externa estava estreitando o relacionamento com a União Soviética e era favorável a descolonização da África. A renúncia de Jânio Quadros ocorreu em 25 de agosto de 1961, o que levou a queda de sua proposta de estabilização econômica. Consequentemente João Goulart assumiu a

presidência, e entre 1961 e 1963 a política e economia do país sofreu com impasses e intensa instabilidade. Naquele período, os esforços foram direcionados ao combate a inflação e reajuste das contas do governo. Em meio a medidas econômicas ortodoxas frustradas, falta de apoio político ocorreu o golpe militar em março de 1964 que tirou o então presidente João Goulart e elevou à presidência o marechal Castelo Branco.

Nesse cenário, observou-se que a partir de 1962 o país começou passar por um período de desaceleração, o que afetou diretamente o setor industrial e o PSI. Essa desaceleração foi sentida na diminuição do crescimento do PIB, altas taxas de inflação, restrições de credibilidade externa e as contas em descontrole do governo. Embora várias teorias tenham surgido para explicar as mudanças no panorama político e econômico brasileiro, Lacerda (2002) aponta que economistas de tradição estruturalista (como Maria da Conceição Tavares) afirmaram que viria um período de crise cíclica, relacionada ao Programa de Metas, nessa concepção haveria um tempo para que a economia absorvesse todos os investimentos o que levaria ao aumento da capacidade ociosa de várias indústrias. Lacerda (2002) discorre que foi possível observar isto, na indústria automobilística, que chegou a 50% de capacidade ociosa. O setor de produtos duráveis também encarou dificuldades devido à baixa demanda. “A demanda reprimida que o PSI buscou atender esgotou-se rapidamente, em função da baixa renda per capita e da elevada concentração da renda no país.” (LACERDA, 2002, p. 100).

Após esse período de inflação alta, baixo crescimento do PIB e instabilidade política iniciou-se um novo ciclo, um novo momento para a economia e também para o setor industrial que ficou conhecido como “Milagre” brasileiro ocorreu entre 1968 e 1973. O “Milagre” econômico foi caracterizado pelas altas taxas de crescimento por vários anos na economia mundial. “Esse fenômeno provocou um intenso crescimento dos fluxos mundiais de comércio e de capitais financeiros, possibilitando um salto industrial mesmo em alguns países subdesenvolvidos.” (LACERDA 2002, p. 110).

O general Costa e Silva foi empossado ao cargo de presidente da República em março de 1967 e nomeou como ministro da fazenda Antônio Delfim Netto. Lacerda (2002) registra que entre 1967-1973 o PIB atingiu aproximadamente 11,2% a.a. enquanto a indústria cresceu em média 12,6%, e teve seu pico em 1973 chegando a 16,6%. Simultaneamente houve melhoras na taxa de inflação e nas contas do Balanço de Pagamentos, esse progresso na economia fez jus à denominação de “Milagre econômico”. Devido a esse cenário, as indústrias começaram a utilizar cada vez mais a capacidade ociosa, chegando a 100% em 1972-73, relata Abreu (1990). A partir de 1970 quando vários setores se aproximavam da

plena capacidade, tanto o governo como a iniciativa privada aumentaram os investimentos, o que beneficiou e impulsionou a indústria, porém, esses investimentos requisitaram maior volume de importações de máquinas e equipamentos.

As exportações de produtos manufaturados também melhoraram o que contribuiu para o crescimento industrial. Ainda assim, a força do setor industrial se deveu a demanda interna. Também se pode citar o crescimento da indústria de construção em função das obras de infraestrutura realizadas pelo governo. Abreu (1990) relata que a indústria de transformação cresceu por volta de 11,7% nesse período, enquanto os subsetores: mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transportes cresceram 17,1%, 15,8% e 21,2% respectivamente.

Tabela 5: Crescimento da Indústria de Transformação (em %)

Indústria	1965-1967	1967-1970	1970-1973	1974-1977
I. Bens de consumo	4,8	11,6	12,3	4,5
1. Duráveis	13,4	21,9	25,5	5,5
1.1. Transporte	13,1	23,9	24,5	-1
1.2. Elétricos	13,9	17,4	28	16
2. Não duráveis	3,6	9,7	9,1	4,2
II. Bens de produção	9,1	13,7	15,7	8,6
1. Capital	4,5	13,7	22,5	8,4
2. Intermediário	10,8	12,6	13,2	8,7

Fonte: LACERDA 2009, p. 112.

Analisando a Tabela 5 pode-se observar que entre 1965-67 o país passou por problemas no crescimento do produto interno, balanço de pagamentos, altas taxas de inflação, dificuldades as contas do governo. Já os dados da indústria entre 1967-1973 apresentam um ótimo progresso, no período do “milagre econômico”, posteriormente entre 1974-1977 o esgotamento desses anos de vultoso crescimento.

Os resultados apresentados pela indústria estavam além das condições internacionais favoráveis, mas contava também com o empenho do governo em dinamizar o setor. “O processo de formação de capital no período 1967-1973 foi significativamente influenciado pela política industrial iniciada em 1964 e coordenada pelo CDI (Comissão e depois Conselho de Desenvolvimento Industrial)” (ABREU, 1990, p. 242). Conjuntamente com o CDI o BNDE também foi importante nessa fase de financiamentos e incentivos. Enquanto isso, os investimentos nas estatais estavam por volta de 20% a.a. o que apontava para o aumento da participação dessas empresas no PIB. Os ganhos trazidos com o período do “milagre”

começaram a se esgotar em 1973, com o primeiro choque do petróleo, o preço desse insumo subiu 400% naquele ano, desestabilizando e tornando deficitário o balanço de pagamentos. Nesse período o Brasil ainda importava 80% do petróleo utilizado.

Em 1974 o general Ernesto Geisel conduziu a presidência do país e teve de lidar com problemas advindos com o “milagre”, o principal dele se apresentava com o aumento da dependência externa, devido a expansão das importações e da dívida externa. Outro fator preocupante intrínseco ao crescimento do país foi à excessiva dependência do petróleo, em 1967 as importações rondavam 59% do consumo, já em 1973 estavam em torno de 80% do total utilizado. Naquele momento, o enfraquecimento do ritmo de crescimento chegava a toda economia mundial, diminuindo a liquidez internacional. Os países centrais, por sua vez, aumentaram a taxa de juros o que comprometeu diretamente a capacidade de importar dos países periféricos.

Contudo, a estratégia do governo de Geisel seguiu a busca pelo crescimento econômico. Baer (2002) explica que em 1975 a principal política adotada para dar continuidade ao progresso econômico foi o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND: 1975-79). Esse projeto consistia em direcionar investimentos públicos e privados para metas específicas, direcionados a setores com grandes “pontos de estrangulamento” que atrapalhavam o prosseguimento e desenvolvimento da economia brasileira, como: infraestrutura, bens de produção, energia e exportação. Assim como explica Baer (2002):

(1) substituição das importações de produtos industriais básicos (como aço, alumínio, cobre, fertilizantes, produtos petroquímicos) e bens de capital e (2) rápida expansão da infraestrutura econômica (energia hidráulica e nuclear, produção de álcool, transportes e comunicações). Muitos desses investimentos foram realizados por empresas estatais (em campos como energia, aço e infraestrutura econômica), enquanto outros (principalmente bens de capital) foram executados pelo setor privado, com apoio financeiro maciço do Banco de Desenvolvimento (BNDE). (BAER, 2002, p. 110).

O autor relata que, o grande objetivo do Estado era melhorar a autossuficiência do Brasil em setores como o de energia, transportes e indústria pesada, pois seriam fundamentais para a nova fase de substituição de importações. No setor industrial se destacou os investimentos na siderurgia, química pesada, metais não ferrosos, minerais não metálicos, exploração petrolífera e derivados. O objetivo era de ampliar a capacidade exportadora de produtos primários, manufaturados e semimanufaturados. Desta forma, o PSI estaria incumbido de realizar a compra de equipamentos, concessão de crédito, isenção de impostos

sobre importações. Assim como assinalou Baer (2002) parte dos investimentos foram financiados pelo BNDE, logo após o impacto inicial do aumento do preço do petróleo, o mercado internacional melhorou sua liquidez (a partir de 1975) com os petrodólares o que ajudou no financiamento do II PND. Algumas obras importantes do II PND foram: Telebrás (1972); Angra 1 (1972); Usina Hidrelétrica de Itaipu (1975); Angra 2 (1975); PróAlcool (1975); Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1976); Complexo Carajás (1979).

De forma geral, Abreu (1990) relata que as estratégias do II PND embora tenham tido prazos prorrogados, e sua complexidade e ambição, e o fato do projeto ter sido de grande magnitude, constatou-se vários objetivos alcançados. Contribuindo assim, para o crescimento do produto, diminuição das importações e aumento nas exportações. Porém, seus resultados começaram a ser notados apenas a partir de 1983-84.

Tabela 6: Taxas de crescimento da indústria entre 1973-1979 (em%)

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Indústria	17,04	8,49	4,9	11,74	3,14	6,44	6,8

Fonte: BAER 2002, p. 482.

A Tabela 6 apresenta o crescimento da indústria nos anos supracitados, a partir do governo de Geisel seguindo os anos de implantação do II PND, como dito anteriormente, seus efeitos só começaram a transparecer na década seguinte.

Todo empenho direcionado ao setor industrial pode ser observado nas alterações urbanas ocorridas no período. Santos (1993) discorre que entre 1940 e 1980 deu-se uma inversão em relação à residência da população brasileira. Em 1940 a taxa de urbanização rondava os 30% da população total, já em 1980 essa porcentagem passou a ser quase 70%.

Tabela 7: População brasileira (1950-1980)

	População Total (em 1.000)	População Urbana (em 1.000)	Índice de Urbanização
1950	51.944	18.783	36,16
1960	70.191	31.956	45,52
1970	93.139	52.905	56,80
1980	119.099	82.013	65,86

Fonte: SANTOS 1993, p. 29

A Tabela 7 exibi a população total, urbana e o índice de urbanização no Brasil entre a década de 1950 e 1980 observa-se um aumento expressivo da população urbana, esse aumento representa uma migração de quase 30% de pessoas para áreas urbanas, no período observado.

De acordo com Santos (1993) a década de 1960 marcou um ponto de inflexão para o aumento da população urbana, pois esse aumento já era maior que o da população total, em termos absolutos. O autor comenta que após o século XVIII e mais ainda o século XIX a ocupação do território deixa de ser pela valorização do natural e passa a valorizar mecanização do território. Dessa forma, Santos (1993) aponta para o meio técnico científico, que é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de produção. Observou-se que em um curto período de tempo o Brasil acelerou a mecanização de seu território. Após a Segunda Guerra Mundial houve integração no território, devido às estradas de ferro, somadas ao empenho e investimentos em infraestrutura o país observou rápido crescimento, desenvolvimento industrial, como foi visto, e também o aumento exponencial da população. “A população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito, servem como impulso à expansão industrial.” (SANTOS, 1993, p. 36).

A partir dessas modificações técnicas produtivas inerentes ao próprio sistema capitalista a lógica das cidades mudou. O autor argumenta que antes eram cidades notáveis, com personalidade, a partir de então, se tornaram cidades econômicas. A lógica produtiva industrial se apresenta como o moderno, a continuidade e evolução, nesse sentido, a urbanização e interligação de áreas, antes isoladas, ocorreram como necessárias ao desenvolvimento do país. A urbanização é mais do que apenas mudanças espaciais, tem a ver com alterações históricas e sociais. A saída da população do campo para a cidade fez parte desse processo de modernização. A urbanização das cidades passou a ser imprescindível para dar conta da população que saía do campo em busca de emprego nas cidades. O fluxo intenso de pessoas para as cidades não foi acompanhado de adequado planejamento urbano, principalmente nos grandes centros urbanos, o que causou e ainda é visto nos dias atuais, profundas desigualdades e segregações do espaço e da sociedade percebido nas favelas. Dessa forma, o desenvolvimento industrial esteve durante esse período, diretamente vinculado à urbanização.

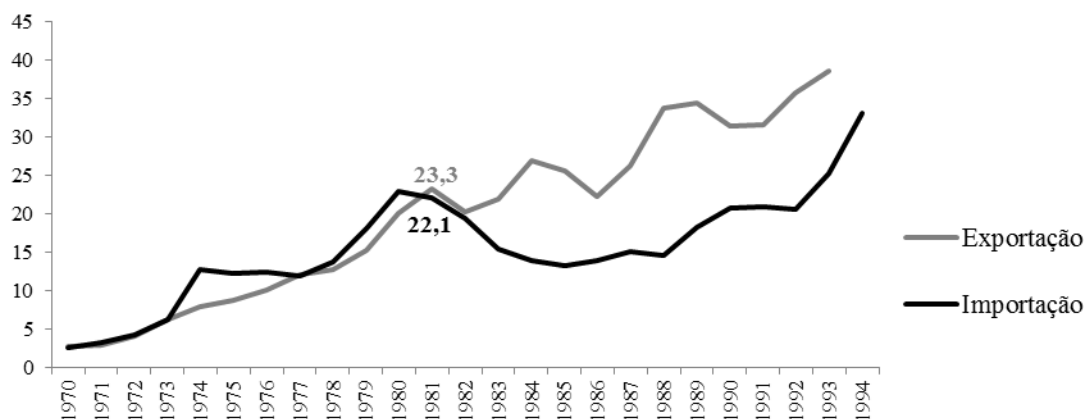
Em suma, observou-se nesta seção o início do processo de industrialização brasileira e seus ciclos. A partir de 1929 com as limitações do setor agroexportador, imposto pela crise internacional que se iniciou nesse mesmo ano, observou-se a urgência da mudança no padrão

industrial e de exportação. Durante os anos que seguiram, mesmo que em alguns momentos fossem encontradas restrições, econômicas ou políticas, o país gozou vasto crescimento do produto interno, do setor industrial, da infraestrutura, da urbanização etc. Pode-se dizer entre 1929 a 1979 foi um período de amadurecimento, em grande parte tendo o Estado como indutor e interventor. A descontinuação desse modelo é visto a partir dos anos de 1980 com o início de profundas mudanças estruturais econômicas e políticas trazidas como novos paradigmas pelo *mainstream* internacional.

1.1.2. Década perdida, Neoliberalismo e Consenso de Washington.

Os aumentos no preço internacional do petróleo a partir da década de 1970 desencadeou uma série de dificuldades na economia mundial, que se estenderam até 1980. A principal delas foi à elevação das taxas de juros internacionais o que levou a escassez de financiamentos estrangeiros e aumento no montante das dívidas contraídas anteriormente, principalmente pelos países periféricos que dependiam de financiamentos externos. De acordo com Lacerda (2002) a crise da dívida externa na década de 1980 estava associada ao processo de inserção internacional. Embora, seja apontada pelo autor como uma crise cambial e o aumento do endividamento, principalmente a partir do milagre econômico. Teoricamente pelo financiamento externo, os autores ortodoxos apontavam para exacerbada estatização da economia brasileira, enquanto autores keynesianos e estruturalistas relacionaram com o aumento do endividamento externo, pois durante cinquenta anos o Estado impôs e buscou a consolidação do PSI. O autor discorre que a partir do primeiro choque do petróleo, ainda na década de 1970, e no decorrer da implantação do II PND a dívida externa cresceu devido ao financiamento dos déficits nas transações correntes do Balanço de Pagamentos. Na sequência houve o segundo choque do petróleo o que acarretou aumento nos juros da dívida externa, dessa forma ela passou a se retroalimentar somada a deterioração dos termos de troca. O Brasil adotou, naquele momento, uma política recessiva para a economia, a fim de conter os déficits no Balanço de Pagamentos o que ocasionou decréscimo no produto interno de 3,1% em 1981.

Gráfico 2: Balanço de Pagamentos: Brasil 1970-1994 (US\$ Bilhões)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos por LACERDA 2002 p. 149.

O Gráfico 2 apresenta a tendência declinante das importações face as exportações, principalmente a partir de 1981 com as políticas ortodoxas recessivas adotadas no período, para conter as perdas nas transações correntes do BP, principalmente na conta capital, vez que a balança comercial não estava comprometida devido aos saldos da exportação, que teve um excelente desempenho como mostra o Gráfico 3. Esse superávit se apresenta como reflexo positivo das políticas do II PND, que priorizaram investimentos infraestruturais e energéticos, como o petróleo, que ajudou na diminuição da importação desse insumo. Segundo Lacerda (2002), no ano de 1981 houve queda de 10% na produção industrial, com redução de 26,3% nos bens de consumo duráveis e 19% nos bens de capital. O crescente ataque as políticas de desenvolvimento promoveram a convergência e aceitação das políticas ortodoxas e reformas neoliberais vindas dos países desenvolvidos, além incentivou o abandono do modelo nacional-desenvolvimentista utilizado nos países da AL.

Em 1983 seguiu a política recessiva para controle das contas do BP, visto que a economia dos países periféricos estava passando por um momento de descrédito econômico, por exemplo, o caso da moratória do México em 1982. O que contribuiu para que em 1983 o PIB decrescesse 2,8%, enquanto a retração da produção foi de 55% entre 1981-83. Mesmo nesse cenário o Brasil conseguiu atingir as metas de superávits impostas pelo FMI, o que só ocorreu devido às melhorias estruturais trazidas com o II PND.

Em 1984 houve uma retomada do crescimento da produção industrial, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atingindo 7%, enquanto a indústria de transformação alcançava 6,1% naquele ano. Abreu (1990) discorre que a indústria de transformação teve melhora em 1984 devido a expansão das vendas ao mercado externo e de

insumos tecnológicos ao setor agrícola. De acordo com o autor essa recuperação foi liderada pelos setores: mecânico com 18,6% de crescimento; metalúrgico com 13,8%; e químico que cresceu 9,6%, dados referente ao ano de 1984. Observou-se que nesse ano, com exceção dos setores alimentícios, bebidas, perfumaria e têxtil, todos os outros setores cresceram. A melhoria do setor industrial foi sentida no PIB que atingiu 5,7% em 1984 interrompendo os anos de definhamento.

Em 1985 foi reestabelecida a democracia, chegou ao fim à ditadura militar com a instalação da Nova República e a vitória de Tancredo Neves, porém este não chegou a assumir a presidência devido a seu falecimento, quem assumiu foi José Sarney. A meta do governo nessa fase constituiu no combate a inflação, diferente da “era militar”, onde o foco era o crescimento econômico. Em 1984-85 houve considerável crescimento econômico, enquanto em 1984 o PIB cresceu 5,4% e 1985 em 7,8%, a inflação em 1984 alcançou 224% gerando incertezas políticas e econômicas. Nesse contexto, foi necessária à formulação de propostas para resolução do principal problema, a inflação, que obstruía o crescimento econômico do país.

Nesse cenário, de acordo com Baer (2002) a primeira proposta adotada foi o Plano Cruzado, pelo Decreto-lei 2.283 em 28 de fevereiro de 1986. Inicialmente consistia na reforma monetária (substituição da moeda, Cruzeiro pelo Cruzado), conversão dos salários, que abrangeu o poder de compra dos últimos seis meses mais abono salarial de 8% mais o gatilho salarial (se a inflação excedesse 20% seria acionado o gatilho e os salários seriam ajustados automaticamente em 20%). Outras medidas foram: congelamento de preços; fixação da taxa de câmbio; Tablita⁸, para contratos prefixados. Essas medidas afetaram inicialmente, devido ao congelamento de preços a queda imediata da inflação; crescimento econômico, consequência do crescimento da demanda agregada, que estava atrelada ao aumento da oferta de crédito, aumento dos gastos do governo e abonos salariais; pressão sobre vários mercados, pois o congelamento de preços impedia o crescimento de alguns setores. As consequências foram: o desabastecimento; e Evolução da produção industrial, principalmente nos bens de consumo duráveis, devido ao aquecimento da demanda, mas com uma tendência de decréscimo, pois a demanda estava aquecida graças às medidas adotadas pelo Plano. O efeito produzido foi um salto na produção industrial. O Plano Cruzado não atendeu as expectativas, o governo estendeu o tempo de duração do congelamento de preços, para resolver o problema do aquecimento da economia via o crescimento da demanda agregada.

⁸ A Tablita convertia valores em Cruzeiros para Cruzados a uma taxa de 0,45% ao dia, o que correspondia à média diária da inflação apurada entre dezembro de 1985 e fevereiro de 1986. (GIAMBIAGI, 2011, p. 125).

Ainda houve outra tentativa com outro pacote de medidas, o Cruzadinho, que tinha por objetivo conter o excesso de demanda. Porém, a inflação continuou subindo em ritmo acelerado, assim que acabou o período do congelamento de preços.

Em 1987 o Brasil decretou moratória dos juros da dívida externa. Naquele momento os EUA haviam elevado a taxa de juros de 3,5% ao ano para 10% ao ano, na tentativa de conter a inflação provocada pela crise do petróleo em 1979. Conjuntamente houve valorização do dólar e queda nos preços das commodities, lembrando que o setor agroexportador ainda atuava positivamente no saldo das transações correntes. Sem alternativa o presidente Sarney decreta moratória da dívida externa, somente em 1992 o Senado Federal aprovou um acordo.

O impasse político e econômico levou à implantação do Plano Bresser, em junho de 1987, as medidas adotadas foram: congelamento de preços e salários por um tempo determinado; criou-se uma unidade de reajuste de preços para o pós-congelamento (URP), desvalorização cambial; política monetária e fiscal ortodoxa. Uma das consequências mais sentidas foi às remarcações nos preços preventivas, uma vez previsto o congelamento os agentes aumentavam o preço previamente. Isso levou a piora dos desequilíbrios entre preço relativo e preço real. O plano foi recebido pela população com desconfiança, e não atingiu o objetivo, que era manter a estabilização inflacionária, levando ao aumento da inflação que atingiu 14% em dezembro de 1987.

A última tentativa do governo Sarney foi com o Plano Verão, assim como o Plano Bresser, ele era híbrido, composto por medidas ortodoxas e heterodoxas. Novamente houve o experimento do controle da demanda agregada (via juros altos e queda do déficit público), congelamento de preços, tablita, reforma monetária, nova moeda o Cruzado Novo, e por fim, a desvalorização e fixação da taxa de câmbio. Nessa altura, os agentes já desacreditavam de algumas medidas, como o congelamento dos preços e reforma monetária. Esse plano teve curta duração, houve descontrole monetário, reaceleração inflacionária rumando à hiperinflação.

Nesse contexto, a política industrial, segundo Rua (1993) se dividiu em duas fases. Entre 1985 e 1987 quando teve um cunho nacionalista, passou a defender as empresas privadas e tratar o Estado, apenas como agente promotor de mudanças. De 1988 a 1990 a política industrial foi voltada para abertura ao mercado externo dando mais autonomia as empresas e tratando o Estado como um agente regulador, nesse período há uma busca para ingressar na revolução tecnológica, porém não foi além do planejamento, naquele governo.

Rua (1993) discorre sobre os decretos-lei adotados nesse período, que dispunham sobre os instrumentos de política industrial. O Decreto-lei nº 2.433 pontua os Programas

Setoriais Integrados (PSIs) tinha por objetivo reunir os representantes das cadeias produtivas para a discussão das principais questões econômicas de sua área; os Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTIs), responsáveis pela capacitação tecnológica das empresas; e os Programas Especiais de Exportação (BEFIEEX) destinados a ampliar as exportações. O Decreto-lei nº 2.434 tinha o objetivo de reduzir os impostos de produtos industrializados. O Decreto-lei nº 2.435, era responsável por reduzir e eliminar os controles burocráticos à exportação. Por fim, o Decreto nº 96.056 basicamente objetivava reorganizar o CDI responsável pela formulação de política industrial. Não se obteve o resultado desejado, o de avançar em relação à política industrial, por entraves burocráticos, devido ao momento de mudança de regime político de autoritário para democrático. O que ocorreu nessa época foi que a indústria nacional ficou esquecida no planejamento governamental, em momentos de aquecimento da demanda agregada, o desempenho industrial melhorava, mas não manteve o crescimento no longo prazo, de forma que a inflação, depois de um plano econômico implantado, se acelerava novamente, prejudicando os investimentos no setor. No que tange ao aperfeiçoamento tecnológico, o único ponto importante a se destacar foi o início da abertura comercial, de forma discreta.

Em meio às mudanças econômicas e políticas é estabelecida a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a nova Constituição, traz um tanto quanto atrasada algumas questões em seu texto, sobre a questão social, que vinha perdendo força devido ao receituário liberal. O Brasil de acordo com Fagnani (2005) estava na contramão dos países desenvolvidos que começaram a praticar, com mais intensidade, políticas sociais a partir de 1945 em um momento favorável ao Estado intervencionista. Em 1988 havia certo esgotamento do Estado Nacional Desenvolvimentista, período de ascensão de políticas conservadoras admitidas pelo modelo neoliberal. Dessa forma, o ambiente dos anos de 1990 não era favorável a uma nova agenda social. “O embrião de Estado Social esboçado pela Constituição de 1988, emergiu praticamente natimorto.” (FAGNANI, 2005, p. 395).

Collor assumiu a presidência em 1990, ainda que a questão inflacionária fosse o centro das políticas públicas e sua situação era ainda pior (acima de 80% ao mês), seu discurso se pautava em um plano para o crescimento brasileiro, mas diferente das últimas décadas quando o Estado esteve como ator principal em relação ao desenvolvimento industrial. Um ponto importante de seu discurso era sobre a necessidade de abertura comercial e privatizações, para que o país tivesse acesso e incentivo às inovações tecnológicas.

Baer (2002) discorre sobre a pressão inflacionária daquele período. A necessidade do combate a inflação fez o, então presidente, lançar o Plano Collor, com as seguintes medidas:

Reforma Monetária, através desta o Cruzeiro foi reintroduzido como padrão monetário; A redução drástica da liquidez, como um confisco à fluidez monetária: bloqueio de depósitos a vista, poupanças, aplicações e fundos de curto prazo; Reforma administrativa e fiscal; Congelamento de preços e desindexação de salários; Adoção de um regime cambial de taxas flutuantes e Abertura comercial. Os impactos do Plano Collor I foram: inicialmente uma retração da inflação, chegando a 10% ao mês, entretanto a inflação voltou a se acelerar ao longo do ano; diminuição do PIB, chegando à recessão. “O PIB real caiu 7,8% no segundo trimestre de 1990.” (BAER, 2002, p. 203). A abertura comercial e as privatizações aumentaram a competição, mas não a competitividade das empresas brasileiras. Dessa maneira, as empresas nacionais sentiram o impacto negativo da entrada de produtos estrangeiros no país, pois não estavam preparadas para tal transformação no mercado, houve deterioração da balança comercial, consequência do crescimento das importações.

No tocante ao setor industrial, Giambiagi (2011) relata que no Plano Collor foi criada a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), que teria o objetivo de iniciar um incentivo a competição, para Collor a indústria nacional estava obsoleta, e a recuperação industrial era vista pelo governo como uma prioridade e condição para estabilidade dos preços. Apesar de ter havido um crescimento de 0,7% entre 1989 e 1994 em P&D, na tentativa da busca pela inovação tecnológica, o ponto em que se apoiou a PICE foram às privatizações e abertura comercial. Ou seja, houve investimentos em P&D, mas não o suficiente para gerar a competitividade esperada pelo governo, por fim, ele optou pelas privatizações, para alcançar o resultado desejado. Essa competição seria necessária para o melhoramento da eficiência e fomentaria a inovação tecnológica interna, mas o objetivo não foi alcançado.

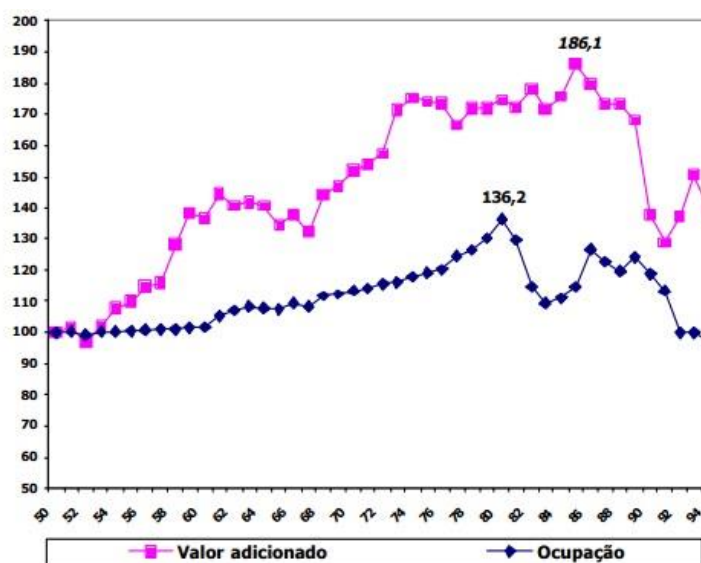
Guimarães (1996) relata que para a implementação da PICE foram traçadas algumas estratégias: em primeiro lugar, a redução da proteção tarifária, eliminação de subsídios e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência; outra questão estava pautada na reestruturação competitiva da indústria por meio de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infraestrutura tecnológica; terceiro ponto visava o fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores, por meio de especialização da produção; um quarto ponto objetivava a exposição planejada da indústria de tecnologia de ponta e do apoio à difusão das inovações nos demais setores; e por último a busca pela capacitação tecnológica da empresa nacional, por meio de proteção tarifária seletiva às indústrias de tecnologia de ponta e do apoio ao fomento das inovações nos demais setores.

O autor relata que a política da PICE deveria ser introduzida com o apoio de alguns mecanismos, sendo esses: o Programa de Competitividade Industrial, voltado para o desenvolvimento dos setores de tecnologia de ponta e a reestruturação dos setores industrial para obtenção de preços e qualidades num padrão internacional; e o PBQP, difusão de métodos modernos de gestão empresarial, capacitação de recursos humanos, melhoramento na infraestrutura de serviços tecnológicos. Para isso, utilizaram alguns instrumentos econômicos: política de financiamento, que seria investimento em capital fixo, capacitação tecnológica, e financiamento do comércio exterior; política de exportações visava à criação de mecanismos para a exportação de produtos, com a criação do Banco de Comércio Exterior; política de importações visava à utilização da tarifa aduaneira como único instrumento da política de importação, ênfase na legislação de defesa da concorrência; apoio à capacitação tecnológica da indústria; e a utilização do poder de compra do Estado, forma de gerar demanda para os setores tecnológicos de ponta e promoção de projetos de pesquisa. A conclusão sobre a política industrial no governo Collor é que foram muito diferentes das políticas dos governos anteriores, porém o autor ressalta que os avanços alcançados na implantação dessas políticas foram modestos e não lograram sucesso.

A questão industrial nesse período foi envolta na discussão de modernização e melhoria na competitividade o que apareceu como prioridade o Plano Nacional de Desestatização, através dele pretendia-se, modernizar o parque industrial, consolidar a estabilidade e diminuir o endividamento interno. Entre 1990 e 1994 foram privatizadas trinta e três empresas, os principais setores foram o de siderurgia, petroquímicas e fertilizantes, a receita auferida foi de US\$8,6 bilhões, com transferência para o setor privado de US\$3,3 bilhões em dívidas.

A Figura 2 apresenta a trajetória da indústria de transformação na composição do valor adicionado. Em 1985 ainda sentindo os efeitos da melhoria estrutural do II PND a indústria de transformação tem seu pico de crescimento da indústria com 86% quando comparada com 1950, enquanto em 1981 o pessoal ocupado no setor chegou a seu auge, mesmo assim, essa década apresentou certa estagnação do PIB, com exceção dos anos mencionados. Entretanto esses números começam a desabar em 1989, se recupera um pouco em 1994, mas com tendência de queda.

Figura 2: Brasil - Evolução dos índices de participação da indústria de transformação no valor adicionado total e da ocupação da indústria de transformação na ocupação total 1950 a 1994



Fonte: IPEA, 2008, p. 3.

Entre 1950 e 1980, a indústria de transformação aumentou a sua participação relativa em 86,1% no PIB. Corresponhia a 19,3% do PIB em 1950 e passou para 35,9% em 1980. Além disso, houve um aumento de 36% dos trabalhadores do setor na ocupação total (de 12,8%, em 1950, para 17,4% em 1980). (IPEA, 2008, p. 02).

Em 1992 o presidente Collor passou pelo processo de impeachment e a presidência foi assumida por seu vice, Itamar Franco em outubro de 1992. Em maio de 1993 iniciou-se a implantação do Plano Real, com FHC como ministro da Fazenda. Em primeiro de março de 1994 foi introduzida a URV, em paridade com o dólar, a maioria dos contratos convertidos para essa nova unidade de conta, exceto salários, aluguéis residenciais, mensalidades escolares, preços e tarifas públicas. A última etapa do Plano Real foi concretizada em primeiro de julho de 1994, depois de quatro meses de conversões de contratos a moeda denominada Real começou a ser emitida pelo Banco Central com paridade cambial e teto máximo de R\$ 1,00/US\$1.00 (havia o teto de US\$ 1.00, mas poderia flutuar para baixo), ou seja, um real comprava um dólar. Sem dúvida, a consolidação do Plano Real foi importante para projetar a retomada do crescimento econômico.

Cabe ressaltar que as medidas adotadas no fim da década de 1980 e início de 1990 estão diretamente relacionadas à adesão do receituário neoliberal, proposto pelo Consenso de

Washington. Bresser-Pereira (2006) relata que a partir dos anos de 1990 os países da AL observaram a deterioração de suas contas, devido à abertura comercial e apreciação de suas moedas. Adotaram sem restrições as reformas “impostas” pelo neoliberalismo. É perceptível na maneira deliberada que foram feitas as privatizações no Brasil, a mudança de paradigma na formulação das políticas públicas foi sentida pela economia. Antes, uma estratégia persistente desenvolvimentista entre 1930 e 1980, a partir de então, a dissuasão da posição do governo de atuante direto na economia passa a ser facilitador para os investimentos privados.

Entretanto, o enfraquecimento provocado pela grande crise dos anos 1980 combinado com a força hegemônica da onda ideológica que tem início nos Estados Unidos ao longo da década de 1970, faz com que a constituição das nações latino-americanas seja interrompida, regredindo. As elites locais deixam de pensar com a própria cabeça, aceitam os conselhos e as pressões vindas do Norte, e os países, sem estratégia nacional de desenvolvimento, veem seu desenvolvimento estancar. A ortodoxia convencional, que então substitui o nacional-desenvolvimentismo, não havia sido elaborada no país e não refletia as preocupações nem os interesses nacionais, mas as visões e os objetivos dos países ricos. Além disso, como é próprio da ideologia neoliberal, era uma proposta negativa que supunha a possibilidade dos mercados coordenarem tudo automaticamente, além de proporem que o Estado deixasse de realizar o papel econômico que sempre exerceu nos países desenvolvidos: o de complementar a coordenação do mercado para promover o desenvolvimento econômico e a equidade. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 09).

As dificuldades enfrentadas pelos países desenvolvidos, principalmente os EUA, desde a década de 1970 pressionou-os para adotar novas políticas externas, relata Souza (2009). O diagnóstico apontado pelo neoliberalismo foi “excesso de Estado na economia”, para ratificar esse argumento foi reintroduzido o ideário neoliberal, de acordo com este, o mundo estaria passando por um processo de globalização da economia, à vista disso seria necessário, em âmbito mundial, que a economia fosse regulada pelo mercado. Esse ideário foi elaborado em um documento conhecido como Consenso de Washington e foi implementado em vários países, inclusive o Brasil.

De acordo com Souza (2009), esse documento pode ser resumido em quatro pontos. O primeiro tratou sobre a “abertura comercial”, o que significou o fim das barreiras protecionistas entre os países, ou seja, importação e exportação com menos taxas e impostos, os mercados se tornaram mais acessíveis. O objetivo era a abertura dos mercados internacionais, Souza (2009) afirma que os países desenvolvidos visavam os mercados latino-americanos, para introdução de seus produtos. O segundo ponto cuidou da “desestatização”,

ou seja, a privatização das empresas estatais. Seguindo a regra de menos Estado na economia, essas empresas passariam para o controle privado. No Brasil foi possível perceber que muitas dessas empresas passaram para o controle de empresas transnacionais. Em terceiro lugar observou-se a imposição de “desregulamentação financeira”, isto é, o fim de regras que impediam ou limitavam o movimento do capital internacional, principalmente o capital especulativo visando os setores de aplicações rentáveis, seguros e que gerassem excedentes financeiros para sua livre circulação. Por fim, o quarto ponto apresentou a “flexibilização das relações de trabalho”, o que significou a redução e/ou erradicação de direitos trabalhistas e previdenciários. Essa medida pôde ser sentida com mais intensidade, a partir de 1994 essa redução do benefício cooperou para o enfraquecimento dos sindicatos, aumentou o desemprego e favoreceu as empresas transnacionais para se instalarem no país e reduzirem seus custos.

Sistematizou-se assim, sob a forma de programa, o que passou a chamar-se de neoliberalismo, ideologia que prega a retirada do Estado da economia e regulação econômica por meio do mercado. (...) o Estado deveria limitar-se a promover os “mercados competitivos” e a garantir a “lei e ordem” e os “contratos privados”. Isso significa que não caberia outro papel ao Estado que proteger propriedade privada e seu corolário, o mercado. E este, deixado livre cuidaria da regulação da economia. Era o ressurgimento do pensamento neoclássico, que predomina nas Ciências Econômicas até a Grande Depressão (1929). (SOUZA, 2009, p. 124).

Dessa forma, o Consenso de Washington retoma o paradigma liberal que operava antes da crise de 1929. Souza (2009) discorre sobre a diminuição das barreiras comerciais conjuntamente com a valorização das moedas dos países latino americanos favoreceu a produção e entradas de produtos estrangeiros no país. O autor apresenta dados levantados pela Cepal em relação às importações dos países latino-americanos, a tarifa média caiu de 40% para 15% sem exigir nenhuma contrapartida dos países exportadores. Isso significa a drástica redução da proteção das economias subdesenvolvidas aumentando a vulnerabilidade frente aos países desenvolvidos e tecnologicamente mais avançados.

De acordo com Fagnani (2005), em 1990 mais de 60 países já tinham difundido o Consenso de Washington, em especial os países periféricos. Não havia grandes diferenças entre o “velho” e o “novo” liberalismo ambos são à favor do individualismo e contra a intervenção do Estado e as questões sociais. A agenda neoliberal, a partir de 1990, apresentou desafios no sentido de enfrentar a modernização e competitividade das econômicas, para buscar maior integração internacional em um mundo cada vez mais globalizado.

“Descentralizar, privatizar e focar os gastos sociais nos grupos mais pobres também são movimentos identificados como vetores estruturantes das reformas de programas sociais preconizadas pelo neoliberalismo.” (FAGNANI, 2005, p. 403). Essas regras se mostram mais imperativas nos países latino-americanos e processo de ajustamento econômico. O mercado de trabalho foi fortemente afetado pelas prescrições neoliberais em todo o mundo, no Brasil verificou-se na década de 1990 um retrocesso das conquistas do pós-guerra.

Logo começou a aparecer os efeitos colaterais da adoção de tais políticas, a deterioração das contas externas foi a principal, houve também por parte dos EUA a tentativa de implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com a intenção de zerar as tarifas aduaneiras, o que seria um golpe quase fatal para a produção industrial brasileira. “Mesmo sem a ALCA esse processo de abertura comercial já havia destruído indústrias e empregos na América Latina” (SOUZA, 2009 p. 128). O autor aponta outros danos causados pela política liberal, referente à precarização das relações de trabalho, que levou milhões de trabalhadores para o subemprego, devido ao desmantelamento de várias indústrias na AL. “Além da desnacionalização e da desindustrialização, aumento do endividamento externo foi outra consequência desse processo de avanços econômica externo na América Latina na década de 1990” (SOUZA, 2009 p. 129).

Nesse período, Souza (2009) relata que o mundo assistiu a valorização da globalização no campo econômico, a qual doutrina neoliberal se apropriou e começou a difundir, na década de 1990, que estaria em curso tal processo. Esse argumento seria necessário para que as fronteiras econômicas fossem baixadas e outros países pudessem ter acesso à tecnologia, mercadorias, força de trabalho e a livre mobilidade dos capitais.

Cabe ressaltar que o ideário liberal que fora imposto aos países periféricos não foi acolhido pelos países desenvolvidos. Por exemplo, os EUA que não utilizou em sua política interna as regras do Consenso de Washington, ao invés de abertura econômica, aumentaram as taxas sobre produtos importados e também aumentaram a atuação dos investimentos públicos.

Em síntese, a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida, em meio à crise internacional, aumento considerável da inflação, perdas nas transações correntes e estagnação industrial. Viu-se uma mudança de rumo nas políticas econômicas convergindo novamente para adoção do liberalismo e suas teorias. Dessa forma, enquanto o país tentava sair de uma crise inflacionária interna, ao mesmo tempo entrou em uma “globalização econômica” despreparado. Supostamente abrindo as fronteiras para a modernização e tecnologia encontrou forte concorrência das transnacionais. Os efeitos das políticas de

abertura comercial e desestatização não surtiram o efeito desejado levando o setor industrial nacional ao “*knockout*”.

1.2. O contexto macroeconômico brasileiro a partir de 1995

A década de 1990 apresentou grandes mudanças no cenário macroeconômico, pois o Brasil passava por momentos intensos no cenário econômico e político, os desdobramentos do primeiro influenciava diretamente o segundo. Foram reformas significativas e profundas nos de 1990, visto a interrupção de um modelo – substituição de importações - que vinha sendo posto como o modelo de desenvolvimento para o país desde a década de 1930, formulada e executada pelo Estado que atuava de forma protecionista numa economia fechada. Bonelli (2006) relata que a década de 1990 foi atroz para a macroeconomia brasileira, visto que o país passou pela abertura comercial: privatizações de grande quantidade de estatais; foram cedidos monopólios públicos de infraestrutura; articulou a desregulação de vários setores econômicos; abriu-se para os investimentos estrangeiros e controlou a inflação.

Já a década de 2000 não rompeu com as políticas macroeconômicas adotadas na década anterior, porém algumas medidas se distinguem como o fortalecimento de estatais – Petrobras, Eletrobras etc. – outro ponto foi que embora as portas da “abertura comercial” continuassem abertas estavam menos escancarada do que antes. As grandes mudanças foram vistas no campo social, com a diminuição da desigualdade, do índice de miséria e fome.

No que tange ao controle inflacionário, o Plano Real foi implantado em sua totalidade em 1995, através de regras rígidas, como teto cambial a paridade. Outro ponto impactante para a macroeconomia foi o ajuste fiscal, para diminuir os gastos públicos e aumentar as receitas. O controle inflacionário foi alcançado, porém com perdas à população (sociais, salarias, aumento das desigualdades e miséria) e economia (no setor industrial nacional, nas reservas internacionais, na fragilidade econômica internacional). A década de 2000 não foi de ruptura, em relação ao controle inflacionário, houve continuação das políticas adotadas anteriormente. As Metas de Inflação⁹ seguiram no centro da política macroeconomia. A Tabela 8 apresenta os indicadores inflacionários entre 1995 e 2010 e a média inflacionárias dos governos FHC e Lula.

⁹ Metas de Inflação: o Banco Central monitora as tendências de inflação e aumenta ou diminui a taxa básica de juros (Selic), de acordo com a tendência da inflação. (PAULINO, 2010, p. 320).

Tabela 8: Taxa de inflação entre 1995 – 2010, de acordo com índices da FGV (IGP-DI) e IBGE (IPCA) em %.

Ano	IPCA	IGP-DI
1995	22,41	14,78
1996	9,56	9,34
1997	5,22	7,48
1998	1,65	1,7
1999	8,94	19,98
2000	5,97	9,81
2001	7,67	10,4
2002	12,53	26,41
Média FHC	9,24	12,49
2003	9,3	7,67
2004	7,6	12,14
2005	5,69	1,22
2006	3,14	3,79
2007	4,46	7,89
2008	5,9	9,1
2009	4,31	-1,43
2010	5,91	11,3
Média Lula	5,79	6,46

Fonte: Elaboração própria, de acordo com dados fornecidos pelo IPEADATA.

Nesse período, a inflação ficou sob controle tendo como guia metas anuais de inflação, a partir de 1999, naquele período ficou acima da meta em três ocasiões: Em 2001, onde o teto da meta era de 6% a.a.; 2002 com teto em 5,5%a.a.; e 2003 onde o teto era de 6,5%a.a.

A política de metas de inflação foi adotada no Governo FHC, em 1999, e mantida tanto no primeiro governo Lula (2002-2005) quanto no segundo (2006-2009). Essa política se baseia na fixação de uma meta de inflação para cada ano (o centro da meta), com uma margem de tolerância, e na utilização da taxa de juros como principal instrumento para a manutenção da inflação dentro do previsto. (PAULINO, 2010, p. 320).

A média da inflação nos dois períodos aponta para uma inflação quase 50% menor no período do governo Lula, em comparação com o mandato de FHC, segundo dados do IPCA¹⁰ e do IGP-DI¹¹. A trajetória da inflação no período Lula, se apresenta de forma

¹⁰ “O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é produzido pelo IBGE desde 1979. O IPCA tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao

satisfatória, tendo seu menor nível em 2003, como relatado nas próximas páginas, não apenas uma inflação baixa chama atenção, mas associada também ao crescimento do PIB.

Ainda há intenso debate sobre os resultados enquanto crescimento, desenvolvimento e progresso do setor industrial desde a estabilização monetária – que seria a guinada para a retomada do crescimento e desenvolvimento. Mas comparando dados das décadas anteriores é possível constatar que o setor industrial foi o principal afetado. Como golpe principal à indústria nacional na década de 1990 pôde-se observar a liberalização comercial, devido à baixa eficiência e produtividade, aponta Bonelli (2006), o resultado da abertura comercial para a atividade industrial nacional foi à drástica redução dos postos de trabalho e fechamento de empresas. Porém algum ganho, inicialmente, na produtividade, os quais desapareceram depois da desvalorização cambial em 1999. A continuidade na política macroeconômica e o favorecimento cada vez maior das commodities não melhorou o resultado da indústria brasileira na década de 2000. O que ocorreu foi o aumento do consumo, mas não melhoria tecnológica ou produção nacional.

Lacerda (2002) relata que o comportamento do PIB na década de 1990 foi irregular, no início, quando a inflação era elevada, o crescimento chegou a ser negativo voltando a crescer com a estabilização monetária e consolidação do Plano Real. Porém, o crescimento se apresenta em taxas decrescente, o que mostrava a dificuldade em encontrar novamente os rumos para o crescimento estável e desenvolvimento econômico. A Tabela 9 apresenta a variação anual do PIB e dos setores da economia.

Tabela 9: Variação (Δ) anual do Produto Interno Bruto (PIB) e dos setores da economia (1996-2010).

[continua]

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviço	PIB
1995	4,1	1,9	1,3	4,2
1996	3,0	1,0	2,3	2,2
1997	0,8	4,4	2,5	3,4
1998	3,4	-2,1	1,4	0,4
1999	6,5	-2,6	1,8	0,5
2000	2,7	4,4	3,8	4,4

consumo pessoal das famílias, cujo rendimento varia entre 1 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos.” BRASIL. Dados.gov.br. Disponível em: <<http://dados.gov.br/>>

¹¹ “O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é um indicador do movimento de preços que há mais de seis décadas serve às comunidades econômicas, nacional e internacional como termômetro de inflação no Brasil. Além de indicador econômico, o IGP-DI é usado como referência para correções de preços e valores contratuais. O IGP-DI também é diretamente empregado no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e das contas nacionais em geral.” FGV- IBRE Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/>>.

2001	5,3	-0,8	1,9	1,3
2002	8,0	3,9	3,1	3,1
2003	8,1	0,0	1,2	1,2
2004	2,0	8,0	4,9	5,7
2005	0,7	2,0	3,6	3,1
2006	4,8	2,0	4,4	4,0
2007	3,2	6,0	5,8	6,0
2008	5,5	3,9	4,8	5,0
2009	-3,8	-4,8	1,9	-0,2
2010	6,8	10,4	5,8	7,6

Fonte: Elaboração própria, de acordo com dados do IBGE – Contas Nacionais.

A Tabela 9 exibi a variação do crescimento do PIB e dos setores da economia entre 1995-2010, pode-se observar a instabilidade do crescimento do PIB. Esse período faz referência aos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 – 2002 e do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) entre 2003-2010. O primeiro ponto a ser observado é a diferença da média de crescimento do PIB, no governo FHC essa média foi de 2,4% a. a. enquanto que no governo Lula o crescimento aparece com uma média de 4%. Outro ponto de destaque é o PIB de 2010 que marcou como o maior crescimento das últimas duas décadas, mesmo passando pela crise internacional, iniciada em meados de 2008 – vista nos índices de crescimento de 2009 – o país se recuperou e continuou com bom crescimento.

A tabela que segue (Tabela 10) retrata o crescimento dos setores da economia e do PIB, tendo como base o ano de 1995 e apresenta o crescimento no decorrer dos anos. Nesta tabela há a separação da indústria extrativa e de transformação, visto que a indústria extrativa além do aumento dos preços internacionais, e o conseqüente aumento das exportações. Também observou-se a melhoria do setor petrolífero que logrou abundante crescimento com maiores investimentos, principalmente depois do início das operações no Pré-sal.

Tabela 10: Evolução dos setores da economia e do PIB (base 1995 = 100) [continua]

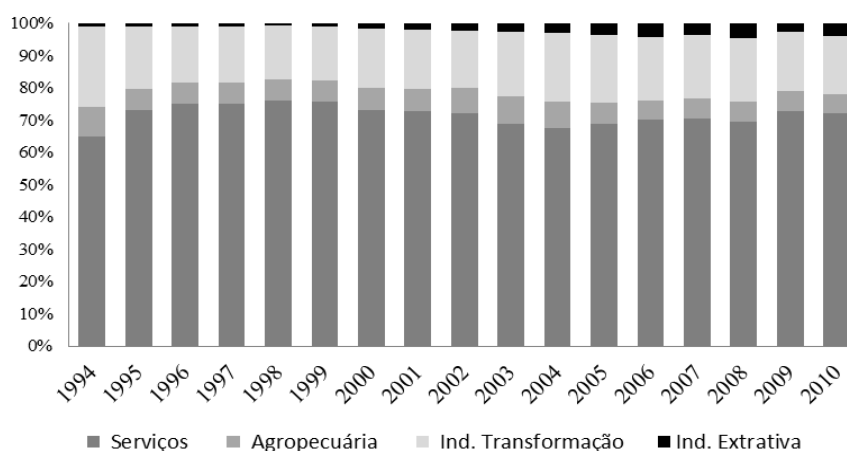
Ano	Agropecuária	Indústria		Serviços	PIB
		Extrativa	Transformação		
1995	100,0	100,00	100,00	100,00	100
1996	115,2	134,1	108,8	125,8	120,9
1997	126,1	136,5	120,7	140,8	134,7
1998	134,6	124,5	118,7	149,5	141,8
1999	142,8	180,6	130,4	159,9	153,9
2000	161,0	322,5	153,4	170,3	169,5

2001	178,6	411,6	166,8	184,6	185,5
2002	231,2	583,8	180,1	207,4	210,2
2003	299,2	734,8	244,5	234,7	242,4
2004	313,5	929,0	291,9	260,0	276,1
2005	284,8	1.322,8	315,6	294,1	306,1
2006	297,4	1.640,7	335,1	332,9	339,6
2007	339,4	1.565,1	377,5	379,5	383,1
2008	400,2	2.286,6	427,9	426,5	438,0
2009	422,0	1.429,6	428,9	475,4	469,1
2010	452,7	2.502,7	485,4	542,0	547,8

Fonte: Elaboração própria, de acordo com dados do IBGE – Contas Nacionais.

Os dados confirmam o forte ritmo de crescimento da indústria extrativa, mesmo com uma queda em 1998, principalmente a partir do ano 2000 o incremento no setor foi notável. Comparando os dois segmentos da indústria, nota-se o modesto crescimento da indústria de transformação. Na segunda parte da tabela, como dito anteriormente, se destaca o ritmo de crescimento do PIB e do setor de serviços, houve também uma melhora na indústria de transformação. Nota-se ainda como a crise internacional impactou a indústria extrativa, com uma queda de quase 40% no ano de 2009, voltando a um bom ritmo de crescimento no ano seguinte. Dessa forma, observa-se a intensidade de crescimento nos setores da economia e no PIB, no governo Lula quando comparado ao governo FHC. O gráfico seguinte demonstra a composição do valor adicionado dos setores da economia (indústria extrativa e de transformação, serviços e agropecuária) entre os anos de 1994 e 2010.

Gráfico 3: Setores da economia na composição do Valor Adicionado (%) (1994 -2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADATA, vários anos.

O Gráfico 3 evidencia a composição da produção interna e a predominância do setor de serviços na economia brasileira, observa-se também uma tendência à diminuição da indústria de transformação enquanto há crescimento na participação da indústria extrativa.

No que tange ao crescimento do setor industrial do país, visto pelo PIB, Cano (2011) ressalta a discrepância entre as décadas anteriores. Em 1970 a indústria compunha cerca de 28% do PIB, nos anos de 1980 subiu para 33% e na década de 1990 estava em torno de 25,5% do PIB até que em 1994 representava 18,6% e em 2009 chegou a 16,6%. Neste contexto, começou a ganhar corpo o debate sobre desindustrialização devido a alguns efeitos trazidos pelas políticas macroeconômicas da década de 1990 e continuadas nos até 2010, segundo Cano (2011), observando o contexto econômico havia “injusta” na competitividade internacional frente ao câmbio muito valorizado, que fazia com que a indústria nacional perdesse perante as indústrias de outros países; outro ponto ocorreu com a abertura comercial desordenada experimentada pelo país, primeiramente ainda no governo de Sarney em 1989, posteriormente em 1990, no governo Collor e arrematado por FHC a partir de 1994. Somando isso à queda das tarifas e outros mecanismos de proteção à indústria nacional dificultou a concorrência internacional; a taxa de juros elevada foi outro fator importante no enfraquecimento do setor industrial e da economia como um todo, uma vez que esta se sobrepõe as taxas de lucro, acaba com o desejo de investir dos agentes, com raras exceções onde a taxa de lucro é extraordinária.

A taxa de lucro da economia industrial moderna é relativamente contida e quando ela se confronta com uma taxa de juros como a nossa, de 12%, o empresário nacional fica atento a esse fenômeno e só investe em última instância, quando é absolutamente obrigado a investir. Do contrário, quebra e fecha. Nessas condições, o investimento é fortemente inibido, o que deixa a indústria vulnerável. Uma indústria que não investe envelhece, torna-se, em parte, obsoleta, não cresce, tem dificuldades enormes de assimilar progresso técnico no dia a dia, enfim perde produtividade e oportunidade. (CANO, 2011, p. 156).

Outra razão para o declínio do setor industrial na década de 1990 foi o aumento do investimento estrangeiro direto, embora seja uma variável interessante, esta se aloca na economia brasileira principalmente no setor de serviços, especialmente no setor financeiro, construção imobiliária, agropecuária e mineração, relata Cano (2011). Sincronicamente ocorreu o encolhimento da indústria de transformação nacional, não coincidentemente esse capital migrou para China onde os custos de produção são menores e as taxas de lucro são maiores. Enquanto isso, o Brasil começou a atrair investidores entusiasmados com a

remuneração da taxa de juros, interessados na especulação financeira; por fim, como ponto a ser pensado no setor industrial, a desaceleração do crescimento mundial, isso se arrasta desde 2007, sem uma clara saída da situação econômica internacional, inclusive a China começou a desacelerar seu crescimento extraordinário afetando desde então, diretamente a economia e indústria nacional no que se trata de matéria-prima, pois na parte industrial a produção e exportação brasileira já havia há algum tempo para China. A Tabela 11 apresenta a produção física da indústria, por categoria de uso, analisada a partir do ano de 1994. Exibi os setores da economia e seu desempenho ao longo dos dezesseis anos de governo FHC e Lula.

Tabela 11: Evolução da produção física industrial, por categoria de uso (base 1994 = 100)

Produção Física					
Bens de Capital					
Ano	Indústria	Agrícola	Construção	Energia Elétrica*	Transporte
1994	100,0	100,0	100,0	-	100,0
1995	106,2	66,1	79,7	-	98,6
1996	92,8	53,9	71,0	-	69,7
1997	93,9	69,7	103,0	-	72,2
1998	89,9	68,5	105,8	-	80,0
1999	84,9	58,1	61,4	-	80,2
2000	102,2	69,3	70,7	-	98,6
2001	107,2	83,2	87,1	-	110,6
2002	169,2	184,2	93,8	100,0	120,7
2003	173,0	230,7	86,7	110,0	129,6
2004	192,3	229,0	119,7	123,7	162,8
2005	194,4	108,3	158,1	159,1	173,6
2006	205,6	82,9	171,0	194,4	170,8
2007	236,0	148,4	202,9	245,0	201,6
2008	253,3	213,8	212,5	274,4	264,6
2009	195,0	144,1	109,4	185,1	241,3
2010	225,6	180,0	214,2	178,0	304,0

*Base 2002

Fonte: IBGE – Contas Nacionais, elaboração própria.

O comportamento da produção física de bens de capital de todos os setores obteve uma tendência negativa, entre os anos de 1996 e 1999. A indústria, entre todos os setores, foi a que se saiu um pouco melhor. Lacerda (2002) afirma que esse aumento ocorreu devido ao crescimento do grau de dependência à importação de bens de capital, o que pode trazer riscos, uma vez que ocorra evasão desses ativos. O autor relata que houve aumento na produção de

bens de consumo durável e isso ocorreu devido ao desempenho da indústria montadora de veículos. De acordo com o autor esse setor cresceu 126% entre 1990 e 1997, graças à redução do imposto sobre o produto industrializado (IPI). Ao mesmo tempo em que, a indústria nacional definhava diante da competição internacional. Isso demonstra a disparidade de crescimento dos setores o que aponta para a incompletude da matriz industrial nacional. O câmbio desvalorizado, como relatado anteriormente, tornou os produtos nacionais menos competitivos descreve Lacerda (2002). A Tabela 12 apresenta alguns dados das exportações e importações entre 1995 e 2010.

Tabela 12: Exportações e Importações brasileiras, valores correntes – 1995-2010 (Em 1.000.000 R\$)

Período	Exportação	Importação	Saldo
1995	53.153	66.763	-20,4%
1996	57.527	76.129	-24,4%
1997	66.491	91.340	-27,2%
1998	70.470	94.313	-25,3%
1999	104.038	124.201	-16,2%
2000	122.164	149.325	-18,2%
2001	162.781	191.661	-15,1%
2002	211.863	199.349	6,3%
2003	260.798	222.676	17,1%
2004	323.925	257.145	26,0%
2005	330.880	257.115	28,7%
2006	346.342	281.175	23,2%
2007	362.548	325.522	11,4%
2008	420.881	426.819	-1,4%
2009	361.680	375.120	-3,6%
2010	417.270	457.722	-8,8%

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

Entre 1995 e 2001 o resultado da balança comercial apresentou uma sequência negativa, o que impactou a economia brasileira, ao passo que, as divisas internacionais se tornavam escassas. Ocorreu uma melhora em 2002 e uma série positiva até 2007 quando as reservas internacionais se tornaram sólidas e a economia logrou crescimento. Lacerda (2002) relata que além das perdas na balança comercial os produtos industrializados foram os mais afetados diminuíram 4% na composição da pauta exportadora em relação aos produtos primários, entre 1992 e 1997. Ou seja, além da diminuição das exportações, o percentual dos

produtos primários exportados, com valor agregado menor, cresceu enquanto que os produtos industriais diminuíram.

Em relação às importações, Lacerda (2002) discorre sobre o aumento da participação dos bens de capital, resultando em um crescimento de 12% entre 1992 e 1997, o setor de máquinas e equipamentos aumentou mais de sete pontos percentuais. A taxa de câmbio conjuntamente com a abertura comercial favoreceu o aumento das importações. Com a entrada de grandes empresas internacionais aumentou a necessidade do aperfeiçoamento tecnológico, pois nesse ponto o país havia estagnado desde a década de 1980, a revolução da informática ainda não havia se concretizado solidamente por aqui. Somando a abertura comercial e a taxa de câmbio supervalorizada o resultado da balança comercial se apresenta com grandes perdas entre 1995 e 2001. Essa discrepância entre importações e exportações provocou déficits nas transações correntes, o que levou a manutenção e aumento da taxa de juros para atrair mais investidores.

Já no governo Lula, a balança comercial se comportou de forma diferente, assim como apresenta a Tabela 13 entre 2003 e 2007 somou resultados positivos. De acordo com as Contas Nacionais, entre 2002 e 2007 houve um crescimento das exportações em mais de 9% a.a. puxadas pelo crescimento mundial o aumento das exportações de commodities resultaram positivamente na balança comercial.

O Brasil também elevou sua participação nas exportações mundiais de 0,9% para 1,4%, entre 2000 e 2011, mas a participação das exportações de manufaturas se manteve inalterada em 0,7%. No caso brasileiro, foi o aumento da participação do país nas exportações agrícolas mundiais de 2,8% para 5,2% que explica o resultado geral. (PEREIRA, 2014, p. 8).

Dessa forma, observou-se na pauta exportadora do país uma tendência a reprimarização, devido ao aumento das exportações de commodities, enquanto que os produtos manufaturados se mantiveram no mesmo patamar. Este incremento nas vendas de produtos básicos está relacionado a dois fatores importantes: o primeiro está ligado ao “efeito China”, ou seja, o aumento da demanda chinesa por commodities brasileiras; o outro ponto está ligado ao aumento nos preços das commodities, o que cooperou para a melhora do valor das exportações brasileiras.

(...) a ascensão da China de sexta colocada na lista dos principais mercados de destino das exportações brasileiras em 2001 para primeira classificada em 2009. A participação chinesa passou de 3,3% para 13,2% entre 2001-2009 e foi de 17%, em 2012. Outra consequência foi a “reprimarização” da pauta exportadora, quando se considera o perfil da demanda chinesa por produtos

brasileiros. Em 2001, 60% das exportações brasileiras para a China eram de produtos básicos. O preço desses produtos registrou um aumento de 164% entre 2002 e 2008, enquanto no caso do preço das exportações de manufaturas a variação foi de 65% para o mesmo período. Logo, a importância crescente da China nas exportações brasileiras foi acompanhada do aumento dos produtos básicos na pauta total, que subiu de 23% para 48%, entre 2000 e 2011. (PEREIRA, 2014, p. 11).

Destarte, isso demonstra que o desempenho da pauta exportadora teve influência direta da subida dos preços das commodities e pelo crescimento da demanda chinesa por produtos primários. Outro ponto importante para se observar na macroeconomia brasileira se refere à taxa de desemprego. Os governos FHC e Lula mantêm uma taxa de desemprego parecida, a diferença está na tendência e na média do salário mínimo real anual.

Tabela 13: Taxa de desemprego (%) e média anual do salário mínimo real.

Anos	Taxa de desemprego ¹² (%)	Salário mínimo real (média anual)
1995	4,98	R\$ 348,49
1996	5,82	R\$ 363,50
1997	6,13	R\$ 372,73
1998	8,34	R\$ 387,73
1999	8,26	R\$ 391,30
2000	7,85	R\$ 404,71
2001	6,83	R\$ 441,47
2002	7,14	R\$ 452,74
2003	7,22	R\$ 455,90
2004	6,41	R\$ 472,87
2005	5,58	R\$ 505,78
2006	5,63	R\$ 576,88
2007	5,03	R\$ 611,74
2008	4,33	R\$ 630,56
2009	4,54	R\$ 676,09
2010	3,73	R\$ 712,01
2011	4,98	R\$ 712,64

Fonte: IBGE, elaboração própria.

A Tabela 13 apresenta o percentual dos desocupados, nota-se que a taxa de desemprego seguiu tendências diferentes nos dois governos. Enquanto, no período FHC o desemprego aumentou no decorrer dos anos, no governo Lula ocorreu o oposto, no sentido de

¹² Antiga metodologia. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>

queda. Enquanto isso, o salário mínimo real cresceu quase 60% no governo Lula e apenas 29% no governo FHC. Ou seja, a queda do desemprego foi acompanhada pelo aumento do salário real no governo Lula, o que traz não apenas um ganho econômico, mas também uma melhora social.

Uma questão que merece destaque é a composição do emprego na economia, principalmente se tratando do emprego industrial que teve um declínio considerável, no início da década de 1990 o emprego no setor de indústria de transformação correspondia, aproximadamente, a 16% do emprego total, já em 2009 esse percentual ficou em torno de 12,5%. Quando observados os setores e a intensidade tecnológica o declínio do emprego na indústria se acentua, enquanto o setor de serviços absorveu e ampliou o número de empregados no decorrer desse período. De acordo com Baltar (1996) a redução do emprego industrial teve início ainda na década de 1980 causado pela perda do dinamismo econômico do país e a diminuição do investimento resultando uma estagnação produtiva no setor industrial. Essa diminuição na geração de empregos industriais conduziu a piora das condições de trabalho, levando em consideração que esse setor é o responsável pelos empregos com melhores remunerações.

Em suma, visto alguns dados macroeconômicos no período entre 1994 e 2010, período este que abrange os mandatos de FHC e Lula observou-se alguns fatos: a inflação se manteve sob controle, sendo aproximadamente 50% menor no governo Lula; assim como o crescimento do PIB se mostrou maior entre 2003 e 2010, com destaque para o crescimento da indústria extrativa, cabe salientar que embora algumas melhoras tenham sido notadas na economia como um todo, a indústria de transformação continuou “se arrastando” nesse período, o emprego de alta tecnologia e investimentos ficaram por conta das empresas multinacionais instaladas no país, salvo raríssimas exceções; a melhoria da macroeconomia ocorreu, principalmente, devido a melhoria da balança comercial e o contexto de crescimento internacional. As políticas adotadas foram mantidas em todos os mandatos, o “velho” tripé econômico recomendado pelos conservadores, metas de inflação, câmbio flutuante e altas taxas de juros, ainda pode-se adicionar ajustes fiscais e superávits primários como políticas semelhantes nos dois governos; a taxa de desemprego se assemelha com tendência a diminuir no governo Lula e melhora na média do salário mínimo anual real.

1.2.1. FHC: estabilização monetária e sua inclinação ao neoliberalismo

O governo de FHC foi marcado por mudanças internas e externas importantes, como já citadas. De acordo com Fagnani (2005), na década de 1990 o Consenso de Washington já havia se propagado por mais de sessenta países, em especial nos países periféricos. O neoliberalismo emergiu com forte crítica ao excesso de intervencionismo do Estado na economia e os prejuízos causados ao “mercado” e suas leis naturais, prejudicando assim a lógica do mercado. O “neo” não apresenta diferenças substanciais em relação ao liberalismo clássico ambos são a favor do individualismo, liberdade para os mercados se ajustarem e contra a intervenção do Estado. Em meio a esse debate emerge a constituição de 1988, tardiamente, contendo aspectos sociais, políticos e democráticos importantes, embora as teorias liberais ainda não estivessem em pleno funcionamento, pois ainda esbarrava no entrave do fator inflacionário, já estava em curso projetos de forte cunho liberal, seguindo a tendência internacional.

A agenda neoliberal praticada a partir de 1990 se inicia com o discurso de superação de desafios no sentido de se inserir em um quadro de modernização e competitividade produtiva, vislumbrando maior integração internacional em mundo cada vez mais globalizado. “Descentralizar, privatizar e focar os gastos sociais nos grupos mais pobres também são movimentos identificados como vetores estruturantes das reformas de programas sociais preconizadas pelo neoliberalismo.” (FAGNANI 2005, p. 403). Essas regras se atingiram com mais força os países latino-americanos e os processos de ajustamento econômico.

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. (FURTADO, 2004, p. 485).

Assim como apresenta Furtado (2004) o desenvolvimento não pode ser em sua essência apenas a busca incessante pelo crescimento macroeconômico, uma vez que este não vai de encontro aos anseios e necessidades. Naquele momento, a alta inflação era o problema crônico que vinha se arrastando por anos, não obstruía apenas o lado econômico, mas causava grande mal estar à população, essa persistência da inflação ocupava quase que a totalidade dos esforços do governo para alcançar uma resolução.

Em meio às turbulências internacionais o país vivia a expectativa de consolidação da estabilidade monetária. O primeiro mandato de FHC foi marcado pelo tema da estabilização, devidos aos fracassos dos planos anteriores que vinham “golpeando” a economia brasileira há dez anos. A introdução do Plano Real foi efetivada em três fases distintas, porém encadeadas. A primeira foi responsável pelo ajuste fiscal a partir de junho de 1993, esse ajuste ficou conhecido através do Programa de Ação imediata (PAI). O diagnóstico visava os desequilíbrios nas finanças públicas e necessitava de uma reorganização. Esse problema seria tratado com: a redução de gastos da União; melhoramento da receita tributária; avaliar as dívidas dos estados e municípios com a União; e controlar de forma mais rígidas os bancos estaduais. A segunda fase consistia na implantação da URV (Unidade Real de Valor), entre março e junho de 1994. O objetivo era eliminar o componente inercial da inflação, ou seja, zerar a “memória inflacionária”. Por fim, a terceira e última fase do Plano Real, foi iniciada a partir de julho de 1994 quando foi introduzida a nova moeda. O Real foi lançado com paridade ao dólar, ou seja, um real comprava um dólar, não foi estabelecido um regime cambial fixo, a nova moeda poderia baixar para níveis inferiores a um dólar, porém o Banco Central se comprometeu a vender dólares para toda vez que seu valor de mercado chegasse a R\$ 1,00, dessa forma, foi realizada uma política cambial da banda assimétrica, não existindo um piso mínimo para o valor do dólar, mas sim o teto máximo.

“Em poucas palavras, a ideia era a de instituir uma unidade de conta doméstica, a URV (iniciais de “unidade real de valor”), cuja taxa de câmbio informal era de 1 URV = US\$ 1.00. (BACHA,1998, p. 16)”. Em suma, o Plano Real teve características peculiares e se comportou de maneira diferente dos planos anteriores, um peso importante ao fator psicológico da sociedade ao passo que acreditou e aceitou a nova moeda, eliminando a memória inflacionária que havia na economia.

Embora o problema da estabilização tivesse sido resolvido após anos de tentativas, os rumos do crescimento e desenvolvimento econômico não foram traçados imediatamente, aliás, o país continuou enfrentando os efeitos colaterais das políticas adotadas para estabilização e crises internacionais.

(...) no período 1993-2002, houve extrema incompatibilidade entre a estratégia macroeconômica e de reforma do Estado, central e hegemônica na agenda governamental, e as possibilidades efetivas de desenvolvimento e inclusão social. Em primeiro lugar, essa estratégia acarretou aumento da crise social, percebida, sobretudo, pela notável desorganização do mundo do trabalho e seus efeitos sobre o emprego e a renda. Em grande medida, esse

movimento foi consequência da estagnação econômica, implícita no Plano Real. (FAGNANI 2005, p. 433).

No tocante as questões sociais efetivadas pelo governo FHC, notou-se pouco enfoque, não sendo este o centro das decisões das políticas neoliberais. O mercado de trabalho, por exemplo, foi fortemente impactado pelas políticas neoliberais observadas na década de 1990 alguns retrocessos das conquistas obtidas no pós-guerra. Segundo Fagnani (2005), o governo FHC foi marcado por contradições entre os temas macroeconômicos e de desenvolvimento social. Os programas sociais então efetivados continham limitações políticas, já que estas não poderiam interferir as políticas econômicas. A principal proposta foi o Programa da Comunidade Solidária, seu objetivo era o foco em políticas de redução da pobreza, por exemplo, ao invés de fazer políticas mais abrangentes que alcançassem a sociedade como um todo.

Em 1996 foi divulgado um documento intitulado de "Uma estratégia de desenvolvimento social" com objetivo de abordar os assuntos nesse âmbito. O discurso salientava que o governo não tinha princípios neoliberais e que os ideais seguiriam de uma sociedade de Bem-Estar. O documento enfatizava o comprometimento do governo com uma "reestruturação e reforma profunda" que estaria articulada nas políticas de geração de empregos e melhoria da renda, enquanto também promoveria uma reforma dos serviços básicos: educação, saúde, previdência social, habitação, trabalho e assistência social, que são tidas como a essência da política social e compreenderiam mais de 90% do gasto público. Porém essa estratégia de desenvolvimento social não foi consolidada, na verdade foi sacrificada em alguns pontos em prol do paradigma neoliberal defendido pelas instituições internacionais.

Resumindo, o objetivo se concentrava no cenário econômico, que consistia em manter a estabilidade e retomar o crescimento econômico. Esses pontos na pauta das ações políticas se apresentavam como condição necessária para promover o estado de bem-estar social. A incorrência nos planos econômicos era visível, pois sua essência divergia ao desenvolvimento social, uma vez que, o próprio Plano Real era incompatível com benesses das políticas vinculadas ao bem estar da sociedade. A sociedade sentiu os impactos das políticas econômicas no mercado de trabalho, escassez e baixa remuneração marcaram a década de 1990.

Assim, considero que a estagnação da economia somada ao conjunto de mudanças introduzidas, sobretudo, pelo Plano Real (abertura comercial e

financeira, sobrevalorização do câmbio, elevação das importações e desarticulação de cadeias produtivas, privatizações etc.), ao processo de reestruturação produtiva (modernização tecnológica em alguns ramos de atividade, avanço das terceirizações, subcontratações e da utilização do trabalho cooperado etc.) e as políticas neoliberais de flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho tiveram consequências dramáticas sobre o mercado de trabalho e as relações sindicais e trabalhistas. (FAGNANI 2005, p. 443).

Ou seja, o modelo econômico brasileiro para promoção do desenvolvimento, naquele momento, colocava o desemprego como um fator de “colaboração” para continuidade da estabilidade monetária. Dessa forma, a partir da década de 1990, seguindo o ritmo de mudanças internacionais devido aos padrões de políticas econômicas legitimadas, o processo de reestruturação produtiva e flexibilização das regras empregatícias entrou no Brasil e trouxe consigo um agravamento no número e qualidade dos empregos, principalmente no setor industrial, como aponta Fagnani (2005). O autor relata o grave desemprego estrutural na década de 1990, que fomentou o surgimento de empregos precários e de baixa produtividade, afirma ainda a perda de 3,3 milhões de postos de trabalho formais, além da deterioração da renda do trabalhador, naquela década. A factível crise no mercado de trabalho impactou também sobre o financiamento de programas sociais como, por exemplo, os recursos da previdência social. Todo esse contexto de crise enfraqueceu os sindicatos, suspendendo as negociações coletivas da organização sindical, acabando assim com qualquer poder de barganha do trabalhador.

Ao longo dos dois mandatos de FHC, entre 1995 e 2002, o aumento do desemprego e a instabilidade crescente das relações de trabalho, funcionando como mecanismo de contenção do movimento sindical e de quebra de resistências à sua política trabalhista, "se encarregaram de minar as bases da representação coletiva, puseram em xeque o poder de barganha dos sindicatos e abalaram sua presença no cenário político" Reflexo disso é a regressão da sindicalização no país e das greves. (FAGNANI 2005, p. 446).

Nesse período, o emprego e a renda foram fortemente afetados pelas políticas neoliberais. A perda de força dos sindicatos, perda de renda dos trabalhadores, do poder de barganha afetou direitos, antes, conquistados como: insalubridade e periculosidade, gratificação por tempo de serviço, programas de produtividade, antecipação salarial, auxílio creche, seguro de vida em grupo, vale transporte, comissão, garantia de piso salarial, compensações salariais etc. O trabalhador se tornou refém das “vontades do mercado”,

enquanto as políticas seguiam a lógica liberal. Desse modo, a política trabalhista foi sabatinada, sendo convertida a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. Essa flexibilização do mercado de trabalho visava mudanças em prol das “inovações” nos contratos de trabalho que tinham por objetivo diminuir os custos do trabalhador a empresa.

(...) entre 1994 e 2002, foi implementado um conjunto de medidas voltadas para o desmonte do ordenamento institucional consagrado pela Constituição de 1988, suprimindo normas de proteção individual ao trabalhador e da negociação coletiva e enfraquecendo o poder da atividade sindical. O objetivo dessa estratégia era flexibilizar a legislação trabalhista (simplificando as formas de contratar, de gerenciar, de remunerar e de demitir a força de trabalho), estimular a "livre negociação" entre empresas e trabalhadores e dar maior autonomia aos sindicatos para celebrar contratos coletivos de trabalho. (FAGNANI 2005, p. 450).

O contexto do mercado de trabalho demonstra dois pontos importantes: o primeiro está relacionado aos desafios enfrentados pela sociedade, com a redução dos postos de trabalho, diminuição da renda e aumento dos trabalhos precários; o segundo ponto, relevante para o foco deste trabalho, se refere às transformações da reestruturação produtiva, iniciada na década de 1990, que mudou o “*modus operandi*” da indústria nacional e afetou diretamente no mercado de trabalho. Nesse sentido, as ações efetuadas pelo governo para conter o crescimento do desemprego não geraram resultados satisfatórios, pois não eram compatíveis com as políticas macroeconômicas e a política exercida. A tentativa de efetivar políticas desse tipo era contraditória, pois tais medidas haviam sido realizadas em países desenvolvidos no pós-guerra, em um ambiente de crescimento e desenvolvimento econômico, pleno emprego e em um Estado de Bem-Estar social (*Welfare State*). Naquele momento, os recursos remetidos ao Gasto Social Federal (GSF) aumentaram, sobretudo devido ao desempenho da previdência social, visto que o desemprego aumentava. Cabe comentar que os juros e as amortizações financeiras passaram a representar quase 60% da despesa do governo federal.

(...) a participação das áreas de habitação e urbanismo (2,3%), assistência social (2,4%) e emprego e defesa do trabalho (4,1%) no total do GSF aplicado entre 1995 e 2001 foi de, respectivamente, 2,4%, 2,4% e 4,1%. O agregado "outros", que contempla aos programas de alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; organização agrária; ciência e tecnologia; e treinamento de recursos humanos nas áreas sociais, essa participação foi de 3,6%. (FAGNANI 2005, p. 456).

Isso demonstra o parco investimento do Estado em áreas estratégicas para a economia. De acordo com Fagnani (2005), outro fator que afetou diretamente o salário

mínimo e os benefícios da previdência, percebido na mudança de indexador do reajuste, deixando de ser o INPC (IBGE) para ser utilizado o IGP-DI (FGV). O impacto negativo do indexador ocorreu devido à variação relativa da inflação observada no IGP-DI, que era consideravelmente menor que a do INPC, isso acarretou em perdas contínuas aos trabalhadores.

Além de uma conflagração nas políticas econômicas e sociais no país, a economia brasileira se via em meio a intensas crises internacionais. Segundo Bacha (1998), o primeiro golpe ocorreu devido a nossa fragilidade econômica, em relação às contas externas e ao aumento das importações. Momento o qual os países periféricos apresentaram vulnerabilidade econômica, materializado na figura do México. A primeira crise iniciou-se em 1994, e colocou em “xeque” a capacidade dos países periféricos em honrar seus compromissos internacionais. Um elevado déficit em conta corrente registrado pelo México levou a uma grande fuga de capitais, alastrando-se o temor que o déficit mexicano não se sustentaria por muito tempo e que uma nova política cambial seria inevitável, dessa forma o capital financeiro se antecipou, e as reservas internacionais mexicanas despencaram. O que levou a questionar as políticas adotadas pelo Brasil e outros países sobre os riscos corriam.

Em março de 1995, a equipe econômica brasileira se viu obrigada a adotar algumas medidas, devido à instabilidade externa, observados vestígios da crise mexicana. Executou-se uma desvalorização de 5% na taxa de câmbio e aumento na taxa de juros, levando-o ao patamar de 34%. As importações foram beneficiadas pelo câmbio e estimuladas pela alta taxa de juros, impactando negativamente na indústria nacional levando a queda do crescimento da indústria. Posteriormente foram adotadas medidas aumentando imposto sobre alguns itens importados, no intuito de amenizar os efeitos colaterais do aumento da importação. A abertura comercial a partir de 1990 já se mostrava desfavorável ao crescimento industrial, somados as medidas adotadas no Plano Real, agravaram a situação da indústria nacional, no sentido em que beneficiava a entrada de multinacionais que tinham maior nível tecnológico e de produtividade, menores custos e mercados internacionais. Contrastando assim, como uma indústria nacional fraca, recém-saída do extenso processo inflacionário e de uma década denominada “Perdida” (1980).

Já no ano de 1997 surgiu uma nova crise internacional que afetou e desequilibrou a economia brasileira, dessa vez vinda do oriente. A crise asiática, de acordo com Lanzana (2002), ocorreu devido ao intenso e expressivo fluxo de capitais financeiros que haviam adentrado em vários países da Ásia. Após a liberalização dos mercados financeiros daquela região ocorreu apreciação das moedas de vários países do continente. A rápida fuga

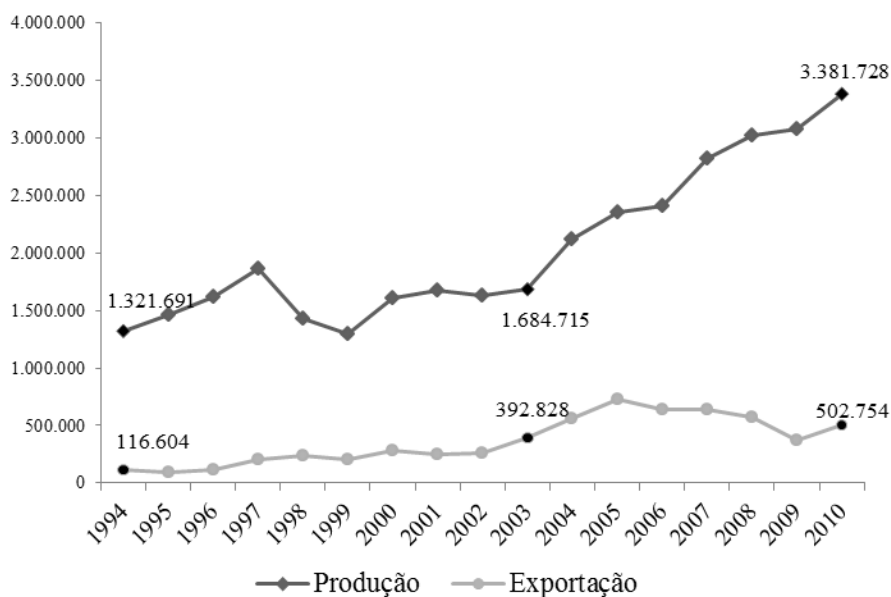
de capitais levou a um “efeito dominó” que atingiu a Tailândia, Coréia, Malásia, entre outros. Bacha (1998) relata que o efeito colateral sentido no Brasil foi, assim como nos países orientais, à fuga de capitais, nesse clima de incerteza, o “risco Brasil” aumentou consideravelmente, índice este que mede o grau de confiança do investidor em relação à economia do país. As medidas econômicas adotadas foram o aumento na taxa de juros e o “pacote 51”, nesse pacote continham medidas que visavam melhorar as contas públicas, pois havia desconfiança por parte dos investidores, devido ao regime de altas taxas de juros por longo período, se o Brasil honraria com seus compromissos. Dessa forma, foram revertidas as saídas de capital financeiro, fazendo com que as reservas internacionais retornassem.

Os problemas no plano internacional continuaram e em agosto de 1998 ocorreu à moratória Rússia, país que tinha elevado déficit externo, causando ao Brasil o mesmo efeito das crises anteriores. Novamente entre as medidas adotadas, seguiu-se a alta da taxa de juros, não obteve sucesso, a economia brasileira já se mostrava muito fragilizada. A especulação na desvalorização do real aumentou a troca de real pelo dólar, antes que ocorresse uma mudança na política cambial. Devido a enorme diminuição das reservas internacionais e sem alternativas, instaurou-se a livre flutuação cambial, então um dólar chegou a custar R\$2,06.

Nesse contexto, o governo recorreu ao FMI, e obteve US\$42 bilhões para ajudar nas contas externas. Em contrapartida o país teve que adotar algumas medidas, a principal delas o superávit primário deveria chegar a 3,0% do PIB em 2001, posteriormente sendo reajustado para 3,35% do PIB. Segundo Bacha (1998) com a entrada de Armínio Fraga em 1999 como presidente do Banco Central, novas providências foram tomadas, uma delas foi à elevação da taxa e juros e o início do estudo sobre a adoção do sistema de metas de inflação. Essa crise se arrastou até meados de 1999, tendo o quarto trimestre deste ano, um pequeno crescimento em relação ao de 1998, em 2000 a economia cresceu mais de 4%, a inflação ficou em 9% em 1999 e 6% em 2000.

No que se refere ao setor industrial segundo Resende (2000), algumas políticas e medidas foram realizadas nesse governo. Houve um estímulo ao setor automobilístico que se encontrava em situação delicada, depois da redução da taxa de importação de veículos, de 85% para 20% entre 1990 e 1994. Para tal o governo reduziu os impostos para importação de máquinas, redução nos impostos para importação de matérias-primas para o setor e as montadoras instaladas no país teriam o imposto de importação reduzido em 50%.

Gráfico 4: Produção e exportação do setor automobilístico¹³ no Brasil entre 1994-2010



Fonte: Elaboração própria, dados da ANFAVEA (vários anos).

O Gráfico 4 apresenta a produção e exportação do setor automobilístico, segundo dados da ANFAVEA (Associação Nacional dos veículos automotores). Esse foi um dos setores beneficiados pelas políticas adotadas na década de 1990. Logrou vultosos investimentos internacionais, instalação de novas fábricas e ampliação de fábricas já existentes. Esse setor ficou foi um exemplo da reestruturação industrial e de produção enxuta. Nota-se pelo gráfico um aumento considerável da produção entre 1994 e 1997, devido às políticas e abertura comercial, a queda subsequente se relaciona a crise nacional e internacional ocorrida na década, que embora tenha freado o avanço do setor, este volta a crescer no ano de 2000 tendo continuidade positivas até 2010.

Coutinho (1998) relata que o desempenho industrial sob o Plano Real, nesse setor não conseguiu acompanhar a revolução tecnológica e integração econômica mundial. A estabilização da economia em 1994 abriu a possibilidade de retomar o crescimento econômico, porém, a sobrevalorização da taxa de câmbio, mais a taxa de juros elevada dificultaram tal objetivo, de maneira que a alta taxa de juros inibia os investimentos, enquanto a valorização do câmbio beneficiava as importações. Segundo o autor a fragilidade competitiva da indústria, debilidade estratégica e enfraquecimento das empresas nacionais tenderam ao agravamento das fragilidades estruturais e causava crescente retrocesso

¹³ Incluindo: Automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

industrial. Coutinho (1998) afirma que se pode classificar o período pós-estabilização como uma etapa de especialização regressiva do ponto de vista industrial.

O governo FHC foi marcado pela consolidação da estabilização econômica com o Plano Real, iniciado no governo Itamar Franco, sem dúvida o maior acerto deste governo. Além disso, verificou-se o crescimento pífio do PIB, em torno de 2,7%, perdas sociais, dificuldades no mercado de trabalho, continuação da política de Collor em relação a abertura comercial, intensificação das privatizações, fragilidade econômica externa, resultante das políticas tomadas para o controle monetário. Isto posto, reafirma a incorporação dos ideais neoclássicos. E como afirma Coutinho (1998), fica evidente a debilitação da indústria nacional frente à concorrência internacional.

1.2.2. Lula: Mudanças sociais e a continuidade das políticas macroeconômicas

O governo Lula teve seu início em 2003 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Paulino (2010), Lula foi eleito após uma campanha confusa, apresentou um discurso contido, com comprometimento de continuação da política econômica do governo FHC, embora suas raízes políticas tendessem a esquerda. Dessa maneira, conquistou outra parcela do eleitorado levando-o a vitória nas eleições de 2002. Embora tenha obtido notoriedade com as políticas sociais e robustecimento das empresas estatais, seu mandato seguiu a mesma linha de política econômica, dando continuidade ao “compromisso” do governo anterior, no que se referia à manutenção da estabilidade monetária como principal objetivo da política macroeconômica. Este objetivo foi perseguido pela política de Metas de Inflação¹⁴, até hoje utilizado.

De acordo com Paulino (2010), era necessário manter as taxas de juros elevadas para atrair capitais externos que buscavam maiores retorno. Dessa forma, a taxa de câmbio se valorizaria, tornando mais barato os insumos e produtos finais importados. Nesse sentido, o governo Lula manter a credibilidade internacional e melhoraria a atração de recursos para o país. Outro ponto de continuidade do governo anterior se manteve com a restrição fiscal, evidenciando o objetivo de manter os Superávits Primários¹⁵ no orçamento federal,

¹⁴ Metas de Inflação: o Banco Central monitora as tendências de inflação e aumenta ou diminui a taxa básica de juros (Selic), de acordo com a tendência da inflação. (PAULINO, 2010, p. 320).

¹⁵ Superávits Primários públicos surgem quando, ao final de um período, se verifica que os gastos foram menores do que a receita tributária. No cálculo não são levados em consideração os juros e a correção monetária da dívida pública, deixados de lado porque não fazem parte da natureza operacional do governo - são consequências

estabelecidos a partir de 1999. A busca pelo superávit, que se tornou parte importante da agenda econômica corroborou para a supressão dos investimentos do governo, conseqüentemente impactando negativamente a demanda agregada da economia, resultando, de acordo com as teorias convencionais, no controle inflacionário. Paulino (2010) destaca que diferentemente do governo FHC, que enfrentou crises internacionais, o governo Lula gozou da bonança do cenário externo, o “efeito dominó” o correu da seguinte forma: puxado pelo crescimento econômico americano e chinês; acarretou no aumento da demanda por commodities brasileiras; fez subir os preços destas; beneficiou a balança comercial brasileira, que é um grande exportador de matéria-prima; o resultado positivo nas divisas internacionais, obtendo saldos positivos em quase todos os anos do governo Lula, fato não visto anteriormente na economia. Nesse contexto, os insumos agrícolas e minerais, ajudaram no crescimento do PIB, que passou de 2% entre 1996 e 2002, para 4% entre 2003 e 2007.

Nessa fase econômica positiva, o governo pôde se empenhar nas políticas públicas, principalmente nas políticas sociais, segundo Fagnani (2011) novas estratégias foram tomadas no governo Lula, no que diz respeito às políticas sociais e fiscais adotadas. Alguns exemplos de programas como: Bolsa Família (BF) que foi ampliado e estruturado, abrangendo outros benefícios; na área da educação, Prouni começou a oferecer bolsas de estudos em universidades privadas, e o Reuni reestruturação e ampliação das universidades públicas; Minha Casa, Minha Vida, que foi um programa voltado à habitação, onde o governo subsidiou parte do valor das moradias; o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento visou impulsionar investimentos públicos e privados na área da infraestrutura econômica social, embora tenha sofrido algum revés devido à crise internacional ocorrida em 2008, sua importância no cenário da promoção do desenvolvimento econômico se fez de extrema relevância para o país, vez que, investimentos desse porte, em infraestrutura, foram realizados pela última vez, ainda no IIPND no final da década de 1970.

No que tange a questão industrial no período, Cano (2010), aponta uma retomada da política industrial ainda no primeiro governo Lula, uma vez que, desde a abertura comercial no início dos anos 90, a indústria nacional ficou a mercê das regras internacionais. Então se iniciou a formulação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que se propunha a desenvolver três planos. O primeiro visava: inovação tecnológica, inserção externa, modernização industrial e aumento da capacidade produtiva. O segundo estava ligado

financeiras de ações anteriores. O resultado primário, seja ele superávit ou déficit, é um indicador de como o governo está administrando suas contas. (www.ipea.gov.br).

a software, bens de capital e fármacos. Enquanto o terceiro focava a biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis. “Eram dois os macroprogramas mobilizadores: I- Indústria Forte (visando fortalecer e expandir a base industrial brasileira); II- Inova Brasil (visando aumentar a capacidade inovadora das empresas). (CANO, 2010 p. 7)”.

De acordo com Cano (2010), apenas o uso de políticas industriais não foi suficiente para o desenvolvimento e progresso do setor industrial como era projetado, pois as políticas macroeconômicas adotadas permaneceram as mesmas do antigo governo, o que resultava na anulação da primeira pela segunda. Nesse sentido, observou-se que as medidas foram desarmônicas e sem capacidade de influenciar significativamente o nível de investimento esperado no setor. Cabe ressaltar que nesse período ocorreu a retomada do BNDES como financiador de investimentos, característica que havia perdido na década de 90, quando passou a financiar apenas o processo de desestatização das empresas públicas nacionais.

Ainda no mandato do presidente Lula foi lançado em 2008 um novo projeto, denominado Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, que iria de encontro ao setor industrial e produtivo nacional. De acordo com Cano (2010) foi um programa posto em prática através de várias medidas: no setor fiscal; de financiamento; poder de compra por parte do governo; aprimoramento jurídico; regulação; e apoio técnico. Essa nova política tinha como objetivo a sustentação de um longo ciclo de desenvolvimento produtivo, apoiado no investimento, na inovação, na competitividade das empresas e na ampliação das exportações.

Cano (2010), relata que o PDP não alcançou as metas estabelecidas até 2010. Vários pontos colaboraram para o insucesso do programa: os investimentos foram estacionados, devido à crise de 2008; houve valorização do real; ocorreram saldos negativos na balança comercial; sucessivas perdas de espaço no mercado externo para a China desde os anos 90; perdas de espaço no mercado interno, também atrapalharam o andamento dessa política. Segundo o autor o quadro se tornou pior quando considerada a intensidade tecnológica na pauta de exportação e importação, enquanto importávamos produtos com alto índice tecnológico, cada vez mais, exportávamos produtos de baixo índice tecnológico, como produtos agrícolas e minérios.

No âmbito macroeconômico as agendas foram mantidas, até ocorrer uma mudança na cúpula da área econômica, afirma Fagnani (2011). Essa modificação ocorreu em 2006, quando o crescimento voltou a ser o objetivo da política econômica depois de 25 anos sem políticas ativas nesse sentido. Então teve início uma articulação entre a pauta macroeconômica e social. A partir disso, o governo ficou conhecido pela ampliação e aperfeiçoamento das políticas sociais.

Entende-se que a política social e todo seu aparato correspondente de transferência de renda, prestação de serviços e oferta de bens foi, em grande parte, responsável pela aceleração do crescimento da economia a partir de 2004 e, também responsável em grande medida pelos desdobramentos favoráveis sobre a situação de pobreza e desigualdade de renda. E esta é, provavelmente, uma das características mais marcantes da fase de transição para um novo padrão de acumulação na economia brasileira. (COMUNICADO 75 IPEA, p. 6).

De acordo com Fagnani (2011), a boa fase econômica internacional que se instalou a partir da década de 2000 possibilitou o governo a realizar novas estratégias no que diz respeito às políticas sociais e fiscais. O programa Bolsa Família foi o mais importante e mais visto em seu governo. Na verdade foram medidas ainda adotadas no governo FHC, que foram ampliadas e reestruturadas, abrangendo outros benefícios para a população de baixa renda. O aumento com o gasto no programa Bolsa Família entre 2003 e 2006 foi de 141%, esse programa foi criado por meio da medida provisória nº 163, de 20 de outubro de 2003. Houve a unificação de alguns programas, como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação – Fome Zero – e o Auxílio Gás, que estavam em vigência, mas também havia o objetivo de estender os benefícios a maior quantidade de pessoas. Essas famílias receberiam um valor em dinheiro, a contrapartida das famílias seria manter os filhos na escola, manter a vacinação em dia, visitar os postos de saúde, participar de programas que visavam a alimentação e nutrição, programas de alfabetização, cursos profissionalizantes etc. Em 2006 o BF já estava estabelecido em 99,9% dos municípios brasileiros, alcançando 11,118 milhões de famílias, aproximadamente 47 milhões de brasileiros, atendendo assim uma boa parte da população de baixa renda. Em 2011 a ONU¹⁶ (Organização das Nações Unidas) destacou o programa como exemplo a ser seguido e essencial para a erradicação da pobreza.

As Conquistas na área da educação podem ser observadas através de programas, como o Prouni, programa de bolsas de estudos em universidades privadas, e o Reuni que foi responsável pela reestruturação e ampliação das universidades públicas. Esses dois programas contribuíram para a democratização do acesso da população aos cursos universitários, um grande salto na política de educação do país. Em relação à habitação o programa Minha Casa, Minha Vida foi exitoso, onde o governo subsidiou parte do valor das moradias. O PAC englobou vários projetos e visou impulsionar investimentos públicos e privados na área da infraestrutura econômica social, mesmo tendo sido contidos em 2009 pela deflagração da

¹⁶ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/programa-bolsa-familia-e-exemplo-de-erradicacao-de-pobreza-afirma-relatorio-da-onu/>> Acessado em 21/12/2015

crise internacional, os programas tiveram prosseguimento. No governo Lula observou-se maior integração entre a política econômica e política urbana, como apresenta Fagnani (2011). Nota-se a inclusão de saneamento e habitação no Projeto Prioritário de Investimento (PPI). “O PAC Habitação, lançado em 2007, veio reforçar os instrumentos de política habitacional. Na mesma perspectiva, se coloca o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida.” (FAGNANI 2011, p. 21). O programa tinha metas de construção de um milhão de casas populares, investimento de R\$ 34 bilhões. Foi criado também o PAC Saneamento que previa investimento de R\$40 bilhões até 2010, ampliando as redes de distribuição de água, esgoto sanitário, coleta de lixo e limpeza urbana. Além disso, a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, com o objetivo de encorajar a reciclagem e situar a sociedade, empresa e governo de suas responsabilidades.

A partir de 2003, como aponta Fagnani (2011), houve uma retomada de funções por parte do Estado, das funções que haviam sido banidas, como: financiador, produtor, regulador etc. Esta mudança alterou alguns setores, como regulação de mercados: de bens, serviços, capitais, trabalhos, terras etc. O aumento do gasto social contribuiu significativamente para o crescimento do PIB. As transferências de renda (previdenciárias e assistenciais) alcançaram milhões de famílias afetando o consumo de bem e serviços. As mudanças estruturais, como citadas, colaboraram para a melhoria da dinâmica econômica.

Nesse cenário, o mercado de trabalho foi favorecido, o grande destaque foi para a redução do número de desempregados e o aumento do emprego formal. Dessa forma, no que tange ao mercado de trabalho o destaque está na política de valorização progressiva do salário mínimo que seria ampliado de acordo com cálculos da variação do crescimento do produto interno. A valorização do salário mínimo foi uma política perseguida pelo governo Lula. Fagnani (2011) relata que o salário mínimo dobrou entre o início de 2003 e o início de 2011, em termos reais. Houve também medidas que diminuíram a flexibilização de contratações, beneficiando e assegurando os empregados.

Em suma, o governo Lula buscou uma estratégia de proteção social alicerçada no desenvolvimento econômico com estabilidade, distribuição de renda e ações focalizadas. Embora a política econômica tenha seguido a mesma lógica do governo FHC houve avanços significativos na política social do governo quando comparado ao governo anterior, principalmente, a partir de 2003. Ainda assim as políticas econômicas e sociais se mostram longe do adequado a necessidade da população. Seria impossível pensar na resolução de vários problemas sociais em oito anos, mas sem dúvida, as mudanças começaram a ocorrer.

II. APONTAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo trata de alguns apontamentos teóricos pertinentes a trajetória econômica, progresso industrial e desenvolvimento da região do Médio Paraíba-RJ. O propósito é estabelecer as bases teóricas que expliquem o processo de formação e desenvolvimento do MP-RJ, suas fases e inspirações.

De forma objetiva, este capítulo está dividido em cinco tópicos, que versam sobre os seguintes temas: Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas; Guerra Fiscal; Desindustrialização e Especialização; e Cadeia Global de Valor.

2.1. Desenvolvimento Urbano e Regional

Já há algum tempo, a palavra “desenvolvimento” ganhou amplo espaço nos debates em várias áreas (economia, biologia, ciências políticas etc.), seu significado depende do contexto e do campo de estudo. Atualmente, mais usada na economia como variação do efeito do crescimento econômico, melhor expressado como a melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de um país ou região. De acordo com Favareto (2007), podem ser colocadas em um mesmo conjunto, as palavras: desenvolvimento, progresso, evolução, modernização e ocidentalização. Esse conjunto representa uma tentativa ocidental de expressar o movimento e o sentido histórico da humanidade. Furtado (2000), relata que as raízes da ideia de progresso advêm do século XVIII e norteiam conceitos de progresso, acumulação de riqueza e expansão geográfica da influência europeia. Esses pensamentos convergem nas possibilidades futuras e de acordo com o autor são otimistas, quando colocadas como ponto de partida para uma sociedade mais produtiva e menos alienante.

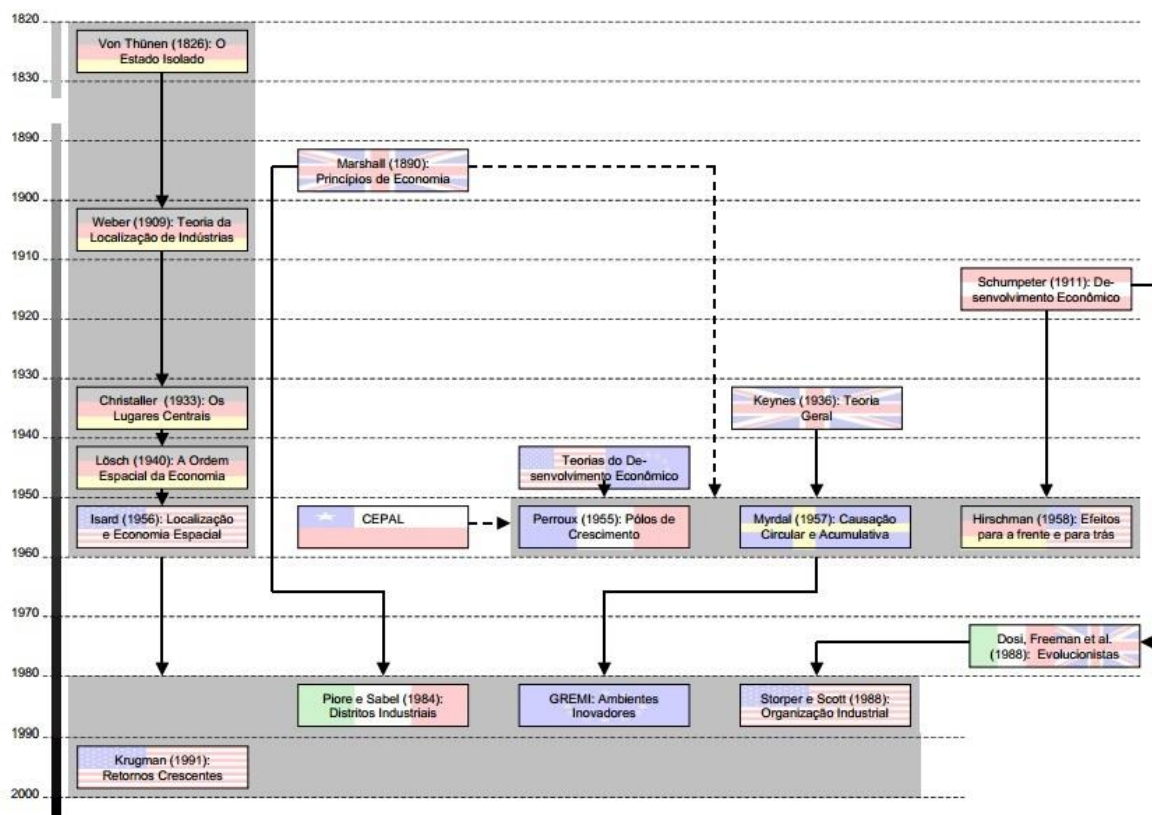
A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão, é certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico. Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua

implantação são concebíveis sem preparação ideológica. (FURTADO, 2000, p. 22).

Embora a palavra “desenvolvimento” alcance várias áreas do conhecimento, sua utilização permeia amplamente os debates econômicos. Algumas vezes usada de forma ambígua, o desenvolvimento se tornou essencial nas formulações teóricas econômicas.

Nesse sentido, a teoria se desabrochou no contexto de Desenvolvimento Regional, a princípio em países desenvolvidos, em especial na Alemanha, reconhecida como berço dos estudos dessa área. A partir da década de 1950, novas correntes ideológicas e teorias surgiram e o debate sobre o tema se intensificou. Após mudanças na configuração e organização econômica internacional, crises estruturais, declínio do Estado de Bem-estar social, somado a globalização, expansão da tecnologia da informação desencadeando alterações profundas na estrutura produtiva houve necessidade de buscar opções para os caminhos do desenvolvimento. Dessa forma, as teorias foram cada vez mais acessadas e aperfeiçoadas para o Desenvolvimento Regional e Urbano atual.

Figura 3: Evolução da produção teórica acerca desenvolvimento regional



Fonte: CAVALCANTE, 2007, p.5.

Até a década de 1940, de acordo com Diniz (2000), as teorias sobre desenvolvimento regional estavam restritas a questão da localização das atividades econômicas. Segundo Cavalcante (2007), as pioneiras foram as “Teorias Clássicas da Localização”, são assim chamadas, devido à influência do “livre mercado” que foi observado em suas formulações também influenciadas pelas decisões do ponto de vista da firma. A Figura 3 apresenta uma evolução histórica das principais teorias que norteiam o tema.

A primeira teoria sobre desenvolvimento regional é datada de 1826 desenvolvida em uma Alemanha pré-industrial por Von Thünen, reconhecido como fundador da análise econômica especial, conhecida como “Os anéis de Von Thünen”, como registra Cavalcante (2007). Sua formulação está relacionada ao espaço agrícola, um modelo matemático que determina o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações e que destaca o custo do transporte. Em 1909, o economista alemão Alfred Weber contribuiu com a “*Teoria da Localização Industrial de Weber*”, e utilizou ferramentas neoclássicas para suas formulações. Nessa teoria formularam-se três fatores para a decisão quanto à localização das indústrias: o custo de transporte, o custo da mão-de-obra e um ‘fator local’ que viria das forças de aglomeração e desaglomeração. O ponto de partida, seriam os custos de transporte, posteriormente seria examinado a questão da mão de obra e áreas de aglomeração, dessa forma, seria encontrada a localização “ótima” para a atividade industrial.

Ainda na linha clássica do desenvolvimento industrial, há o trabalho do geógrafo alemão Walter Christaller (1933), que contribuiu com: “*Os Lugares Centrais de Christaller*”. Sua obra procurou entender “as leis que determinam o número, tamanhos e distribuição das cidades, entendidas como ‘lugares centrais’ que distribuiriam bens e serviços para a região no seu entorno”. (CAVALCANTE, 2007 p.10). Ou seja, a ideia que o autor expressa é que as cidades centrais formam nós de uma rede de cidades e que a “mão invisível” fará com que os centros de maior importância sejam, naturalmente, superiores hierarquicamente. Em 1940, August Lösch, economista alemão, deu continuidade aos trabalhos de Christaller. “O principal avanço de Lösch foi elaborar um modelo com microfundamentos que resultam em um sistema urbano semelhante (mas não idêntico) ao de Christaller.” (2011, p. 59). O ciclo, das teorias clássicas, foi selado pelo americano Walter Isard (1956), com sua obra “*Location and Space Economy*”. Este propôs a adequação das formulações em uma linha de pensamento que se tornou conhecida como *Regional Science*. Suas pesquisas implicaram em desenvolver o trabalho de Weber e os custos de transporte como ponto principal.

Outras teorias surgiram a partir da década de 1950, como uma corrente alternativa para as teorias clássicas de desenvolvimento regional. As principais foram desenvolvidas por:

Perroux (1955), Myrdal em 1957 (1968) e Hirschman (1961 [1958]). Tais estudos culminaram nas “*Teorias de Desenvolvimento Regional com Ênfase nos Fatores de Aglomeração*”. Segundo Amaral Filho (1999), essas teorias foram inspiradas por autores como Rosenstein-Rodan (1969 [1943]) e Nurkse (1957 [1953]), que já trabalhavam na área do desenvolvimento econômico, então esses autores formaram a gênese dessa nova corrente teórica do desenvolvimento regional.

Para o desenvolvimento econômico Rosenstein-Rodan (1969 [1943]) teve um papel determinante na corrente e formulação de políticas públicas voltadas para área. O autor apresenta a industrialização como via principal para lograr o desenvolvimento econômico em regiões atrasadas. De acordo com Rosenstein-Rodan (1969 [1943]), haveria duas formas distintas para alcançar o objetivo, a primeira se refere ao denominado “modelo russo”, que seria uma “industrialização por conta própria”, ou seja, sem recorrer aos empréstimos internacionais para alcançar a autossuficiência. Dessa forma, a industrialização traria algumas desvantagens: primeiro ponto, o crescimento seria mais lento, pois o Estado nacional teria que gerar o capital necessário; segundo, essa industrialização autossuficiente não levaria em conta a divisão internacional do trabalho, conseqüentemente elevaria a produção mundial; por fim, acarretaria no aumento da capacidade ociosa mundial, levando ao desperdício de recursos. Para Rosenstein-Rodan (1969 [1943]), a alternativa mais viável seria a promoção da industrialização baseada no capital externo, dessa forma, o país seria incluso na economia mundial. Esta via de industrialização, “preferida” de Rosenstein-Rodan, traria vantagens interessantes para sua realização: Primeiramente, o progresso seria alcançado mais rápido; em segundo, as indústrias seriam implantadas dentro dos moldes da divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, o autor apresenta o Estado como um agente indispensável para o planejamento e implantação dos projetos em larga escala, pois, segundo o autor, seria impossível que as indústrias surgissem de maneira espontânea pelas leis do mercado. Para se adequar ao mercado internacional, os principais investimentos deveriam ser na infraestrutura e indústrias de base.

A supervisão e a garantia do Estado podem, portanto, reduzir substancialmente os riscos e, por esse motivo, representam *conditio sine qua non* para o investimento internacional em escala bastante ampla. A participação ativa do Estado na vida econômica é fator que precisa ser levado em consideração, como um dado novo. (ROSENSTEIN-RODAN, (1969 [1943]), p. 254).

Rosenstein-Rodan (1969 [1943]), ainda acrescenta a “Teoria do Grande Impulso” - ou *Big Push*, como ficou conhecida – essa teoria faz referência ao impulso que uma economia subdesenvolvida precisaria para alcançar o desenvolvimento. Para isso, o investimento deveria ser realizado de forma planejada, direcionada aos setores chaves e em um volume muito grande para que houvesse de fato mudanças significativas na economia. O autor utilizou de uma metáfora sobre a decolagem de um avião e a velocidade necessária para levantar voo, por isso, o montante de investimentos deveria ser de tal magnitude que o país tivesse o impulso suficiente para “decolar”, ou seja, alcançar um nível de desenvolvimento econômico.

Para Nurkse (1957 [1953]), eram dois problemas chaves que deveriam ser enfrentados para que uma economia subdesenvolvida pudesse chegar ao estado de desenvolvida. Esses dois problemas se referem à falta de capital e as limitações do mercado. Por isso, o autor conclui que os países atrasados estavam presos a um círculo vicioso de estagnação, pois, um mercado pequeno e restrito, com baixa produtividade e ocorreria devido à falta de bens de capital na produção, mas essa falta de bens é o que manteria o mercado pequeno.

Não é difícil imaginar exemplos típicos destas constelações circulares: um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, a sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transporta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre (NURKSE, 1957 (1953), p.8).

A grande questão levantada por Nurkse (1957 [1953]) seria encontrar um meio para quebrar esse círculo vicioso de pobreza dos países subdesenvolvidos. Para romper esse círculo seria necessário um montante de investimentos em diferentes setores produtivos, de forma que esses mercados pudessem se retroalimentar, ou seja, que as atividades criassem mercados umas para outras. Dessa forma, o autor propôs a teoria do crescimento equilibrado, que seria a implantação do capital de forma planejada. Para o autor, mais importante que o comércio internacional seria o tamanho do mercado interno e a produtividade no longo prazo. A alternativa para alcançar o desenvolvimento seria a ampliação da poupança interna, o que acarretaria na diminuição do consumo, e a abertura ao capital externo, este segundo não afetaria tão drasticamente o consumo. A questão da produtividade estaria relacionada ao que Nurkse chamou de “desemprego disfarçado”, ou seja, um subemprego observado,

principalmente, no setor agrícola. Nesse sentido, poderia ser deslocada mão de obra para o setor industrial sem prejudicar a produção agrícola, uma vez que a incorporação de tecnologia liberaria trabalhadores para atuar em outros setores.

Em suma, Nurkse (1957 [1953]), discorre sobre a teoria do crescimento equilibrado como uma estratégia que deveria ser pensada no contexto global. A nação não deveria se especializar na produção que seria por “vocação” interna ou que apresentassem vantagens comparativas, pois tenderia a produ o de commodities. A produ o deveria se voltar para o mercado interno e suas necessidades, primeiramente. Por fim, o autor têm destaca o papel crucial do Estado, para que o planejamento e direcionamento dos investimentos sejam realizados da forma adequada, através de políticas públicas, porém ele afirma que não há uma fórmula dirigir esse projeto de desenvolvimento, visto que cada Na o tem suas particularidades e especificidades. Rosenstein-Rodan e Nurkse proporcionaram novas fontes para o saber do desenvolvimento regional, iniciando-se uma nova etapa teórica.

A primeira teoria e com grande importância para as políticas de desenvolvimento regional foi sobre “*Os Polos de Crescimento de Perroux*” com ideias schumpeterianas, o economista francês François Perroux (1955), trouxe a importância da rela o entre empresas “motrizes” e as empresas “movidas”. Ou seja, sua teoria aponta para uma dinâmica onde indústrias centrais têm a capacidade de se “auto sustentar” e ainda “alimentam” empresas menores. As empresas motrizes aumentariam as vendas e compras de bens e serviços das empresas movidas, ou seja, além de sua produ o, a indústria motriz ajudaria fomentar a produ o de outras indústrias, com importante contribui o para a economia da região. Dessa forma, não haveria um crescimento homogêneo no espaço geográfico, mas sim, polos de crescimento, com expansão, maneiras e formas distintas.

“(...) o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164).

De acordo com o autor, as empresas motrizes desempenham quatro fun es que proporcionaria o desenvolvimento regional: i) técnica; ii) econômica; iii) psicológica; e iv) geográfica. A polariza o técnica refere-se   conexão entre a indústria motriz e as outras empresas. O segundo ponto, direciona para a gera o de emprego e renda que essa indústria principal pode gerar. A polariza o psicológica remete ao otimismo e euforia ligados a expectativa dos agentes, ou seja, possibilidades do que essa empresa central pode

proporcionar para a região. Por último, a polarização geográfica elucida os impactos no ambiente urbano, na cidade e arredores da indústria motriz. Todos esses fatores seriam essenciais para a minimização do custo de transporte e criação de economias externas e de aglomeração. A partir da fomentação dessas quatro polarizações, o ambiente seria propício O que levaria ao crescimento econômico da região e conseqüentemente ao seu desenvolvimento. Dessa forma, o crescimento econômico poderia ser induzido pela ação e planejamento do Estado, que conseguiria direcionar os investimentos produtivos levando a mudanças estruturais e econômicas em uma região.

Gunnar Myrdal (1968), também contribuiu teoricamente para o desenvolvimento regional e apresentou a ideia de causação circular e acumulativa, o autor explicou que haveria mecanismos reforçados pelo mercado que conduziria as regiões a diferentes níveis de desenvolvimento. Isso significa que se uma região que recebesse um montante de investimento causaria um impacto positivo na economia, esse impacto acarretaria em novos investimentos tornando-se contínuo o incremento na economia. Da mesma forma, essa causação circular torna-se negativa, quando, por exemplo, uma grande empresa é fechada e os efeitos ocorrem como um espiral para baixo. Em suma, a causação circular poderia produzir efeitos progressivos ou efeitos regressivos não apenas na economia, mas um aprofundamento das desigualdades que são frequentes em uma nação atrasada.

Do ponto de vista dos interesses coletivos e a longo prazo de uma nação, cada novo investimento e cada novo empreendimento proporciona outra espécie de proveito, além da remuneração monetária esperada para a firma particular ou pública que os tenha realizado. Isto se admitirmos que, conjuntamente, os novos investimentos e os novos empreendimentos previstos no plano desencadeiam um processo acumulativo de crescimento econômico (MYRDAL 1968, p.136).

Em suma, Myrdal (1968), relata que se não for interrompido, a causação circular, pode acarretar em desigualdade crescente. Tal interferência, nesse processo, poderia ser feita através de políticas públicas planejadas para fomento ao desenvolvimento econômico em nível nacional. O autor argumenta que os países permanecem em um estado de subdesenvolvimento, podendo ser aprofundado devido a sua própria natureza subdesenvolvida. Ou seja, a pobreza gera pobreza, essa conclusão do autor é muito semelhante à teoria de Nurkse e sua conclusão de que um país é pobre porque é pobre. O autor acrescenta que a questão do desenvolvimento regional têm ligações internacionais, externas, este é compreendido pela pouca integração interna e as limitações do atraso

econômico na esfera nacional e sua capacidade de gerar políticas eficazes no âmbito do desenvolvimento econômico.

Hirschman (1961 [1958]), por sua vez, observou que para alcançar o desenvolvimento seriam necessários vários fatores simultâneos. Dessa forma, deveria haver uma sequência de desequilíbrios para que uma economia atrasada conseguisse fomentar o desenvolvimento, visto que seus recursos são escassos e não dispõem de capital para grandes investimentos em vários setores da economia. Para o autor haveria um processo de retroalimentação no ambiente econômico.

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico estaria envolto a círculos virtuosos, por isso, sua teoria aborda os efeitos de encadeamento para trás (*backward linkages*) e para frente (*forward linkages*). Os efeitos “para trás” e “para frente” demonstram que um aumento em um setor chave da economia pode ter efeitos multiplicadores sobre a renda, este, seria superior a média dos investimentos de outros setores. Por isso, o autor apresenta que o principal seria tomar decisões pontuais, no que se refere ao investimento, criar estratégias que pudessem desequilibrar e responder aos estímulos, seguindo um ciclo de crescimento com resultados cumulativos.

Se a economia se desejar manter ativa, o papel da política desenvolvimentista é conservar as tensões, as desproporções e os desequilíbrios. Tal pesadelo da economia do equilíbrio, essa trama infinitamente tecida, é a espécie de engrenagem que devemos considerar como um inestimável auxílio para o processo do desenvolvimento. (...) Alcança-se uma situação ideal quando, como salientamos no último subtítulo, um desequilíbrio provoca um movimento desenvolvimentista que, por seu turno, cria um desequilíbrio similar, e assim por diante *ad infinitum*. Se tal cadeia de desenvolvimento não-equilibrado puder se estabelecer, basta aos criadores da política econômica observar ao largo o processado (HIRSCHMANN, 1961, p. 108 e 115)

Em suma, o autor ao apresentar o conceito de desenvolvimento ocorrido por desequilíbrios, dessa forma, critica a teoria do crescimento equilibrado, ou seja, questiona Rosenstein-Rodan, Nurkse e Lewis. O diferencial de Hirschman seria a forma de encarar as tensões, que compõem uma Nação subdesenvolvida na busca pelo desenvolvimento. Se essas tensões pudessem ser bem compreendidas e enfrentadas de forma estratégica poderiam até alavancar o desenvolvimento, pois provocariam efeitos dinâmicos na economia. Esses autores, precursores das teorias que formaram a ciência em torno do “desenvolvimento regional” foram de vital importância para a compreensão e exploração das possibilidades nas

escalas inferiores de decisões econômicas, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento econômico.

A partir da década de 1970, a configuração da indústria produtiva passou por profundas mudanças paradigmáticas. Antes movida pelo modelo fordista de produção em massa, a opção de uma nova forma de organização produtiva refletiu profundamente no desenvolvimento regional. Com a adoção da “especialização flexível” novas correntes surgiram no debate.

O caminho da especialização flexível passa por condições tecnológicas que devem ser atendidas, e uma delas é que as novas tecnologias não se restrinjam a uma saída técnica, mas componham uma trajetória de progresso. Dois argumentos são então empregados para afirmar que se trata de uma trajetória: primeiro, que a utilização de computadores nos processos industriais favorece sistemas flexíveis; segundo, que o uso de computadores na indústria é um resultado de mudanças no ambiente competitivo, que contribuem para flexibilidade, assim como esta contribui para ulteriores avanços na informática. (...) Uma das faces da especialização flexível consiste na aglomeração regional. (MATTEO, 2011, p. 86 e 87).

Dessa forma, novos horizontes se foram no entorno do debate sobre desenvolvimento regional. Novas fontes de inspiração surgiram e de acordo com Matteo (2011), os “*Distritos Industriais*” com influência marshalliana, compõe um novo ciclo teórico. Cavalcante (2007) explica que esses distritos são definidos como sistemas produtivos locais, onde está localizado um grande número de empresas que participam de estágios da produção de um produto homogêneo, tipo conhecido como distrito marshalliano. “(...) esses distritos são compostos por empresas de pequeno porte (muito semelhantes em tamanho), agindo em uma complexa rede simultânea de cooperação e concorrência.” (PIORE e SABEL, 1984 apud MATTEO, 2011 p. 87). Nesse contexto, não haveria uma empresa que permanece dominante todo o tempo, e fariam suas estratégias diante de contratos de curto prazo. Cavalcante (2007), afirma que esse é um modelo próximo ao encontrado na Itália denominado “*Terceira Itália*” – caracterizada por um complexo produtivo no centro e noroeste da Itália com seus distritos industriais, clusters e um tipo de sistema local de produção, ou seja, um grupo de pequenas e médias empresas. - Esse arranjo produtivo é entendido por muitos teóricos como uma inspiração da produção flexível.

Outra corrente teórica são os “*Ambientes Inovadores*”, segundo Cavalcante (2007), o objetivo nesse contexto são as externalidades tecnológicas e inovadoras, que são “construídas” através de cooperação e interdependência entre uma gama de empresas, fazendo

com que haja dinamismo tecnológico nessa integração local. Nessa corrente, também uma maior flexibilidade de atuação dos trabalhadores entre as empresas e integração dos fornecedores. Pode-se citar também a “*Organização Industrial*” formulado por uma corrente neoschumpeteriana onde o foco é a organização industrial e do mercado de trabalho local, os autores argumentam que a competição e a inovação abrem “janelas locais” para as regiões, onde procurariam os principais componentes de especificidades locais para alcançar o desenvolvimento endógeno. Por fim, segundo Cavalcante (2007) a contribuição de Krugman e os “Retornos Crescentes Formalizados”, que apontam limitações nas teorias clássicas da localização, como as estruturas de mercado e retornos crescentes, pontos cruciais, segundo Krugman (1998) apud Cavalcante (2007) no arcabouço teórico e matemático elaborado pelos pioneiros desenvolvedores do tema. É nesse ponto que a contribuição de Krugman foi efetivada, ao elaborar as bases conceituais e matemáticas de importantes teorias de desenvolvimento regional. Esta em voga nas mais recentes abordagens sobre o tema, colaborando para a nova geografia econômica.

Recentemente nota-se o esforço dos governos em todas as esferas em aumentar a dinâmica econômica de regiões e municípios, ao mesmo tempo em que o a sociedade local se preocupa com o melhoramento da renda e seu bem-estar, enquanto isso, as empresas buscam as vantagens locais para suas produções. O Banco Mundial apresenta, em sua página na web, alguns argumentos favoráveis à busca do Desenvolvimento Econômico Local (DEL):

The purpose of local economic development (LED) is to build up the economic capacity of a local area to improve its economic future and the quality of life for all. It is a process by which public, business and nongovernmental sector partners work collectively to create better conditions for economic growth and employment generation. (WORLD BANK, 2016).

Já na visão cepalina, Tello (2010) destaca que o DEL é entendido por alguns autores¹⁷ da CEPAL como um meio de alcançar uma melhora no desenvolvimento social e no bem-estar da sociedade local.

DEL se define como el proceso estructural y de crecimiento que, mediante el máximo aprovechamiento de los recursos locales, permite que las personas que viven en un área local o una región de un país experimenten un incremento continuo de su bienestar. (TELLO, 2010, p. 53).

¹⁷ “En varias contribuciones de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (cepal), tales como Aghón, Albuquerque y Cortés (2001) y Finot (2001); y del Banco Interamericano de Desarrollo (bid), como Albuquerque, Llorens y Del Castillo (2002) y Llisteri (2000).” (TELLO, 2010, p. 53).

Esse processo de desenvolvimento alcança três dimensões, de acordo com Tello (2010): econômico, que se relaciona aos meios de produção e através das empresas locais e geração de economias de escala, acrescentando produtividade e competitividade ao mercado; a dimensão sociocultural cria um ambiente em rede no qual a sociedade e a economia e os valores das instituições apoiam o processo de DEL; por último, a dimensão política e administrativa, que são responsáveis pela fomentação do processo de desenvolvimento.

De acordo com Tello (2010,) pode-se observar uma definição moderna para o conceito de DEL que se baseia em quatro fatores: primeiro, o DEL tem uma vinculação geográfica do processo de desenvolvimento; segundo, os objetivos do DEL estão ligados à provisão de bens e serviços necessários à escala local, e que só são possíveis alcançar na escala local, devido à natureza da administração desses bens e serviços; terceiro, existe a necessidade de participação da sociedade local no processo de desenvolvimento; quarto e último ponto, diz respeito às diferenças entre o desenvolvimento local e o desenvolvimento nacional. O autor expõe que nas teorias de DEL, existe um conjunto de fatores que determinam a localização, as atividades e o crescimento, são elas: dotações de recursos locais (humanos, naturais e capital); a infraestrutura física; a distância dos mercados; os custos de transporte; as aglomerações espaciais e as economias de escala externas, etc. Dessa forma, o DEL seria mais coerente e fácil de ser viabilizado do que grandes projetos de âmbito nacional.

Segundo Tello (2010), o Banco Mundial colocou o Desenvolvimento Econômico Local (DEL) como chave para tornar possível ao governo local, aos setores privados, aos organismos não governamentais e as comunidades locais a oportunidade de trabalhar conjuntamente para melhorar a economia local. O DEL pode ser definido como um processo estrutural e de crescimento, o qual aproveita o máximo dos recursos locais e permite que a sociedade de determinado local ou região de um país experimente um incremento contínuo em seu bem-estar. Esse processo compreende três dimensões: a economia, a sociedade, e a dimensão política e administrativa.

O autor afirma que o DEL está estreitamente ligado as teorias de localização, esta que determinam a localização, as atividades e o crescimento econômico de uma região. Sendo assim de acordo com tais bases teóricas da nova geografia econômica, as aglomerações de atividades em um determinado espaço se apresentam como um resultado de forças centrípetas e centrífugas, ou seja, forças convergentes e divergentes.

Nos últimos anos, o debate sobre o ganho de autonomia da escala local e suas ligações diretas com o global tem se intensificado, tanto no âmbito político como no setor

produtivo. As mudanças tecnológicas, produtivas, políticas, um capital mais mundializado têm aberto espaço para essa interação e nesse contexto surgem questões teóricas relacionadas às “lutas espaciais” que tem ocorrido. O que tem sido visto é o local-global mais harmonizados em suas intenções consequentemente debilitando capacidade de deliberação da escala nacional. Não há consenso entre as correntes teóricas sobre os benefícios da intensificação dessas interações, mesmo porque, em um país como o Brasil com sua dimensão e peculiaridades, acaba por ocorrer o crescimento de algumas regiões, dando continuidade e acentuando as diferenças sociais.

(...) o conceito de local não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução. Pelo contrário, considera a maioria dos setores que trabalha com a questão que o local não é um espaço micro, podendo ser tomado como um município ou, inclusive, como uma região compreendida de vários municípios. (...) local adquire a conotação de alvo socioterritorial das ações e passa então a ser definido pelo próprio desenvolvimento local integrado e sustentável. (FRANCO apud VAINER, 2001, p. 143).

Nesse sentido, observa-se o aumento da importância do local nos cenários: econômico e político. Swyngedouw (2010) cita o termo “glocalização” como uma nova forma de reescalonamento pós-fordista. O autor relata que nos últimos anos a organização em rede da economia tem se tornado cada vez mais localizada/regionalizada, mas ao mesmo tempo mais transnacionalizado.

Segundo Vainer (2001), o que se vê é um forte debate na articulação entre o local e global, com pouca importância para outras escalas, inclusive a nacional, que pouco é lembrada. A questão que ronda a discussão refere-se à busca da escala espacial pertinente, tanto nas questões econômicas, quando sociais, para que a ação política atue de forma eficaz.

De acordo com Swyngedouw (2010), a globalização surgiu como um “condutor” e argumento utilizado para descrever toda mudança, supostamente importante, na organização econômica e política da economia mundial. Esse conceito logo afetou várias esferas da sociedade, inclusive a cultural. A proliferação dessa ideologia, de globalização, se tornou um ato de fé, de acordo com o autor. Swyngedouw (2010), discorre que muitos governos, em todas as esferas, tomaram medidas para alinhar sua política social e econômica às exigências e os requisitos desta nova “ordem” mundial competitiva e as forças de uma nova economia mundial, baseada no mercado livre. De acordo com essas normas, que não parecem novas formulações, mas sim o velho receituário liberal com uma nova roupagem, deve-se exercer a restrição fiscal, os gastos sociais têm que ser controlados, os mercados de trabalho devem se

tornar mais flexíveis, a regulação ambiental e social ser reduzidas ao mínimo, etc. Dessa forma, o Estado passa a ocupar um novo papel no desenvolvimento local e regional, responsável pelo estabelecimento das regras viabilizadoras do desenvolvimento. Este seria o caminho essencial que conduziria as economias regionais ao paraíso desejado de competitividade global e crescimento sustentável.

“El discurso del internacionalismo neoliberal se ha convertido, según la definición de los intelectuales franceses, em um *Pensée Unique*, um conjunto de argumentos y creencias de carácter hegemónico y em la receta política incontestable y prácticamente naturalizado y evidente. (...) La *Pensée Unique* se há convertido em el canon académico hegemónico y em la receta política común de uma elite internacional de economistas y analistas de políticas.” (SWYNGEDOUW, 2010 p. 50).

Esse discurso tem feito com que, não apenas boa parte dos pesquisadores, mas a sociedade veja a escala na local uma ideia “geral” de patriotismo de cidade (ou região) nas identidades locais, ou seja, acreditam no localismo, como escala principal e exclusiva para alcançar o desenvolvimento econômico.

O problema se torna mais grave, de acordo com Brandão (2012), em países de grandes dimensões, como o Brasil, fazendo com que aumente as desigualdades regionais. Para o autor a questão não é a busca pela melhor escala, mas que os projetos de desenvolvimento regional/local possam estar *pari passu* as demais escala estando bem articulada a um projeto nacional. O pensamento localista ao se distanciar da escala nacional fica a mercê do capital privado, o poder local acaba com pouca margem de manobra para as políticas locais e o tão desejado desenvolvimento regional fica atrelado aos interesses de mercado. Nesse ponto, parece ocorrer um afastamento dos interesses sociais e de mercado, ou seja, os interesses locais e globais se distanciam, colocando em xeque toda a capacidade de articulação do poder local.

Para Brandão (2012), se por um lado ocorreu uma “revalorização” do território, que de forma convencional ficou conhecida como “geografia econômica”, por outro, ocorreu à banalização da natureza estrutural, dinâmica e histórica das cidades. O autor argumenta, sobre a concepção a respeito da escala local e seu poder sobre o desenvolvimento urbano local. Surgindo assim o questionamento sobre os benefícios gerados para a sociedade, por essas empresas multinacionais.

O autor afirma que nenhuma escala é melhor que a outra, mas faz-se necessário a discussão sobre a espacialidade e o entendimento das políticas necessárias para cada

local/região envolta em um projeto de desenvolvimento nacional, Brandão (2012). Segundo Amaral Filho (2001), cada vez mais o desenvolvimento regional tem incorporado a “nova teoria do crescimento endógeno”, ou seja, regiões e localidades têm tomado suas decisões, de forma mais independente, no que tange ao destino quanto ao uso de seus recursos. Dessa forma, as regiões têm apresentado um papel ativo para o desenvolvimento local e sua organização industrial.

Essa “endogenia exagerada” das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado. (...) Uma grande parte dessa produção intelectual exagera na capacidade endógena de determinado território para engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico, replicar as características exitosas de outros casos e, dessa forma, acaba por subestimar os enormes limites colocados à regulação local. (BRANDÃO, 2012 p. 38 e 39.)

Fica evidente a convergência teórica a endogeneização do desenvolvimento regional, enquanto o sentimento localista de progresso cresce em algumas regiões. A principal questão levantada pelos autores é a necessidade de debate e conhecimento das peculiaridades regionais e a integração destas a um projeto nacional ou multi-escalar. Essa visão localista faz com que o foco, do ponto de vista econômico, se concentre nas questões microeconômicas deixando de lado fatores externos e macroeconômicos como: taxa de câmbio, taxa de juros, fisco, relação salarial, política monetária, questões financeiras etc. Tais políticas que a escala local não tem nenhum controle ou ação e que são cruciais na implementação políticas para setor produtivo. Dessa forma, o campo de ação e da estratégia local é muito reduzido, ficando a mercê de crises nacionais e internacionais, e em certos casos cidades e regiões se tornando dependentes de uma empresa ou setor, e como aponta Brandão (2012) tais situações podem não induzir ao desenvolvimento desejado ao longo prazo, e acabar ocorrendo o inverso.

Por fim, foi visto que a teoria concernente ao desenvolvimento regional embora tenha percorrido caminhos distintos em sua concepção, está passando por um momento de intenso esforço em sua aplicação, principalmente nas últimas três décadas, depois das grandes mudanças na estrutura produtiva. Ou seja, tem sido observado um processo de descentralização política, econômica, administrativa, principalmente nos países desenvolvidos, mas há algum esforço, principalmente quando observadas as políticas públicas, em países desenvolvimento. Há a necessidade de aprofundamento das pesquisas e

aplicação de políticas fomentadoras, para que os países em desenvolvimento possam lograr dos benefícios do desenvolvimento econômico local.

2.2. Política Pública: Definições e Conceitos

A organização da vida dentro de uma sociedade tornou-se complexa a partir do momento que o homem agrupou-se. As necessidades coletivas tornaram necessárias: criação de regras, hierarquias, distribuição de funções e realização do que seria vital ao bem comum. A sociedade moderna e sua hierarquia tem na figura do Estado o superior na hierarquia política, na maioria dos países. Este é responsável por criar regras e funções para manter a ordem e suprir as necessidades da sociedade.

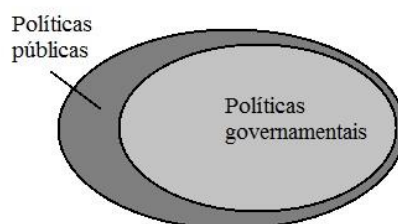
O Estado, na prática, é o poder organizado, estruturado para impor à comunidade em que está implantado normas que atualmente chamamos jurídicas (...). O Estado moderno encontra suas principais raízes no processo político que se desenvolveu na Inglaterra, na França e, em seguida, nos Estados Unidos, espalhando-se por todos os continentes; ora com as roupagens ocidentalizadas que conhecemos, advindas do cenário europeu, ora em forma diversificadas, como no mundo árabe e em regiões longínquas de vida tribal. Portanto, a organização do poder constitui o instrumento dos dirigentes da comunidade para levá-la em busca dos fins de progresso ou da manutenção da ordem. (Dicionário de Políticas Públicas, 2012).

De acordo com Brenner (2008), entre os séculos XVIII e XIX a principal função do Estado foi à promoção da segurança pública e defesa do território. Contudo, o advento da democracia e sua expansão ampliaram e diversificaram as incumbências do Estado enquanto gestor administrativo. Em uma sociedade aglomerada de indivíduos de diferentes opiniões, interesses, crenças, escolaridade, renda etc. a atuação do Estado revela-se essencial para sobrevivência e progresso. Fez-se e continua necessário conceber estudos e ações para atuar em diferentes áreas, como: economia, emprego, saúde, educação, meio ambiente etc. A ferramenta utilizada para atingir resultados são as Políticas Públicas.

Segundo Secchi (2015), a política pública tem a finalidade de responder ou atacar problemas ocorridos no seio da sociedade, pelo coletivo. “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.” (SECCHI, 2015, p. 2). Nesse sentido, há um “problema” quando os atores políticos consideram que existe algo errado e é público quando é relevante a coletividade. O autor afirma que a política pública possui componentes essenciais,

que são: propósito público para a resolução de problemas substancialmente público. As políticas públicas atualmente tem utilizado a abordagem multicêntrica, como aponta Secchi (2015), nesse sentido, os formadores de políticas públicas vão além apenas dos poderes governamentais e agentes públicos, vez que, essa abordagem permite a eliminação de dúvidas interpretativas quanto à natureza dos agentes. Por exemplo, ONG's e grupos ambientais que fazem campanha pró-florestamento, ou em relação à nomeação do presidente da Petrobrás que é feito pelo presidente da República, mesmo tendo 60% de ações no setor privadas, como observa o autor. Há um entrelace do poder público, privado e interesses de grupos quando observa-se a política pública, o que não afeta na exclusividade da criação dos instrumentos legais por parte do Estado. No entanto, Secchi (2015), esclarece que convém chamar de “políticas governamentais” as políticas implementadas pelos agentes governamentais.

Figura 4: Políticas públicas e políticas governamentais



Fonte: (SECCHI, 2015, p. 5)

Dessa forma, a Figura 4 apresenta o campo de atuação entre políticas públicas e governamentais. Outro ponto abordado pelo autor está relacionado à dimensão ou posicionamento da política pública. Ou seja, as políticas públicas formuladas compõem desde o problema macro até micro, e é realizada pela competência desde a esfera federal a municipal. A definição de política pública no dicionário da Eduemg descreve o seguinte:

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo de decisões composto de variáveis complexas que impactam na realidade. (Dicionário de Políticas Públicas, 2012).

Em suma, as políticas públicas surgem a partir de problemas ou necessidades coletivas, dos atores políticos, da sociedade ou de certo grupo sendo diferenciadas em escalas

e tamanhos. A atuação em grande parte é efetivada a partir do ente Estatal que embora tenha o poder de legislar sobre os assuntos, pode haver parceria privada ou de outros atores na elaboração da política. A política pública segue uma planificação onde ocorre o seguinte, segundo afirma Secchi (2015): 1. Identificação do problema; 2. Formação da agenda; 3. Formulação de alternativas; 4. Tomada de decisão; 5. Implementação; 6. Avaliação; 7. Extinção. Embora não seja mecanicamente realizada, e em muitos casos esses pontos se entrecruzam a finalidade da política pública é a solução do problema posto.

2.3. Guerra Fiscal

A guerra fiscal teve início por volta dos anos de 1960, porém se destacou no início da década de 1990 com uma reestruturação e organização tributária no período. Nos estudos e interpretações mais aceitas é geralmente enfatizada apenas questão tributária, isto acaba por diminuir a importância de outros fatores determinantes dessa disputa entre regiões e/ou cidades. De acordo com Vieira (2013), pouca atenção foi dada as políticas de incentivos estaduais e a falta de habilidade do Estado de interferência. Os governos estaduais buscaram um meio de estimular investimentos e promover o crescimento econômico em seus territórios. As mudanças ocorridas na forma de intervenção estatal somadas ao contexto de globalização do período permitiram que os entes subnacionais fossem conduzidos a uma nova forma de ligação produtiva entre o local-global.

Primeiramente, cabe entender como a reorganização tributária contribuiu para que se chegasse à guerra fiscal. A principal ferramenta usada nesse processo foi o ICMS¹⁸ ancorada na Constituição Federal de 1988, enfatizando a descentralização do Estado e utilizando o argumento de equidade regional que estava presente no debate, naquele período, somado a diminuição da intervenção estatal, a autonomia dos estados ganhou mais folego quando adicionada a corrente neoliberal. Dessa forma, de acordo com Piancastelli (1996), a partir da década de 1990, os estados brasileiros se concentraram em fomentar políticas sobre concessões fiscais, para a atração de investimento e criação de empregos. Embora controverso em alguns pontos, no sentido de diminuir as receitas do estado, ao passo que, atrairia

¹⁸ ICMS: imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Foi estabelecido pela regulamentação constitucional que está prevista na Lei Complementar 87/1996 (a chamada “Lei Kandir”), alterada posteriormente pelas Leis Complementares 92/97, 99/99 e 102/2000. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html>> Acesso em 03/03/16.

empresas para seu território, esse tipo de política se apresenta até os dias de hoje de forma ativa.

Conceitualmente, é difícil a definição rigorosa do que venha a se chamar de "guerra fiscal". De maneira geral, o termo caracteriza os procedimentos de concessões fiscais e creditícias implementados pelos estados. Como tem sido um procedimento generalizado e que beneficia praticamente todo e qualquer investimento, seja em capital fixo (maquinaria e equipamentos), edificações e obras civis, capital de giro, desenvolvimento tecnológico e pesquisa, não há critério de seletividade do investimento e, muito menos, fica explícita que áreas ou segmentos econômicos os governos estaduais desejam realmente incentivar. (PIANCASTELLI, 1996, p. 23).

Além da prática direta via imposto (ICMS), podem-se ressaltar outros instrumentos nesse tipo de política que tem sido utilizado, como: doações de terrenos e até mesmo contribuição financeira via participação acionária, como argumenta Diniz (1995). Nos anos de 1990 a guerra fiscal foi vista pelos pesquisadores apenas como uma busca por novos investimentos por parte dos estados e municípios, o que explica o contexto daquele momento econômico, referente à entrada de empresas multinacionais. Porém, em alguns setores como o automobilístico tem ocorrido não apenas a concorrência por novas plantas, mas também pelas fábricas já instaladas, como observa Alves (2001). Dessa forma, o conceito de guerra fiscal foi se ampliando no decorrer das disputas interestaduais.

(...) um conceito mais amplo de guerra fiscal, relacionando-a não ao grau de acirramento das políticas estaduais de incentivos, nem apenas a uma forma de intervenção na decisão alocativa, mas sim a todo tipo de disputa/conflito que decorra da intervenção estatal de entes federativos na decisão locacional de atividades produtivas e na concorrência setorial, sendo que, o instrumento tributário é o principal mecanismo de subsidiamento. (ALVES, 2001, p. 30).

Dentre outros motivos para a expansão estadual e municipal pela busca de investimentos produtivos para seus territórios, podem-se citar o fim da função do Estado desenvolvimentista visto a partir da década de 1980, a abertura comercial e suas possibilidades, como a adoção de políticas neoliberais e a maior liberdade – pelo menos com algumas ferramentas de políticas públicas, inclusive monetária – no plano subnacional.

Assim, frente ao declínio da atuação do governo central, as políticas solidárias perderam vigor e assumiram maior expressão as autocentradas, o que perpetrou evidentes problemas de coordenação, redundando na escalada da guerra fiscal em razão da dominância de diversos programas autônomos e descentralizados de estímulo produtivo, dedicados a sedimentar rotas de

modernização e crescimento econômico particulares, concorrentes e desconexas umas das outras, sem considerar as externalidades geradas para o conjunto do agrupamento territorial e, muito menos, para cada região separadamente. (VIEIRA, 2013, p.140).

O autor relata que esses fatores não têm sido levados em consideração no debate às disputas subnacionais. Como citado anteriormente, durante a década de 1990 a discussão se concentrou exclusivamente na redução de impostos, embora atualmente essa seja uma ferramenta ainda muito utilizada, os pesquisadores apresentam a política de incentivos de forma mais evoluída e organizada.

Vieira (2013) apresenta três modalidades de políticas de incentivos que são utilizadas atualmente: as políticas sistêmicas; políticas específicas; e políticas seletivas. Estas propõem objetivos e aplicações diferenciadas, de acordo com o planejamento estadual. As políticas sistêmicas, com impactos no médio e longo prazos teriam como meta transformação estrutural do território tornando-o atrativo ao capital. A política específica ficaria responsável por estimular empresas, aglomerações produtivas e setores econômicos movidos por vantagens locais. Os incentivos seriam as vantagens tributárias, de crédito, capital, infraestrutura e instalações. Por fim, as políticas seletivas seriam instantâneas, com efeitos imediatos. Embasadas em conceder privilégios excepcionais, geralmente individuais, para determinados empreendimentos. Esse tipo de política apresenta alcance pontual e restrito.

A dimensão restrita dos impulsos dinâmicos das políticas seletivas se exprime claramente na infraestrutura econômica que é implantada para estimular um determinado investimento privado. Nesses casos, os projetos infraestruturais, como rodovias, portos, redes de telecomunicações e de energia elétrica, por exemplo, são instalados para atender unicamente o empreendimento em causa, sendo moldados conforme suas especificações técnicas e financeiras individuais. Por conseguinte, os benefícios propiciados por tais equipamentos públicos, novos ou melhorados, são retidos quase que integralmente pela empresa incentivada, com efeitos muito reduzidos para o conjunto da sociedade e da base produtiva local. (VIEIRA, 2013, p. 143).

O autor afirma que as políticas seletivas são as mais concorrentes do que as outras duas, pois suas características de atração seriam mais fáceis de serem reproduzidas em outros territórios subnacionais. Porém, Vieira (2013) relata que as distinções e aplicações dos tipos de políticas de atração são vista de forma mais nítida apenas na teoria, pois na prática há certa mistura de conteúdos e objetivos. Todo esse embate da guerra fiscal promove reflexões de longo prazo para o real objetivo que é o desenvolvimento econômico.

Essa luta dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento, a longo prazo, das finanças locais e embotoado o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento. (BRANDÃO, 2012 p. 39).

Dessa forma, a guerra fiscal evidencia as diferenças entre regiões e potencializa a competitividade entre elas. Isso leva ao comprometimento de estruturas estaduais e seus meios de ação em seu território. A “guerra” dentro do território nacional tem mostrado benefícios principalmente ao capital privado e sua lógica de produção, incapacitando as finanças dos entes subnacionais no longo prazo.

2.4. Desindustrialização e Especialização

O crescimento e desenvolvimento econômico sempre foram associados à indústria, como relata Comin (2009). A Primeira Revolução Industrial proporcionou uma elevação, nunca antes vista, da produtividade do trabalho, geração de um número crescente de produtos, e o emprego de combustível fóssil como fonte de energia. A indústria ocupou o papel como responsável pelas atividades que apresentam as características dinâmicas de produção. As economias de escala e escopo se manifestam de maneira mais propícia no ambiente industrial. Dessa forma, uma nova fase da indústria e sua composição na produção da economia começaram a ser discutidas.

O debate sobre desindustrialização não é recente nos países desenvolvidos foi observado a partir da década de 1970 uma queda vertiginosa da participação do emprego industrial no emprego total, como afirma Rowthorn e Ramaswany (1999). Segundo Thirlwall (2005), vários dados históricos empíricos apontam para a singularidade da atividade industrial no processo de crescimento econômico. “Parece haver, nos diversos países, estreita associação entre o nível da renda per capital e o grau de industrialização, e também parece haver, nas várias nações, associação estreita entre o crescimento do PIB e o crescimento da industrial.” (THIRLWALL, 2005, p. 43). Rowthorn e Ramaswany (1999) observaram que a participação do emprego de produtos manufaturados caiu de 28% na década de 1970 para 18% em 1994, em países desenvolvidos. Oreiro e Feijó (2010) relatam que na América Latina, tal processo teve início nos anos de 1990 coincidindo com as políticas neoliberais adotadas no período. Dessa forma, a primeira observação a respeito da desindustrialização

ocorreu na observação da queda da participação do emprego industrial no emprego total da economia.

Tregenna (2009) *apud* Oreiro (2010) menciona uma nova definição do termo, uma forma mais ampla, sendo o emprego industrial e o valor adicionado da indústria na redução do emprego total e do PIB, respectivamente. Nesse conceito ampliado de desindustrialização é possível observar que mesmo com o relevante crescimento da produção industrial tal fenômeno pode estar ocorrendo.

(...) uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de *quantum*) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização. (OREIRO e FEIJÓ, 2010, p.221).

Para Rowthorn e Ramaswamy (1999), a desindustrialização não é necessariamente um fenômeno indesejável, mas tem se apresentado como uma consequência natural do dinamismo industrial. Porém, cabe ressaltar, como explica Rodrik (2015) que essa experiência de desindustrialização é vista de maneira diferente quando comparados os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Enquanto que para o primeiro grupo a desindustrialização é entendida como uma fase pós-industrial, para os países desenvolvidos pode incorrer no desmonte de um parque industrial não maduro.

Mention “deindustrialization,” and the image that comes to mind is that of advanced economies making their way into the post-industrial phase of development. In a new paper I show that the more dramatic trend is one of deindustrialization in the developing countries. This is a trend that is appropriately called premature deindustrialization, since it means that many (if not most) developing nations are becoming service economies without having had a proper experience of industrialization. (RODRIK, 2015)

No Brasil, são analisados alguns fatores que podem colaborar para que haja uma tendência à desindustrialização. Segundo DIEESE (2011) a questão da prática de elevadas taxas de juros contribui para intensa entrada de divisas no país, capital que busca valorização rápida e segura, condição que o Brasil oferece. Ao passo que a taxa de juros dos países desenvolvidos estavam em torno de 0% a.a. no Brasil era praticada uma taxa 11,75% a.a., em 2011. Dessa forma, ocorre um fluxo de moeda estrangeira no mercado financeiro, nos últimos dez anos o real se valorizou, o que encareceu as exportações e barateou as importações. Esse cenário não afirma e nem confirma a desindustrialização brasileira, mas

revela um “incentivo indireto” nessa direção. Outra questão que tem sido colocada em discussão no país são os recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas indústrias brasileiras que são bem inferiores à média internacional, o investimento nesse segmento ficou em torno de 1,3% do PIB entre 1989 e 1994, enquanto os EUA, Japão e União Europeia investiam 2,9%. Squeff (2012) relata sobre a diminuição da formação bruta de capital fixo (FBKF) no impacto na indústria de transformação. O investimento em máquinas e equipamentos é uma atividade tipicamente manufatureira, embora os demais setores da economia, como a agropecuária, também dependem deste tipo de produto no processo de produção.

De acordo com Nassif (2006), os setores com tecnologia intensiva, voltados para os recursos naturais, tiveram o maior aumento na participação dos investimentos realizados pela indústria, principalmente no que se refere à extração e refino de petróleo. O autor relata que os recursos naturais também foram os que mais avançaram na participação no total do valor adicionado industrial. E que houve queda da participação dos setores com tecnologia intensiva em trabalho no valor adicionado que refletiu na retração da participação dos investimentos realizados nesses setores em relação ao total das aquisições de ativos fixos da indústria.

O desencadeamento da desindustrialização em países periféricos trouxe novos caminhos para o setor industrial, isto pode ser notado no aumento da produção de commodities e uma convergência a uma possível retomada da especialização produtiva.

(...) a especialização comporta, pelo menos, dois sentidos: o de qualidade e acuidade superior e o de dedicação exclusiva. E o mais interessante é que essas duas dimensões comportam um certo antagonismo. Afinal, se a especialização é a conquista de um patamar superior em competência, ela deve pressupor, pelo menos, a sustentação da formação generalista prévia à especialização. (PAIVA, 2006, p.91)

Desde as origens da ciência econômica foi observada a especialização produtiva como importante para o crescimento e desenvolvimento econômico. Paiva (2006) relata que Adam Smith, em seu livro “A riqueza das Nações”, reconhece que a troca entre comunidades especializadas em mercadorias distintas é benéfica para ambas. Enquanto Ricardo teoriza sobre as vantagens comparativas. Posteriormente Marshall expõe sua teoria das economias externas e distritos industriais, enquanto North coloca a produção e exportação agropecuária como a melhor opção para países periféricos capitalistas. A resposta contrária as teorias clássicas surgem com pesquisadores como Raúl Prebisch e Celso Furtado que buscaram alternativas para as explicações do *mainstream*. Esses autores observaram como a divisão

internacional do trabalho não beneficiava as economias latino-americanas, a resposta foi uma intensa industrialização em setores dinâmicos da economia, visto que antes, estes países participavam do mercado internacional apenas com produtos primários.

A especialização em escala nacional tem trilhado o caminho de commodities, assim como algumas regiões. Carneiro (2008), relata que a política econômica posta em prática no Brasil e em outros países da América Latina a partir dos anos 1990, a desregulação do investimento externo, as privatizações, e a apreciação das moedas, tiveram como principal consequência a volta de um padrão de especialização produtiva baseada em vantagens comparativas, ou seja, essas políticas induziram a retomada da estrutura produtiva anterior ao período de industrialização com ênfase nos recursos naturais. Segundo Squeff (2012), outro agravante que pode ocorrer nesse cenário é a doença holandesa que pode causar desindustrialização, enquanto a desindustrialização não provém necessariamente, da doença holandesa. O autor relata que o termo “*dutchdisease*”, que significa doença holandesa, foi usado pela revista “The Economist” em um artigo publicado em 1977, esse artigo colocou em evidência a apreciação cambial da moeda holandesa responsabilizando a descoberta de grandes reservas de gás natural no país nos anos 1960.

Large gas reserves had been discovered in 1959. Dutch exports soared. But, we noticed, there was a contrast between "external health and internal ailments". From 1970 to 1977 unemployment increased from 1.1% to 5.1%. Corporate investment was tumbling. We explained the puzzle by pointing to the high value of the guilder, then the Dutch currency. Gas exports had led to an influx of foreign currency, which increased demand for the guilder and thus made it stronger. That made other parts of the economy less competitive in international markets. That was not the only problem. Gas extraction was (and is) a relatively capital-intensive business, which generated few jobs. And in an attempt to stop the guilder from appreciating too fast, the Dutch kept interest rates low. That prompted investment to rush out of the country, crimping future economic potential. (THE ECONOMIST, 2014)

A especialização em commodities pode parecer desvantajosa, pois os preços tendem a ser mais voláteis que os preços de produtos industrializados. É nesse ponto segundo Bacha (2011), que a “maldição dos recursos naturais” pode se tornar uma “doença”, pois quando o preço das commodities caírem pode ocorrer à fuga de capitais acelerando a depreciação do câmbio em meio a uma crise no balanço de pagamentos. Dessa forma, a doença holandesa ocorre o oposto, porém de uma maneira cíclica. A descoberta de recursos naturais aumenta a entrada de capitais no país.

Enquanto, que de uma forma geral o cenário nacional tem apontado para uma tendência a especialização regressiva, como cita Carneiro (2008), algumas regiões do Brasil

têm observado diferentes ciclos de investimentos. Outro tipo de especialização que ocorre no âmbito regional.

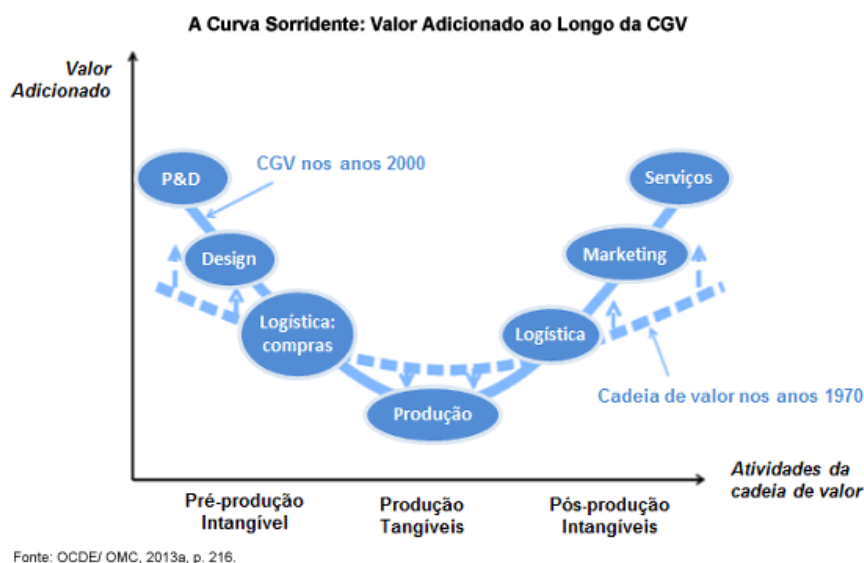
A partir da exploração de vantagens comparativas, a exportação de bens para localidades fora da área de mercado regional constitui fator decisivo de integração inter-regional e realimentação do crescimento do lugar central, em função de retornos crescentes de escala ou economias de **especialização regional**. (FUJITA apud LEMOS, 2003 p.668).

Dessa forma, a especialização regional pode surgir a partir do desenvolvimento de econômico de grandes regiões, cidades centrais, que levam a possibilidade de formação de sub-regiões integradas ao desenvolvimento econômico. Essa especialização tem sido observada a partir da descentralização do desenvolvimento econômico, onde os governos subnacionais têm aproveitado os espaços abertos para direcionar iniciativas próprias, como cita Jimenéz (2002). A especialização regional tem sido verificada através de medidas e indicadores, avaliando até o grau de especialização da região, a medida mais difundida é o Quociente Locacional (QL) que tem a função de expressa a importância de um setor produtivo comparando a região e a macrorregião à qual está inserida. Essa movimentação tem convergido em políticas regionais somadas às evidências que a globalização vem enfatizando as vantagens comparativas, seus recursos naturais e capacidade de exportação, o autor relata que essas são as regiões ganhadoras.

2.5. Cadeias Globais de Valor

A ideia de Cadeia Global de Valor (CGV), não é tão recente quanto parece. A primeira teoria relacionada ao tema pode ser observada segundo os escritos de David Ricardo, por volta dos anos de 1800, sobre as vantagens comparativas. Que apresenta também o conceito de divisão internacional do trabalho. Embora, a ideia de que um país produza aquilo que ele seja mais hábil já exista há algum tempo, a forma de realizar esse processo do jeito adequado, com baixo custo, eficiência e de maneira ágil, se concretizou recentemente. De acordo com Blyde (2014), a “fragmentação internacional da produção” é um fenômeno atual, ou seja, o surgimento das cadeias produtivas globais de valor, na escala em que está sendo realizada, é um fenômeno atual.

Figura 5: Partes e trajetória de uma cadeia global de valor



Fonte: IEDI

As CGV geralmente tem um enfoque entre empresas que participam da elaboração de um produto, que são desmembradas para que cada fragmento seja responsável por uma parte do processo, assim como apresenta a Figura 5. Essas empresas podem ser conhecidas como multinacionais ou transnacionais, pois partes de sua produção ocorrem em diferentes países. Segundo Blyde (2014) as CGV podem ser definidas como:

Uma cadeia produtiva normalmente é definida como um grupo de unidades econômicas que realizam uma gama de atividades tangíveis e intangíveis que agregam valor e são necessárias para levar um bem ou serviço da sua concepção, passando pelas diversas fases de produção, até a entrega aos consumidores finais. (BLYDE, 2014, p.1).

A CGV geralmente possui uma unidade principal, ou matriz, que funciona como uma base de operações, responsável pelo controle e organização da produção, como relata Blyde (2014). Dessa forma, o trabalho entre as unidades de produção são realizadas em conjunto, com especificações, quantidades, prazos e locais bem definidos pela unidade principal, com o objetivo principal de minimização de custos.

Blyde (2014), afirma que o termo cadeia valor se refere ao conjunto de das atividades desempenhadas pelas esferas de produção até chegar ao produto final, enquanto a palavra global significa seu alcance em termos espaciais, onde partes da produção pode se encontrar em vários países diferentes. Embora configuração das CGV dê a entender como um processo homogêneo entre as diferentes linhas de produção, esse processo pode ter muitas diferenças.

Enquanto algumas operações realizadas utilizam maiores investimentos tecnológico e de pesquisa, outras ramificações desempenham o papel de fornecedora de matéria-prima ou realização da parte da produção que envolve menos tecnologia. A internacionalização da produção pode ser realizada de diferentes maneiras, como ressalta Blyde (2014):

O termo *offshoring*, por sua vez, é usado na literatura para referir-se à fragmentação internacional da produção que ocorre por meio do IED vertical ou da terceirização estrangeira. Cada uma dessas estratégias —seja o IED vertical, seja a terceirização estrangeira— tem vantagens e desvantagens. Por exemplo, uma vantagem do IED vertical é que ele poderia eliminar a necessidade de renegociações onerosas de um contrato depois de firmado um acordo. Por outro lado, a terceirização estrangeira elimina os custos fixos contraídos com a abertura de uma filial. A decisão de usar o IED vertical ou a terceirização estrangeira é conhecida como *decisão de internalização*. (BLYDE, 2014, p.3).

Porém, ainda cabe entender porque demorou tanto tempo para que a internacionalização da produção ocorresse. Blyde (2014) destaca que uma série de fatores limitava a execução desse processo. O primeiro ponto se refere às barreiras tarifárias ou as barreiras comerciais que são utilizadas por vários países para conter importações estrangeiras. A partir dos anos de 2000 observou-se a redução das tarifas e o crescimento dos acordos regionais de comércio implicando em uma receptividade as produções em cadeias globalizadas.

Outro fator importante para o aumento para a expansão das CGV foi à redução no custo dos transportes. Esse custo se for alto, desestimula as mudanças geográficas da produção, uma vez que, a distância entre os centro produtores seria mais cara. As mudanças tecnológicas permitiram grande evolução e redução dos custos de transportes, nas últimas décadas. Somado ao transporte, pode-se citar o crescimento das empresas de logísticas, a partir da década de 1970. Esse tipo de serviço colaborou para a organização e logística das linhas de produção que estão distantes geograficamente, mas precisam manter a cadeia produtiva em ordem e sem falhas, como aponta Blyde (2014). A redução dos custos de informação e avanço na tecnologia da informação e comunicação tem sido essenciais para o gerenciamento das cadeias produtivas. A agilidade e acessibilidade que as novas tecnologias permitem mediante ao baixo custo permitem a comunicação e monitoramento dos processos produtivos a qualquer distância facilitando a fragmentação internacional da produção.

Atualmente, as CGV tem se apresentado como oportunidade de industrialização e inserção econômica de um país no mercado internacional, de maneira muito mais rápida do que ocorreria se o país realizasse todo o processo de produção do bem internamente. Dessa

maneira, este tem sido o caminho encontrado, por algumas economias, para se industrializarem. Blyde (2014) destaca a trajetória dos países asiáticos, alguns países do leste europeu e a América Latina na inserção comercial internacional através das CGV. Entretanto, as CGV se apresentam com benefícios e malefícios para as economias periféricas que às incorporam em suas economias.

O interesse na formulação de políticas para inserção em cadeias de valor é estimulado pela hipótese de que a fragmentação internacional da produção abriria espaço para que as pequenas economias capturassem etapas ou tarefas produtivas específicas, o que viabilizaria uma “via rápida” para a industrialização e o crescimento destes países. Isto configuraria estratégia de industrialização combinada à maior abertura de economia e inserção internacional, em contraposição às políticas de substituição de importações, que buscavam promover a implantação de parques industriais integrados nas economias em desenvolvimento. (VEIGA, 2014, p.7).

Os principais benefícios advindos com as CGV são obtidos através de oportunidades de entrada no comércio internacional, o que era quase impossível antigamente. Somados ao aumento da diversificação e industrialização das economias, as oportunidades de emprego, incremento tecnológico e para o próprio desenvolvimento econômico. Porém, os aspectos negativos não podem ser negligenciados, como relata Blyde (2014). A fragmentação da produção pode direcionar, aos países periféricos, os segmentos que utiliza recursos naturais, menos tecnologias e mão-de-obra menos qualificada. Além disso, o setor industrial voltado para bens intensivos em recursos naturais pode gerar instabilidade econômica, devido à volatilidade dos preços de commodities e a deterioração dos termos de troca. Por fim, um dos maiores risco que pode-se enfrentar se refere a questão da localização da planta industrial a qual pode, a qualquer momento, optar por mudanças na alocação das empresas.

A entrada do Brasil nas CGV permitiu uma continuação da participação do comércio internacional do setor industrial. Embora a geografia seja vista como um obstáculo já transpassado, ela ainda se apresenta como fundamental nas estratégias de investimento. A escolha do local tem sido feita com intensa participação dos entes políticos, principalmente em escalas subnacionais. O que apresenta um fator negativo, pois o Brasil tem apresentado certa incapacidade na escala nacional para direcionar políticas do gênero. Ainda segundo Kupfer (2015) muitas das CGV no Brasil não são consideradas protagonistas no mercado internacional. Dessa forma, há que se pensar estrategicamente para que as possibilidades sejam implantadas segundo uma pauta consciente de planejamento, e assim as CGV melhor introduzidas no país.

III. MÉDIO PARAÍBA-RJ: FORMAÇÃO ECONÔMICA E MUDANÇAS PRODUTIVAS

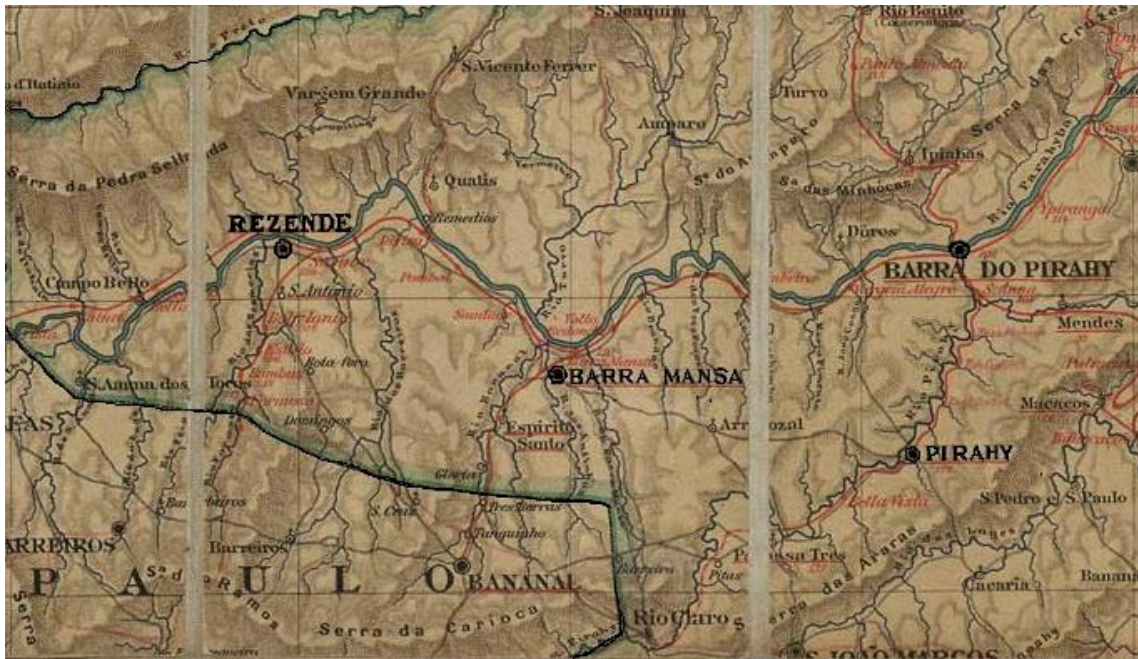
3.1. MP-RJ: Da agropecuária à região industrializada.

Até a década de 1940 a região¹⁹ era conhecida por suas fazendas, plantações de cana-de-açúcar e café e produção de leite. As duas cidades mais importantes da região, Resende e Barra Mansa, ainda eram pequenas, mas não irrelevantes, embora estivessem distantes de ser uma região industrializada. Resende apareceu já no século XVII, durante o ciclo do ouro, quando começou a ser desbravada. No século XVIII a região já possuía fábricas de anil, lavouras de subsistência e engenhos de açúcar, algumas escolas e um hospital. No século XIX foi pioneira no plantio extensivo de café, recebeu investimentos em estradas, pontes e ferrovias, para o escoamento do café. No início do século XX, Resende apareceu como responsável por um terço da produção leiteira do estado do Rio de Janeiro e segundo produtor de manteiga e queijo. Na década de 1940 começaram a chegar às indústrias, quando também foi instalada a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Posteriormente a construção da Rodovia 116 (via Dutra) que liga Rio de Janeiro e São Paulo.

Por sua vez, Barra Mansa emancipada de Resende, atualmente com seus 182 anos já esteve em foco na economia nacional. Em 1860 a cidade esteve presente como maior produtora de café do país, recebeu sua primeira estação ferroviária em 1871 inaugurada pela Princesa Isabel. De acordo com Prestes Filho (2009), na década de 1930 a cidade foi a maior produtora de leite do país, e em 1962 foi a quarta maior produtora leiteira do mundo. Porém, no setor industrial a cidade só começou a ser notada no cenário nacional e internacional quando foi definida a implantação da CSN em suas terras, no distrito de Santo Antônio de Volta Redonda.

¹⁹ No início do século XX era formada pelas seguintes cidades: Barra do Piraí, Barra Mansa, Piraí, Resende, Rio Claro e Valença.

Figura 6: Resende e Barra Mansa final do século XIX



Fonte: Site Trilhos do Rio²⁰

A Figura 6 apresenta a divisão dos municípios no Médio Paraíba fluminense, onde a cidade de Resende e Barra Mansa se destacavam, principalmente no setor agropecuário. A implantação da CSN remonta um momento importante da história nacional. De acordo com Bedê (2004) a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, aponta uma nova dinâmica no setor produtivo brasileiro como resposta aos estrangulamentos e necessidades econômicas para o desenvolvimento do país, quando o foco da economia deixou de ser o modelo agroexportador e passou a ser a indústria. O autor discorre que o país era “prisioneiro” em um sistema internacional de divisão do trabalho, por isso havia um grande entrave financeiro para a instalação de indústrias.

No Brasil, começaram a por em prática projetos industriais, que se acreditava necessário para o crescimento e desenvolvimento nacional, com foco na indústria de base. Desta forma, iniciou-se a construção da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, com parte do capital Estatal, e outra parte financiada pelos EUA, em um acordo em meio à II GM. Foi instalada numa posição geográfica privilegiada, entre os principais centros, Rio de Janeiro e São Paulo, no MP-RJ, no distrito de Santo Antônio de Volta Redonda, até então pertencente à Barra Mansa.

²⁰ Disponível em: <<http://trilhosdoriorio.com.br/forum/viewtopic.php?f=84&t=623>> Acessado em 28/04/2015

Figura 7: Construção da Companhia Siderúrgica Nacional – fundição (1942)

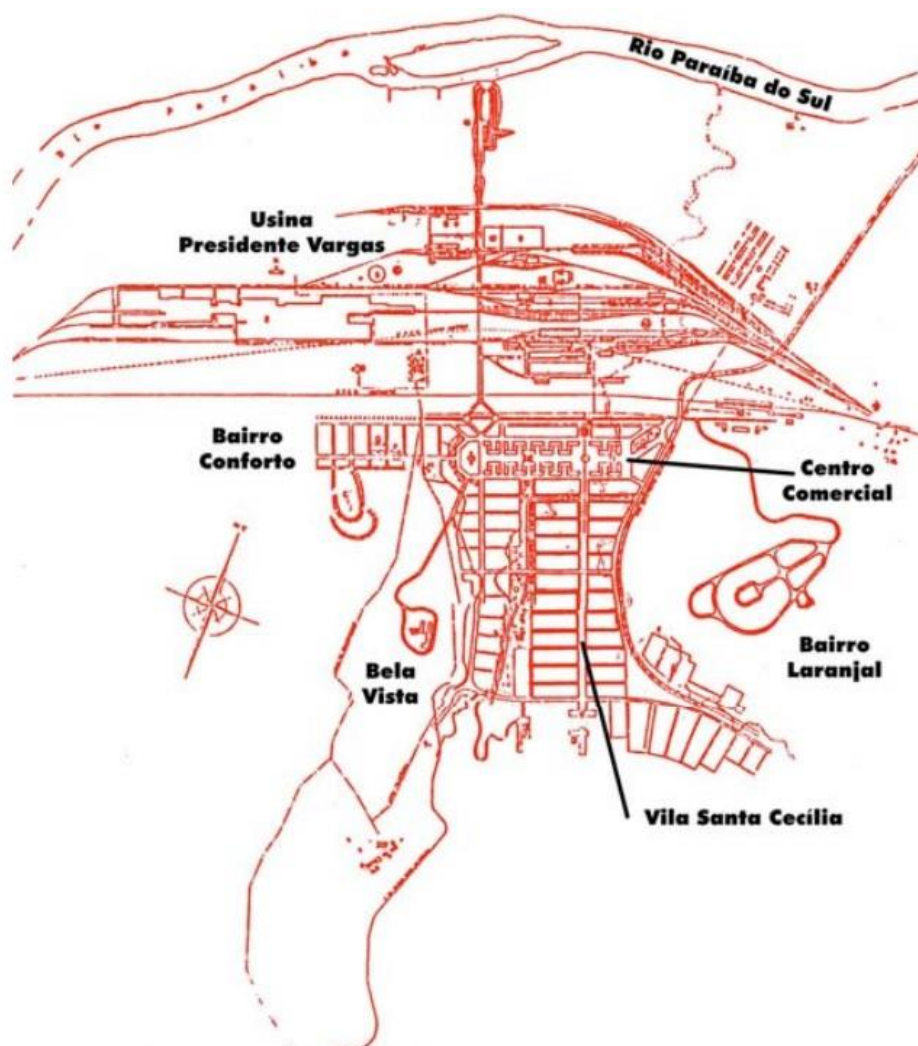


Fonte: (A CURVA... 2013).

Paralelamente a construção da usina foi construída a cidade operária, a qual sua concepção e arquitetura foi baseada em padrões norte-americanos. Além da indústria a cidade, como um todo, representou o rumo que o país haveria de tomar, um símbolo. De acordo com Piquet (1998), necessidade capitalista e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. A siderúrgica foi inaugurada em junho de 1946 e em maio de 1948 a linha de produção começou a operar em sua totalidade. Com o crescimento e desenvolvimento dos entornos da usina o município de Volta Redonda se emancipou em 17 de junho de 1954.

O Projeto da usina ficou a cargo da empresa norte-americana Arthur G. Mc. Kee & Co. O plano, datado de 1941, continha o traçado da cidade, os usos e as tipologias construtivas, projetando originalmente a vila para 4 mil habitações, contando com infraestrutura e equipamentos urbanos. O urbanista respeitou a topografia local, constituída de pequenos morros e vales, característicos do Vale do Paraíba Fluminense. (BENTES, 2008, p. 8).

Figura 8: Plano Geral da CSN e da vila operária



Fonte: LOPES, 1993, p. 85.

A construção da usina atraiu milhares de trabalhadores para a cidade, porém, muitos não encontraram emprego, o que acarretou no crescente número da população em condições precárias. Enquanto isso, nas áreas da cidade que não eram controladas pela usina houve crescimento desenfreado, com pouca infraestrutura e urbanização inadequada.

Com a emancipação de Volta Redonda e o bom poder aquisitivo dos operários da CSN o setor de serviços cresceu e se diversificou. Nesse ponto, a cidade de Barra Mansa deixou de receber receitas advindas da CSN e viu sua economia estagnar, como aponta Bentes (2008).

Ainda na década de 1950, o complexo CSN-Volta Redonda ganha força regional no Médio Vale do Paraíba. População e área urbana aumentaram, com espraiamento na distribuição territorial dos operários para os municípios

de Valença até o de Nova Iguaçu, este na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As indústrias existentes se modernizaram e novas são atraídas para a região. (BENTES, 2008, p. 10).

Figura 9: O município de Volta Redonda e a CSN ao fundo, após sua emancipação



Fonte: (A CURVA... 2013).

Piquet (1998) destaca que a cidade de Volta Redonda se ergueu como um modelo do “Brasil do futuro”. A autora explica que a siderúrgica atenderia 44% do mercado interno ao iniciar suas operações e o custo do investimento seria de 22 milhões de dólares. A cidade ganhou o cenário nacional e internacional, seriam ali estabelecidos os alicerces da industrialização e da promessa de desenvolvimento do Brasil.

Mas o problema máximo, pode dizer-se, básico da nossa economia, é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprego desse metal, sobre todos, precioso, se expressa a equação do nosso progresso. Entrava-o a nossa míngua de transportes e a falta de aparelhamento indispensável à exploração da riqueza material que possuímos imobilizada. (SODRÉ, 1997.)

Durante as décadas de 1950 e 1960, a cidade e a empresa estabeleceram uma relação de parceria, com fortes características voltadas para o social. Em relação ao desenvolvimento

socioeconômico da região, inicialmente a edificação da CSN captou mão de obra desqualificada de várias partes do país, logo foi instalada uma escola técnica para capacitação desses trabalhadores. Porém, a infraestrutura da região ainda era precária seu território ainda era composto por fazendas. Com a emancipação da cidade e investimentos da própria siderúrgica houve significativa melhora na infraestrutura, levando os serviços básicos (água, energia, educação, saúde e lazer) a população. Além disso, esse melhoramento nas condições de vida propiciou o crescimento do comércio, setor de serviços, e atração de outras indústrias para o município e as cidades vizinhas.

Tabela 14: Evolução da atividade industrial em municípios selecionados – 1954/55

Município	1954	%	1955	%
Barra Mansa	1.346.424	2,5%	1.708.744	2,6%
Barra do Piraí	174.160	0,3%	220.422	0,3%
Piraí	306.098	0,5%	372.763	0,5%
Resende	151.448	0,2%	190.483	0,2%
Rio das Flores	25.071	**	34.533	**
Volta Redonda	3.070.633	5,8%	5.248.554	8,0%
Valença	185.455	0,3%	235.398	0,3%
Total do Estado	52.860.000		65.147.000	

Fonte: MELO, 1986, p. 117.

A Tabela 14 apresenta a participação industrial das principais cidades da região do MP-RJ na produção industrial total do estado do Rio de Janeiro em 1954/55, Volta Redonda chama atenção pelo tamanho que a indústria representa, praticamente, apenas a produção da CSN correspondeu 8% da produção industrial do estado. Barra Mansa era a segunda maior produção da região, também contando com a participação de sua siderúrgica.

Os efeitos de encadeamentos induzidos pelos investimentos da CSN se fizeram sentir na região e na cidade do Rio de Janeiro, pois fomentaram um polo metalomecânico que, acoplado ao setor de construção naval consolidou esse complexo industrial na capital e no estado. (MELO, 2000 p. 221).

A região também sentiu os impactos das mudanças no cenário político, quando em 1964 os militares assumiram o governo do país. Nesse período, o poder de barganha dos operários foi reduzido e foi-se reduzindo os direitos anteriormente conquistados, dentro da Usina, impactando seu engajamento social e mudando os rumos da produção.

Outro elemento fundamental que deve ser levado em conta para se entender as mudanças promovidas pela CSN foi o golpe militar de março de 1964. O golpe representou uma profunda derrota da classe operária e criou condições para o estabelecimento de um novo tipo de aliança entre a burguesia nacional, unificada em torno dos militares, e o capitalismo internacional. Rompia-se, assim, o pacto social instaurado pelos governos populistas, vigentes até aquele momento. (FONTES, 2006 p. 250).

Entre 1941 e 1993 – não que a cidade tenha perdido importância atualmente, mas cada vez mais, o foco e o centro econômico têm deixado de ser a siderurgia e saído de Volta Redonda - a cidade de Volta Redonda foi o centro econômico da região, a partir da implantação da CSN, fortaleceu a cultura siderúrgica e metalomecânica na região. Juntamente com a CSN, porém muito menor, pode-se somar a usina siderúrgica de Barra Mansa, instalada em 1937 (atualmente pertencente ao Grupo Votorantim). O desenvolvimento da região seguiu em torno dos desdobramentos da Usina e da cidade de Volta Redonda, conseqüentemente do setor siderúrgico e metalúrgico. Em 1961 na cidade de Resende iniciavam-se as obras da Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba vislumbrando a futura necessidade energética da região.

3.2. Mudanças institucional e produtiva na Região do Médio Paraíba -RJ

A partir da década de 1970 algumas mudanças se iniciaram vagarosamente, ainda naquele período a CSN era primordial para a economia da região e do estado. Os anos de 1980 chegaram com mudanças internacionais que logo atingiriam o país e conseqüentemente a região. Essas mudanças são introduzidas devido aos novos paradigmas embutidos nas regras do neoliberalismo, contido no Consenso de Washington. Por conta disso, houve supressão nas conquistas sociais. As perdas salariais e as péssimas condições de trabalho geraram o movimento operário opositor dentro do sindicato dos metalúrgicos. E em 1984 ocorreu a primeira greve por parte dos operários da CSN reivindicando reajustes salariais.

A notícia da greve foi veiculada nacionalmente, a força sindical da greve mobilizou toda sociedade, levando a consciência da classe grevista e das necessidades e precariedades do trabalho. Dessa forma, a greve em meio à ditadura militar simbolizava, mesmo que inconscientemente, que a opressão sentida pela sociedade estava chegando ao fim devido a

mobilização. Porém, com a eminência da entrada das forças militares dentro da usina - onde estavam quase quarenta mil trabalhadores, em uma “greve de ocupação” – optaram pelo fim da greve. Essa passagem marcou o momento histórico que vivia o país, em meio ao afrouxamento das políticas industriais e políticas de bem-estar e o início das transformações políticas e econômicas advindas com o neoliberalismo. Nesse sentido, toda a região sentiu a pressão política que existia em torno da CSN.

Em 1988 dois fatos foram marcante: o primeiro foi uma nova greve na CSN, esta seria o apontamento para o fim de um ciclo; o segundo tem a ver com a nova CF/88 que mudou os alicerces políticos de todo o país, no âmbito nacional, regional e local. A greve de 1988, já vinha se arrastando dos anos anteriores, após anos de perdas salariais, demissões, greves e crises financeiras, a população e os operários viram-se diante da opressão das forças militares, que invadiram a cidade e a usina. Mesmo com três operários mortos pelo exército à greve continuou e os grevistas lograram êxito. Com aumento salarial de 85%, turno de seis horas e a readmissão dos demitidos. Os movimentos que ocorriam na Companhia refletiam em toda região e eram vistos nacionalmente.

Por ter se desenvolvido enormemente em torno da Companhia Siderúrgica Nacional – gerando o que é hoje a maior cidade do Sul Fluminense –, é difícil não pensarmos a relação entre a região e a siderúrgica, uma vez que, pelas tradicionais formas de produção e ocupação do espaço, o desenvolvimento foi, por várias décadas, capitaneado pelas decisões da Companhia. (DULCI, 2008, p. 53).

O trecho anterior ressalta a importância da usina para a cidade e região, uma vez que esta passava por forte crise, a região sentia seus efeitos. Em 1988 a usina captava quase quarenta mil trabalhadores, entre fixos e terceirizados. Não apenas em Volta Redonda, mas o exemplo dos metalúrgicos foi seguido em outras empresas, e naquele ano foram mais de quinhentos mil funcionários públicos em greve, paralisaram os portos de Santos e do Rio de Janeiro, grande parte do funcionalismo da Petrobrás, Embraer e Furnas.

Durante essa greve, ocorreram às eleições municipais e em Volta Redonda, Juarez Antunes, operário do movimento sindical foi eleito prefeito. A morte prematura em 1989 de Juarez Antunes interrompeu uma experiência de classe em Volta Redonda e iniciou uma crise no sindicato operário. O descaso que a Companhia passava por parte do governo já levantava rumores da possível privatização.

No que diz respeito à CF/88 pode-se apontar como a consolidação da redemocratização do país. Um ponto interessante é que a constituição promoveu a

descentralização do Estado, concedendo mais autonomia aos estados e municípios, sendo a única constituição no mundo a estabelecer uma “federação trina”. Essa autonomia, de acordo com Senra (2009) representa capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração, porém somente ao Estado Federado é concedida a soberania.

A Constituição de 1988 determinou competências exclusivas à União, estados e municípios, mas instituiu, igualmente, um conjunto de competências comuns ou concorrentes e compartilhadas pelas entidades estatais. Segundo a CF, a relação entre os entes federados deve se dar com base na cooperação, onde União e estados-membros atuam como parceiros, no chamado federalismo cooperativo. Alguns autores, no entanto, afirmam que o Brasil vive um federalismo de inspiração regional, pois na CF 88 as regiões aparecem formalmente reconhecidas em termos administrativos. (SENRA, 2009, p. 71).

A redução das desigualdades regionais aparece como um dos objetivos da CF/88 estabelecida no Artigo 3º, Inciso III. A CF/88 introduziu um conjunto de políticas e planos nacionais, regionais e setoriais como afirma Senra (2009). A partir da CF/88 os municípios começaram a ter mais autonomia administrativa, política e financeira. Embora a União tenha perdido parte dos recursos financeiros, algumas de suas obrigações em vários setores (educação, saúde, transporte etc.) foram passadas para as outras “camadas de poder”. Com isso, ocorreu descentralização dos recursos da União para outras esferas, sendo os mais beneficiados, os municípios. Os estados conquistaram seus ganhos fiscais ao longo do processo de redemocratização (já nas eleições diretas para presidente em 1989), enquanto os municípios conseguiram já na CF/88.

O que muda nessa configuração é a possibilidade de uma nova experiência de desenvolvimento, o local ganhou mais estímulo, depois que houve descentralização do poder de decisão e receitas fiscais.

As experiências de desenvolvimento local ganharam impulso nos anos oitenta com a descentralização fiscal do governo federal para os governos estaduais e municipais no contexto da redemocratização do país e de uma prolongada crise econômica marcada pelo desequilíbrio das contas externas, a retração da atividade econômica e a ameaça latente de hiperinflação. Nos anos noventa, a descentralização e o desenvolvimento local estiveram marcados profundamente por duas grandes tendências. De um lado, pela globalização da economia internacional e a adesão do Brasil através da abertura externa acentuada; de outro lado, pela implementação de reformas liberalizantes que resultaram na desestruturação do aparelho de Estado herdado do período nacional-desenvolvimentista. (AFFONSO, 2000, p. 03).

Entretanto, essas mudanças além da descentralização geraram descoordenação e falta de definições de competências. Um país de tamanho continental seria difícil conseguir equidade em meio a tantas diferenças econômicas regionais. Porém, não foram em todos os lugares que essa distribuição de receitas foi benéfica, visto a diversidade, necessidade e peculiaridade do território brasileiro, imenso, mas por muito tempo concentrado na região sudeste.

(...) alguns estados e municípios não consigam arcar com as novas atribuições. Adicionalmente, destaca-se o fato da Federação brasileira assentar-se sobre profundas disparidades econômicas, sociais, fiscais, populacionais e geográficas. Resulta na ambiguidade do recorte institucional de cada nível de governo, fazendo com que os termos “estado” ou “municípios” sejam equívocos, podendo significar realidades com escassíssimo conteúdo comum. . (AFFONSO, 2000, p. 25-26).

Nesse cenário, a região do MP-RJ insere-se como privilegiada na nova configuração dos poderes. No sentido de buscar opções para o crescimento e desenvolvimento do município. Nesse período, começaram a se popularizar as políticas de “desenvolvimento regional” na região do MP-RJ. Nessa perspectiva, a região poderia sair como ganhadora em meio vários desafios que se instalava no Brasil, fosse ao âmbito político: com a concretização da CF/88; econômico; abertura comercial; privatizações; estabilização monetária; alta taxa de juros; globalização; inovações tecnológicas e de comunicações; e social: reivindicações de toda natureza.

Além das mudanças políticas que impactaram a região ocorreu também a privatização da CSN em 1993. A privatização da indústria foi parte do Plano Nacional de Desestatização que vinha sendo implantado desde Collor, se consolidou no governo e Itamar Franco e continuou com Fernando Henrique Cardoso. Para por em prática a privatização, foi elaborado um “Plano de Ação” dividido em três etapas:

Etapa I (primeiros 30 dias) - Ações imediatas:

- Demissão imediata de cerca de 4.000 empregados;
- Suspensão dos contratos com firmas prestadoras de serviços, objetivando reduzir até 2.000 empregados;
- Desativação da mina de carvão e do lavador de Capivari para a venda posterior;
- Desativação da FEM – Fábrica de Estruturas Metálicas;
- Avaliação da mina Casa de Pedra, visando à alienação;
- Revisão dos critérios para a contratação da distribuição e transporte de produtos siderúrgicos.

Etapa II (30 a 60 dias) - Equacionamento Financeiro:

- Obtenção de recursos no montante de 150 milhões de dólares, para cobrir os custos das indenizações trabalhistas e as duas primeiras folhas de pagamentos;
- Viabilização da operação de *relending* de 60 milhões de dólares;
- Adequação do perfil da dívida, com sua renegociação;
- Negociação com Sindicato visando transformar parte do passivo trabalhista em participação acionária, conseguir acordo para maiores reduções de pessoal, além das anteriormente mencionadas e negociar futuras participações acionárias dos empregados com a capitalização de parte dos futuros aumentos de salários.

Etapa III (médio prazo) Plano de Recuperação:

- Nessa etapa estava prevista a contratação de uma empresa de consultoria, para avaliar o trabalho realizado nos primeiros 90 dias. Estava também previsto o fechamento da empresa, caso ações propostas não tivessem sucesso. (NETTO, 1993, p. 35-36).

O plano descrito tinha o objetivo de recuperar e sanear a empresa, revisar contratos de prestações de serviços e dívidas. Em 1990 dois mil trabalhadores receberam aviso de demissão, o que causou junto ao sindicato dos metalúrgicos a mais longa greve da história da Companhia, sendo encerrada, a greve trinta dias após seu início com ameaça de demissão por justa causa.

Iniciou-se então o estabelecimento de um novo ciclo se fez na região, interrompendo a fase nacional-desenvolvimentista, que já algum tempo tinha sido deixada de lado. O recrudescimento do cenário econômico e o fomento do processo de reestruturação produtiva – modernização das estratégias corporativas, rebaixamento de custos operacionais e padrões de remuneração da força de trabalho, e otimização de fatores locacionais fiscais e de instalação – discorre Dulci (2008), que aponta para um novo ciclo.

Com a privatização, a reestruturação da indústria tem como consequência a elevação do poder de mercado dos dois maiores grupos siderúrgicos do país e a maior especialização de suas unidades produtivas, com reforço da concentração no Sudeste e no Rio Grande do Sul. A privatização das grandes empresas estatais (Usiminas, CST, Acesita e CSN), por outro lado, parece reforçar os planos de uma presença menos instável nos mercados internacionais, através de investimentos em segmentos de maior valor agregado, ao mesmo tempo em que tende a ser reforçada a relação com os consumidores internos mais importantes, sobretudo o setor automobilístico, trazendo vantagens à localização do parque automotivo nas proximidades dos grandes fornecedores, como CSN e Usiminas. (PACHECO, 1998, p. 143)

Com esse cenário de mudanças, nas políticas nacionais, na economia e a utilização das “normas” internacionais – Consenso de Washington - deu-se início a uma nova fase

industrial. Embora os primeiros anos tenham sido difíceis para a população, principalmente em Volta Redonda, pelo aumento do desemprego, fim de benefícios, subempregos e piora na qualidade de vida. Outras cidades começam a se despontar como possíveis acolhedoras de novas plantas industriais. O município de Resende, depois da autonomia adquirida pela CF/88 se lança na “competição” com outras cidades para abrigar empresas multinacionais. Não que a CSN tivesse perdido todo seu valor, porém, não tinha a grandeza de outrora do modelo Vargasista. O Estado passou a desempenhar um novo papel, como mediador, protetor, auxiliador de políticas voltadas ao setor privado. Nessa nova fase, com o foco nas cidades a abertura comercial favoreceria a entrada de novas indústrias, com os municípios e estados à frente das negociações. Esse novo momento no setor industrial traria novas possibilidades a região.

Em suma, este capítulo apresentou a industrialização brasileira, a partir de 1930, conjuntamente com o nascimento do setor industrial do MP-RJ para o cenário nacional e internacional. Enquanto a indústria brasileira logrou vultoso crescimento durante cinco décadas (1929-1979). O Médio Paraíba-RJ se inclui nesse cenário nacional com a implantação da maior siderúrgica da América Latina, a CSN. Diferente da urbanização forçada no país, Vargas elevou a cidade de Volta Redonda ao símbolo da cidade do futuro, urbanizada e organizada, onde os trabalhadores teriam acesso à saúde, educação, habitação e lazer. Durante o período de ascensão da indústria brasileira, a CSN, conseqüentemente Volta Redonda foi o centro econômico da região. Para o Médio Paraíba-RJ o golpe foi duro, a princípio, a privatização da CSN deixou a cidade sem saber qual seria o seu futuro e em meio a um caos social. Porém, a autonomia dada pela CF/88 aos municípios parecia um fio de esperança para a região dar continuidade ao seu desenvolvimento, logo chegariam multinacionais a região, com modelo produtivo reestruturado.

3.3. Transformações produtivas no Médio Paraíba-RJ

Não de maneira isolada, mas seguindo uma tendência mundial de profundas transformações, principalmente no aperfeiçoamento tecnológico do setor produtivo o MP-RJ se viu em meio a importantes acontecimentos na década de 1990. “Os avanços tecnológicos produzidos até meados da década de 60 conduziram a produção industrial e a economia

mundial a uma crise, gerada em grande medida pelo aumento da capacidade produtiva.” (OLIVEIRA, 2008 p.23). No Brasil os efeitos das mudanças coincidiram com a abertura comercial devido ao ingresso ao país de indústrias multinacionais e novas tecnologias.

Nesse contexto, Oliveira (2008) relata que emergiu um novo modelo produtivo, em execução em alguns países da Europa desde a década de 1960, mas apenas em 1990 começou a ser adotado no Brasil. Esse modelo ficou caracterizado pela intensa utilização da microeletrônica e recursos da tecnologia da informação potencializando o desenvolvimento produtivo através de novos sistemas de comunicação e informação, relata Oliveira (2008). Essa revolução dos setores de tecnologia de ponta provocou uma quebra dos paradigmas tecnológicos de produção industrial.

Conforme discorre Oliveira (2008) conjuntamente com todo o ocorrido observou-se certa reorganização dos sistemas urbanos, onde o setor de serviços começou a obter mais espaço, concomitantemente um novo padrão na localização das indústrias. O autor ressalta a questão da descentralização, em termos físicos, das operações industriais e ao redirecionamento do setor produtivo para cidades de médio porte.

Estas, agora, se tornam lugar privilegiado para as novas instalações em todo o mundo, já que a ampliação do acesso a investimentos e recursos por menores custos, ali propiciada, funciona não simplesmente como um incentivo, mas concretamente como uma alternativa às deseconomias hoje existentes nas metrópoles. O espaço geográfico, agora mais do que antes, é um elemento estratégico para as empresas e para o processo de reprodução ampliada do capital. (OLIVEIRA, 2008, p. 28).

Dessa forma, o capital produtivo começou a buscar os melhores lugares, uma vez que, as distâncias geográficas foram diminuídas pelos avanços tecnológicos. Esse movimento descentralizador, o qual levou indústrias das grandes capitais para cidades menores convencionou chamar de relação entre o global e o local, como destaca Oliveira (2008).

Nessa perspectiva, o estado do Rio de Janeiro pôde observar as mudanças ocorridas em seu território. Ainda na década de 1980 – como consequência da decadência das décadas anteriores – se viu em meio a uma crise estrutural assistida pela queda da participação do estado na composição do Produto Nacional Bruto (PNB). O estado era composto de forma heterogênea quando observada as plantas industriais, a região metropolitana era responsável pela maior parte do PIB do estado. Oliveira (2008) revela que em 1981 foi inaugurada a primeira sede da FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) em Campos dos Goytacazes (Norte Fluminense), seguindo a implantação das sedes: do Leste Fluminense,

em Niterói; Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu; Sul Fluminense, em Resende; Noroeste Fluminense, em Itaperuna; Centro Norte, em Nova Friburgo; e Serrana, em Petrópolis. A década de 1990 se apresentou com certa retomada de crescimento econômico devido as mudanças políticas, na estrutura produtiva e na inserção de novas tecnologias e indústrias.

O crescimento econômico fluminense, portanto, não é distribuído igualmente em todo o território. É mais intenso e evidente onde a economia se consolida sob bases industriais reestruturadas ou impulsionadas a partir da nova conjuntura econômica mundial. Isso significa que, dentre as áreas mais industrializadas, as que absorvem e ampliam suas relações com as atividades produtivas globalizadas são as que influenciam mais diretamente o novo dinamismo econômico e territorial. Particularmente no território do estado do Rio de Janeiro, isso se evidencia nas mudanças ocorridas no norte fluminense, no médio Vale do Paraíba e, mais recentemente, no espaço metropolitano. (OLIVEIRA, 2008, p. 47).

Desse modo, observou-se no norte fluminense o crescimento e aperfeiçoamento das atividades extrativas minerais, na extração petrolífera que acarretou em uma reestruturação nos setores imobiliários e de construção civil, principalmente, nas cidades próximas a Campos dos Goytacazes e Macaé. Enquanto isso, as mudanças no MP-RJ ocorreram a partir da reestruturação dos setores metalomecânico e químico, os quais já faziam parte da história da região, e a chegada do setor automobilístico que vem contribuindo fortemente para o crescimento da região.

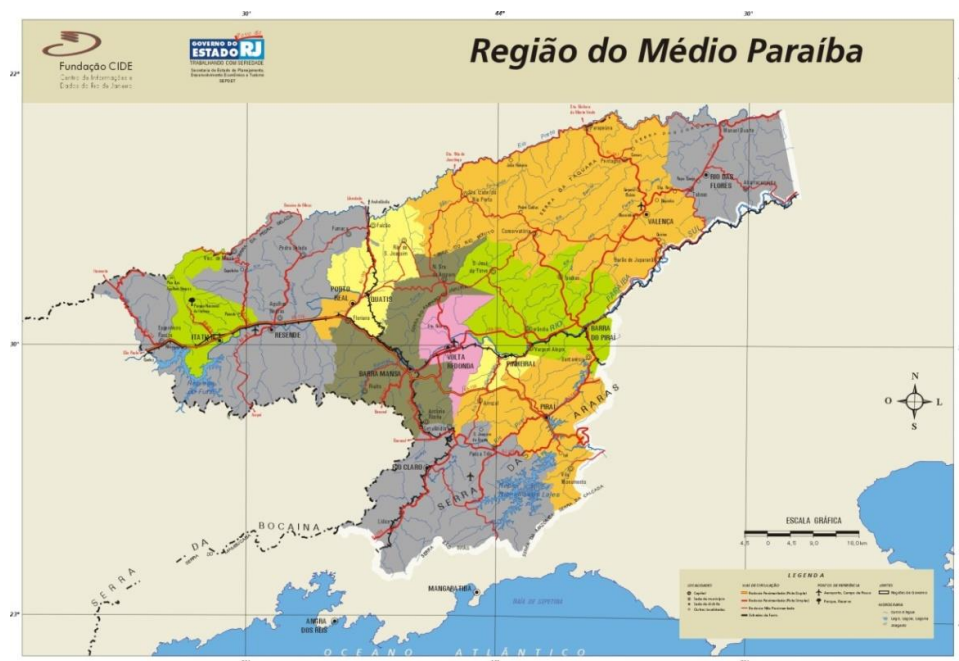
Figura 10: Regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Google imagens

Atualmente, a região do MP-RJ é, depois da Metropolitana, a mais industrializada do Rio de Janeiro, de acordo com dados do CEPERJ (Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro) com destaque para o eixo Volta Redonda – Barra Mansa – Resende.

Figura 11: Médio Paraíba Fluminense



Fonte: Fundação CIDE

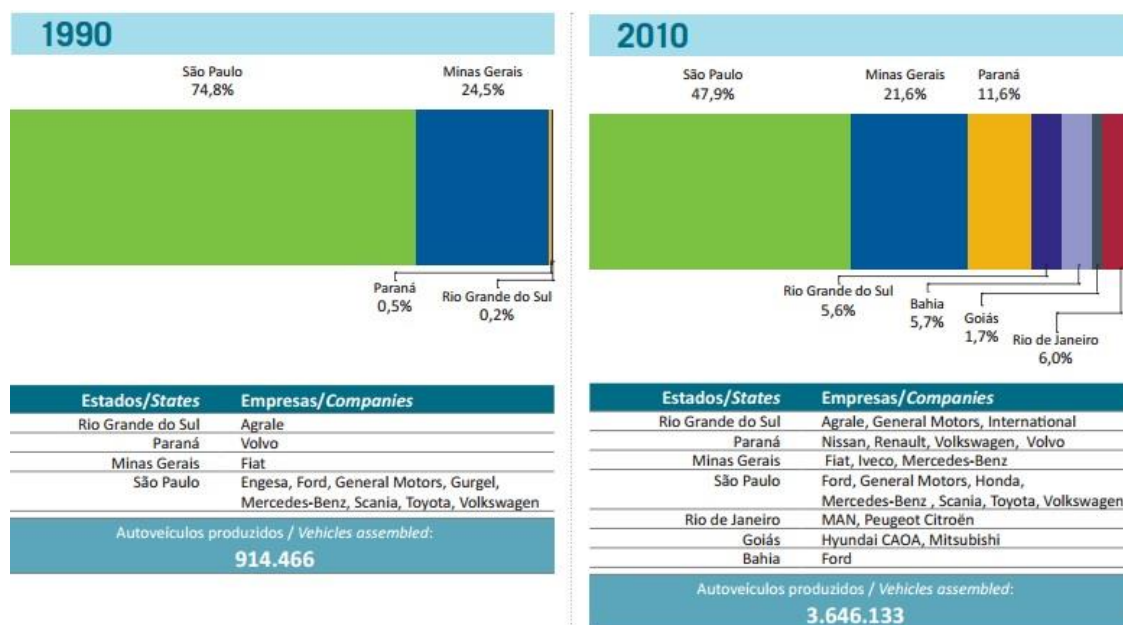
A importância industrial sobreveio com a implantação da CSN, em Volta Redonda, como já relatado. A partir daquele momento (1941) a região passa a ter importância produtiva e econômica para o estado e o país, vez que a CSN desempenhou um papel de multiplicador das operações industriais, conseqüentemente a atração de novos serviços para a região.

Mas foi a partir de dois eventos, ocorridos na década de 1990, que a região assistiu uma grande mudança no “modus operandi” do setor industrial. O primeiro ponto de mudança está relacionado à desestatização da CSN (1993), e as mudanças que ocorreram nesse processo, o mais impactante foi o número de desempregados da companhia. O segundo acontecimento que foi a mudança de rumo para a região que ocorreu devido à instalação da fábrica de ônibus e caminhões da Volkswagen, em Resende (1995). A posição privilegiada entre o eixo Rio-São Paulo somados aos incentivos locais foram de extrema importância para a escolha da alocação das empresas. Novamente, a região vislumbrou um momento de atração de grandes investimentos. Esses eventos incluíram a região em uma nova lógica de produção.

A infraestrutura industrial instalada no Médio Paraíba e a sua localização estratégica em relação ao eixo viário que liga o Rio de Janeiro a São Paulo e a Minas Gerais constituem referências importantes para a instalação de novas indústrias, estruturadas a partir de sistemas tecnológicos avançados e de formas inovadoras de organização da produção. Temos aí, portanto, outro local onde se destacam as mudanças na estrutura industrial do estado. (OLIVERA, 2008, p. 186).

A continuidade para a região veio com a implantação da PSA Peugeot Citroën (2001) no município de Porto Real, então emancipado em 1995, que também foi resultado da política de incentivos fiscais. Os primeiros efeitos desses investimentos, para os municípios, foi o aumento do dinamismo das economias locais, levando ao aumento dos recursos públicos, atração de outras empresas, criação de postos de trabalho e novas atividades de serviços. Embora a história de Resende (incluindo Itatiaia e Porto Real, distritos emancipados nas últimas duas décadas do século XX) desde os anos 1950 demonstre uma importância industrial, nos setores químicos, farmacêuticos, bebidas, energia nuclear, metalurgia e pneus, a chegada das empresas do setor automobilístico apresentou a possibilidade de um novo ciclo de crescimento. A figura que segue deixa explícita a entrada do estado do RJ na produção nacional de veículos.

Figura 12: Produção de veículos por unidade da Federação 1990 e 2010



Fonte: Anuário ANFAVEA 2011.

Enquanto em 1990 o estado do RJ não possuía nenhuma empresa do setor, em 2010, com a MAN (outrora Volkswagen) e a Peugeot já compunha a produção automobilística do país com 6,0%. Ou seja, a produção do estado do RJ, mais especificamente do Médio Paraíba-RJ com quase 219 mil veículos produzidos. Ainda em 2010 já havia projetos para alocação de novas plantas desse setor na região, a Nissan (2014) em Resende, e Jaguar Land Rover (2015) em Itatiaia. Por parte dos municípios e estado, Ramalho & Santana (2006) discorrem que tem havido empenho para que haja sinergia, geração de empregos e crescimento econômico. “São várias iniciativas em termos de legislação e criação de novos mecanismos de incentivo ao investimento na região.” (RAMALHO & SANTANA, 2006 p. 20).

Dessa forma, a reestruturação produtiva na região se iniciou com êxito, atraindo novos investimentos do setor industrial e ampliando um setor, que até então, não existia no estado, o automobilístico. Todo esse movimento promoveu a criação de novos distritos e espaços industriais na região, como em Valença, Barra do Piraí, Pinheiral e Porto Real, que se transformaram em importantes municípios com capacidade industrial. De acordo com o CEPERJ, além da Peugeot, em Porto Real há indústrias de vidro, galvanização e metalurgia. Verificou-se expansão dos municípios de Quatis e Penedo (Penedo distrito de Itatiaia), em decorrência das atividades industriais. Outras empresas industriais e de serviços tem buscado espaço na região, assim como tem ocorrido no município de Piraí. Todas essas alterações no setor produtivo da região caracterizam um novo ambiente propício para a reorganização das estruturas industriais existentes e acolhimento de novas plantas e projetos.

3.3.1. Em direção a uma nova estrutura produtiva: período FHC

Assim como expresso nas linhas anteriores a década de 1990 se iniciou em meio a novos paradigmas produtivos. O governo FHC foi responsável pela continuação e aprofundamento das novas políticas, fundamentadas pelo escopo teórico do neoliberalismo, estas seriam responsáveis pela retomada do crescimento, incremento tecnológico e aumento da produtividade nos setores produtivos da economia.

O Estado do Rio de Janeiro, assim como apontado por Oliveira (2008) passou por uma crise de “esvaziamento” econômico ocorrido devido tanto à ascensão e queda de um modelo de industrialização obsoleto, onde a cidade do Rio de Janeiro era centro catalizador dos investimentos, quanto com ao panorama internacional de mudanças no setor financeiro e produtivo, relacionados ao desenvolvimento tecnológico, desencadeado pela “terceira revolução industrial” (ou Revolução Tecnológica). Essas mudanças culminaram no processo

de reestruturação produtiva que levou a transformações na organização industrial. Esse modelo centralizador industrial observado na cidade do Rio de Janeiro chegou ao esgotamento, ainda na década de 1980. Dessa forma, na década seguinte iniciou-se uma tentativa de recuperação econômica do estado, os esforços foram voltados então, para o interior idealizando as possibilidades de setores com padrão tecnológico superiores, como: automobilístico, petróleo e gás e químico. Assim sendo, o Médio Paraíba-RJ se beneficiou das políticas adotadas desde o âmbito nacional até o local, sendo esta localidade forte candidata a acolher plantas do setor automobilístico.

Em 1995, o governador Marcelo Alencar continuou com alguns benefícios para os setores produtivos das empresas do RJ. Com o objetivo de fomentar o crescimento foi aprovada uma lei de isenção total do ICMS para as empresas que investissem em novas máquinas e equipamentos. Criou-se um ambiente propício em todas as esferas administrativas, tanto a União, como o estado e municípios se empenharam de maneiras distintas e com um esforço maior por parte dos municípios, para que multinacionais se instalassem em novas localidades no estado do Rio de Janeiro.

(...) o Brasil tornou-se um importante alvo dos investimentos diretos de empresas multinacionais do setor, e graças aos incentivos fiscais de um “novo regime automotivo” esses investimentos se traduziram na construção de novas fábricas e na reestruturação das antigas com um dispêndio de mais de US\$ 20 bilhões. Ocorreu também um processo de reespecialização da indústria, com um deslocamento para outras regiões e municípios afastados das áreas industriais mais tradicionais, como o ABC paulista, a maioria sem relação prévia com esta atividade industrial, estimulando uma competição pelas montadoras e criando novas experiências e novos padrões de desenvolvimento local. (RAMALHO & SANTANA, 2006, p. 16).

Esse “Novo Regime Automotivo” (NRA) citado por Ramalho & Santana (2006) surgiu no mesmo período da implantação do Plano Real e tinha quatro objetivos principais: (1) preservar o funcionamento das empresas e autopeças já existentes; (2) reestruturação do setor; (3) atrair novos investimentos e plantas; (4) consolidar a posição brasileira, em relação a esse setor no MERCOSUL. Dessa forma, observou-se o uso de políticas para atração de montadoras, na década de 1990, principalmente após a consolidação do Plano Real e estabilização monetária. Porém, esse tipo de política remonta à II GM, quando os países subdesenvolvidos buscaram através desses mecanismos de incentivo a criação de parques industriais, que estavam de acordo com as necessidades dos países desenvolvidos, para fugir das políticas protecionistas, diminuir custos, ampliar mercados e aumentar as escalas de produção.

Na intenção de reduzir o déficit na balança comercial e de conter a saída de empresas de autopeças, o Governo brasileiro propôs um conjunto de medidas visando viabilizar a redução do grau de abertura comercial e, em consequência, diminuir a exposição das empresas brasileiras à concorrência externa. Tratava-se do NRA, criado em 1995 com vigência para o período 1995-99. O NRA, criado após a experiência bem-sucedida de elaboração de política industrial compartilhada entre trabalhadores, empresários e governo, no âmbito das câmaras setoriais, pretendeu dar continuidade à política de desenvolvimento da indústria automobilística brasileira, mediante a realização de novos investimentos e de aumento das vendas, internas e externas. Através da concessão de uma série de benefícios — isenções, reduções de alíquotas, dentre outras medidas —, o Governo brasileiro procurou habilitar o País a atrair investimentos no complexo automotivo e evitar que empresas já instaladas se dirigissem para outros países. (CALANDRO, 2000, p.124).

Essas foram as medidas adotadas no âmbito nacional, que conjecturavam um novo ciclo industrial com mais avançada capacidade tecnológica. Nesse período, do mandato do FHC, duas importantes montadoras se instalaram na região e foram responsáveis não apenas por uma guinada na economia e desenvolvimento local, mas também pelas mudanças na maneira de se produzir. Em 1996, a fábrica de ônibus e caminhões da Volkswagen (VW) foi instalada na cidade de Resende, de acordo com Ramalho & Santana (2006) dentre os vários fatores que colaboraram para que a empresa se instalasse na região, um dos principais pontos se deveu a posição estratégica geográfica, próxima aos principais polos produtores e consumidores do país, acessível também ao mercado sul-americano, além de não se distanciar da zona industrial do ABC paulista. A segunda montadora a se instalar no estado foi a PSA Peugeot Citroën, em 2001, também na região do MP-RJ, mais especificamente, no município de Porto Real. Essas duas empresas foram resultado de políticas de incentivos fiscais.

Figura 13: Fábricas: Volkswagen (à esquerda); PSA Peugeot (à direita).



Porém, não foram apenas às forças políticas nacionais que participaram desse processo, houve grande movimentação no cenário político e econômico local. A chegada da Volkswagen fez crescer a expectativa em torno das atividades industriais e a sinergia que elas poderiam gerar entre pequenas e médias empresas e prestadoras de serviços. Os meios utilizados pelo município foram os benefícios fiscais, a princípio utilizou-se a diminuição da alíquota do ISS 0,05% e isenção de IPTU por um prazo de oito anos. Outras leis foram estabelecidas para a instalação da VW no município: “Autorizar os compromissos que, entre si, estabeleceram o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Administração Municipal de Resende e a Volkswagen do Brasil S/A para instalação da Fábrica de Caminhões e Ônibus.” (Lei 1.931, 14 de junho de 1996). Essa lei faz referência direta à instalação da Volkswagen no município, juntamente com participação da esfera estadual. Outra lei que foi sancionada no mesmo ano refere-se a “Autorizar a criação de Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (FADI) destinado a reembolsar os gastos de infraestrutura relativos à instalação de novas indústrias no município” (Lei 1.986, 16 de dezembro de 1996). Todo esse empenho dos poderes públicos visava à consolidação da entrada de um setor industrial forte no estado do RJ, que alavancasse o crescimento econômico do estado.

Um dos fatos mais marcantes do período, de acordo com Ramalho & Santana (2006), se refere à disputa territorial do período ocorrida pela implantação da VW. A fábrica seria alocada em terrenos que pertenciam a Porto Real (que, até então, ainda era distrito da cidade de Resende). A luta pela emancipação abriu espaço para barganhar a localização da planta da VW. Por fim, a multinacional foi estabelecida no território pertencente a Resende e Porto Real conseguiu sua emancipação.

“Essa luta dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou cidade”, como a busca desenfreada de atratividade a novos investimento, melhorando o “clima dos negócios”, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento, à longo prazo, das finanças locais e embotoado o debate das verdadeiras questões estruturais do desenvolvimento.” (BRANDÃO, 2012 p. 39.)

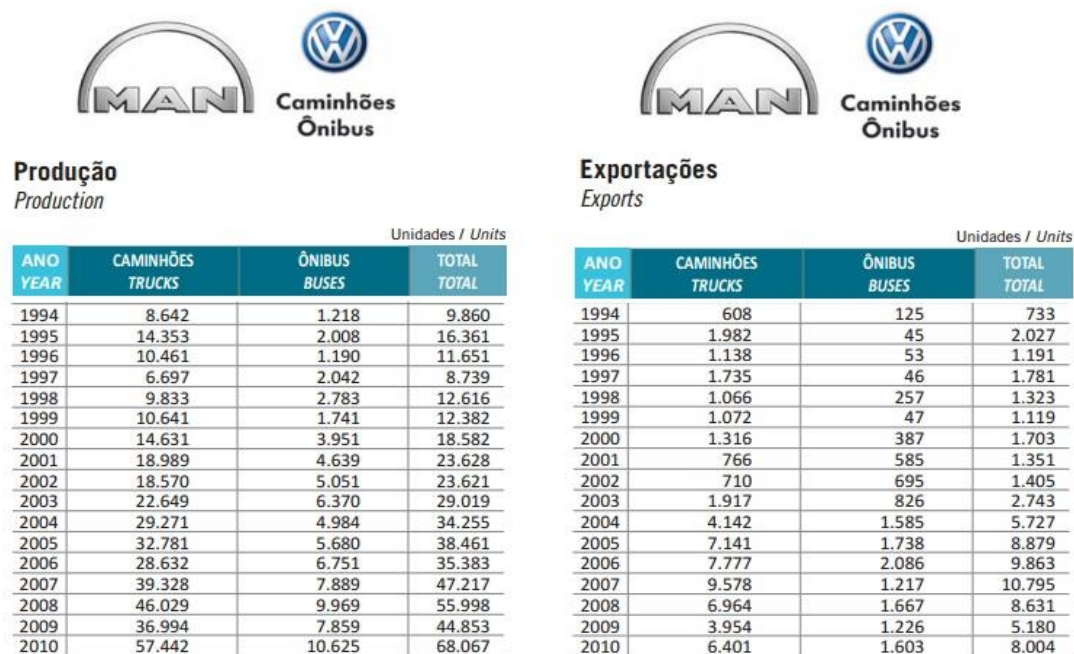
²¹ Disponível em: <<https://www.man-la.com>> Acesso em 30/12/2015

²² Disponível em <<http://carros.peugeot.com.br/historia/>> Acesso em 30/12/2015.

Assim como aponta Brandão (2012), ocorreu na região exatamente uma “luta” pela multinacional, esta com todo o poder de barganha pôde escolher o lugar que oferecia maiores vantagens. Dessa forma, o município ofereceu várias vantagens, colocando em risco suas finanças no médio e longo prazo, sem nenhuma contrapartida efetiva para a cidade, além de algumas centenas de postos de trabalho.

Em relação à VW em Resende observaram-se efeitos sentidos em toda região do MP-RJ e no estado do Rio de Janeiro, foram sentidos no mercado de trabalho, no setor de serviços ligados ao setor automobilístico, no desenvolvimento e visibilidade da região para outras grandes empresas. Com um novo modelo de produção reestruturado, não apenas visto no caso da VW de Resende, mas todas as principais montadoras do país, a partir da década de 1990, fizeram notáveis investimentos em suas estruturas e em novas fábricas, como aponta Ramalho & Santana (2006). Nesse instante, notou-se a tendência de pequenas aglomerações industriais, grupos fornecedores que passaram a atuar ao redor de indústrias de grande porte. Na figura seguinte podem-se observar alguns dados de produção e exportação da MAN²³.

Figura 14: Produção e Exportação da MAN Latin América (Volkswagen) 1994-2010



Fonte: Anuário ANFAVEA, 2011.

²³ “A MAN Latin America foi criada oficialmente em 16 de março de 2009, com a aquisição da Volkswagen Caminhões e Ônibus pela MAN SE (empresa mãe do Grupo MAN).” Disponível em: < <https://www.man-la.com/institucional/fabrica> > Acesso em: 11/01/2016.

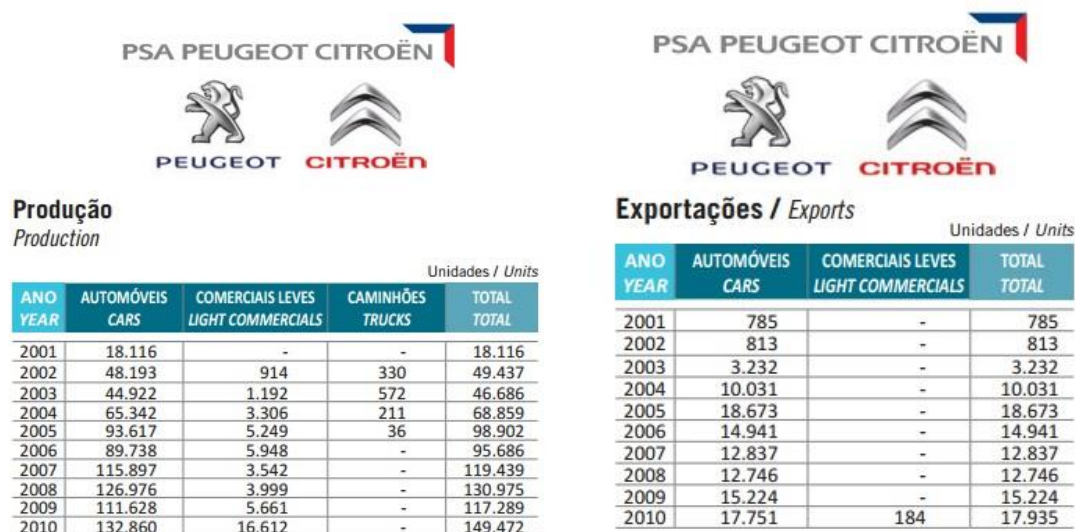
Os dados disponibilizados pela ANFAVEA apresentam a quantidade de automóveis produzidos e exportados pela MAN desde 1994 até 2010. Nota-se uma queda da produção em 1996 e 1997, mas o retorno do crescimento, novamente uma pequena queda em 2006 e uma diminuição maior em 2009 (efeitos da última grande crise internacional). No geral, a média da produção de veículos pela MAN foi de quase 14 mil unidades anuais, de ônibus e caminhões, no período de 1994 a 2002. Enquanto que entre 2003 e 2010 essa quantidade passou a ser de 44 mil unidades. Esse aumento apresenta o crescimento do setor, que foi observado não apenas na região do MP-RJ, mas em todo o país. Os dados também refletem o período de maior crescimento econômico do país e uma melhora no cenário econômico internacional, favorável ao aumento das exportações.

A segunda empresa a se instalar na região foi a PSA Peugeot-Citroën do Brasil se fixando em Porto Real em 2001, através de forças políticas conjuntas entre estado e município, embora a lógica produtiva de “fábrica enxuta” seguisse os parâmetros da VW, o modo de operação não se estabeleceu como de “consórcio modular”. “A inclusão da Peugeot-Citroën do Brasil no Programa de Atração de Investimentos Estruturantes ocorreu através de lei originada no Poder Executivo Estadual e aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.” (ALVAREZ, 2004, p.366). Foi utilizados recursos do FUNDES²⁴ para efetivar o empreendimento da Peugeot, onde o governo do estado participou como investidor com porcentagem de 32% do capital da empresa até 2001. Gerou, inicialmente, mais de dois mil empregos diretos. No início, em suas instalações operavam cinco empresas, fornecedoras de equipamentos para montagem dos veículos, acarretando em uma espécie de distrito industrial.

A Figura 15 apresenta a produção da fábrica da Peugeot, por ter iniciado as operações em 2001, os reflexos econômicos são vistos apenas no período de governo do presidente Lula.

²⁴ Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES), destinado a financiar programas e projetos prioritários em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Estado. DECRETO-LEI Nº 8, DE 15 DE MARÇO DE 1975. Disponível em: <<http://www.fazenda.rj.gov.br/>> acesso em 30/12/2015.

Figura 15: Produção e Exportação da Peugeot entre 2001-2010



Fonte: Anuário ANFAVEA, 2011.

Em 2001, no início das operações da Peugeot se deu com a fabricação de um pouco mais de 18 mil veículos e apenas 4,3% desse total sendo exportado. Em 2010, depois dos efeitos da crise internacional (2008-2009) a produção já estava em quase 150 mil veículos produzidos sendo 12% desse total direcionados a exportação.

As primeiras impressões sobre a implantação dessas duas multinacionais na região, independentemente de suas motivações individuais, foi à criação de um ambiente propício a novos investimentos de empresas de pequeno e médio porte ligadas a maioria ligada ao setor automobilístico, outras devido a abertura e políticas públicas realizadas na região, que já vinha de uma tradição industrial devido principalmente a CSN, em Volta Redonda, enquanto em Resende pode-se destacar a INB (Indústrias Nucleares Brasileiras) estabelecida na cidade em 1988, como Nuclebrás. Podem-se pontuar algumas empresas importantes que ingressaram na região, como a fábrica de pneus da Michelin, em Itatiaia, as Indústrias Químicas Cerâmide, alocada em Resende; Indústria de Vidros Guardian, em Porto Real e a Cerâmica Unisten, em Resende. De acordo com Alvarez (2004), além das empresas do consórcio modular da MAN (que são responsáveis diretamente pela montagem), algumas empresas instalaram-se para trabalhar diretamente com as montadoras, são elas: BMB Mode Center, em Resende, responsável pelo 3º eixo de adaptação dos veículos da VW; Copo Fehrer, Porto Real, responsável pelo fornecimento de espuma para os assentos dos automóveis da Peugeot; Eurostamp, em Porto Real, fornecedora de componentes de carroceria para a Peugeot; Faurecia, em Porto Real, fornecimento de bancos e sistema de exaustão para a Peugeot;

Gefco, em Porto Real, operação logística da Peugeot; Vallourec, em Porto Real, fornecedora de componentes de suspensão e eixos para a Peugeot. Segundo Oliveira (2008) além das grandes empresas citadas, outras 180 empresas de pequeno e médio porte foram atraídas para a região.

O mercado de trabalho foi um fator importante para o empenho político, pelo menos no discurso, de concessões para atração destas multinacionais, e também foi um fator importante para o estabelecimento da empresa, pois foi observado um nível razoável de escolaridade na região. Os municípios possuem escolas técnicas como SENAI em Resende e a Escola Técnica Pandiá Calógeras, em Volta Redonda. Além de universidades estruturadas, como o campus da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em Resende, e um campus da UFF (Universidade Federal Fluminense) em Volta Redonda. Mesmo com um mercado de trabalho historicamente voltado para os trabalhadores do setor industrial, novas características foram introduzidas. Primeiramente, foram contratados trabalhadores com formação técnica básica, posteriormente notou-se aumento de trabalhadores do setor de construção civil, no setor de serviços (especialmente no turismo) e também no comércio. Cabe ressaltar que a forma de operação da MAN desde o início foi por meio de terceirização, como ocorre nos moldes de empresas reestruturadas, então chamado de “Consórcio Modular”:

“(...) por meio do qual os fornecedores organizam cooperativas dentro das instalações da fábrica para montar os veículos. Em 2005, tratava-se de um sistema em que sete empresas, constituídas na forma de cooperativa de fornecedores, mantinham os cerca de três mil empregados que trabalhavam na montagem sem nenhum vínculo empregatício com a Volkswagen. Os funcionários empregados pela Volkswagen, cerca de quatrocentos, trabalham somente no setor técnico de gerenciamento, desenvolvimento de produtos, testes e avaliação de qualidade. Em momento algum participam da montagem dos veículos.” (OLIVEIRA, 2008, p. 190).

Segundo Ramalho & Santana (2006) emergiu uma nova classe operária oriunda do setor automobilístico que se diferenciava do perfil metalúrgico da região. Não era apenas necessário compreender como seria o operário do setor, mas também a nova ordem da produção, com novo perfil de “fábricas enxutas” que firmou-se como consórcio modular. Outro ponto a ser destacado foi à intensificação do vínculo político, com apoio da FIRJAN, entre os municípios vislumbrando as melhores estratégias para promoção do crescimento e desenvolvimento econômico da região.

Embora, cada vez mais, a distância física seja diminuída pelas novas tecnologias da informação e a globalização, por sua vez, estabelecendo uma conexão direta entre o local e o

global, há uma tendência de regionalização conectada por redes, sejam estas financeiras, geográficas, políticas etc. É possível observar a integração entre os setores dinâmicos da economia.

“O espaço de fluxos é construído por seus nós (centros de importantes funções estratégicas) e centros de comunicação. O espaço de fluxos não é desprovido de lugar, embora sua estrutura lógica o seja. Está localizado em uma rede eletrônica, mas essa rede se conecta a lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionam bem definidas. Alguns lugares são intercambiadores, centros de comunicação desempenhando papel coordenador para a perfeita interação de todos os elementos integrados na rede. Outros lugares são só nós ou centros da rede, isto é, a localização de funções estrategicamente importantes que constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função chave da rede. Os nós e os centros de comunicação seguem uma hierarquia organizacional de acordo com seu peso relativo na rede.” (CASTELLS, 1999 p 502)

Dessa forma, pode-se afirmar que a consolidação do setor industrial, no MP-RJ se tornou um “nó” não apenas para o estado do RJ, mas também com importantes ligações em SP e MG.

Por fim, o MP-RJ logrou de quantidade significativa de investimentos na indústria de transformação, nos setores: metalomecânico, siderúrgico, química fina (que utiliza alta tecnologia) e automobilística. Essas empresas que passaram a operar em um modo “pós-fordista” ou “flexível” na sua produção, de acordo com dados da CODIN (1995-1999) fez com que a região atraísse aproximadamente 49% dos investimentos destinados ao estado do RJ, entre o final da década de 1990 e o início de 2000.

3.3.2. Incentivos e investimentos nos anos do governo Lula

A chegada do presidente Lula em 2003 no governo representou uma continuidade econômica, porém, mudanças na condução de alguns setores da economia – alguns benefícios para o setor petrolífero e de agronegócios, por exemplo. Sua política industrial foi recebida com muito otimismo, uma vez que, as últimas medidas importantes direcionadas ao setor foram às privatizações da década de 1990, com o discurso progressista de incorporação tecnológica, aumento na produtividade e competitividade. A década de 2000 teve seu início marcado pelo aumento dos investimentos externos diretos no país, como relata Ramalho (2006). Tais investimentos buscavam implantar uma estrutura moderna em parques industriais

existentes que já tinham sido reestruturados em sua forma de produzir. Por outro lado, o governo fazia sua parte na formulação de políticas atrativas. Além da criação da PITCE, foram criadas outras leis no segundo mandato do presidente Lula, vislumbrando o incentivo ao desenvolvimento produtivo, assim como relata Cano (2010). Nomeada como Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) suas diretrizes tinham vários pontos (tributário, fiscal, financiamento, aprimoramento jurídico e regulação), todos voltados ao setor de aprimoramento produtivo e tecnológico.

(...) a nova política tem como objetivo a sustentação de um longo ciclo de desenvolvimento produtivo, apoiado no investimento, na inovação, na competitividade das empresas e na ampliação das exportações. Entre outros instrumentos, o novo programa propõe a desoneração de diversos setores produtivos correspondente a uma renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões entre 2008 e 2011. (CANO, 2010, p. 11).

Esses novos esforços no setor produtivo, visando investimentos em PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) foram de encontro às necessidades de um novo momento do setor industrial, necessário para melhorar a competitividade imposta pelo próprio setor. Já nos anos de 1970 a indústria siderúrgica - setor que permanece forte na região do MP-RJ - já vinha reduzindo sua participação na transformação industrial e no crescimento econômico, não apenas do país, mas no estado e região. A partir dos anos 2000, países como a China alterou o perfil desse setor, tanto em preços como em volumes, modelos técnico-administrativos, relações de trabalho, padrões ambientais etc.

(...) a reorientação da estratégia corporativa da CSN precisa ser compreendida a partir das dimensões estruturais e conjunturais que caracterizam, na atualidade, o mercado minero-siderúrgico. Até então caracterizada por uma atuação essencialmente nacional, a CSN opera, hoje, através de uma rede de produção internacional, com usinas de laminação na Alemanha, nos EUA e em Portugal. (...) A CSN é uma das maiores produtoras de aço do Brasil. Sozinha, sua principal unidade, inaugurada em 1946, a Usina Presidente Vargas (UPV), em Volta Redonda (RJ), possui capacidade produtiva da ordem de 5,6 milhões de toneladas por ano²⁵. (RAMALHO, 2013, p. 179).

Embora a CSN não tenha perdido sua importância, já que sua produção é base para várias outras indústrias, a década de 2000 representou a consolidação de novos setores no estado do RJ, no Norte Fluminense, o setor extrativo petrolífero cresceu vertiginosamente,

²⁵ Capacidade de produção em 2010.

enquanto que no Sul Fluminense foi o setor automobilístico. As novas configurações internacionais produtivas contribuíram para isso, com a ascensão chinesa no setor minero-siderúrgico a competitividade aumentou levando a busca por outros seguimentos industriais para o estado. Para isso, o estado intensificou suas políticas de atração industrial com a LEI N° 4533, DE 04 DE ABRIL DE 2005. Conhecida como a Lei Rosinha, estabelecida pela Governadora Rosinha Garotinho, esta lei dispõe sobre a “A Política de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses e dá Outras Providências.” Posteriormente foi modificada pelo, então governador do RJ, Sérgio Cabral. Tornou-se a LEI N° 5636, DE 06 DE JANEIRO DE 2010. Que dispõe sobre “Política de Recuperação Industrial Regionalizada e dá outras providências”.

Art. 1º. Fica concedido, em caráter opcional, aos estabelecimentos industriais, regime especial de tributação e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, nos termos e condições estabelecidas nos artigos desta Lei. (LEI N° 5636, DE 06 DE JANEIRO DE 2010)

O que pôde ser notado no MP-RJ foi uma continua injeção de investimentos, não apenas no setor automobilístico, mas em todos os setores que tenham algum vínculo com a produção automobilística (peças, serviços, comércio etc.). O que ocorreu com a entrada do setor na região foi o aumento do otimismo e possibilidades econômicas para os municípios. Isso pode ser verificado através das legislações municipais de incentivos fiscais para atração de empresas.

Somadas as leis nacionais e estaduais, pôde-se observar o mesmo empenho por parte dos municípios. Em 2001, a prefeitura de Barra Mansa criou um Plano de Suporte Empresarial visando conceder incentivos fiscais e tributários para empresas de produção de bens e prestação de serviços que se instalassem no município ou expandisse algum negócio existente. Os benefícios concedidos às empresas seria redução do IPTU e isenção de 100% do ISS para empresas novas. Em Porto Real, tais legislações surgiram após a implantação da Peugeot (2001). Em 2004 instituiu uma lei para favorecimento das empresas através de incentivos fiscais para empresas que quisessem se instalar no município.

Art. 1º. Esta Lei tem por finalidade a concessão de incentivos fiscais às empresas que se instalarem ou expandirem suas instalações, no território do Município, realizando, com o empreendimento, investimentos que contribuam para o desenvolvimento da economia local e a geração direta de

postos de empregos formais. (Lei municipal de Porto Real, Lei n° 211, de 15 de dezembro de 2004) ²⁶.

Em 2005 na cidade de Resende criou-se um plano de atração para as empresas, que institui o Programa de Atração de Estruturantes no Município de Resende – RESEINVEST.

Art. 1º. Fica instituído o PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES – RESEINVEST, regido pela presente lei e destinado a fomentar o desenvolvimento econômico e social, mediante a concessão de incentivos fiscais a empresas interessadas em se instalar no Município, ou, para as já instaladas, desde que em projetos de ampliação de sua produção. (Lei municipal de Resende, Lei n.º 2545, de 29 de dezembro de 2005) ²⁷.

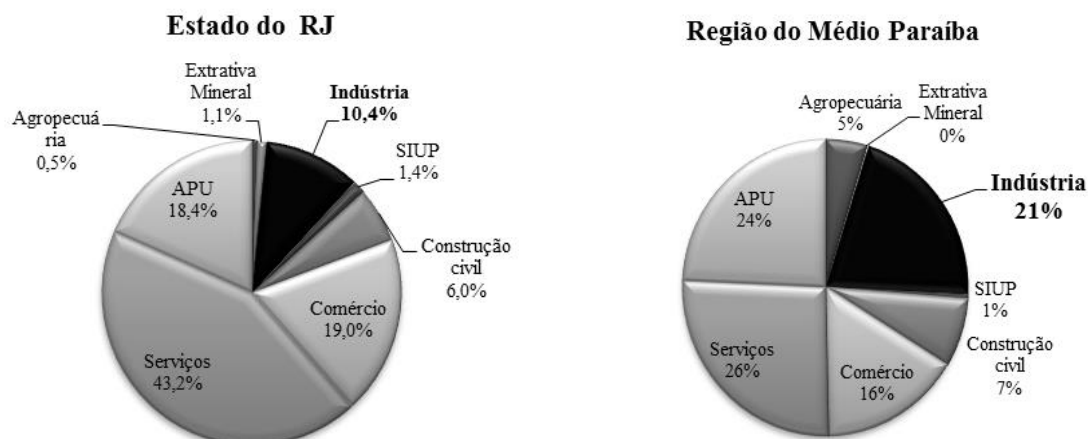
Já em 2009, um pouco mais recente, a cidade de Itatiaia implantou uma lei de incentivos fiscais. Essa lei tem a incumbência de conduzir a política de incentivos para atração de novas empresas que queiram se instalar na cidade. Foi estabelecida através de isenções de imposto, como IPTU, ISS, ICMS. Estabelecida através do DECRETO 1810 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2009, possuindo LEI COMPLEMENTAR 18 DE 2009 - PRODEMI, faz parte do Programa de Desenvolvimento Econômico do Município de Itatiaia. Por fim, após 2010 outras prefeituras aderiram a “onda” de concessões realizadas na região. Dessa forma, Pinheiral e Barra do Piraí também tem se esforçado para acompanhar o desenvolvimento industrial no Médio Paraíba-RJ.

Alguns dados fornecidos pelo CEPERJ confirmam a afirmação do setor industrial na região e sua importância na economia região, na formação do PIB e geração de empregos. O gráfico seguinte apresenta a composição do pessoal ocupado por setores, no estado do Rio de Janeiro e na região do MP-RJ. Esse gráfico serve para comparação do percentual do pessoal ocupado, principalmente no setor industrial que é o foco desta pesquisa.

²⁶ Disponível em: <<http://www.cmportoreal.rj.gov.br/page/?p=3267>> Acesso em 11/01/2016

²⁷ Disponível em: <http://resende.rj.gov.br/arquivos_pdf/reseinvest.pdf> Acesso em 11/01/2016

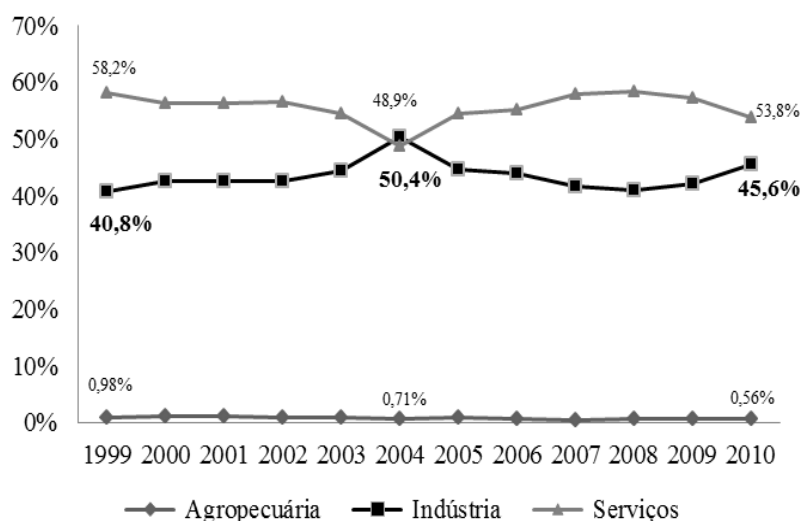
Gráfico 5: Pessoal ocupado por setor no estado do RJ e na região do MP-RJ



Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela CEPERJ.

Os dados apresentam 20% da população do MP-RJ empregada na indústria, um exame mais aprofundado indicaria o quanto do setor de serviços também é direcionado ao setor industrial (serviços industriais), o que aumentaria ainda mais a importância da indústria para o emprego da região. Em Porto Real a configuração do emprego industrial se mostra mais imponente, chegando à casa de quase 70% empregados nesse setor. Outro ponto a ser destacado, se refere ao pessoal ocupado na agropecuária, setor que tem certa importância para a região e o estado. Assim como o emprego, o Valor Adicionado da indústria é notório na região, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6: Trajetória Valor Adicionado dos setores da economia no MP-RJ (1999-2010)



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE e CEPERJ.

Tabela 15: Indústrias e características dos municípios do Médio Paraíba-RJ

Cidade	PIB (%) do MP-RJ 2010	IDHM (2010)	População em 2010	Evolução População (%) 1940/2010	Principais Empresas	Setor
Médio Paraíba (RJ)	100,00		855.193	536	-	-
Barra do Pirai	4,73	0,733	94.778	302	Metalúrgica Barra do Pirai	Metalúrgico
					BR Metals	Metalúrgico
					QuimVale	Químico
					JBF - Usinagem e Fabricação Ltda	Metalúrgico
					Vigor Alimentos	Alimentício
Barra Mansa	10,88	0,729	177.813	922	AMSI Usinagem e Caldeiraria Ltda-ME	Metalúrgico
					BKM Indústria Mecânica Ltda	Metalomecânico
					Cilbrás (White Martins)	Metalúrgico
					Du Pont do Brasil S/A	Químico
					Griffin do Brasil Ltda.	Químico
					HP BM Soldas e Revestimentos Ltda	Usinagem
					LPS Machado Ltda-ME	Metalúrgico
					Metalúrgica Matarazzo S.A.	Metalúrgico
					MPO Com. Ind. Beneficiamento Ltda	Metalúrgico
					Saint Gobain Canalização S/A	Metalúrgico
					Siderúrgica Barra Mansa	Siderúrgico
Votorantim Metais	Metalúrgico					
Itatiaia	4,82	0,737	28.783	729	Hyundai Heavy Industry	Automotivo
					IBR-LAN - Laminação de Metais Ltda	Metalúrgico
					Instituto Biochimico	Farmacêutico
					Jaguar Land Rover (2016)	Automotivo
					Meyenfreund	Bebidas
					Michelin	Borracha
					Procter & Gamble	Logística
					YD Rio Confecções	Confecção
Pinheiral	0,72	0,715	22.719	1.148	Allmas	Metalomecânico
					Ecoblokos	Metalomecânico
					Modular	Metalomecânico
					RJ Aços	Metalomecânico
					Vale Sul	Bebidas
Pirai	3,40	0,708	26.314	186	Aloés Pirai	Farmacêutico
					Aro	Metalúrgico
					Cervejaria Cintra	Bebidas
					Networking	Material elétrico
Porto Real	16,64	0,713	16.592	1.636	Pastifício Santa Amália	Alimentício
					Cia F. Refrigerantes	Bebidas
					Copo	Autopeças
					Eurostamp	Autopeças
					Faurecia	Autopeças
					Galvasud	Metalúrgico
					Gefco	Autopeças
					Guardian	Minerais
					PSA Peugeot Citroën	Automotivo
Vallourec	Autopeças					
Quatis	0,64	0,690	12.793	299	*Comércio e prestação de serviços	
Resende	21,93	0,768	119.769	533	Atar do Brasil Ltda	Químico
					Clariant S / A	Químico
					Carbox Resende Química	Siderúrgico
					Novartis Biociência S / A	Farmoquímico
					Pernod Ricard	Bebidas
					Sagez	Alimentício
					Man Lantin American	Automotivo
					Nissan (2014)	Automotivo
Votorantin	Cimento					
Rio Claro	0,68	0,683	17.425	117	*Economia voltada para Agropecuária.	
Rio das Flores	1,17	0,68	8.561	111	*Economia voltada para Agropecuária.	
Valença	3,39	0,738	71.843	202	Recap Pneus	Borracha
					Cia das Marcas (Richards)	Confecção
Volta Redonda	31,01	0,771	257.803	9.267	BKN Fab. Serviços Industriais Ltda	Metalomecânico
					Metalúrgica Vulcano	Metalúrgico
					CSN (alto forno 4)	Siderúrgico
					Inaí	Siderúrgico
					Tubonal	Metalúrgico
					MRS	Infraestrutura

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, CEPERJ e Prefeituras.

Responsável por quase 50% do Valor Adicionado da economia, os dados do setor industrial corroboram notável nível do setor industrial na região, diferente do que é visto na composição do Valor Adicionado do estado do RJ e do país, onde o montante do Valor Adicionado do setor de serviços compõe a maior parte do total. A Tabela 15 sintetiza algumas informações sobre os municípios da região, como: valores do PIB, IDHM, e população no ano de 2010; evolução da população nos últimos 70 anos (1940-2010); as principais empresas e os setores aos quais são incorporadas.

Nesse sentido, observa-se ligação entre os setores desenvolvidos no MP-RJ, não por caso, o setor automotivo se instalou na região. A Figura 16 esclarece essa colocação.

Figura 16: Cadeia da indústria siderúrgica



Fonte: FIRJAN

A produção do setor automobilístico está intimamente ligada a produção siderúrgica. Ou seja, a região não apenas se apresentou como fonte de mão de obra industrial, ou ótima localização e isenção de impostos para o setor automotivo, mas a siderurgia se apresenta como elo entre a região e o setor. Além disso, o MP-RJ desde a implantação da CSN formou fortes laços nacionais e internacionais. A possível especialização do MP-RJ, em relação ao

setor automotivo se apresenta como continuidade da especialização nacional, pelo lado da siderurgia, e da abertura e crescimento industrial, por outro, pelo setor automotivo.

Embora alguns dados apresentem certa dependência do setor industrial para o emprego, no contexto geral, até o ano de 2010, observou-se aumento do emprego e renda na região. Já sendo considerado um polo automotivo pela FIRJAN, com a chegada de Nissan (2014), em Resende e Jaguar Land Rover (2016) em Itatiaia. Com essas empresas vieram dezenas de pequenas e médias empresas prestadoras de serviços e áreas afins. Embora o ambiente seja de euforia e otimismo quanto às novas possibilidades econômicas, cabe ressaltar que não há determinação de contrapartidas das empresas para com os municípios face às isenções fiscais e concessões cedidas. Ao mesmo tempo em que ocorre alguma melhora econômica, aumenta a dependência em torno das grandes empresas. Entretanto, pode-se afirmar que cada vez mais a região insere-se em um novo contexto produtivo nacional e internacional, principalmente, a reboque do setor automotivo.

Em suma, observou-se que o MP-RJ, de uma forma geral, tomou rumos diferentes do país e do estado do RJ. Enquanto ouve uma forte tendência a desindustrialização e ao crescimento do setor de serviços a região logrou de investimentos em setores de ponta, colocando o estado no mapa das multinacionais do setor automobilístico. Essa “industrialização”, por sua vez, ocorreu de forma diferente daquela observada na década de 1940, em Volta Redonda, com a implantação da CSN, que tinha forte vínculo nacional-desenvolvimentista. As novas empresas foram inseridas em um contexto de reestruturação produtiva, também conhecido como produção flexível ou enxuta, dispondo de um maior grau tecnológico. Nessa perspectiva, alguns municípios que compõe o Médio Paraíba-RJ aproveitaram as oportunidades e conjuntamente com o governo Federal e estadual que promoveram políticas de incentivos fiscais que fossem atrativas às indústrias dispostas a se instalarem na região.

IV. TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ESTRUTURA PRODUTIVA NO MÉDIO PARAÍBA-RJ: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA.

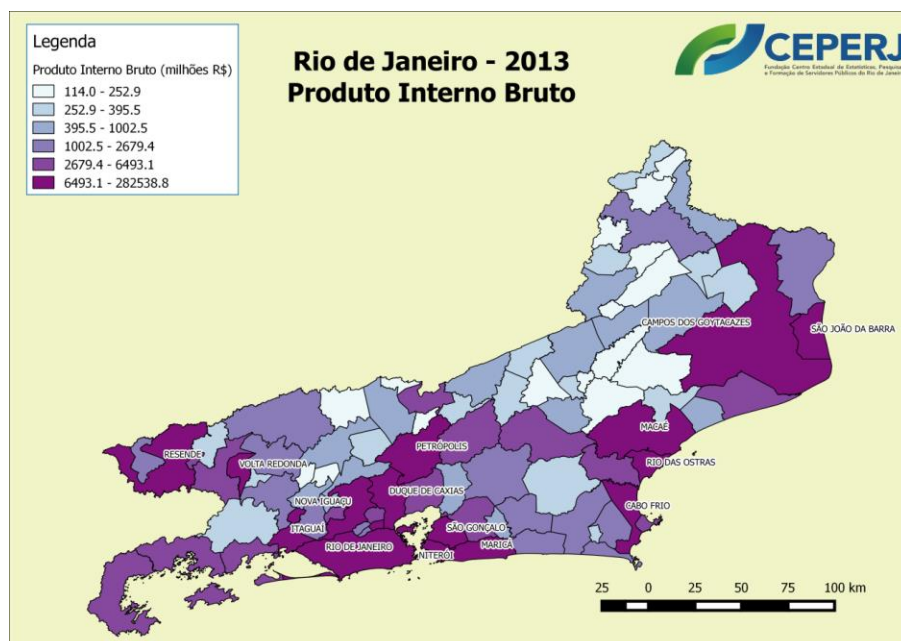
4.1. Análise dos dados socioeconômicos da região

Esta seção apresenta alguns dados econômicos e sociais da região do MP-RJ que caracterizam e explicam as tendências regionais, quando comparadas com outras regiões do estado do Rio de Janeiro. O posicionamento do MP-RJ diante das mudanças citadas nos capítulos anteriores é constatado através de dados que expõem a região, compara com as demais e o estado como um todo.

4.1.1. Produto interno Bruto e setores da economia

Através do PIB e dados setoriais da economia entendem-se alguns movimentos produtivos do MP-RJ quando comparado com as outras regiões do estado. De acordo com Silva (2012) a região do MP-RJ passou por uma reestruturação produtiva distinta, não apenas da região metropolitana, mas das demais regiões. Pode-se observar que seu desenvolvimento industrial se assemelha mais com o interior de SP do que com o resto do estado do RJ.

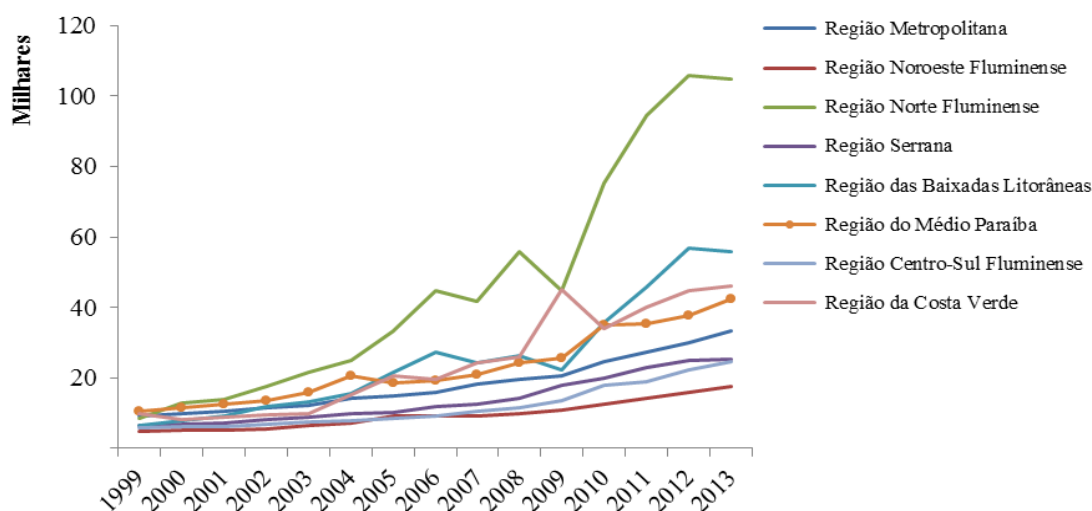
Figura 17: PIB dos municípios do estado do RJ em 2013



Fonte: CEPERJ

O primeiro aspecto importante a ser visualizado é o PIB municipal. A Figura 17 apresenta a dimensão dos PIBs municipais do estado do Rio de Janeiro. As cores mais escuras representam maiores PIBs. As cidades de Resende e Volta Redonda destacam-se na porção Sul Fluminense entre maiores valores do PIB, e podem ser comparadas com cidades da região metropolitana e algumas cidades do Norte Fluminense.

Gráfico 7: PIB per capita das regiões do estado do RJ (1999-2013)

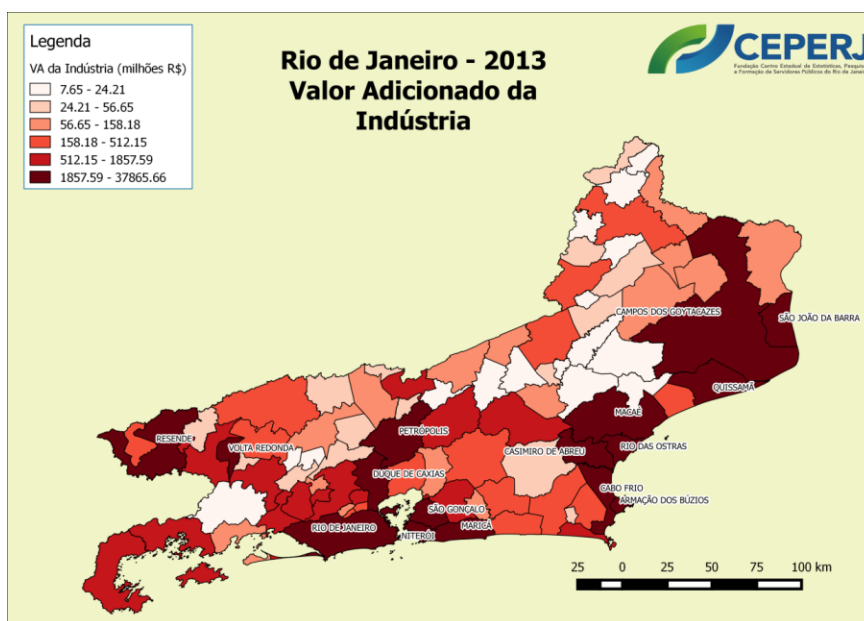


Fonte: Elaboração própria, com dados disponibilizados pelo CEPERJ.

O Gráfico 7 complementa a Figura 17, e apresenta o PIB per capita das regiões do estado do RJ. O PIB per capita representa o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes da cidade (região ou país). Ou seja, o gráfico apresenta o crescimento do PIB conjuntamente com o crescimento da população. Entre as oito regiões que dividem o estado, o MP-RJ aparece em quarto lugar, inclusive à frente da região metropolitana, ressalta-se a tendência ascendente. Enquanto as regiões ligadas à extração de petróleo se sobressaíram mais, principalmente o Norte Fluminense.

Na Figura 18 é possível entender o peso do valor adicionado da indústria na composição do PIB dos municípios do estado do RJ, vez que, a indústria se apresenta como fator determinante para o aumento do produto interno. Os municípios com maior PIB e maior PIB per capita representam a importância do setor industrial na composição da riqueza da produção de riqueza do município. O destaque da Figura 18, na região do MP-RJ fica para Resende e Volta Redonda, mas com perspectivas positivas para Porto Real e Itaitiaia.

Figura 18: Valor Adicionado (VA) da indústria nos municípios do estado do RJ em 2013



Fonte: CEPERJ

A Tabela 16 revela a participação setorial de cada cidade na composição do PIB estadual e do PIB regional, no ano de 2013. O que pode ser observado em relação à região é que a parte de agropecuária produz, percentualmente, mais que os outros setores da economia. Isso ocorre devido ao estado do Rio de Janeiro ter uma pequena produção agropecuária na composição do PIB, este setor representou apenas 0,39% do PIB estadual em 2013, o MP-RJ contribuiu com 10% desse valor. Enquanto no setor industrial (indústria extrativa e de transformação) a região participou com 7,3% em 2013, e no setor de serviços teve 4,7% do total do estado.

Tabela 16: Participação no PIB estadual e estrutura setorial, municípios e MP-RJ (2013)

Estado	PIB ERJ			PIB Interno		
	Agr.	Ind.	Ser.	Agr.	Ind.	Ser.
Estado	100	100	100	0,5%	30,5%	51,2%
Região do Médio Paraíba	10,0%	7,3%	4,7%	0,8%	39,4%	42,8%
Barra do Pirai	0,6%	0,2%	0,3%	0,9%	21,1%	45,4%
Barra Mansa	1,8%	0,9%	0,7%	1,0%	34,2%	43,9%
Itatiaia	0,2%	0,1%	0,5%	0,3%	12,8%	76,1%
Pinheiral	0,1%	0,0%	0,0%	1,3%	11,9%	34,9%
Pirai	0,5%	0,3%	0,1%	1,0%	50,5%	30,0%
Porto Real	0,2%	1,1%	0,4%	0,1%	59,6%	34,4%
Quatis	0,5%	0,0%	0,0%	4,9%	22,9%	38,7%
Resende	1,4%	2,0%	1,0%	0,5%	48,4%	40,0%
Rio Claro	2,5%	0,0%	0,0%	23,6%	6,0%	23,2%
Rio das Flores	0,4%	0,0%	0,0%	6,9%	24,0%	29,4%
Valença	1,6%	0,2%	0,2%	3,1%	27,3%	38,3%
Volta Redonda	0,2%	2,2%	1,4%	0,1%	39,8%	43,1%

Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo CEPERJ.

O que pode ser observado em relação à região é que, a parte de agropecuária produz, percentualmente, mais que os outros setores da economia. Como já relatado, o estado do RJ produz pouco no setor agropecuário, e este setor representou apenas 0,39% do PIB estadual em 2013, o MP-RJ contribuiu com 10% desse valor. Enquanto no setor industrial (indústria extrativa e de transformação) a região participou com 7,3% em 2013, e no setor de serviços teve 4,7% do total do estado. Rio Claro apresentou a maior participação no setor agropecuário, internamente representou 23,6% de seu PIB, enquanto que para o estado contribuiu com 2,5% do total produzido em 2013.

No setor industrial, Volta Redonda, Resende e Porto Real destacaram-se cada uma com 2,2%, 2% e 1,1%, respectivamente, de participação na indústria fluminense em 2013. Enquanto que para suas economias internas, a indústria representou quase 60% do PIB de Porto Real, 50% de Resende, e aproximadamente 40% de Volta Redonda. No setor de serviços Volta Redonda e Resende também destacaram-se com 1,4% e 1%, respectivamente, dos valores na composição do setor de serviços no PIB estadual, nesse mesmo ano.

Tabela 17: Participação regional no PIB fluminense em 2013

Região	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB Total
Estado	100%	100%	100%	100%
Região Metropolitana RJ	9,9%	37,4%	72,9%	64,3%
Região Noroeste Fluminense	13,1%	0,5%	0,8%	0,9%
Região Norte Fluminense	23,5%	33,2%	9,8%	14,8%
Região Serrana	26,9%	2,8%	3,1%	3,3%
Região das Baixadas Litorâneas	7,9%	15,9%	5,6%	7,8%
Região do Médio Paraíba	10,0%	7,3%	4,7%	5,9%
Região Centro-Sul Fluminense	6,0%	0,9%	1,0%	1,1%
Região da Costa Verde	2,8%	2,2%	2,1%	1,9%

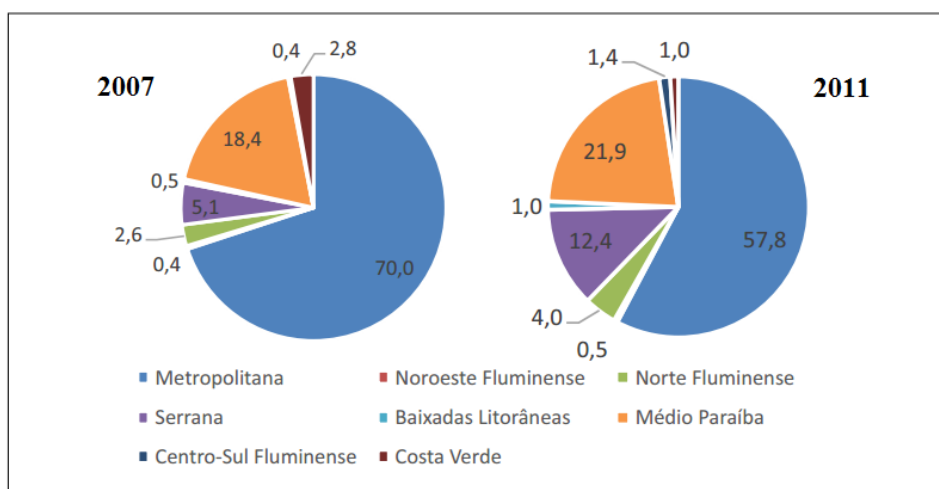
Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo CEPERJ.

Para visualizar mais claramente, o MP-RJ e sua participação no estado, a Tabela 17 apresenta todas as regiões fluminenses e a composição setorial do PIB do RJ. Quando observado os dados e tabelas acima supõe-se que o MP-RJ, embora figure entre as quatro melhores regiões do estado, no quesito indústria, ainda está longe de alcançar o protagonismo. Silva (2012) analisando os dados do ano de 2006 relata que:

Quaisquer análises sobre a estrutura industrial e desenvolvimento regional fluminense devem levar em conta que o volume financeiro mobilizado pela indústria petrolífera tende a impactar fortemente as taxas de participação relativa (tanto as setoriais quanto as regionais), o que, sem a devida atenção, pode resultar em “distorções” ou imprecisões analíticas. (SILVA, 2012, p. 112-113).

Desta forma, Silva (2012) apresenta alguns dados sobre o PIB regional, com e sem a Bacia de Campos²⁸ e os impactos que o petróleo tem ocasionado na indústria extrativa na economia fluminense, principalmente pela porção Norte e os municípios de Cabo Frio e Rio das Ostras que em 2013 possuíam 75% do VA da indústria referente à Baixada Litorânea. A repercussão, tamanho e valores desse setor podem minimizar novos movimentos industriais, inclusive o que se tem observado no MP-RJ, no setor automotivo. A figura seguinte elaborada pelo CEPERJ revela o crescimento da região entre 2007 e 2011, em relação à participação da indústria de transformação no estado.

Figura 19: Participação da Indústria de Transformação nas regiões do estado do Rio de Janeiro



Fonte: 3 Boletim CEPERJ.

A Figura 19 retrata, exatamente, a tendência de crescimento da indústria de transformação das regiões do estado do RJ, excluindo a indústria extrativa. A região Metropolitana detém importância de décadas na indústria de transformação brasileira, entretanto há alguns anos vem perdendo espaço para nos investimentos em outras regiões do

²⁸ Em meio ao contexto do 1º choque do petróleo de 1973, o campo de Garoupa na Bacia de Campos é descoberto em 1974 e incentivou novos investimentos em exploração, já que observavam-se desequilíbrios no balanço de pagamentos e resultados promissores às prospecções na Bacia de Campos, intensificando a exploração e produção *offshore* no país. (MATOS, 2015, p. 143).

estado do RJ. O MP-RJ aparece como protagonista desses novos investimentos, seguido também pelo bom desempenho da região serrana.

No cenário regional, a indústria manufatureira metropolitana perdeu sua posição “primaz” para a estrutura manufatureira do interior fluminense, notadamente aquela situada na porção sul do território estadual, que a partir dos anos 1990 passou a experimentar forte dinamismo econômico, que tinha como base a implantação de novos setores e a modernização/ampliação de outros. Regionalmente, esse processo tem se mostrado mais robusto e ampliado no Médio Paraíba e, em menor monta, em alguns municípios do Centro-Sul e Costa Verde. (SILVA, 2012, p. 178-179).

Dessa forma, a indústria de transformação do MP-RJ tem ganhado notoriedade em decorrência da modernização da estrutura produtiva, aumento do emprego e renda, quando observado o contexto estadual.

4.1.2. População, emprego e Investimento no MP-RJ

As mudanças produtivas impactam diretamente na população, urbanização, escolarização, renda e emprego da região. Visto que, a finalidade do crescimento econômico direciona-se ao desenvolvimento social. No que tange a urbanização da região, nota-se elevado grau de urbanização dos municípios, onde todos aparecem com população urbana acima dos 70%, chegando a 99,4% em Porto Real e 100% em Volta Redonda, dados referentes a 2010.

Tabela 18: População e Urbanização dos municípios e MP-RJ

Região	População em 2010	Urbana	Rural
Região do Médio Paraíba	855.193	95,6%	4,4%
Barra do Pirai	94.778	97,0%	3,0%
Barra Mansa	177.813	99,1%	0,9%
Itatiaia	28.783	96,6%	3,4%
Pinheiral	22.719	89,8%	10,2%
Pirai	26.314	79,2%	20,8%
Porto Real	16.592	99,4%	0,6%
Quatis	12.793	94,0%	6,0%
Resende	119.769	93,8%	6,2%
Rio Claro	17.425	79,0%	21,0%
Rio das Flores	8.561	69,6%	30,4%
Valença	71.843	86,6%	13,4%
Volta Redonda	257.803	100,0%	0,0%

Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo CEPERJ.

No geral, a região apresenta mais de 95% da população urbana revelando assim, um alto grau de urbanização, ainda que haja municípios como Rio Claro, com expressiva parcela voltada à produção agropecuária.

Embora seja uma região urbanizada, o fato de não ser rural não, necessariamente, representa desenvolvimento social, por isso cabe analisar como se comportam alguns índices, como emprego e renda, educação e saúde. O índice FIRJAN de desenvolvimento (IFDM²⁹) faz estimativas sobre estes setores que são mais importantes para o desenvolvimento social de uma cidade/região. Para buscar uma visão mais aproximada, o índice avalia dados específicos disponibilizados por órgãos nacionais, como apresenta a Figura 20.

Figura 20: Informações que compõem o IFDM

IFDM		
Emprego&Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego formal • Absorção da mão de obra local • Geração de Renda formal • Salários médios do emprego formal • Desigualdade <p>Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Matrículas na educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental <p>Fonte: Ministério da Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de consultas pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB) <p>Fonte: Ministério da Saúde</p>

Fonte: FIRJAN

Sobre a leitura do IFDM, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Os municípios que pertencem ao MP-RJ se concentram 0,600 e 0,800 com **desenvolvimento moderado** até 0,800 em diante com **alto desenvolvimento**.

²⁹ O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>> Acesso em: 11/01/2016.

Figura 21: IFDM de cada município do MP-RJ

Ranking RJ		Municípios	IFDM			Emprego&Renda		Educação		Saúde	
2012	2013		2012	2013	Var. (%)	2012	2013	2012	2013	2012	2013
9º	1º	Resende	0,7976	0,8441	5,8%	0,7073	0,8301	0,8115	0,8248	0,8741	0,8774
3º	7º	Volta Redonda	0,8220	0,8086	-1,6%	0,7429	0,6767	0,8226	0,8472	0,9005	0,9020
10º	8º	Piraí	0,7963	0,7943	-0,3%	0,6607	0,6531	0,8241	0,8137	0,9041	0,9160
22º	12º	Porto Real	0,7620	0,7858	3,1%	0,6517	0,7033	0,7361	0,7481	0,8982	0,9059
13º	17º	Barra Mansa	0,7827	0,7738	-1,1%	0,7311	0,6846	0,7246	0,7346	0,8926	0,9023
34º	28º	Itatiaia	0,7311	0,7471	2,2%	0,7224	0,7073	0,7546	0,7661	0,7163	0,7678
30º	29º	Pinheiral	0,7376	0,7462	1,2%	0,5235	0,5448	0,8004	0,7856	0,8890	0,9083
26º	38º	Valença	0,7438	0,7294	-1,9%	0,5970	0,5293	0,8130	0,8090	0,8215	0,8500
41º	42º	Rio Claro	0,7119	0,7251	1,9%	0,5024	0,4640	0,7320	0,7726	0,9012	0,9387
47º	48º	Rio das Flores	0,7023	0,7177	2,2%	0,5518	0,5554	0,8068	0,8156	0,7484	0,7820
55º	61º	Barra do Piraí	0,6800	0,6913	1,7%	0,6538	0,6271	0,7345	0,7533	0,6517	0,6936
68º	66º	Quatis	0,6632	0,6819	2,8%	0,5797	0,5859	0,7411	0,7707	0,6690	0,6890

Fonte: FIRJAN

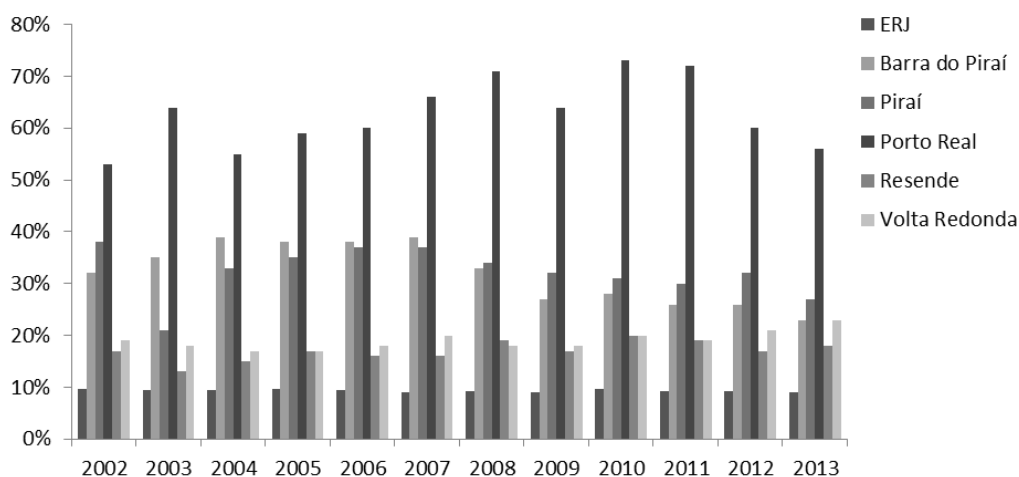
A Figura 21 analisa cada município nos anos de 2012 e 2013, os compara e os coloca por ordem de maior desenvolvimento. Cinco cidades da região ficaram entre as vinte melhores, em ambos os anos. Com destaque para Resende, 1º lugar em 2013, como cidade mais desenvolvida do estado do RJ, de acordo com os parâmetros utilizados no índice. Volta Redonda, embora tenha passado por uma queda, constatada no âmbito de emprego e renda, ainda figura entre as dez cidades mais desenvolvidas do estado. E Porto Real, que aparece com uma melhora de dez posições em 2013, quando comparada a 2012 apresentando melhoria em todos os itens.

O índice também identificou a “saúde” da região, como a melhor do estado, em 2013 sete cidades do MP-RJ ficaram entre as dez primeiras posições, foram elas: Rio Claro (2º); Piraí (3º); Pinheiral (5º); Porto Real (6º); Barra Mansa (8º); Volta Redonda (9º). Todas no padrão de alto desenvolvimento, com índices de saúde acima de 0,900. No tópico “educação” a melhor classificada é Volta Redonda, na posição 15, com IFDM de 0,8472 ratificando sua boa posição no índice. Nesse mesmo quesito, as cidades de Resende, Rio das Flores, Piraí e Valença embora estejam em posições mais distantes, ainda assim possuem IFDM de educação maior que 0,8. Por fim, no item “emprego & renda” as melhores classificadas do estado foram: Resende, que apareceu em 1º, Porto Real em 19º e Barra Mansa 20º.

Segundo a FIRJAN, a região é a mais desenvolvida do estado do RJ, além de não exibir nenhum município entre as piores. O resultado de 2013 também evidencia Resende e Volta Redonda como cidades **de alto desenvolvimento**. Essas duas cidades conjuntamente com Piraí figuram entre as quinhentas cidades mais desenvolvidas do país.

Sobre o emprego na região, embora no capítulo anterior tenha observado que mais de 20% se concentra em empregos industriais, há as particularidades de cada município. Como apresentam os gráficos a seguir.

Gráfico 8: Principais cidades do MP-RJ no emprego na indústria de transformação e ERJ.
Participação do emprego da indústria de transformação no emprego total



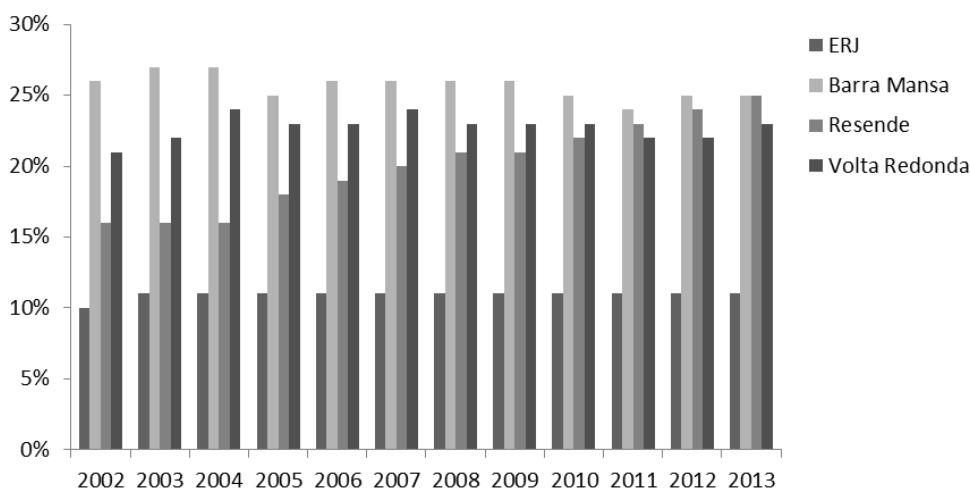
Fonte: Elaboração própria, com dados Data Viva - UFMG (MIT - Atlas Media Lab)

O Gráfico 8 apresenta as principais cidades da região que detêm maior parte de seus empregos no setor industrial, são elas: Porto Real; Barra do Piraí; Piraí; Volta Redonda e Resende. Os dados foram observados pelo site Data Viva, entretanto, são dados disponibilizados pela RAIS³⁰. Não se trata de maior produção industrial, e sim, de maior empregabilidade no setor, proporcionalmente. Em Porto Real quase 70% dos empregos são na indústria, principalmente na indústria automotiva. Essas cidades quando comparadas com o emprego industrial do estado do RJ, concentram, proporcionalmente, mais emprego na indústria do que o estado. Entretanto, cidades como Barra Mansa, Volta Redonda e Resende se dividem entre o emprego na indústria e comércio.

³⁰ Relação Anual de Informações Sociais: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

A RAIS é um registro administrativo com periodicidade anual criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, estatística e informação às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal. Retrata o mercado de trabalho formal no Brasil a partir de informações declaradas pelas próprias empresas sobre sua situação em 31 de dezembro do ano anterior. São informações acerca dos empregados, da atividade econômica desenvolvida, entre outras características. Atualmente, segundo o IBGE, a RAIS cobre cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro. DataViva apresenta informações sobre o número de empregos, salários e número de estabelecimentos. O nível de agregação, em termos geográficos, pode ser feito por estados, mesorregiões, microrregiões e municípios; em termos de setores, seção, divisão e classes, de acordo com a CNAE; e, em termos de ocupações, grupo principal e famílias, de acordo com a CBO 2002. (Data Viva)

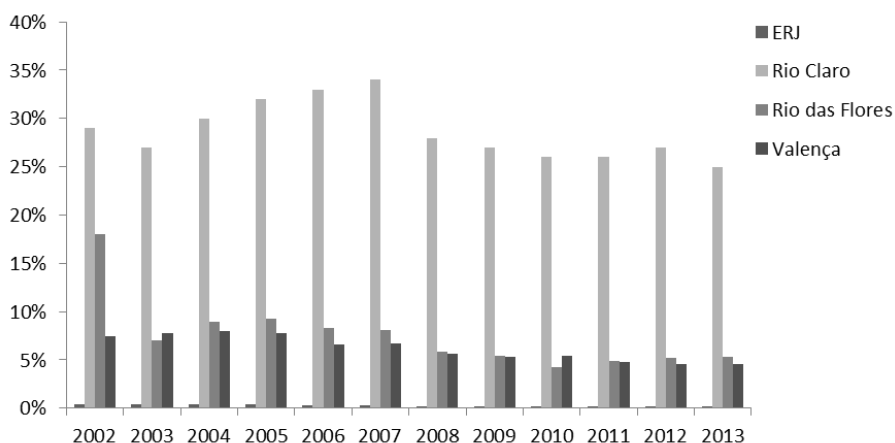
Gráfico 9: Principais cidades do MP-RJ no emprego no comércio e ERJ. Participação do emprego no comércio no emprego total



Fonte: Elaboração própria, com dados Data Viva –UFMG (MIT - Atlas Media Lab)

O Gráfico 9 exibe as principais cidades do MP-RJ que detém grande parte do seu emprego no setor de comércio. Em 2013 as três cidades observadas aparecem com quase 25% do emprego nesse setor, enquanto o estado produz 10%.

Gráfico 10: Principais cidades do MP-RJ no emprego na agropecuária e ERJ. Participação do emprego na agropecuária no emprego total



Fonte: Elaboração própria, com dados Data Viva –UFMG (MIT - Atlas Media Lab)

Por último, o emprego na Agropecuária é observado com maior proporção no município de Rio Claro, em torno dos 25%, seguido por Rio das Flores e Valença, em menor proporção, e mesmo assim, muito acima do que o estado produz.

Cabe ressaltar que o aumento no PIB, emprego, renda e os demais indicadores tem certa relação com o processo de reestruturação e modernização da estrutura produtiva que a região iniciou na década de 1990. Entre 2010 e 2013 a FIRJAN destacou alguns investimentos importantes que estavam programados nesse período na região:

Tabela 19: Investimentos programados entre 2010-2013

Município	Empresa	Setor
Itatiaia	Michelin	Borracha
Volta Redonda	CSN	Metalurgia/siderurgia
Vários	BR 393	Transporte e logística
Resende	Volkswagen	Automotivo
Resende	Votorantim	Siderurgia
Barra do Piraí	MRS Logística	Logística
Barra do Piraí	Light Energia S.A	Infraestrutura
Piraí	Light Energia S.A	Infraestrutura
Rio Claro	Light Energia S.A	Infraestrutura

Fonte: FIRJAN- Decisão Rio (2010-2012), (2011-2013).

Já a tabela 20, além de dar continuidade a alguns projetos inacabados, apresenta novos investimentos que tem previsão de realização entre 2014 e 2016, nos municípios do MP-RJ. Observa-se que 70% dos investimentos na região ocorrerão no setor automotivo.

Tabela 20: Previsão de investimentos no Médio Paraíba (horizonte 2014 – 2016)

Empresa	Segmento	R\$ bilhões	Cidade
BR-116- Duplicação da Serra das Araras	Transporte/ Logística	1,7	Piraí
Fábrica da PSA Peugeot Citroën	Automotivo	1,2	Porto Real
Fábrica da Nissan	Automotivo	0,9	Resende
Fábrica da MAN Latin America	Automotivo	0,8	Vários
Fábrica da Michelin	Automotivo	0,6	Itatiaia
Fábrica da Land Rover	Automotivo	0,3	Itatiaia

Fonte: FIRJAN – Decisão Rio 2014-2016.

Em suma, os dados socioeconômicos têm apresentado melhoria, com tendências positivas. Como a região mais desenvolvida do estado, o MP-RJ tem sido uma região ganhadora no cenário industrial. Entretanto, os dados também evidenciam que essa mudança de setor dinâmico na região tem conduzido a especialização setorial, ficando a cargo de um setor específico o condicionamento para o desenvolvimento regional. Cabe buscar as melhores opções para progredir não apenas economicamente, mas principalmente socialmente.

4.2. Apontamentos sobre o grau de complexidade das exportações do MP-RJ

Esta seção apresenta uma análise das exportações e importações de cada município, esses dados formam a balança comercial (BC) do Médio Paraíba Fluminense. Além da BC será observada a complexidade dos produtos exportados por de cada município. Essa análise se faz mediante dados disponibilizados por órgãos nacionais e internacionais³¹ que foram compilados e são acessados através da plataforma Data Viva. Plataforma desenvolvida por uma parceria entre o Escritório de Prioridades Estratégicas do Governo de Minas Gerais e uma consultoria internacional.

Outro ponto é referente à complexidade dos produtos exportados de cada município do MP-RJ, que será verificada pelo índice de complexidade do produto (PCI³²). De acordo com o site Data Viva, o índice de PCI está fundamentado em dois conceitos: diversidade e ubiquidade. A diversidade se refere ao número de produtos que o município exporta com vantagem comparativa. A ubiquidade tem a ver com o número de regiões que exportam o mesmo tipo de produto com vantagem comparativa. O conceito de vantagem comparativa revelada (RCA) apresenta a participação do município nas exportações de determinado produto em relação à participação deste no comércio mundial.

(...) o RCA mede se a participação de um produto na pauta de exportações de uma região é maior ou menor do que a participação deste no comércio internacional. Se a participação for igual, o RCA será igual a 1, significando que a região exporta exatamente a parcela "justa" para todas as regiões (uma participação média se o total das exportações fosse dividido pelo número de regiões). Quando o RCA de uma região é maior do que 1, significa que esta região exporta, em termos percentuais, mais do que a parcela "justa", ou seja, possui vantagem comparativa na exportação deste produto em relação às demais regiões. (Data Viva)

A visualização da complexidade produtiva se faz por uma “Rede” de produtos (Product Space³³) que foi criada pelos professores Hidalgo e Hausmann, de acordo com as

³¹ Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Dados relativos à exportação de 1.256 produtos da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC) e as 865 ocupações em 427 atividades econômicas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE). Além de dados fornecidos pelo Banco de Dados Estatísticos de Comércio de Commodities das Nações Unidas (UN Comtrade) que contem estatísticas detalhadas sobre importações e exportações relatadas pelas autoridades estatísticas de cerca de 200 países ou áreas.

³² As abreviações da plataforma Data Viva estão como a sigla em Inglês, este trabalho segue o padrão.

³³ O ‘Product Space’ (que pode ser traduzido de forma literal como “Espaço de Produtos”) é uma metodologia criada pelos professores Cesar Hidalgo (MIT Media Lab) e Ricardo Hausmann (Harvard Kennedy School) que permite entender, a partir da pauta de exportação dos países, quais os conhecimentos produtivos que cada nação

exportações mundiais. Dessa forma, representa conexões entre os produtos em termos da probabilidade de co-exportação daí a base teórica sobre desenvolvimento econômico propostas por estes professores do MIT e de Harvard. De acordo com esta teoria, uma região precisa conquistar vantagem comparativa para produtos ou atividades localizados no centro da rede a partir daqueles produtos ou atividades nos quais já possui vantagem comparativa.

Desta forma, essa parte do trabalho busca estender e observar a complexidade do produto exportado dos municípios, as perspectivas de cada um, e como isso influencia o desenvolvimento local e regional de longo prazo. A leitura da complexidade do produto pode ser visualizada através da escala de cores, quanto mais verde, maior a complexidade do produto, enquanto a cor amarela significa que produção é justa quando comparada ao comércio internacional, e quanto mais vermelha, significa menor complexidade, ou seja, menor vantagem comparativa na produção desse produto.

4.2.1. Municípios do Médio Paraíba-RJ

Atualmente, o MP-RJ é a região, depois da Metropolitana, mais industrializada estado do Rio de Janeiro, de acordo com Silva (2012). Da década de 1940 até meados da década de 1990, a cidade de Volta Redonda foi protagonista em produção e exportação no setor siderúrgico. A partir de 1995, a composição das exportações começa a se alterar, principalmente, devido o crescimento do setor de transportes. Dessa forma, cabe observar as particularidades de cada município que compõe a região e a complexidade dos produtos exportados.

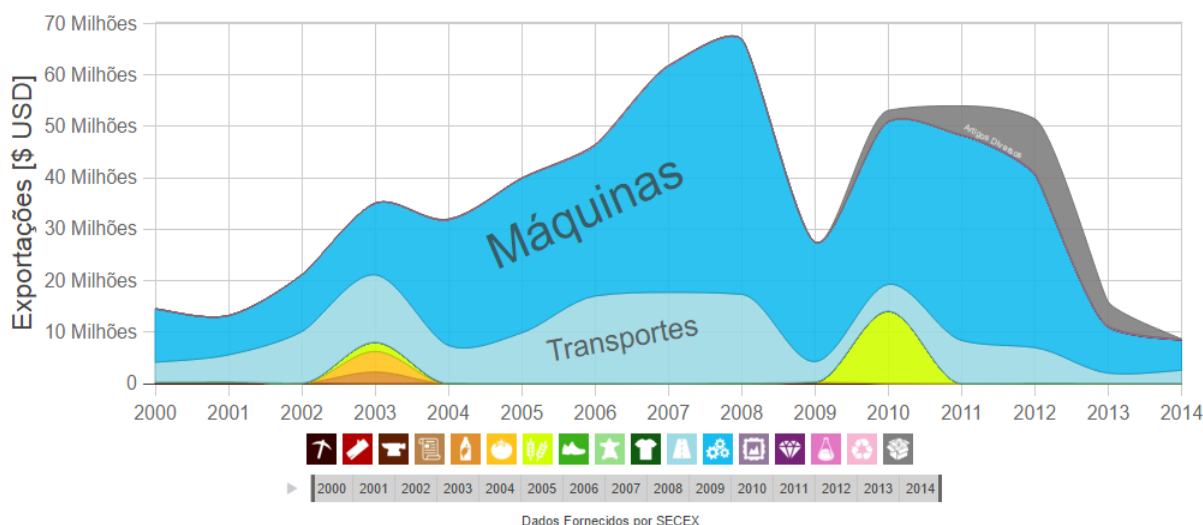
Barra do Pirai

Observa-se que a série histórica de Barra do Pirai está voltada, principalmente, para produtos no setor de máquinas e setor de transportes. Estes dois produtos ocupam 98% das

possui. Essas capacidades ou habilidades são compostas por diversos fatores, tais como: capital, trabalho, tecnologia, instituições, infraestrutura, existência de relações sociais, dentre outros. Quanto mais conhecimento produtivo uma determinada localidade possui, maior o número de produtos que ela pode produzir e exportar, e mais complexos são esses produtos. Em termos gráficos, o 'Product Space' mostra as conexões entre os produtos exportados mundialmente, a partir da sua probabilidade de co-exportação. Esta probabilidade também é utilizada para determinar a proximidade entre os produtos, a qual é uma forma de revelar o número de habilidades, ou o conhecimento produtivo, que eles compartilham. Os produtos que possuem mais conexões e mais habilidades compartilhadas com outros produtos tendem a estar localizados no centro da rede (que é o Product Space) onde está a maior concentração de produtos complexos, ou seja, aqueles que exigem maior número de habilidades para serem produzidos. (Data Viva).

exportações da cidade entre os anos de 2000 e 2014, são os seguintes produtos: transmissões; maquinário para escavação; bombas de ar; e peças para veículos. Os principais destinos para os produtos são EUA, sempre com maior participação e o México. Em 2014 84% das exportações foram direcionadas ao EUA, enquanto 7,3% foram para o México. As exportações podem ser vistas na Figura 21.

Figura 22: Exportações de Barra do Piraí, por setores (2000-2014)

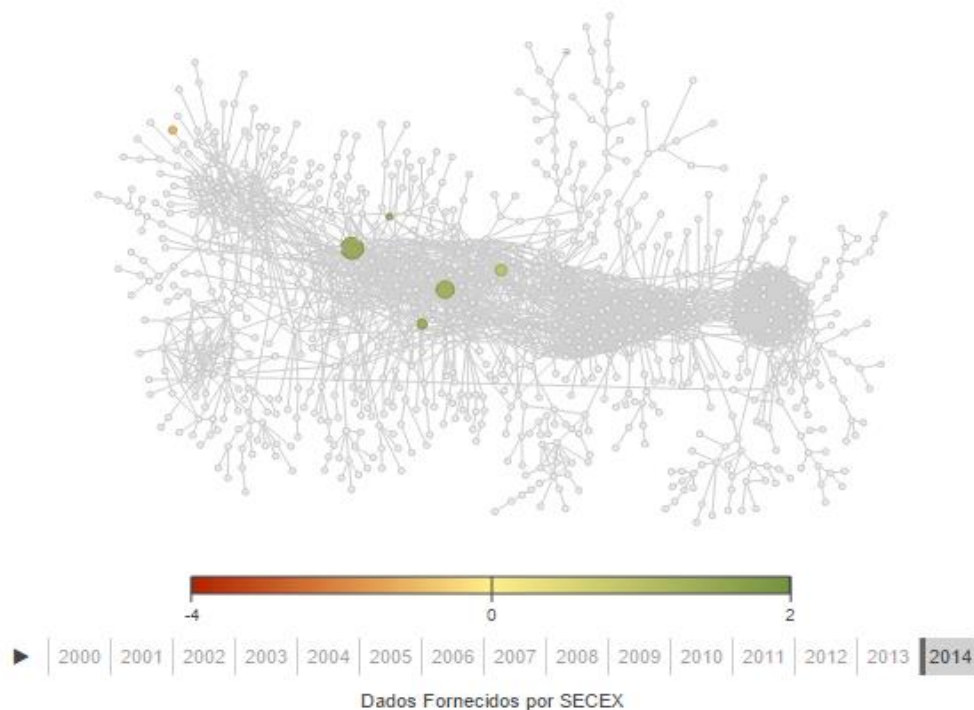


Fonte: Data Viva

As importações se concentram no setor de metais e máquinas no decorrer de quinze anos observados, os setores de ‘plástico e borracha’ e ‘produtos químicos’ também compõem a pauta importadora do município, nesse período. Em 2014, os metais foram responsáveis por 69% das importações, enquanto ‘plástico e borracha’ 17%, máquinas 6,5% e ‘produtos químicos’ 6,5%. Os principais produtos são ‘artigos de vias férreas de ferro ou aço’, ‘amino-resinas’, ‘poliacetais’, e ‘máquinas para o processamento de borracha’. A pauta importadora se apresenta bastante diversificada, entre 2001 e 2005. Importações vindas de países da Europa tiveram maior participação (entre 60% e 70%), principalmente produtos vindos da Alemanha, França e Espanha. De 2006 a 2008 a maior parte das importações tiveram origem dos EUA, e a partir de 2010 notou-se o ingresso do Japão como figurante entre os principais países de origem das importações da cidade. Sobre a complexidade produtiva do município pode ser observado na figura que segue.

Figura 23: Complexidade do produto das exportações, Barra do Piraí- 2014 (Espaço de Produtos)

Baseado nos Estados Produtores
Exportações: \$8,63 Milhões USD



Fonte: Data Viva

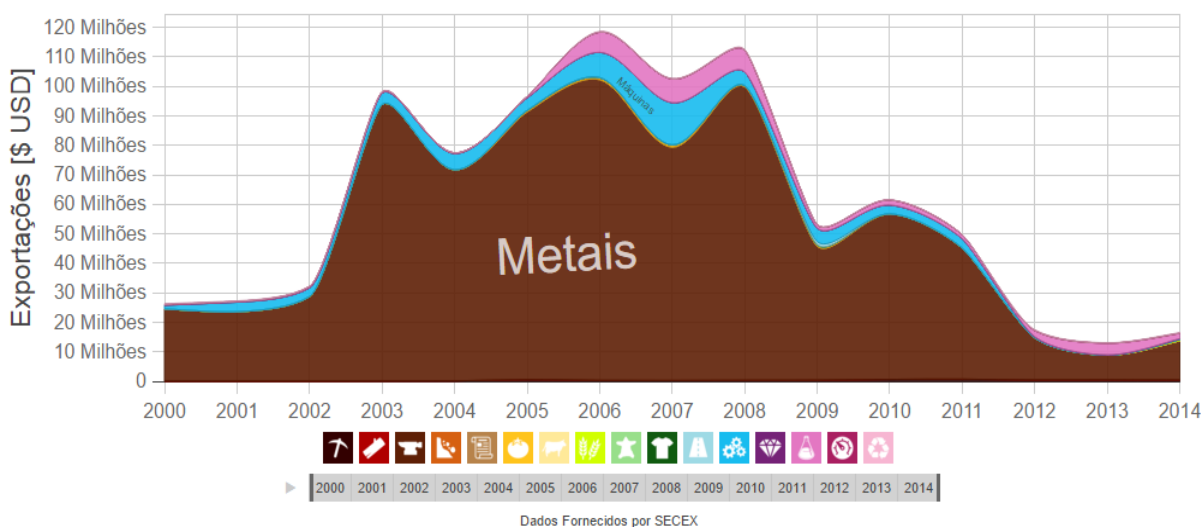
A Figura 23 apresenta quatro produtos principais: ‘transmissões’, com PCI de 1,427 e exportações em US\$4,77 milhões; ‘peças para veículos’ com PCI de 1,09 e exportações em US\$ 2,57 milhões; ‘maquinário para escavação’ com PCI de 0,512 e valor de US\$653 mil; ‘bombas de ar’, PCI de 1,327 e exportações em US\$ 438 mil. Como esclarecido anteriormente, o PCI está diretamente ligado ao índice de vantagens comparativas, dessa forma, observa-se que três produtos encontram-se acima de 1 revelando vantagem comparativa desses produtos em relação a outras regiões. Isso significa, que embora sejam exportações de pequena expressão, no todo da região, o município tem caminhado para a produção e exportação em um setor mais seguro, no longo prazo.

Barra Mansa

O município de Barra Mansa, por sua vez, apresenta sua pauta exportadora voltada para produtos no setor de metais, entre 80% e 90% do total das exportações (entre 2000 e 2014), ainda é possível verificar um pequeno percentual para exportação de ‘máquinas’ e ‘produtos químicos’, este último aumentou sua proporção nas exportações a partir de 2006

com participação em valores sempre nos anos posteriores sempre acima de um milhão de dólares de exportação. Os produtos que sobressaem são: produtos de ‘ferro e aço’ no setor de metais; pesticidas no setor de ‘produtos químicos’; e válvulas no setor de máquinas. As exportações têm como principal destino a América do Sul, durante os anos visualizados, os principais países importadores destes produtos foram Argentina, França e EUA. A Figura 24 mostra a pauta exportadora do município.

Figura 24: Exportações de Barra Mansa, por setores (2000-2014)

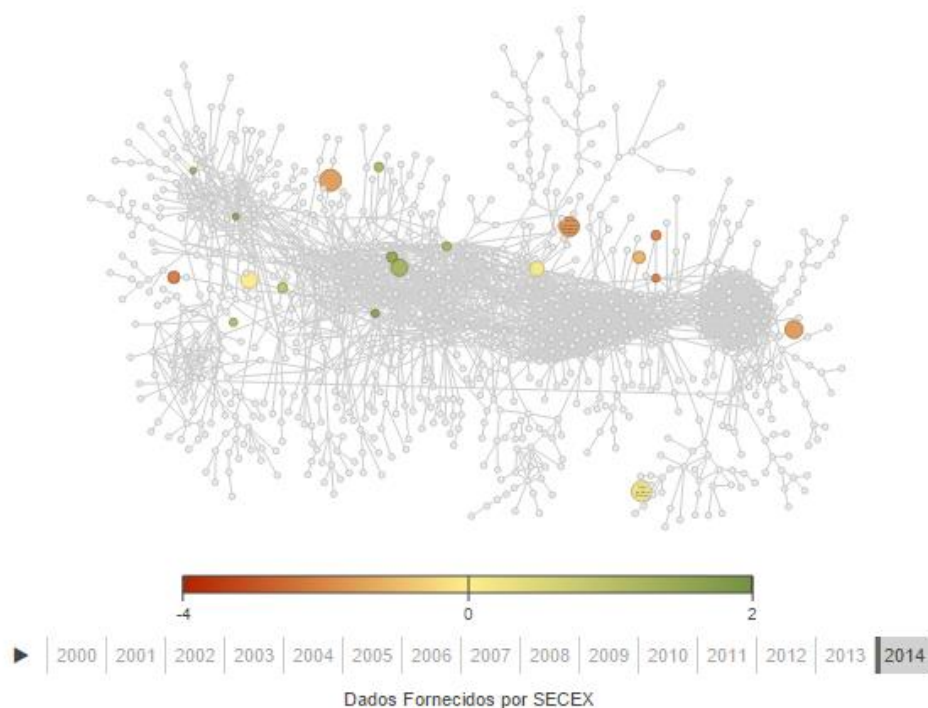


Fonte: Data Viva

As importações municipais, do período observado, se concentraram nos setores de: ‘produtos químicos’, que chegou em 93%, sendo 80% referente a importação de pesticidas, em 2014; máquinas, com destaque para importação de válvulas; e ‘plástico e borracha’ na importação de ‘Polímeros de Cloreto de Vinila’. Esses produtos tiveram origem principalmente dos EUA. Em 2013, 85% das importações tiveram procedência norte-americana, enquanto que em 2014 representou 64%. A Figura 25 apresenta a complexidade dos produtos exportados no ano de 2014.

Figura 25: Complexidade do produto das exportações, Barra Mansa - 2014 (Espaço de Produtos)

Baseado nos Estados Produtores
Exportações: \$16,5 Milhões USD



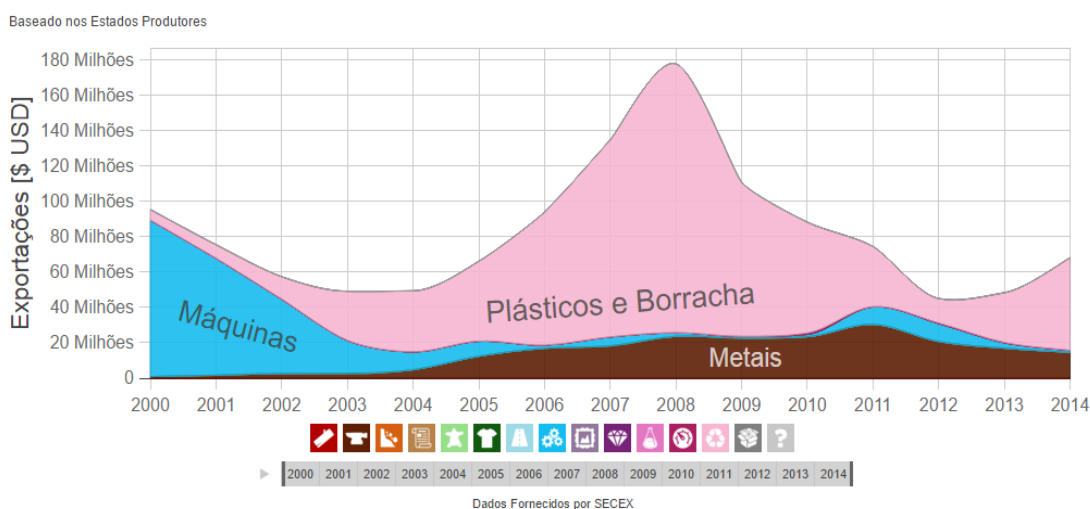
Fonte: Data Viva

Barra Mansa apresenta baixa complexidade na maioria dos produtos exportados, com poucas exceções, como os produtos: ‘parafusos de ferro ou aço’ com PCI de 1,728 e exportações US\$ de 30,1 mil; e Válvulas que tem PCI de 1,46 e exportações em torno de US\$ 244 mil. Porém, os produtos mais importantes na composição das exportações são: ‘produtos semimanufaturados de ferro’, PCI de -0,674 com participação de US\$ 3,04 milhões nas exportações; ‘barra de ferro forjada’ e PCI igual a -0,917 e exportações em US\$ 2,33 milhões; e tubos de ferro fundido, PCI de 0,05 e exportações de US\$ 2,71 milhões, todos para o ano de 2014. Esses dados apresentam a baixa complexidade dos produtos produzidos e exportados pelo município. Nesse sentido, a cidade apresenta vulnerabilidades em seu crescimento econômico e desenvolvimento, no longo prazo, visto que, a base de exportação está baseada em produtos de maior facilidade para produção em outros lugares, ou seja, o município não apresenta vantagens comparativas, além da característica de “não-encadeamento” dos produtos na matriz produtiva.

Itatiaia

Itatiaia iniciou a década de 2000 contribuindo com exportações no setor de máquinas, 93% das exportações – principalmente impressoras. Entre 2000 e 2014, suas exportações se alteraram significativamente. Os setores de ‘plásticos e borrachas’ (na fabricação de pneus) e ‘metais’ (produtos de ferro ou aço) foram ganhando cada vez mais espaço e em 2014, o primeiro representava 77% e o segundo 21% das exportações da cidade, o valor deles alcançou US\$ 65 milhões. Isso é observado, claramente na Figura 26. Entre os principais compradores, podem-se citar os EUA, França, Holanda, Argentina e México.

Figura 26: Exportações de Itatiaia, por setores (2000-2014)

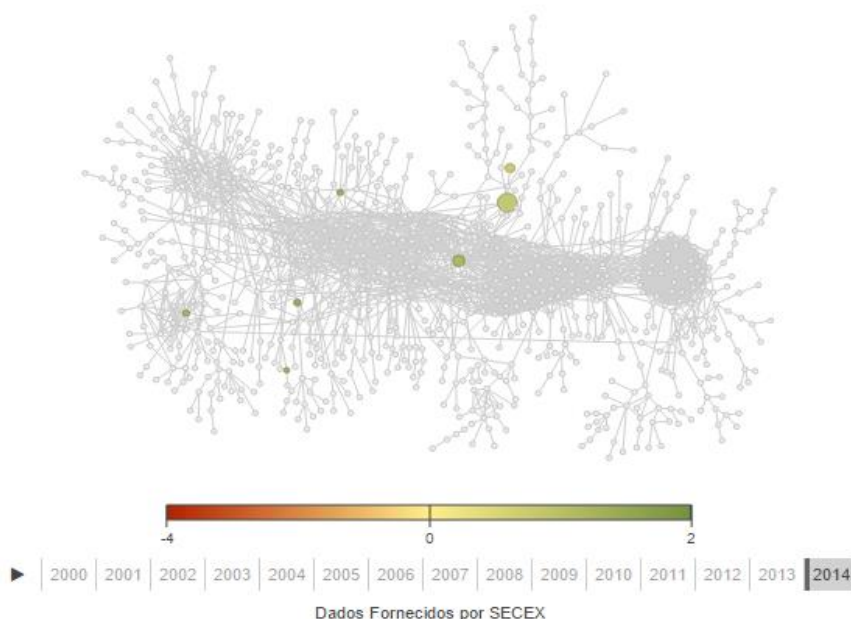


Fonte: Data Viva

As importações de ‘máquinas’ entre 2000 e 2013 tiveram maior participação na pauta de importação, por volta de 80%, nesse período. Porém, em 2014 as importações relacionadas ao setor de ‘metais’, principalmente o ‘cobre refinado’ (39%) foram maiores que as ‘máquinas’, que geralmente importam equipamentos no segmento de ‘impressoras industriais’ (12%, nesse ano). De 2000 a 2008 os principais países que exportaram para o município, foram: França, EUA, Alemanha e Japão. De 2009 a 2013 embora os países citados anteriormente continuassem a exportar para o município, a China se sobressaiu entre os principais países exportares. E em 2014 ocorreu uma mudança, abrupta em relação à origem das importações, o que refletiu o aumento das importações de ‘metais’ naquele ano, procedentes do Chile (39%) e Peru (13%). A Figura 27 apresenta a complexidade dos produtos dessas exportações no ano de 2014.

Figura 27: Complexidade do produto das exportações, Itatiaia - 2014 (Espaço de Produtos)

Baseado nos Estados Produtores
Exportações: \$68,1 Milhões USD



Fonte: Data Viva

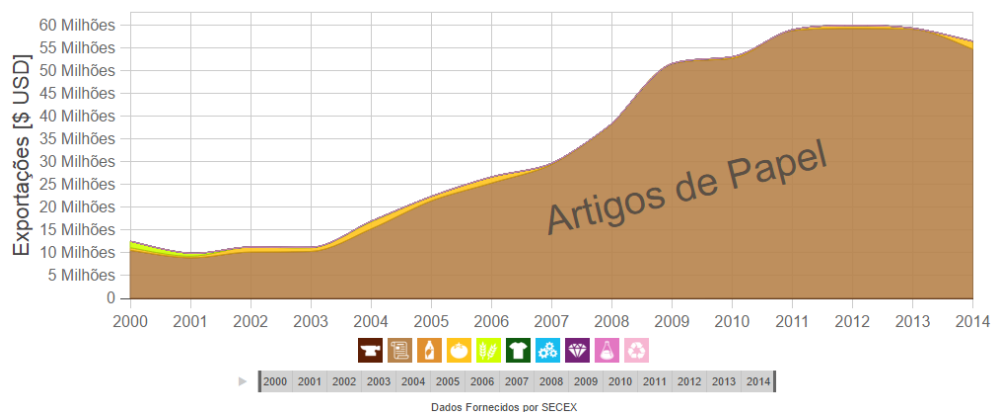
A maior parte da exportação, do município em 2014, se concentrou no setor de 'plásticos e borracha'. A exportação de 'Pneus de borracha' representou US\$ 52,3 milhões, com PCI de 0,522; enquanto outros produtos de 'ferro ou aço' representaram US\$ 10,6 milhões e um PCI de 0,975; 'maquinas para o processamento de borracha' apareceram com PCI de 1,506 e US\$ 609 mil na composição das exportações, em 2014; por último, um dos produtos mais exportados da cidade nos anos anteriores, as 'impressoras industriais' geraram apenas o valor de US\$ 269 mil na pauta exportadora, com PCI de 1,0453. Embora, em 2014 Itatiaia tenha exportado maior quantidade de produtos de baixa complexidade, este se apresentou como um ano atípico, quando observados as exportações dos anos anteriores. A expectativa é que a cidade expanda suas exportações no setor de transportes, embora atualmente esteja participando com a exportação de pneus, a instalação da multinacional Jaguar Land Rover (2016) representará a inserção entre os grandes exportadores de veículos.

Piraí

O município de Piraí apresenta uma pauta exportadora voltada ao seguimento de 'artigos de papel' que figura em torno de 90% das exportações, com ênfase na exportação de 'papel para cigarros'. Em 2014, 97% das exportações foram desse setor, registrando um valor

de US\$ 54,8 milhões, é possível observar na Figura 28. Os principais destinos foram os EUA e Argentina entre 2000-2014, em alguns anos, também figuraram a França, Chile e África do Sul, como destino para as exportações.

Figura 28: Exportações de Pirai, por setores (2000-2014)

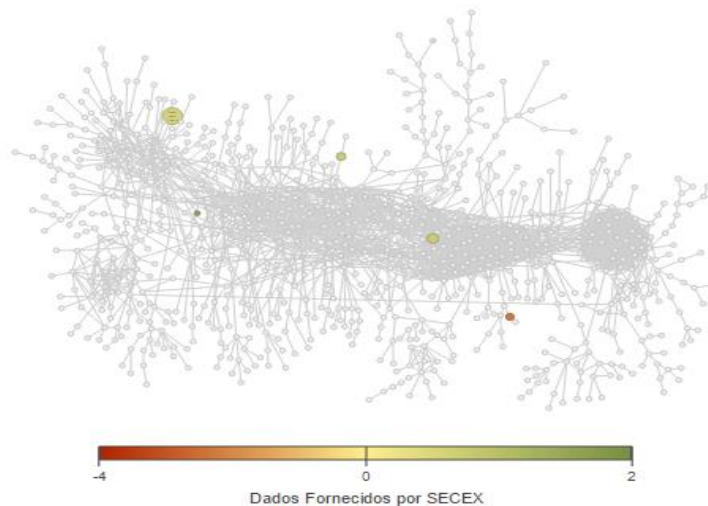


Fonte: Data Viva

As importações no período observado são principalmente feitas nos setores de: artigos de papel; máquinas; e produtos químicos. Em 2014, apareceu também o setor de peles e couros de animais com 24% de participação e produtos de origem vegetal com 17% das importações deste ano. Estes produtos são provenientes, principalmente, da Alemanha, França, EUA, China e Argentina, entre outros. A Figura 28 apresenta o quão complexo são os produtos exportados do município de Pirai, com 2014 como ano de referência.

Figura 29: Complexidade do produto das exportações, Pirai - 2014 (Espaço de Produtos)

Baseado nos Estados Produtores
Exportações: \$56,6 Milhões USD



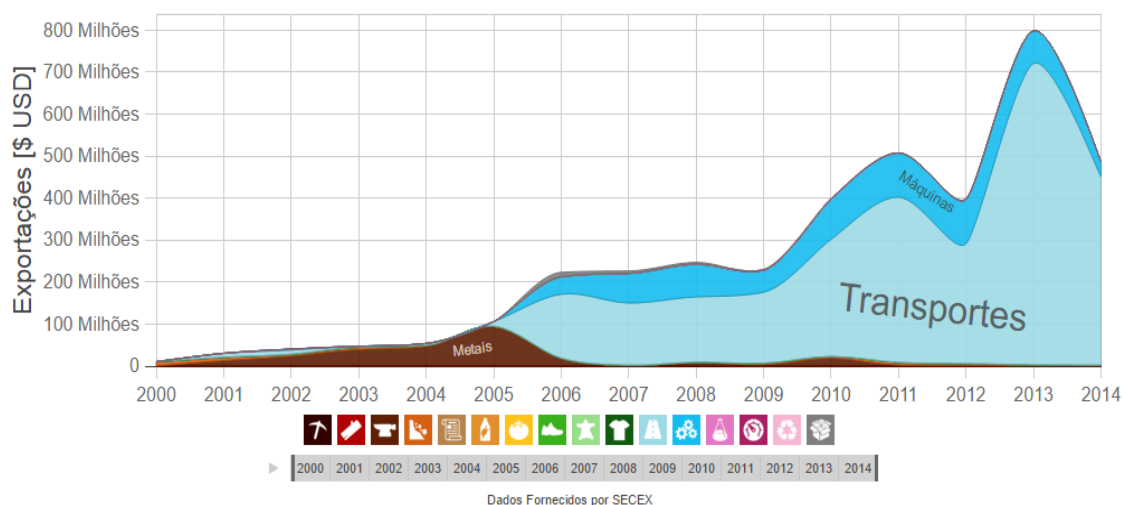
Fonte: Data Viva

Dentre 2000 e 2014 a pauta exportadora de Piraí não apresentou grandes variações. Dessa forma, a Figura 29 representa, de forma bem realista - mesmo retratando apenas o ano de 2014 - as exportações dos quinze anos observados. A exportação de ‘papel para cigarros’, que representou 77% das exportações de 2014, alcançando um valor de US\$ 43,4 milhões, obteve complexidade (PCI) de 0,234, ou seja, baixa complexidade. ‘Papel recortado’ representou US\$ 8,14 milhões e PCI de 0,346, também com baixa complexidade. O produto que apresenta maior PCI é o ‘pergaminho vegetal’, com PCI de 1,758, porém, foi exportado apenas US\$ 22,6 mil. O PCI revela certo “limite” para o crescimento econômico do município, visto que, este está firmado sobre a produção de um setor onde a maior parte é composta por produtos de baixa complexidade, que não tem boa vantagem competitiva e não gera muitas integrações com outros setores da região.

Porto Real

Porto Real, embora seja uma cidade pequena – em relação ao seu território - tem sido notavelmente importante para a composição das exportações da região do MP-RJ, e para o estado do Rio de Janeiro, principalmente no setor automotivo. No ano de 2000 aparece com maior parte das exportações no setor de ‘artigos de pedra e outros materiais’, com 90% da pauta em um valor de US\$9,84 milhões. Entre 2001 e 2005 o destaque foi para o setor de metais, responsável pela maior parte das exportações. A partir de 2006 observou-se uma mudança radical, o setor de transportes deu um salto e passou a representar 68% das exportações naquele ano, seguindo uma tendência ascendente chegou ao ano de 2014 com 92% das exportações em um valor de US\$ 448 milhões, enquanto ‘máquinas’ compõem com 7,4%, no valor de US\$ 35,9 milhões. Até o ano de 2005, a Argentina esteve entre os principais compradores da produção de Porto Real – entre 13% e 50%. Mas foi a partir de 2006, não por acaso, que sua participação cresceu abruptamente, saltando para 76% do destino da pauta exportadora do município. Em 2014, a Argentina foi responsável pela importação de 98% dos produtos que saíram de Porto Real para o mercado internacional, em dólares representou 476 milhões.

Figura 30: Exportações de Porto Real, por setores (2000-2014)

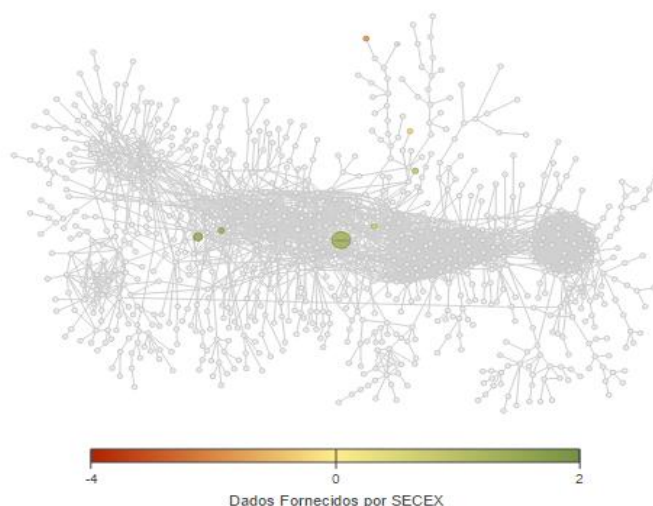


Fonte: Data Viva – UFMG e (MIT - Atlas Media Lab)

As importações do município foram nos setores de ‘transportes’ e ‘máquinas’, principalmente a partir de 2006 quando eles foram responsáveis por 75% das importações, chegando a 91% em 2012 e 84% em 2014. Os principais produtos importados foram ‘veículos’, ‘peças para veículos’ e ‘peças para motores’. A origem das importações segue as mudanças na composição dos produtos na pauta de importação. Até 2005 além da França e Argentina, apareceu Venezuela, Alemanha e EUA. A partir de 2006, a França e a Argentina começaram a participar com mais de 75% da pauta importadora de Porto Real. Não por acaso, mas lembrando da instalação da PSA Peugeot no município.

Figura 31: Complexidade do produto das exportações, Porto Real - 2014 (Espaço de Produtos)

Baseado nos Estados Produtores
Exportações: \$487 Milhões USD



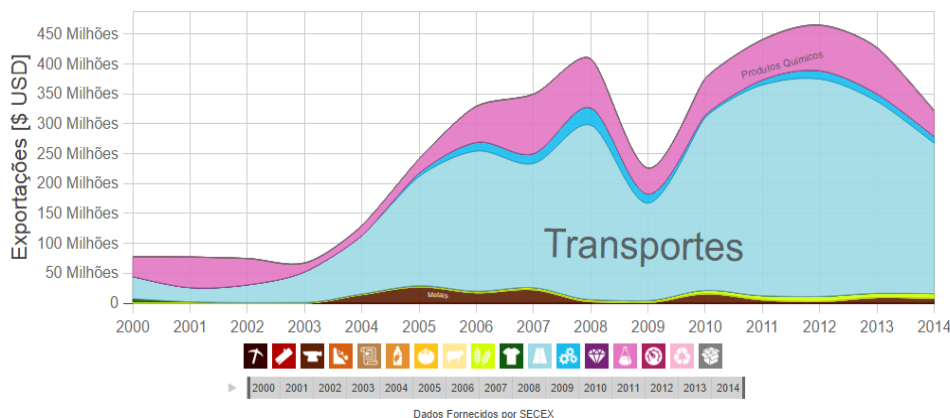
Fonte: Data Viva

Embora o setor de transporte se apresente como de alta tecnologia, cabe ressaltar que no município ocorre apenas a montagem do produto e não a parte de PI&D. A Figura 31 apresenta o grau de complexidade dos produtos exportados, no centro da figura, a esfera maior, representa as exportações de carros, que em 2014 alcançou o valor de US\$ 442 milhões, com PCI de 0,9. Enquanto a exportação de motores apresentou US\$ 34,3 milhões com um PCI maior, de 1,196. Esses dois produtos exportados representaram 98% de toda exportação do município. O município de Porto Real se encontra em uma posição complexa, onde a economia municipal é quase que em sua totalidade, ancorada em uma única montadora de automóveis. Embora, o setor gere sinergia, cadeias e redes, o município tem limites físicos para ampliação e diversificação do seu parque produtivo.

Resende

A cidade de Resende há algum tempo apresenta uma cultura no setor de ‘produtos químicos’ quando o setor de ‘transporte’ se instalou na cidade em 1995. No ano 2000, os ‘produtos químicos’ representavam 43% de sua pauta exportadora, no valor de US\$ 33,7 milhões. Porém, nesse mesmo ano o setor de transporte já começava a se despontar, como aponta os dados, com 47% e um valor de US\$ 36,5 milhões. No setor de transportes o principal produto exportado é o ‘caminhão de carga’, enquanto ‘produtos químicos’ sobressaem os ‘Ácidos Nucleicos’ e ‘Pesticidas’. Nesse mesmo ano, os principais destinos dessas exportações foram: Argentina (39%); Bélgica (15%); Chile (13%). A exportação do setor de transportes deslanchou a partir de 2003, já ocupava 76% contra 22% dos produtos químicos, na pauta exportadora. A Argentina continuou como principal destino com 42%, enquanto o Chile apareceu na segunda posição com 15%. Os transportes continuaram com participação na casa de 70% da pauta exportadora até 2014. E durante todo período observado (2000-2014) a Argentina figurou como principal destino para as exportações do município, outros destinos foram Chile, Reino Unido e México. A Figura 32 apresenta a composição das exportações, durante o período.

Figura 32: Exportações de Resende, por setores (2000-2014)

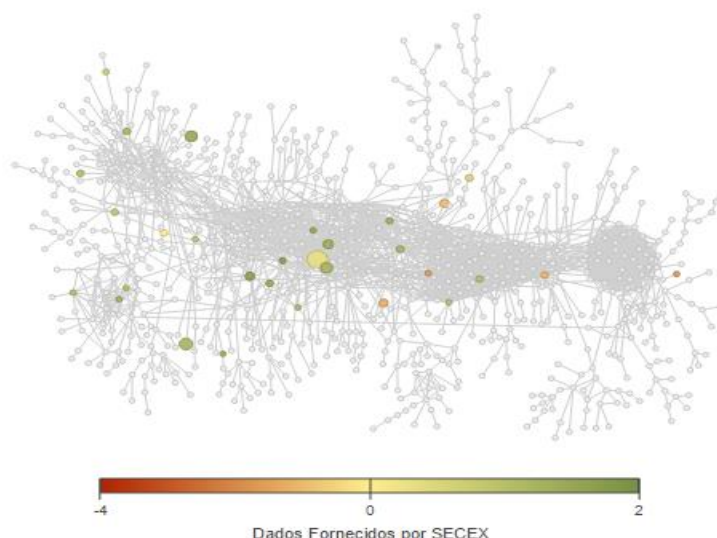


Fonte: Data Viva

As importações entre 2000 e 2014 apresentam três setores dominantes: ‘produtos químicos’, com maior participação até o ano de 2011; ‘máquinas’, que começou a crescer a partir de 2009; e o setor de ‘transporte’, que se apresenta como a tendência das exportações de Resende e em 2014 já detinha 50% das importações. Os produtos mais importados, proporcionalmente, são os ‘carros’, ‘químicos radioativos’ e ‘motores de ignição por compressão’. Entre 2001 e 2010 o Reino Unido foi a principal origem das importações do município, com participação também da Alemanha, China e EUA. Observa-se mudanças a partir de 2011, quando o México se torna o principal exportador para a cidade, em 2014 as importações vindas do México representam 46%.

Figura 33: Complexidade do produto das exportações, Resende - 2014 (Espaço de Produtos)

Baseado nos Estados Produtores
Exportações: \$323 Milhões USD



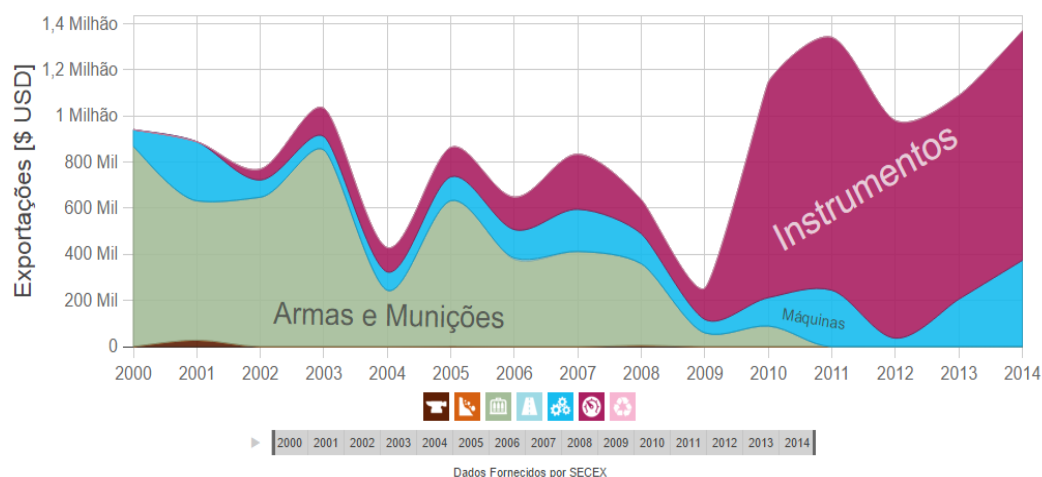
Fonte: Data Viva

A Figura 33 expõe a distribuição dos setores produtivos, seu posicionamento e encadeamento. Sobre o PCI, o ‘caminhão de carga’ foi o principal produto de exportação em 2014, com valor de US\$ 154 milhões e complexidade do produto em 0,0584. ‘Chassis para veículos’ apareceu com PCI de 0,876 e valor de US\$ 40,5 milhões nas exportações, no mesmo ano. Estes produtos apontam baixa complexidade. Isso evidencia que o setor de transporte embora detenha certo grau tecnológico, assim como em Porto Real, não foi estabelecido nenhum campo de pesquisa ou produção de produtos mais elaborados tecnologicamente. Ou seja, no setor de transporte a cidade se apresenta apenas como montadora. Já os ‘Compostos Nítrilos’ participaram com US\$ 29,7 milhões nas exportações e PCI de 1,298. Enquanto ‘motores de ignição por compressão’ exportaram US\$ 9,25 milhões com PCI de 1,679 – parte mais complexa da produção no setor de transporte, que verificou-se no município. Embora a maior parte das exportações seja realizada por produtos de menor complexidade, Resende apresenta produtos no setor ‘químico’ e de ‘máquinas’ com maior PCI. Dessa forma, o município apresenta boas oportunidades para o desenvolvimento de longo prazo, uma vez que, há setores onde o produto é mais complexo. Cabe, as instituições de fomento ao desenvolvimento se atentarem aos setores e suas especificidades que geram redes e encadeamento a outros setores.

Valença

As exportações realizadas a partir da cidade de Valença apresentam valores menores, quando comparados às outras cidades. Não chegando nem a US\$ 2 milhões durante 2000 e 2014. Como pode ser visto na Figura 34, o principal produto exportado até 2008 foram ‘peças e acessórios para armamentos’. A partir de 2009, os instrumentos médicos e microscópios ópticos obtêm maior parte das exportações. As máquinas também ganham espaço com as ‘peças de máquinas para metais’. Esses produtos foram observados nos quinze anos analisados, em sua maior parte destinados à Bélgica. Outros países de destino foram: México, EUA e Portugal.

Figura 34: Exportações de Valença, por setores (2000-2014)

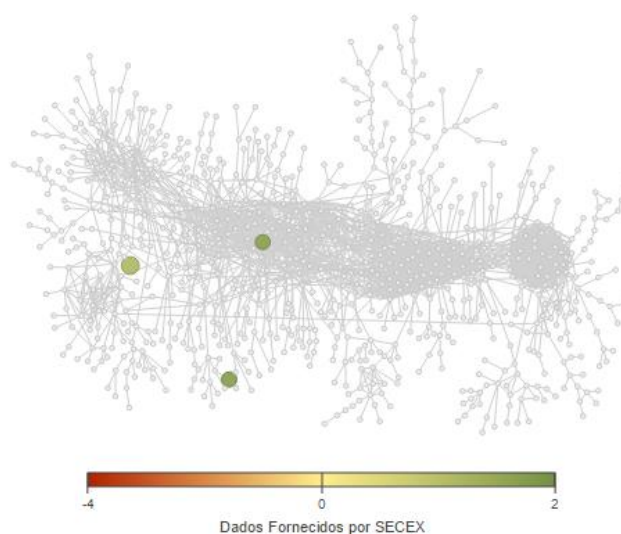


Fonte: Data Viva

As importações compreendem os seguintes setores: ‘plástico e borracha’; ‘máquinas’, ‘produtos de origem vegetal’; e ‘produtos químicos’. Em 2014, as importações alcançaram o valor de US\$ 49,7 milhões, ou seja, bem acima das exportações. Esses produtos foram oriundos dos seguintes países: França, principalmente entre 2001 e 2009; Argentina se apresentou como principal, a partir de 2011, chegando a 64% na composição da origem das importações; e algumas importações da China e EUA também foram registradas.

Figura 35: Complexidade do produto das exportações, Valença - 2014 (Espaço de Produtos)

Baseado nos Estados Produtores
Exportações: \$1,37 Milhão USD

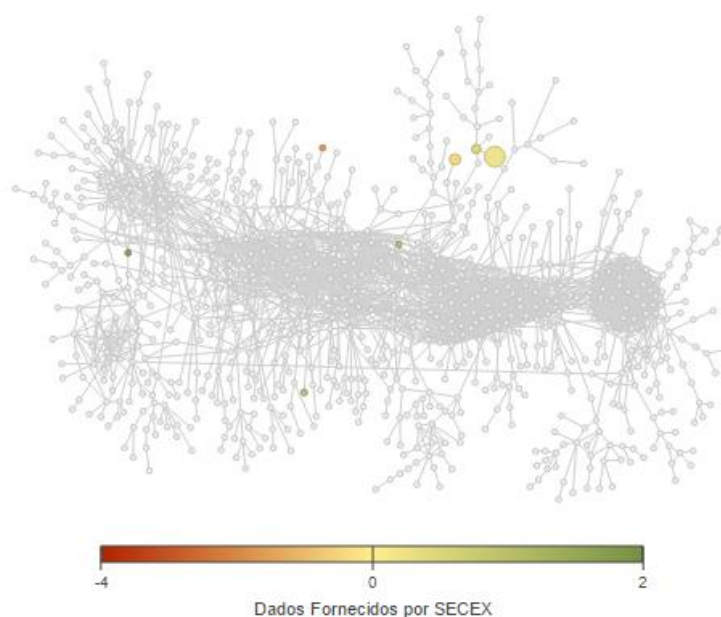


Fonte: Data Viva

origem das importações de Volta Redonda pode-se citar EUA, Austrália, e Colômbia entre os principais dos últimos anos.

Figura 37: Complexidade do produto das exportações, Volta Redonda - 2014 (Espaço de Produtos)

Baseado nos Estados Produtores
Exportações: \$83,7 Milhões USD



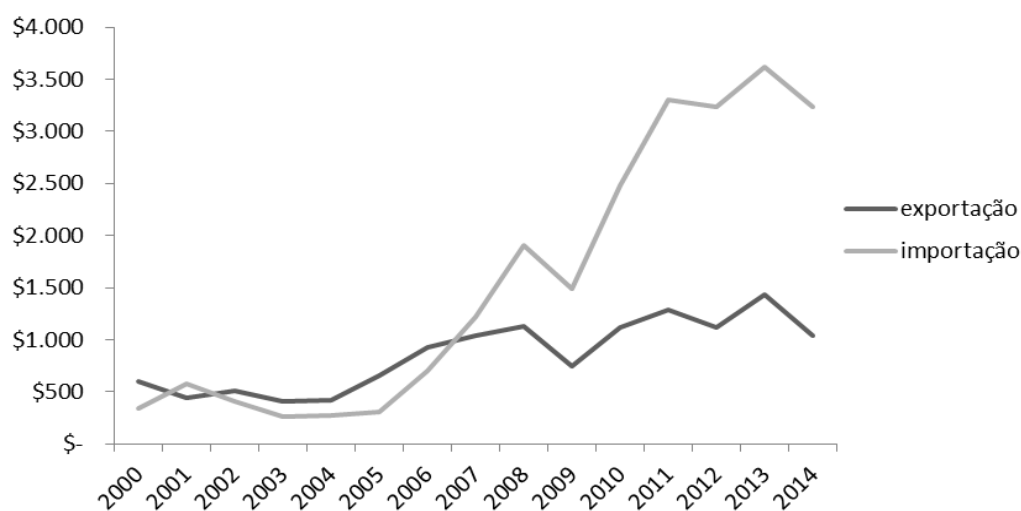
Fonte: Data Viva

Sobre a complexidade dos produtos exportados pelo município, verifica-se um PCI baixo quando observada a Figura 37. Produtos laminados de ferro revestido foram os principais representaram 84% das exportações, com valor de US\$ 70,3 milhões, e PCI de 0,044. Outro produto é o alcatrão de hulha teve desempenho de 11% do total das exportações em 2014, com valor de US\$ 8,92 milhões, tem PCI de -0,0586. Dessa forma, a cidade apresenta limitações, quando observado a complexidade do produto exportado. Além da diminuição, paulatina das exportações e crescimento das importações, a Figura 37 evidencia a falta de dinâmica setorial e criação de redes que o setor de metais proporciona. Por isso, há certo questionamento sobre o crescimento econômico e desenvolvimento de longo prazo, vez que, a base industrial não proporciona grande integração com outros setores e não está ligada a tecnologia de ponta. Além disso, o município fica, não apenas a mercê de um setor, mas também de uma indústria.

4.2.2. Observações sobre a Região do Médio Paraíba-RJ

O tópico anterior observou as especificidades de cada município, por setores e complexidade do produto e sua pauta exportadora. No entanto, a ausência de alguns municípios da região ocorreu devido à ausência de produção voltada ao mercado internacional, como verifica-se com os municípios de: Pinheiral, Rio Claro e Quatis. Rio das Flores embora não seja um município exportador, em 2011 importou um valor de US\$ 4,51 milhões de produtos laminados de ferro revestidos, que representou 99,2 % das importações daquele ano. Em 2012 e 2013 importou o mesmo tipo de produto que apresentou 95% e 98% respectivamente, das importações em um valor de US\$ 1,02 milhão. Nos outros anos não apresentou exportações ou importações significativas. Entretanto, observando a pauta exportadora e a balança comercial de cada município é possível compor e entender o comportamento da BC do MP-RJ.

Gráfico 11: Balança Comercial do MP-RJ entre 2000 e 2014 (em milhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados Data Viva.

A BC da região apresenta a soma da BC de todos os municípios pertencentes ao MP-RJ³⁴ e apresenta significativas perdas a partir de 2008. Dois pontos podem ser observados individualmente para melhorar a compreensão da BC. O primeiro se refere à crise internacional, que impactou diretamente as exportações dos setores siderúrgico e automotivo, ou seja, os setores que mais produzem, em termos de valores, na região. O segundo ponto se

³⁴ Anexo I.

faz entorno do aumento das importações por consequência dos investimentos que já estão em curso e os que serão iniciados, como foi observado nas Tabelas 19 e 20.

Entre os municípios, observou-se que a BC de **Barra do Pirai** apresentou perdas significativas, principalmente em 2013. No entanto, há tendência de declínio, tanto nas exportações, como nas importações. **Barra Mansa**, por sua vez, apresentou uma tendência negativa, mais aguda, a partir de 2008, somando perdas nos anos seguintes. Em 2014 as importações somaram US\$ 524 milhões, enquanto as exportações caíram para US\$ 16,5 milhões, revelando um déficit de US\$ 507,5 milhões em sua “conta corrente municipal”. Em **Itatiaia** nota-se significativo aumento das importações a partir de 2011 e queda nas exportações desde 2009. Produtos no setor de máquinas continuaram com aumento nas importações, e em 2014 se somou ao grande volume de produtos no setor de metais, revelando um valor de US\$ 308 milhões nas importações. Ressalta-se que a cidade está em processo de implantação de uma grande multinacional, do setor automotivo, por isso, o aumento das importações se faz necessário. Já a BC de **Pirai** foi à única da região que apresentou crescimento das exportações superior às importações, dessa forma, manteve-se um saldo positivo.

Sobre os principais municípios da região do MP-RJ, **Porto Real** é o que exibe os maiores valores na BC, tanto nas exportações, quanto nas importações. Em 2014, as exportações chegaram ao valor de US\$ 487 milhões, sendo 99% desse valor exportações no setor de transporte, enquanto as importações foram de US\$ 515 milhões. Entre 2007 e 2012 essa diferença na BC se apresentou mais protuberante. Também representa o principal município na produção e comercialização internacional do setor automotivo. As oscilações da BC da cidade retrata o termômetro na produção e exportação do setor automotivo na região. Assim como a maioria dos municípios da região, com exceção de Pirai nota-se perdas na BC de **Resende**, com crescimento das importações e queda nas exportações e em **Volta Redonda**, onde a a balança comercial sempre se apresentou como fator importante para a economia da região, os dados disponíveis apresentam um saldo positivo até 2008, a partir de então as importações se tornaram mais proeminentes, tendo seu pico em setembro de 2011, com as importações chegando ao valor de US\$ 158 milhões, enquanto as exportações nesse mesmo mês foram de US\$6,07 milhões.

Nota-se que em algumas cidades as importações³⁵ se sobressaem devido ao aumento nos investimentos empresarias. Como em Itatiaia, Resende e Barra do Pirai que têm recebido

³⁵ No Anexo 2 é possível observar as importações de cada município entre 2000 e 2014.

novos empreendimentos. Em Volta Redonda, notou-se maior discrepância na BC, em relação aos valores, as importações se sobressaíram muito acima das exportações. Embora o setor automotivo tenha sido o grande chamariz das atenções para o crescimento econômico da região, o setor base – siderurgia/metalurgia - não deixou de ser importante e continua obtendo importantes investimentos.

Em suma, este capítulo buscou analisar dados socioeconômicos e dados sobre as exportações, em especial a complexidade do produto exportado de cada município. Entre os dados sociais foi apresentada a região do MP-RJ como a mais desenvolvida do estado do RJ, com destaque para Resende e Volta Redonda. No quesito economia, há um progressivo crescimento do PIB e a indústria de transformação tem ganhado cada vez mais importância e notoriedade. Sobre a complexidade do produto, o destaque foi o município de Resende, mais diversificada em sua pauta exportadora, aparece com os setores de química e máquinas com alto PCI, embora a maior parte de sua pauta exportadora seja de produtos com menos complexidade. Cidades como Porto Real, Itatiaia e Barra do Piraí apresentam potencialidades para alcançarem novos patamares em suas produções e exportações, visto os investimentos que tem sido realizado nesses municípios. Em contrapartida, Barra Mansa e Volta Redonda perpetuam a tradição de produtos de menor complexidade, ligados a siderurgia e metalurgia. Dessa forma, o presente capítulo buscou compreender, não apenas, a dinâmica regional, mas também as peculiaridades municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante décadas a economia da região vivenciou e se estabeleceu no entorno da CSN, a siderurgia/metalurgia era, e ainda é, um dos setores mais importantes da economia da região. Na década de 1990, paradigmas produtivos na região foram quebrados. A privatização da CSN acompanhou a tendência da economia nacional, a desestatização e abertura comercial proporcionaram modernização e crescimento da usina, ao mesmo tempo em que diminuiu seu quadro de empregados drasticamente, e em um primeiro momento impactou negativamente o município. Nesse mesmo período, a entrada da Volkswagen, na cidade de Resende indicou um novo momento econômico para o Médio Paraíba-RJ, novas oportunidades e possibilidades. No início dos anos 2000 a chegada da Peugeot em Porto Real selou, definitivamente, a entrada do estado do Rio de Janeiro³⁶ como produtor automotivo. Não por sorte, mas também aproveitando as oportunidades nacionais e internacionais que foram ocorrendo, somadas a muitos incentivos fiscais. Dessa forma, a dependência industrial da região sempre foi marcante e ligada ao que ocorrera no contexto nacional.

A formação econômica do Médio Paraíba-RJ foi caracterizada por diferenças entre as cidades. Até a década de 1940 apresentava características rurais, sua importância econômica para o estado era mínima, embora tivesse tido seu auge nas plantações de cana-de-açúcar e café e produção de leite. Naquele período Barra Mansa e Resende se apresentavam como os principais municípios da região. O MP-RJ retrata adequadamente o que ocorreu no contexto nacional, e assim como na economia brasileira a região vivenciou o esgotamento e ancoragem da economia no setor agroexportador. Teria de haver alguma mudança, pois a estrutura industrial do país dependia em grande parte do exterior e no momento de queda dos preços das commodities a fragilidade da estrutura econômica era exposta. A implantação de uma grande siderúrgica direcionou o país a novos rumos na indústria nacional, menor dependência externa, um novo modelo de trabalhador urbano, um país mais moderno. Nesse sentido, a região foi escolhida para abrigar a cidade que seria o modelo nacional, o futuro, na visão Varguista. Volta Redonda, ainda não era uma cidade, mas um distrito, uma fazenda de Barra Mansa. Nesse sentido, a formação econômica da região, no que tange ao setor industrial, se efetivou com a implantação da maior siderúrgica da América Latina, em 1941. Naquele período, figurava o movimento teórico cepalino, que afirmava que para ser um país moderno, integrado ao mercado internacional de forma competitiva e com uma classe operária

³⁶ Para um amplo esforço analítico sobre a economia Fluminense ver OSÓRIO et al 2015.

consolidada, deveria efetivar um profundo processo de industrialização. Dessa forma, a região experimentou o investimento massivo no setor industrial, como um projeto nacional. Foi um grande passo para que a região se inserisse no cenário nacional, internacional e representasse, como um termômetro, a posição industrial que o país se inseria.

No tocante ao desenvolvimento regional, o aporte teórico que a região insere-se esclarece algumas questões. As teorias clássicas sobre o desenvolvimento regional sempre estiveram ligadas a indústria, com exceção de “*Os anéis de Von Thünen*”, também destacaram a importância da localização e transportes. Não por acaso, a CSN foi implantada no Médio Paraíba-RJ, sendo localizada no caminho para São Paulo e também próxima ao mercado produtivo de Minas Gerais, com saídas para portos, aeroportos e uma linha férrea capaz de transportar a matéria-prima e os produtos finalizados.

A ruptura da lógica produtiva na região e no Brasil se efetivou na década de 1990. O neoliberalismo, a revolução produtiva e o aperfeiçoamento da tecnologia da informação derrubaram de vez os princípios fordistas de produção e uma nova onda de investimentos foi observada no Brasil. Naquele momento, novamente a o MP-RJ se apresentou como termômetro das mudanças estruturais produtivas que eram inseridas no país. O setor automotivo foi alocado na região com uma produção enxuta e reestruturada, em meio à guerra fiscal, Resende sai à frente, e posteriormente Porto Real. Chegando a década de 2010 com mais dois projetos de plantas do setor automotivo para a região, em Resende e Itatiaia. Os dados que apresentam PIB, PIB per capita, produção, renda etc. demonstram o grau de importância da indústria na região, cada vez mais, especializada entre o setor automotivo e siderúrgico, este último que embora detenha grande importância para região passou seu protagonismo para o setor automotivo, que incorpora mais tecnologia e se apresenta como mais “moderno”. Este permitiu que a região entrasse na cadeia global de valor do setor automotivo, setor dinâmico da atividade industrial e importante para a economia da região e do país. Nesse sentido, o localismo e a endogeneização apareceram nas formulações políticas de atração de investimentos para os municípios, que se baseiam em concessões fiscais e espaciais, sem compreender a macroeconomia como escalar necessária entre o local e global.

Os dados da FIRJAN apresentam a região como industrializada, com uma forte indústria de transformação em estado de crescimento e abertura de novas possibilidades. Enquanto os dados socioeconômicos apresentaram uma tendência positiva e melhoria nos índices da saúde, educação, renda e salário na região. No índice FIRJAN de desenvolvimento municipal, as cidades de Resende e Volta Redonda aparecem em boas posições. No todo, região é a mais desenvolvida do estado, com boa qualidade, principalmente, na saúde pública.

Cabe ressaltar a importância do emprego industrial para região que é superior a 20% do total de empregos formais, bem acima da média nacional e estadual, menor que 15% do emprego total.

Outros dados que foram analisados nesse trabalho, apresentaram às exportações entre os anos e 2000 e 2014, e a complexidade do produto exportado. Esse ponto buscou demonstrar em qual direção à indústria e a produção da região tem seguido no que tange as oportunidades de desenvolvimento. Utilizando dados disponíveis, acessados através do site Data Viva foi possível compreender a produção, de cada município, voltada ao mercado internacional. De acordo com Hausmann e Hidalgo (2009) para entender o caminho do crescimento e desenvolvimento de um país ou região é importante analisar a complexidade de seu produto comercializado no mercado internacional. Para os autores, a explicação mais viável seria a ligação entre a complexidade e o crescimento econômico, em países que estão com rendimento abaixo da sua capacidade produtiva ainda podem se desenvolver de acordo com essa capacidade existente. Teoricamente, esses países podem crescer mais rapidamente, em relação aos países que só poderiam crescer através da acumulação de novas tecnologias, novos produtos. Nesse sentido, os autores enfatizam a importância das estratégias de desenvolvimento que deveriam focar na promoção de produtos (ou recursos), para o desenvolvimento de novos produtos que incentivariam uma maior co-evolução entre novos produtos e capacidades.

Nesse sentido, o segundo tópico do capítulo quatro esboçou cada município e complexidade de seus produtos exportados. A cidade em destaque nessa análise, com dinamismo e tendência a crescimento econômico, foi Resende. Esta cidade apresenta maior diversidade de produtos, setores diferentes, embora o setor automotivo seja o maior. A complexidade do produto aponta para as vantagens comparativas que o município detém. Entretanto, ao observar cada cidade constata-se na maioria potencial de desenvolvimentos de novos produtos para pauta exportadora, até mesmo devido aos investimentos contínuos que a região tem recebido, demonstrando uma tendência favorável à continuidade do desenvolvimento econômico e industrial. A ressalva fica ao município de Volta Redonda, que embora seja uma cidade madura e desenvolvida industrialmente, seu produto principal é de baixa complexidade, este fato expõe a vulnerabilidade da indústria do município e sua pouca capacidade de diversificação e criação de redes.

A estrutura produtiva da região partiu da implantação de uma indústria de base (CSN), em 1940 que naquele momento era estabelecida pelo modelo desenvolvimentista. Por várias décadas, Volta Redonda foi a cidade central, mais desenvolvida e que detinha uma

grande empresa. Com a chegada das montadoras em Resende e Porto Real, na década de 1990 a região inseriu-se na cadeia global de valor do setor automotivo, na parte de produção (montagem). A década de 2000 se mostrou favorável para ambos os setores, siderúrgico e automotivo. Em 2010 a CSN aparece como a 10ª maior empresa do Brasil, a siderurgia continuou a se destacar na região, ainda mais com as vultosas exportações para China. A crise internacional de 2008 freou o ritmo de crescimento internacional em quase todos os países que participam do mercado internacional. Embora tenha afetado todo o setor industrial foi mais recentemente que notou-se a verdadeira gravidade, no que tange aos dois principais setores da região. A siderurgia tem enfrentado um mercado internacional com muita oferta, principalmente por parte da China, que deixou de importador e passou a ser exportador dos produtos siderúrgicos, o mercado nacional chegou a operar com 70% de capacidade ociosa de acordo com o Instituto Aço Brasil. O setor automotivo não ficou de fora da crise, em 2015 caiu mais de 25%, enquanto produtos ligados à siderurgia caíram quase 10%, de acordo com a IEDI. Porém, o setor automotivo tem apresentado otimismo, diante de novos investimentos e novas possibilidades no mercado internacional. Entretanto, não se trata do setor que perdeu mais, e sim do setor que tem maior chance de reerguer, tomar a liderança na região e conduzir a região ao desenvolvimento socioeconômico sólido, estável e de longo prazo.

Em suma, este trabalho procurou analisar dentro da economia brasileira, regional, dados socioeconômicos, e dados sobre as exportações que averiguassem a mudança produtiva da região, não apenas de liderança setorial, mas também na lógica produtiva se essa mudança tem conduzido ao desenvolvimento regional. Diante da hipótese de que essa modificação estrutural incentivou o desenvolvimento econômico regional. Observou-se alguns índices que apontam para uma melhoria na qualidade de vida da sociedade. Alguns benefícios trazidos com essa nova dinâmica industrial podem ser visto no: aumento dos postos de trabalho; surgimento de empresas prestadoras de serviço; oferta de cursos profissionalizantes; melhorias na saúde, educação e nível emprego e renda. Outro ponto foi à possibilidade de desenvolvimento da região no longo prazo, verificado na complexidade do produto, que assim como os dados socioeconômicos, apontou que atualmente, Resende se apresenta como cidade líder na região, não apenas pela sua produção, mas também por suas potencialidades. Ou seja, essa alteração na estrutura produtiva da região também modificou o centro da região. Por fim, para análises futuras, cabe observar se a especialização da região em um setor chave, mesmo que dinâmico como o setor automotivo, se a economia regional, cada vez mais, fica a mercê de um setor forte, causando dependência. Desta forma, o desenvolvimento no longo prazo, deve ser observado e perseguido vislumbrando o incremento tecnológico, diversificação da

produção em setores que gerem redes produtivas entre outros municípios, para que, esse crescimento não esteja condicionado às crises setoriais, ou vulneráveis à baixas ou mudanças na demanda.

ANEXO 1

Balança comercial dos municípios da região do Médio Paraíba-RJ

Gráfico A: Balança Comercial de Barra do Piraí entre 2000 e 2014 (em milhões)

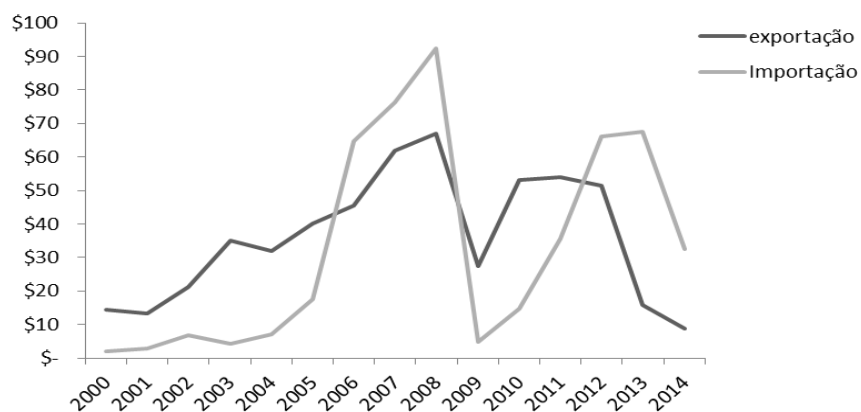


Gráfico B: Balança Comercial de Barra Mansa entre 2000 e 2014 (em milhões)

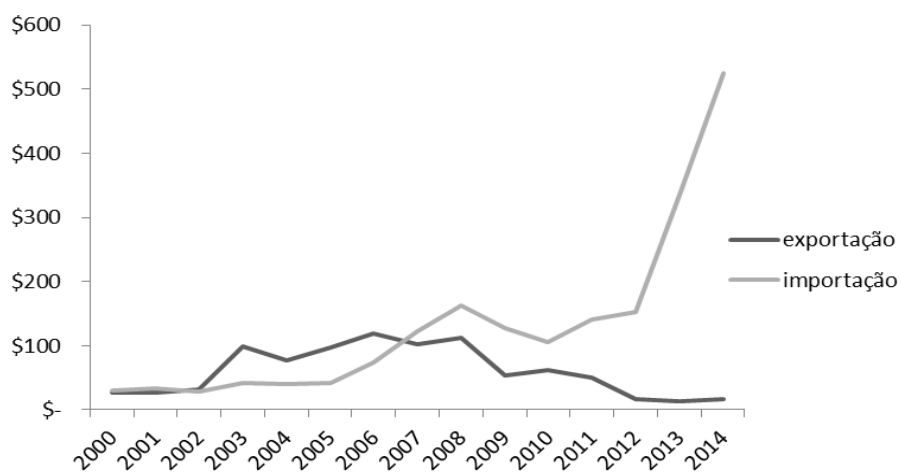


Gráfico C: Balança Comercial de Itatiaia entre 2000 e 2014 (em milhões)

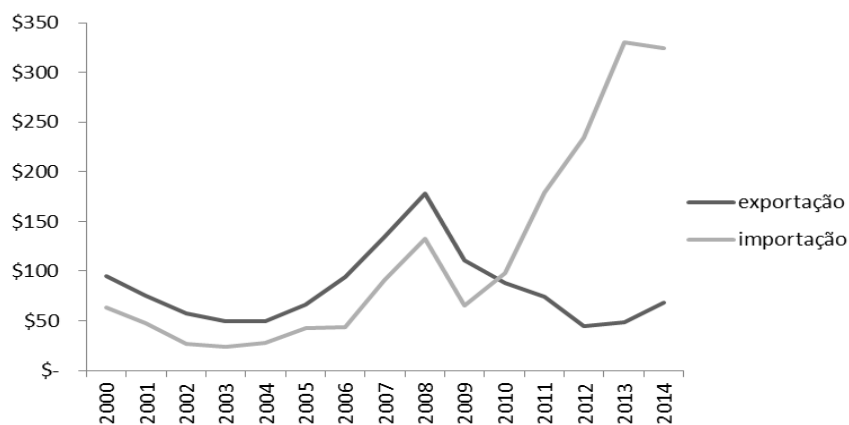


Gráfico D: Balança Comercial de Pirai entre 2000 e 2014 (em milhões)

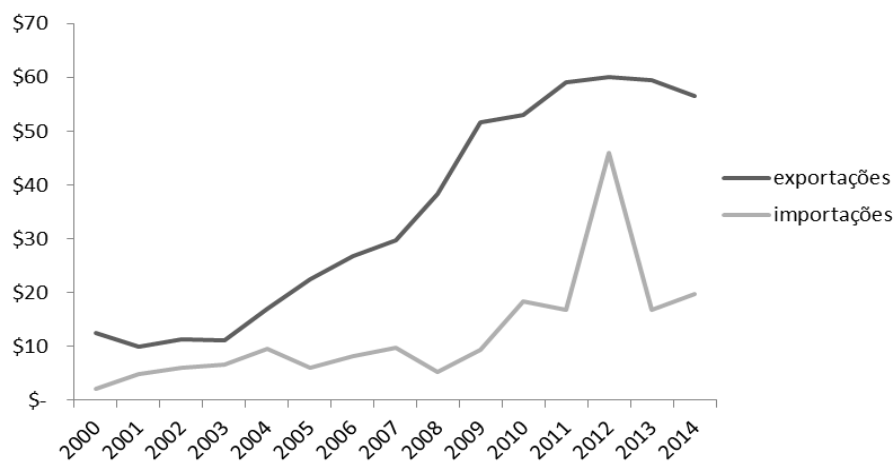


Gráfico E: Balança Comercial de Porto Real entre 2000 e 2014 (em milhões)

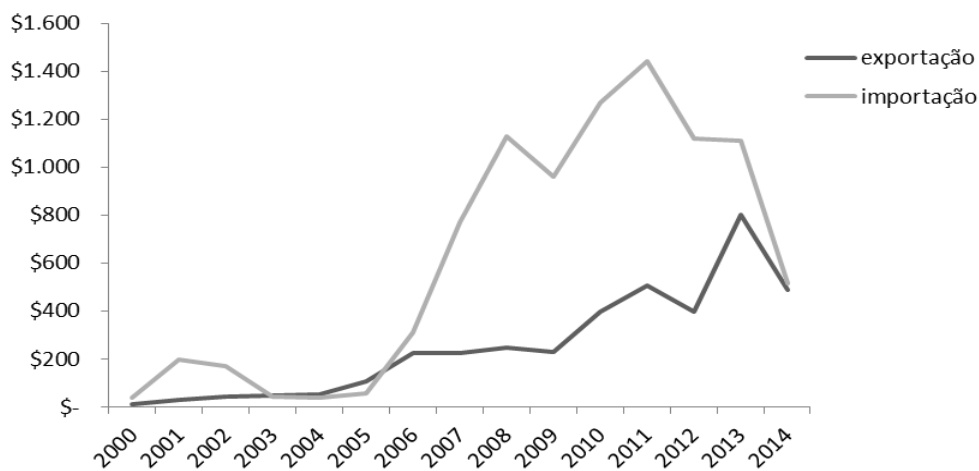


Gráfico F: Balança Comercial de Resende entre 2000 e 2014 (em milhões)

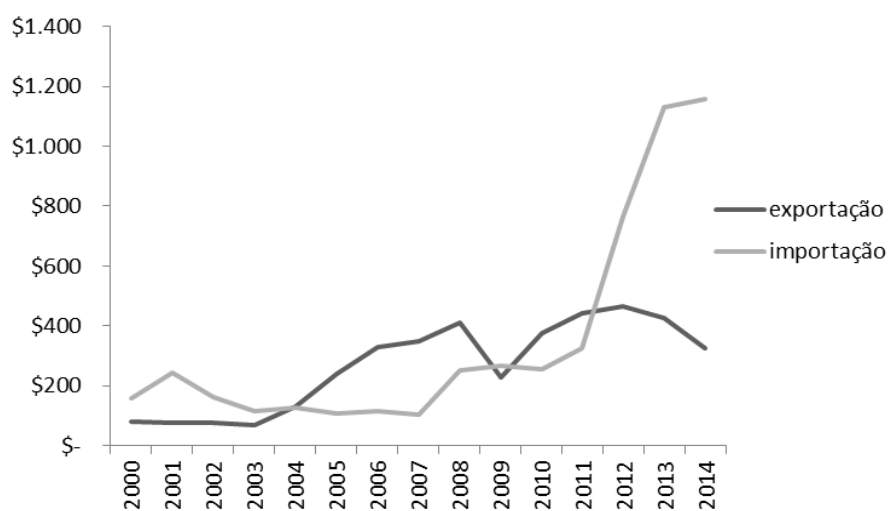


Gráfico H: Balança Comercial de Valença entre 2000 e 2014 (em milhões)

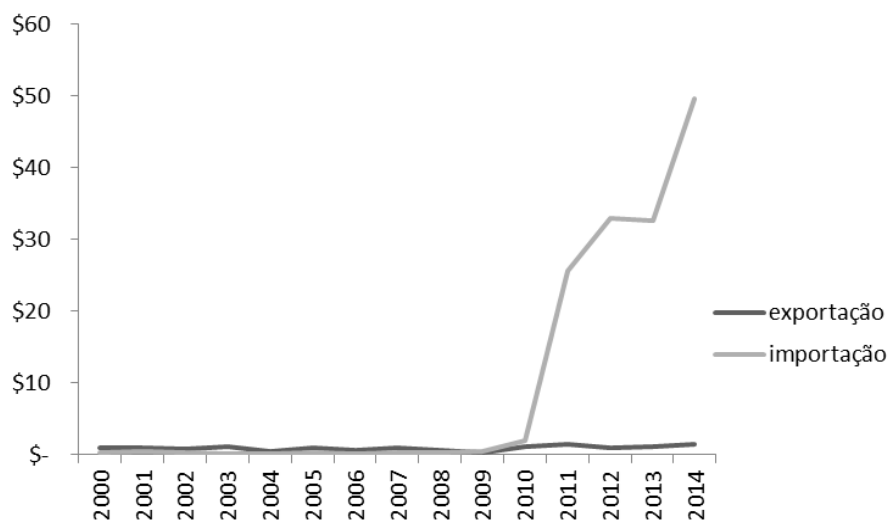
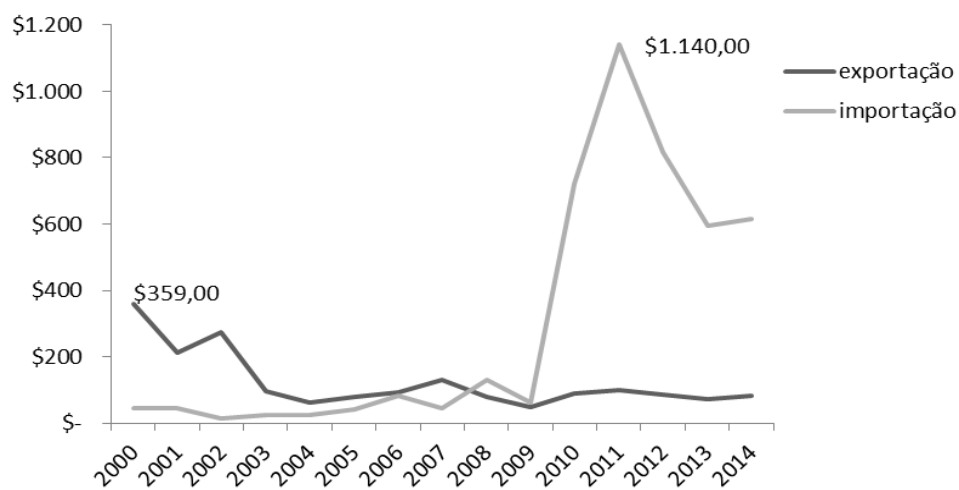


Gráfico I: Balança Comercial de Volta Redonda entre 2000 e 2014 (em milhões)



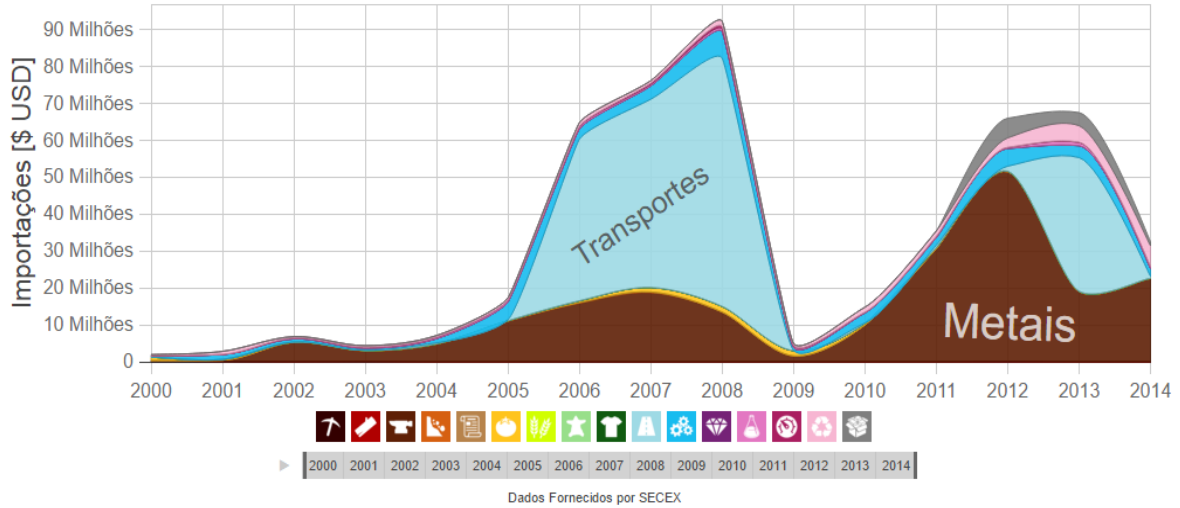
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados Data Viva – UFMG (MIT - Atlas Media Lab)

ANEXO 2

Importações dos municípios do Médio Paraíba-RJ entre 2000-2014

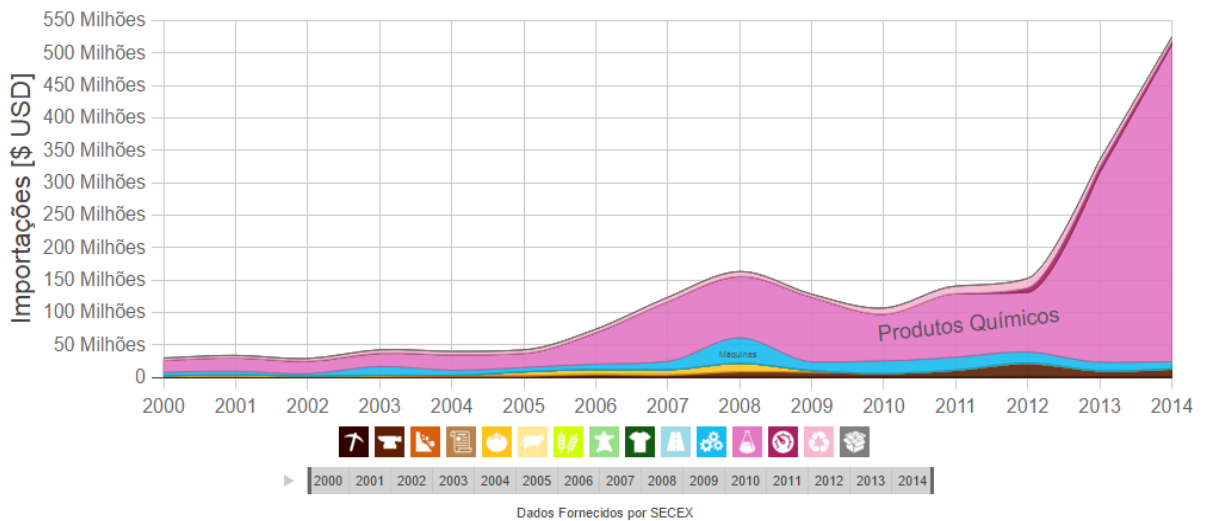
Importações de Barra do Piraí (Jan 2000-Dez 2014)

Baseado nos Estados Produtores



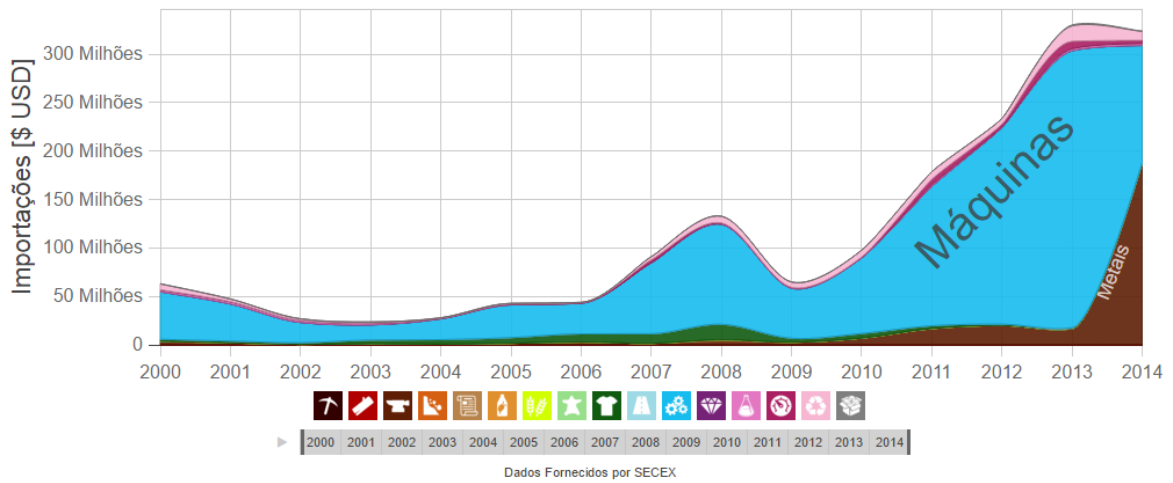
Importações de Barra Mansa (Jan 2000-Dez 2014)

Baseado nos Estados Produtores



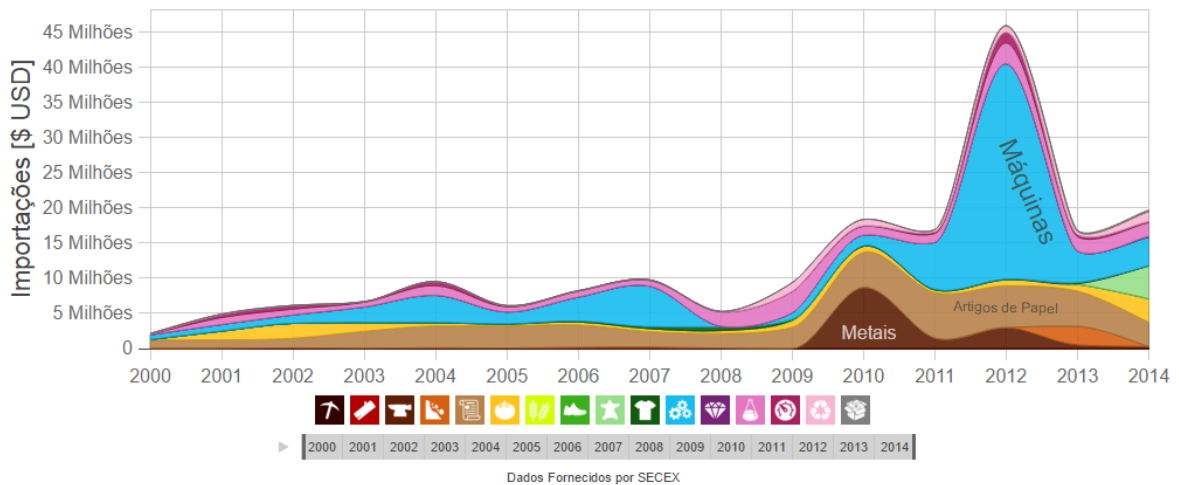
Importações de Itatiaia (Jan 2000-Dez 2014)

Baseado nos Estados Produtores



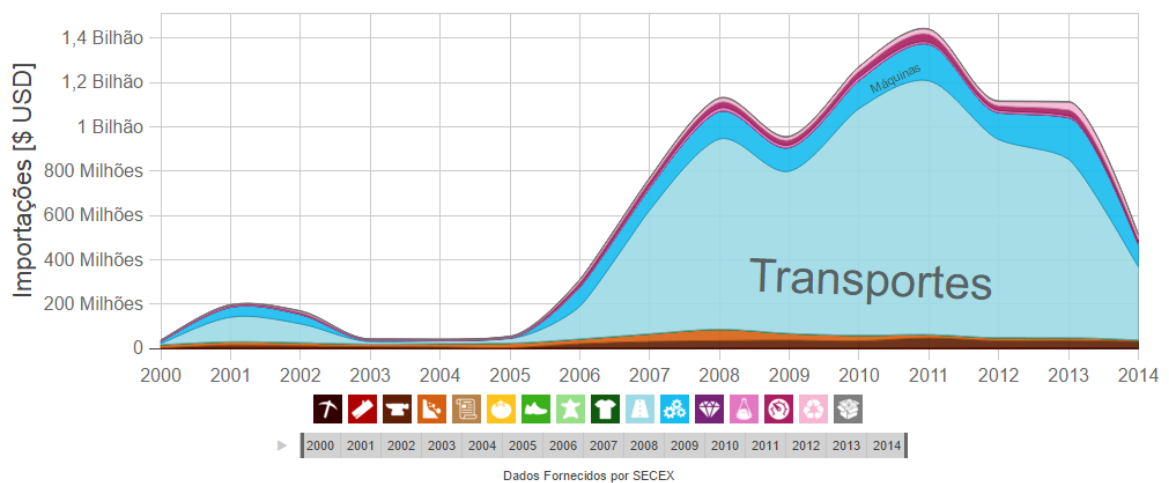
Importações de Pirai (Jan 2000-Dez 2014)

Baseado nos Estados Produtores



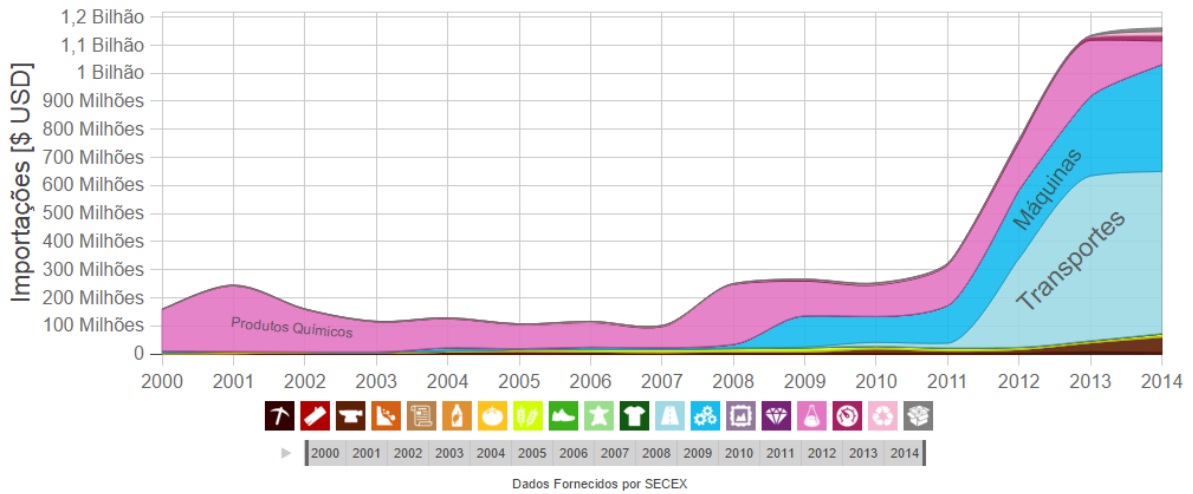
Importações de Porto Real (Jan 2000-Dez 2014)

Baseado nos Estados Produtores



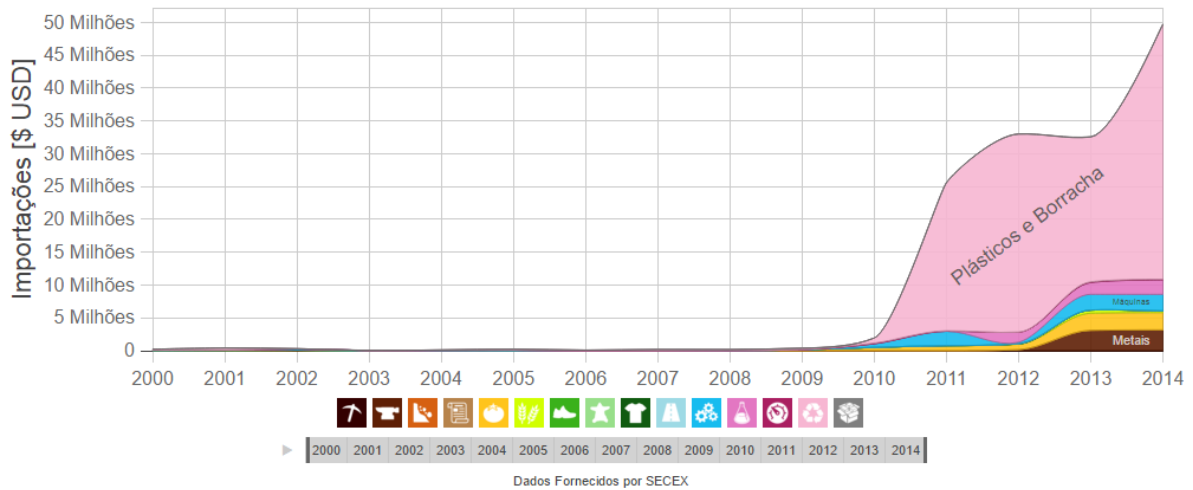
Importações de Resende (Jan 2000-Dez 2014)

Baseado nos Estados Produtores



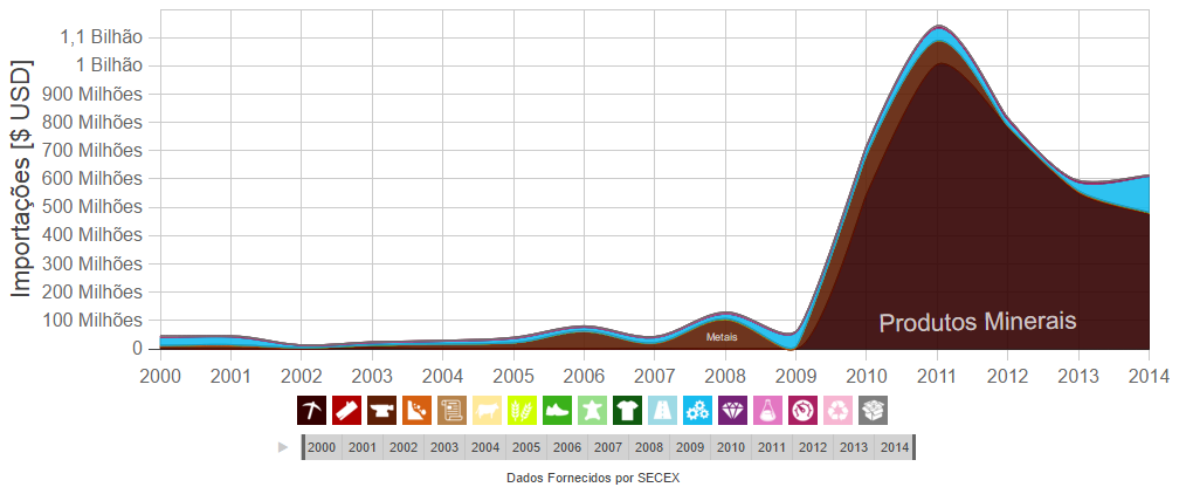
Importações de Valença (Jan 2000-Dez 2014)

Baseado nos Estados Produtores



Importações de Volta Redonda (Jan 2000-Dez 2014)

Baseado nos Estados Produtores



Fonte: Data Viva.

REFERÊNCIAS

A CURVA do Rio. Filme 1. Produção de Pablo Marins Bedê. Volta Redonda: Arigó Filmes, 2013. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=vJ8SPZPgHiM> >. Acesso em: 28 abr. 2015.

A GREVE de 1984. Filme 2. Produção de Pablo Marins Bedê. Volta Redonda: Arigó Filmes, 2013. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=UV2TcD5uWqE> >. Acesso em: 28 abr. 2015.

A GREVE de 1988. Filme 3. Produção de Pablo Marins Bedê. Volta Redonda: Arigó Filmes, 2013. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=FN2zOxM3bD4> >. Acesso em: 28 abr. 2015

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889/1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AFFONSO, Rui de Britto Alvares. Descentralização, desenvolvimento local e crise da Federação no Brasil. 2000.

ALVAREZ, Roberto dos Reis. **O Setor Automotivo no Rio de Janeiro: uma análise na inserção dos fabricantes locais de autopeças na cadeia automotiva**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

ALVES, Maria Abadia da Silva. **Guerra Fiscal e Finanças Federativas no Brasil: O Caso do Setor Automotivo**. 2001. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Unicamp. Campinas, 2001.

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA. Fortaleza, v. 23, n. 1, p.261-286, jun. 2001.

AMARAL, Carlos. Reestruturação sócio-produtiva e ações de promoção do desenvolvimento local na microrregião do Vale do Paraíba (RJ). **Rio de Janeiro: Núcleo de assessoria, planejamento e pesquisa (NAPP)**, 2001.

ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva. **O Setor siderúrgico**. Disponível em: <<http://wwwo.metalica.com.br/o-setor-siderurgico>>. Acesso em: 12 maio 2015.

BACHA, Edmar L.; O Plano Real: uma avaliação. **In** MERCADANTE, ALOIZIO; O Brasil pós Real: a política econômica em debate. Campinas/SP. UNICAMP. IE, 1998.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BALTAR, P. E; DEDECCA, C.S; HENRIQUE,W. Mercado de Trabalho e exclusão social. **In**: OLIVEIRA,C. A . B. de; MATTOSO, J.E.L. Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado? 2^a ed. São Paulo: Scritta, 1996.

BARRA MANSÁ. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.agencia1.com.br/pmbm/site/page/historia.asp>> Acesso em 27/04/2015

BEDÊ, Waldyr. **Volta Redonda na Era Vargas 1941-1964**. Nova Gráfica e Editora, Volta Redonda-RJ, 144 p. 2004.

BENTES, Júlio Cláudio da Gama. Análise Ambiental-Urbana da Conurbação Volta Redonda-Barra Mansa, no Sul Fluminense. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais IV Encontro Nacional da ANPPAS**. Brasília: Insular, 2008. p. 1 - 20.

BLYDE, Juan. **Fábricas sincronizadas: A América Latina e o Caribe na era das Cadeias Globais de Valor**. Estudo Especial sobre Integração e Comércio. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2014.

BONELLI, R. & WERNECK, D. Desempenho industrial: auge e desaceleração nos anos 70. In: SUZIGAN. W. Indústria: política, instituições e desenvolvimento. Rio de Janeiro, **Ipea/Inpes**. 1978.

BONELLI, Regis. Da Indústria Nascente à Indústria Sobrevivente. Texto preparado para o para o **CINDES**, 2006.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas SP: Unicamp, 2012.

_____ Sobre desenvolvimento, planejamento e desafios para a pactuação multiescalar no federalismo brasileiro. **In:** Governos estaduais no federalismo brasileiro. Capacidades e limitações governativas em debate. NETO, A. M. (org.) Brasília: Ipea. Cap. 6, p. 213-232 2014.

BRASIL. **Lei no 10.973, de 2 de Dezembro de 2004**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 09 jan. 2016.

Brenner Lopes (Org.). **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p.5-24, set. 2006.

Bruno de Oliveira Cruz (Org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3008/1/Livro_Economia_regional_e_urbana_teorias_e_métodos_com_ênfase_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CALANDRO, Maria Lucrécia. A indústria automobilística brasileira: integração produtiva no MERCOSUL, regimes automotivos e perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 28, n. 1, p. 116-136, 2000.

CANO, Wilson. Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento. **Revista Faac**, v. 1, n. 2, p. 155-164, 2011.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia G. Política industrial do governo Lula. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP** n.181, julho de 2010.

CARDOSO, Fernanda Graziella. A Relação Centro-Periferia e a Distribuição Desigual de Ganhos: Retomando as Contribuições Teóricas de Singer e Prebisch. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, São Paulo, v. 382, n. 1, p.24-29, jun. 2012.

Carmem Lúcia Freitas de Castro (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Eduemg, 2012. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0016339049620b36a7dac>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CARVALHO, Victória Echeverria de. Política Social e a Diversidade dos Estados de Bem-Estar. 2010. 146 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena. M. M. (orgs). **Nota Técnica 9. IE/UFRJ**. Rio de Janeiro, julho de 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Luiz. Ricardo. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Salvador, 2007.

CENTELHAS, Marcela Rabello; DE ANDRADE GIFALLI, Samantha; PERES, Thiago Brandão. Do aço aos carros: processos de industrialização e formação de classe no Sul Fluminense. **Primeiros Estudos**, n. 4, p. 11-23, 2013.

CEZAR, Frederico Gonçalves. O Processo de Elaboração Da CLT: Histórico da Consolidação das Leis Trabalhistas Brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**: Ano 3, edição nº 07. Distrito Federal. 2008.

CEZAR SANTOS (Ed.). Anuário da Indústria Automobilística Brasileira • 2011. São Paulo: Centro de Documentação da Indústria Automobilística Cedoc, 2011. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/anuario.html>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007.

DATAVIVA. Disponível em:< <http://pt.dataviva.info>> Acessado em 28/03/2016.

DINIZ, Clélio Campolina. A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas. **Texto para Discussão n. 375**. Brasília: IPEA. 1995.

_____. Global-Local: interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. 2000. 29p. **Nota Técnica–Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, IE/UFRJ**, Rio de Janeiro, 2000.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio (Orgs). **Economia Regional e Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DULCI, João. Assis. Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Vale do Paraíba Fluminense: Região Ganhadora ou Perdedora? 2008. 132f. **Tese de Mestrado**, Rio de Janeiro, ENCE 2008.

FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Revista SER Social**, v. 13, n. 28, p. 41-80, 2011.

_____. Política Social No Brasil (1964-2002): Entre A Cidadania E A Caridade. 2005. 601 f. **Tese de Doutorado** - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. FAPESP, São Paulo 2007.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes (Coleção Zero à Esquerda). 1997.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - Notícias - *Publicado em 19/04/13.*

Disponível em

<<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC3D856048013E22BE02865831.htm>>

Acessado em 16/12/2015.

_____ ; - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro CLUSTER AUTOMOTIVO SUL FLUMINENSE. Reunião Mensal do Cluster Automotivo em 09 de Outubro de 2013.

Disponível em:

http://www.sr2.uerj.br/inovuerj/wcti_pdf/cluster_Automotivo_Sul_Fluminenses.pdf Acessado

em: 03 de dezembro de 2015.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina? **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p.241-254, jan. 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p. 96, 2004.

_____ **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUSCO, Fabrício Marini. O Planejamento Territorial Como Instrumento de Desenvolvimento Local: O Médio Vale Do Paraíba Fluminense–RJ. MARAFON, GJ; RIBEIRO, MA **Revisitando o Território Fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, p. 61-84, 2003.

GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto; A expectativa Recente da Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação. **Texto para discussão nº 409, IPEA**. Brasília, abril de 1996.

HADDAD, Claudio Luiz da Silva. **Crescimento do produto real no Brasil, 1900-1947**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

HIDALGO, César A.; HAUSMANN, Ricardo. The building blocks of economic complexity. **proceedings of the national academy of sciences**, v. 106, n. 26, p. 10570-10575, 2009.

HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A. The network structure of economic output. **Journal of Economic Growth**, v. 16, n. 4, p. 309-342, 2011.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, (1961 [1958]).

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IPEA. Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. **Comunicado nº 75**. Brasília: Rio de Janeiro. 2011

_____ Principais características da inovação na indústria de transformação no Brasil. **Comunicado da Presidência nº 5**. Brasília, maio de 2008.

KUPFER, David. As cadeias globais de valor e seus mitos. 2015. **Jornal Valor Econômico**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/4306694/cadeias-globais-de-valor-e-seus-mitos>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

LACERDA, Antônio Corrêa de et al. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

LIMA, Raphael Jonathas da Costa. A “Reinvenção” de uma Cidade Industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. 2010. 277 f. **Tese de Doutorado** - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Alberto Costa. A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda. **Dissertação de Mestrado** – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/PPGG), Rio de Janeiro, 1993.

_____ **A Aventura da Forma: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda**. E-papers, 187 pag. 2004.

MATOS, Manuel Victor Martins de. **Petróleo, Heterogeneidade Estrutural e Desenvolvimento Regional: OS CASOS BRASILEIRO E VENEZUELANO**. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

MATTEO, Miguel. Teoria de Desenvolvimento Territorial. **In** Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Regional. Cruz, B. O. (orgs). IPEA, Brasília. Capítulo 3, p. 79-112 2011.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. **Texto para discussão nº 852: IPEA** 2001.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MELO, Hildete Pereira de. A Trajetória da Industrialização no Rio de Janeiro. **In**: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (Org.). Um Estado em Questão: Os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 219-247.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio Monteiro. Industrialização Fluminense - 1930/1980. **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, v. 1, n. 3, p.111-121, maio 1986.

MONTEIRO NETO, Aristides. Desenvolvimento Regional em Crise: Políticas Econômicas Liberais e Restrições à Intervenção Estatal no Brasil dos Anos 90. 2005. 308 f. **Tese de Doutorado** - Curso de Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2005.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (1957 [1953]).

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

OSÓRIO, Mauro et al (Org.). **Uma agenda para o Rio de Janeiro: Estratégias e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Socioeconômico**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas, Ed. UNICAMP, 1998.

PASCOAL, Erik Telles. Novo regime automotivo brasileiro: desafios e oportunidades da região sul fluminense. **Tese de Doutorado**. UNESP, Guaratinguetá. 2015.

PAULINO, Luís Antônio. O Governo Lula (2003-2006/2007-2008). **In** PIRES, MARCOS CORDEIRO. **Economia Brasileira – Da Colônia ao Governo Lula**. São Paulo. Editora Saraiva, 2010

PEREIRA, Lia Valls. O efeito China nas exportações brasileiras em terceiros mercados: uma análise do constant market share. **Texto para Discussão**. Brasília, IPEA 2014.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PIANCASTELLI, Marcelo; PEROBELLI, Fernando. ICMS: Evolução Recente e Guerra Fiscal. **Texto para Discussão** n.º 402. Brasília: IPEA. 1996

PINTO, Aníbal. Notas sobre los estilos de desarrollo en América Latina. **Revista CEPAL** 96. Chile. Diciembre, 2008.

PIQUET, Rosélia. **Cidade - Empresa: Presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

PREBISCH, Raul. **El desarrollo de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina (CEPAL), 1949.

PRESTES FILHO, Luiz Carlos. Polo Produtivo do carnaval em Barra Mansa. **In:** PRESTES FILHO, Luiz Carlos. Cadeia produtiva da política do Carnaval. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. p. 151-174.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, M. A. (orgs) **Trabalho e Desenvolvimento Regional: Efeitos Sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

RAMALHO, José Ricardo; DOS SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; DA COSTA LIMA, Raphael Jonathas. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. **Revista Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 5, p. 175-200, 2013.

RESENDE. Prefeitura Municipal. Disponível em: <www.resende.rj.gov.br/> Acesso em 27/04/2015.

RIO DE JANEIRO. Ceep. **Fundação Ceperj** (Org.). Histórico das Regiões de Governo. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html>. Acesso em: 22 dez. 2015.

ROGERS, Everett. M. **Diffusion of innovations**. New York, Third Edition. 1983.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul. N. Problemas de industrialização da Europa oriental e sub-oriental. **In:** AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (1969 [1943]).

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: **Departamento de Ciências da Administração** / UFSC, 2009. 130 p

RUA, Maria das Graças; Aguiar, Alessandra T.; A Política Industrial no Brasil, 1985-1992: Políticos, Burocratas e interesses organizados no processo de Policy-Making. Pesquisa realizada pelo IPEA em 1992 sobre a política industrial no Brasil após o regime militar. **XVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, em Caxambu (MG)**, em outubro de 1993.

SANT'ANNA, André Albuquerque. Indústria de petróleo e gás: desempenho recente e desafios futuros. **TORRES ET AL**, p. 53-69, 2010.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. Editora da Universidade de São Paulo. 2005

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, R. S. A Construção Social Da Região: Desenvolvimento Regional e Mobilização Sóciopolítica no Sul Fluminense. 2004. 233f. **Dissertação de Mestrado**, Rio de Janeiro, UFRJ 2004.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVA, Robson Dias da. **Indústria e Desenvolvimento Regional no Rio de Janeiro 1990 – 2009**. FGV Editora, Rio de Janeiro. 258 p. 2012.

SILVA, Rosângela Viana Alves da. Descentralização e municipalização: A redefinição do papel do Estado na âmbito local. **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 24, 2000.

SIMÕES, André Geraldo. Reorganização do espaço produtivo e a questão da recuperação da economia fluminense: uma análise a partir dos migrantes altamente qualificados. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 10, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck: **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**, Graphia, Rio, 1997.

SOUZA, Nilson. Araújo de. **Economia Internacional Contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Atlas, 2009.

SWYNGEDOUW, Erik. ¿Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. **In: Escalas y políticas del desarrollo regional: Desafíos para América Latina**. BRANDÃO, C.; FERNANDEZ (orgs). Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. “Auge e Declínio do Processo de Substituição de importações no Brasil” **In: Maria da C. Tavares. Substituição de importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TELLO, Mario. D. Del desarrollo económico nacional al desarrollo local: aspectos teóricos. **Revista CEPAL 102**. Pontificia Universidad Católica del Perú. Diciembre, 2010.

TIGRE, Paulo. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. Elsevier, Brasil, 2006.

VAINER, Carlos. Bernardo. As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: O que Pode o Poder Local? **Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ**, 2001.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polónia. Cadeias Globais de Valor e Implicações para a Formulação de Políticas. **Texto para Discussão: IPEA**. Brasília. 2014.

VIEIRA, Danilo Jorge. Apontamentos Sobre a Guerra Fiscal no Brasil. **In: CARLOS BRANDÃO (Org.)**. Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 137-154.

VILLELA, Annibal Vilanova; SUZIGAN, Wilson. Políticas de governo e crescimento da economia brasileira, 19889-1945. **IPEA-INPES**, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Rio de Janeiro, Série Monográfica 10, 1973.

WORLD BANK. Local Economic Development (LED). Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTURBANDEVELOPMENT/EXTLED/0,,contentMDK:20185186~menuPK:399161~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:341139,00.html>>. Acesso em: 23 fev. 2016.